Universidade de São Paulo
B R A S I L

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
Departamento de Sociologia

A Dinâmica Industrial Recente da Metrópole Paulista: das ilusões pós-industriais a novas perspectivas sobre o desenvolvimento metropolitano

Rogério dos Santos Acca

Dissertação apresentada do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Sociologia, sob a orientação do Professor Doutor Glauco Arbix.

São Paulo, abril de 2004

Ao meu querido e eterno avô, Carlos dos Santos (in memoriam)

Resumo/Abstract 3

Agradecimentos 4

Introdução 5

1. Perspectivas Teóricas e Empíricas Alternativas sobre o Estudo da Metrópole Paulista:as regiões como contextos de desenvolvimento 9

2. A Geografia das Multinacionais e dos Investimentos Diretos Estrangeiros: o caminho pós-industrial metropolitano é mesmo inevitável? 19

3. Configurações Produtivas da Metrópole Paulista: a persistência da indústria como elemento dinâmico do território 44

4. O caráter híbrido da RMSP: a consolidação do espaço industrial de serviços 64
4.1. Padrões empíricos na metrópole paulista: tendências recentes do valor adicionado fiscal e do investimento 75

5. Tendências Espaciais dos Encadeamentos Produtivos Metropolitanos 89
5.1. Encadeamentos Intersetoriais na "Metrópole Expandida": esboços de uma nova agenda 97
5.2. Padrões Locacionais da Indústria Paulista (1970-2000): a ampliação das economias de aglomeração metropolitanas 103
5.2.1. Os Movimentos Regionais da Indústria Paulista com Relação ao VTI Estadual 103
5.2.2. Os Movimentos Regionais da Indústria Paulista com Relação ao VTI Nacional 110
5.2.3. Padrões Setoriais da "Metrópole Expandida" (1996-2000): o reforço dos encadeamentos intersetoriais intensivos em conhecimento 116

6. Conclusões 121

Bibliografia 129

Anexo Metodológico e Estatístico 140

Resumo

Desde meados dos anos 80, podemos observar a emergência de uma série de tradições de pesquisa sobre as transformações sócio-econômicas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Numa vertente de análise, a metrópole é vista como o novo espaço dos serviços modernos e região privilegiada dos circuitos globais de acumulação do capital financeiro, relegando aos setores industriais um papel secundário no dinamismo econômico territorial. Assim, as ligações da RMSP com as novas tendências da globalização estariam transformando-a num espaço de produção pós-industrial no qual os setores manufatureiros teriam pouca influência sobre os destinos do desenvolvimento regional. Ainda que sob um enfoque teórico-metodológico distinto, podemos situar um outro veio analítico que se debruça sobre as tendências de desconcentração industrial no estado de São Paulo o qual aponta para o surgimento de novos espaços de produção no interior do estado como alternativas ao declínio da estrutura produtiva metropolitana causada pelo esgarçamento de suas economias de aglomeração industriais. Em suma, essas duas tradições de pesquisa apontam que o espaço da RMSP não é mais o espaço da indústria. Em contraposição a essas duas perspectivas de análise, buscaremos, neste trabalho, comprovar em termos teóricos e empíricos que a indústria ainda está no centro das mudanças sócio-econômicas que a metrópole vem sofrendo nos últimos anos, assim como buscaremos trazer à lume evidências que comprovam que os setores industriais da RMSP estão na base dos movimentos de reorganização territorial da produção paulista. Diante disso, nosso escopo será demonstrar que as visões da metrópole pós-industrial e da interiorização do desenvolvimento industrial trazem sérios riscos à compreensão adequada do papel que os encadeamentos industriais metropolitanos podem desempenhar em agendas inovadoras e consistentes de desenvolvimento.

Abstract

Since the mid-1980s we have witnessed the emergence of some research traditions on the socioeconomic changes in the São Paulo Metropolitan Region (RMSP). According to one of those analytical perspectives, the metropolis is seen as one of the new spaces of modern services e and one of the privileged regions to the global circuits of financial capital in such a way that the manufacturing sectors would perform only a minor role in the territorial economic dynamism. Therefore, the links between the RMSP and the new trends of globalization might be transforming the former into a post-industrial space in which the manufacturing sectors would have a little influence on the paths of regional development. In spite of undertaking their research under different theoretical and methodological assumptions, another cohort of scholars who have been studying the regional patterns of industrial dispersion in the state of São Paulo have pointed out the formation of new industrial spaces in the state as territorial alternatives to the decline of the metropolitan productive structure which is caused, in turn, by the undermining of its industrial agglomeration economies. In few words, the two research traditions brought about above argue that the metropolitan space is not an industrial space anymore. Following an alternative analytical route, I shall argue that the metropolitan manufacturing sectors have still acted as central causal forces that explain the socioeconomic changes which the São Paulo's main metropolis has gone through in the last years. Furthermore, I shall seek to demonstrate empirically and theoretically that the metropolitan industrial linkages are major references to the territorial re-organization of production in the São Paulo state. After doing so, my objective shall be to demonstrate that both the post-industrial visions and the perspectives of dispersion of industrial development in São Paulo have been engendering some risks to the accurate comprehension of the role of the metropolitan industrial linkages in innovative and pervasive strategies of development.

Agradecimentos

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao meu orientador, professor Glauco Arbix, por ter me deixado livre para pesquisar sem as tradicionais peias que marcam as relações entre orientadores e orientandos, ainda que isso representasse, amiúde, algumas pedras no caminho deste que vos escreve. Além disso, o Glauco foi importante em momentos difíceis na minha trajetória acadêmica, principalmente naqueles em que eu mesmo não acreditava poder seguir adiante.

Agradeço aos meus pais, dona Maria Irene e seu Antonio, por terem permitido que eu estudasse em dedicação integral desde 1998, quando ingressei no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Sem esse tipo de regime de estudos, jamais poderia realizar as minhas investigações de modo adequado tampouco ter ido estudar no exterior. Meus pais também tem estado presentes em momentos difíceis da minha vida, tanto no aspecto acadêmico quanto pessoal. Não há palavras para agradecê-los, necessitaríamos de uma outra dissertação só para tratar disso...

Ao meu irmão e monge tibetano nas horas vagas, agradeço as palavras amigas e de sabedoria que me ajudaram a enfrentar as caminhadas nem sempre agradáveis da vida acadêmica. Lembrarei sempre com muito carinho de nossas conversas intermináveis, no quarto em que dividimos, sobre os mais variados temas, muitos deles impronunciáveis, e que certamente me ajudaram muito no meu amadurecimento em todos os sentidos. Valeu, ermão... A minha irmã Cristiane também agradeço pela amizade, pela tolerância, e pelas palavras de carinho. Aos meus sobrinhos, Stephanie e Vinícius, por terem sido fontes seguras de alegria quando as coisas não estavam fáceis.

Gostaria de agradecer ao Raimundo Wilson, que vem caminhando comigo desde o início do curso de graduação. Para além de um coleguismo que prevalece no mundo acadêmico, conseguimos nos tornar amigos, num ambiente onde a competição desmesurada e as vaidades atiçadas pelas paixões humanas turvam as verdadeiras amizades. Minhas mais ternas palavras de gratidão ao Magno, amigo de todas as horas, sempre disposto a oferecer seu companheirismo nos momentos de turbulência.

Agradeço a Zil, de um bom humor interminável, mesmo quando as coisas parecem desabar. Ao Álvaro Comin e ao Miguel Matteo por estarem sempre dispostos a debater comigo as questões desta dissertação. Ao Antonio Gracias, pela amizade, companheirismo e feijoadas de sábado. A todos vocês e a todos aqueles que estiveram comigo meu muito obrigado.

Introdução

Desde meados dos anos 80, um crescente debate sobre o caráter industrial das metrópoles, em geral, e da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em particular, tem sido trazido à lume pela literatura nacional e internacional.

Presente com mais força na literatura que trata da regionalização da economia brasileira, podemos situar uma linha de pesquisa que enxerga nas deseconomias de aglomeração metropolitanas – evidenciadas pelos custos elevados dos fatores de produção na metrópole, bem como pelo esgarçamento da infra-estrutura na área metropolitana – movimentos de sucessão regional da indústria no estado de São Paulo. Sob essa perspectiva, espaços alternativos de industrialização estariam emergindo em substituição à RMSP como centros dinâmicos da indústria brasileira. O espaço da metrópole não seria mais o espaço da indústria, uma vez que as (novas) economias de aglomeração do interior paulista e de outras regiões brasileiras retirariam da metrópole sua centralidade em termos da dinâmica da indústria nacional, numa suposta reversão da polarização industrial em São Paulo - a qual, além dos fatores mencionados acima, foi acentuada pelas políticas de desconcentração regional da atividade econômica promovidas pelo Estado brasileiro desde meados da década de 70 (cf. Negri e Pacheco, 1994; cf. Negri, 1996; Pacheco, 1999; cf. Tavares, 2000; cf. Caiado, 2002).

Simultaneamente a esse debate, podemos localizar uma outra tradição de pesquisa - esta tratada mais intensamente pela literatura internacional e relativamente explorada na imprensa brasileira - sobre o papel produtivo dos arranjos metropolitanos. Nesta tradição, ainda que sob pressupostos metodológicos distintos da abordagem anterior, também somos levados a concluir que o lugar da metrópole não é mais o lugar da indústria manufatureira. A intensificação da globalização, a emergência de sociedades opulentes, as transações financeiras internacionais e os investimentos diretos estrangeiros agiriam como elementos condutores de uma mutação das metrópoles em centros de serviços tradicionais e modernos em substituição aos setores industriais como elementos de dinamismo econômico (Cohen, 1981; Friedmann & Wolff, 1982; Feagin & Smith, 1987; Sassen, 1991; Sassen, 1998; Sassen, 2001c; Short, 1996).

Por entender que essas duas estratégias de investigação, embora por caminhos teórico-metodológicos distintos, conduzem a interpretações equivocadas sobre o papel que a indústria ainda desempenha nos processos de transformação da RMSP, julgamos relevante neste trabalho tratar da persistência dos setores industriais como motores do

desenvolvimento no território metropolitano paulista. Em poucas palavras, as transformações sócio-econômicas da metrópole não de dão contra ou a favor da indústria, mas basicamente por causa dela.

Sempre tendo a literatura acima como referência, estruturamos nossa pesquisa em três eixos básicos de análise teórica e empírica, os quais exploraremos doravante.

Num *primeiro eixo* de análise, presente com mais força nos *capítulos 1 e 2*, será predominante a confrontação com a literatura em voga internacionalmente acerca das novas configurações dos espaços urbanos, segundo a qual uma nova era baseada nos fluxos globais de capital e informação transformaria o papel produtivo das metrópoles em todo o mundo, conduzindo-as, inexoravelmente, a uma etapa histórica pós-industrial na qual as velhas engrenagens das manufaturas abandonariam os espaços urbanos para dar lugar ao setor financeiro de serviços modernos como elementos dinâmicos do território (cf. Short, 1996; cf. Beaverstock *et alii*, 1999; cf. Sassen, 1998; cf. Sassen, 2001c; cf. Taylor *et alii*, 2002).

Através de uma orientação teórica e empírica alternativa, combateremos a idéia de que o caráter global das metrópoles seria capaz de agir, de modo ubíquo, como força motriz do desenvolvimento sócio-econômico metropolitano. No caso da metrópole paulista, verificamos que as conexões causais entre os crescentes movimentos de globalização da economia e a desindustrialização metropolitana – impulsionada pela expansão do setor terciário moderno voltado para as atividades de controle corporativo– não podem ser empiricamente comprovadas no espaço urbano paulista.

Com efeito, a constatação empírica de que a indústria se constitui no motor do desenvolvimento territorial no estado de São Paulo não anula o fato de que o setor de serviços avançados e o setor financeiro encontram na metrópole espaços privilegiados de localização, visto que, na RMSP, encontram-se as sedes das principais multinacionais implantadas no Brasil e dos mais importantes bancos nacionais e estrangeiros. Dessa forma, sob nosso enfoque de análise, os recentes movimentos de liberalização dos mercados financeiros internacionais e de desregulamentação do setor financeiro nacional apenas reforçam o papel da metrópole paulista como ponto de ancoragem dos capitais estrangeiros que atracam no Brasil.

Diante disso, as configurações produtivas da RMSP baseiam-se num tipo de arranjo híbrido no espaço sócio-econômico metropolitano, já que a consolidação do setor de serviços avançados e dos circuitos de acumulação do capital financeiro não são capazes

de promover uma sucessão setorial na metrópole, na qual o segmento manufatureiro entraria em inevitável declínio como motor do desenvolvimento territorial. Isto porque, tendo em vista o baixo grau de internacionalização da economia brasileira (UNCTAD, 2002a; UNCTAD,2002b), os setores apontados por vários pesquisadores urbanos como os novos dínamos da economia urbana - quais sejam, os serviços modernos e as movimentações financeiras globais – apresentam, evidentemente, um desempenho pífio quando comparados com os centros financeiros internacionais, como Nova Iorque e Londres. Assim, o caráter global da metrópole paulista - e seu conseqüente aparato terciário avançado - parece estar longe de se transformar no carro-chefe da economia regional, como muitos pesquisadores observam (cf. Beaverstock *et alii*, 1999; cf. Marques e Torres, 2000; cf. Sassen, 1998; cf. Sassen, 2001c; Tavares, 2000; Taylor *et alii*, 2002).

Num *segundo eixo* de abordagem - mais intensamente explorado nos capítulos 3, 4 e 5, tentaremos recolocar o debate sobre o suposto esvaziamento industrial da metrópole - exposto numa tradição de pesquisa bastante avançada nacionalmente – que toma as trajetórias declinantes do VTI metropolitano como sinais indeléveis de seu declínio na estrutura produtiva paulista em favor de espaços de produção no interior do estado de São Paulo (ver, p.ex., Negri & Pacheco, 1994; Negri, 1996; Pacheco, 1999; Tavares, 2000, Caiado, 2002).

Sob um esquema de abordagem alternativo - baseado em uma série de arranjos empíricos sobre os padrões de expansão territorial da indústria paulista, nosso objetivo é demonstrar que o restrito processo de espraiamento da indústria em São Paulo para regiões contíguas à metrópole evidenciam o peso da RMSP nos encadeamentos industriais do estado, de modo que as relações de proximidade espacial continuam a exercer forte influência sobre os movimentos locacionais do setor industrial estadual. Desse modo, buscaremos avançar em relação as estratégias de investigação que separam a RMSP do restante do estado - construindo um grande categoria denominada "interior" – as quais apenas superestimam as perdas industriais da metrópole em favor de outras regiões (Negri & Pacheco, 1994; Negri, 1996; Pacheco, 1999; Tavares, 2000, Caiado, 2002).

Análises empíricas mais finas, por microrregiões do estado de São Paulo terão o fito de demonstrar que, longe de uma interiorização do desenvolvimento industrial no estado, estamos testemunhando um processo de expansão industrial integrado à RMSP

na medida em que 86% do VTI estadual e 39% do VTI nacional, em 2000, foram produzidos numa área que não ultrapassa os 14% do território paulista. Dessa forma, a metrópole ainda se mantém como o fulcro de referência gravitacional da industrialização no estado, principalmente nos setores produtivos mais modernos, como veremos no decorrer deste trabalho.

Como um *terceiro eixo* analítico, explorado mais profundamente nos capítulos 4 e 5, nosso escopo é ressaltar - com base nos dados disponíveis do Valor Adicionado Fiscal e do Valor de Transformação Industrial - o surgimento de novas economias de aglomeração metropolitanas estruturadas em torno da integração produtiva entre os setores secundário e terciário (Veltz, 1997; Veltz, 2002; Miles & Boden, 2000; Pollard & Storper, 1996; Storper, 2000; Tomlinson, 2001).

As evidências disponíveis em termos empíricos nos encaminham para um tipo de análise alternativa que, ao invés de colocar o crescimento dos serviços em contraposição às atividades produtivas industriais, enfatizam que este crescimento se dá, em boa medida, em razão das imbricações organizacionais e produtivas existentes entre os segmentos industriais e de serviços – reforçando, assim, o hibridismo da metrópole paulista. Em outros termos, ressaltaremos, em contraposição às vozes dominantes, a vocação industrial da RMSP, de sorte a combater a idéia da terciarização metropolitana. Entendemos que esta tarefa só poderá ser levada adiante a partir de uma análise integrada dos setores secundário e terciário, verificando que o setor de serviços é intrinsecamente relacionado à indústria na dinâmica produtiva, fustigando a idéia de uma suposta transição setorial metropolitana baseada na economia de serviços.

1. Perspectivas Teóricas e Empíricas Alternativas sobre o Estudo da Metrópole Paulista: as regiões como contextos de desenvolvimento

Diante das transformações enfrentadas no período recente pela dinâmica espacial da acumulação capitalista, julgamos relevante e imperativa a busca de novos enfoques teóricos que nos permitam entender adequadamente tanto a natureza quanto as tendências das mudanças que vêm alterando a paisagem sócio-econômica da metrópole paulista. Partiremos da premissa de que somente uma união apropriada entre teoria e pesquisa empírica será capaz de fornecer uma interpretação satisfatória da trajetória urbana e regional da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

As dificuldades dessa tarefa, com efeito, não são poucas. Por um lado, tendemos a nos sentir impotentes ante a profusão de modelos teóricos produzidos para dar conta dos impactos sócio-espaciais promovidos por um capitalismo intensamente mutante e multifacetado regionalmente, cuja lógica de acumulação apropria-se de Estados nacionais, regiões e cidades de modos distintos, os quais nem sempre são identificados com o grau de acuidade necessário. Por outro lado, notamos que grande parte dos esforços de pesquisa em torno dos arranjos econômicos e sociais metropolitanos corre o sério risco de tornar-se apenas instrumentos retóricos, uma vez que se estriba em premissas teóricas e metateóricas que, se atendem a padrões estéticos e ontológicos produzidos pela literatura internacional, pouco ou nada dizem sobre a complexa realidade da produção do espaço urbano paulista com suas trajetórias históricas, econômicas, institucionais e sociais específicas.

Como conseqüência dessas perspectivas teóricas e metodológicas inadequadas para a pesquisa da metrópole, notamos que uma parcela considerável dos estudos recentes que buscam dar conta da organização sócio-econômica do espaço da RMSP tem sido produzida sob uma conceituação difusa, a qual assume significados distintos que variam na mesma intensidade dos problemas sobre os quais se debruça. Nesse sentido, uma série de conceitos empregados nas pesquisas urbanas e regionais não possui uma filiação teórica e metateórica clara, o que dificulta sua operacionalização concreta na realização da pesquisa empírica, visto que esses conceitos são polissêmicos e engendrados a partir de uma linguagem formal e obtusa.

Portanto, sobre a conceituação difusa podemos dizer que:

> *é aquela que estabelece uma entidade, fenômeno ou processo que possui dois ou mais significados alternativos e, assim, não podem ser identificada com confiabilidade ou aplicados por diferentes leitores ou pesquisadores. Na literatura estribada em conceitos difusos, os pesquisadores podem acreditar que estão se debruçando sobre o mesmo fenômeno, mas podem estar, de fato, almejando fenômenos muito distintos* (Markusen, 1999c:870)[1].

O emprego desse tipo de construção conceitual não é capaz de fornecer evidências a respeito das conexões causais necessárias para comprovar as hipóteses desenvolvidas por esses diferentes estudos na medida em que a busca primeira da formalização, da generalização e do caráter estético na confecção da produção acadêmica sobre temas regionais e urbanos sobrepõe-se à necessidade premente de utilizar essas pesquisas como suporte para a elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de regiões e cidades. Destarte, uma postura excessivamente normativa – que tentaremos evitar durante este trabalho – somente tenderá a aprofundar a lacuna entre o mundo acadêmico e a sociedade[2].

Desse modo, entendemos que uma interpretação adequada da dinâmica metropolitana só será possível se tomarmos como ponto de partida alguns deslocamentos metodológicos fundamentais, a saber:

---

[1] "[The fuzzy conceptualization] is one that posits an entity, phenomenon or process which possesses two or more alternative meanings and thus cannot be reliably identified or applied by different readers or scholars. In literature framed by fuzzed concepts, researchers may believe they are addressing the same phenomena but may actually be targeting quite different ones" (Markusen, 1999c:870).

[2] Ann Markusen nos mostra que muito do material produzido hoje pelos estudos urbanos e regionais estão distanciados da realidade em termos de elaboração de políticas públicas porque construídos sob uma preocupação excessivamente normativa sem levar em consideração sua aplicação prática. Essa questão se agrava ainda mais com as tendências liberalizantes que vem dominando corações e mentes em vários setores da sociedade. "A relativa negligência do papel do Estado no desenvolvimento regional exacerba a distância entre teoria, pesquisa e políticas públicas" (Markusen, 1999c: 873). ["The relative neglect of the state's role in regional development exacerbates the distance between theory, research and policy". (Markusen, 1999c: 873)]. Nesse sentido, o texto da autora assume um caráter fundamental em termos teóricos e metodológicos, pois alerta para os vários perigos envolvidos na aplicação acrítica de conceitos como "cidades globais", "especialização flexível", "novos espaços industriais", "pós-fordismo", e assim por diante. Devemos resistir ao canto das sereias e passar a produzir conceitos elaborados com vistas à nossa realidade, mas isso só poderá ser feito com adaptações heurísticas, de modo a tornar as teorias produzidas no exterior aplicáveis ao nosso contexto nacional, regional e urbano. Doravante, essa idéia metodológica orientará nossos esforços em torno da adesão a proposições teóricas e metateóricas que sejam capazes de explicar concretamente a trajetória sócio-econômica da RMSP, uma tarefa sem dúvida complicada, mas fundamental no sentido de evitar as tentações da conceituação difusa durante nossa travessia.

(i) é mister abandonar o enfoque em processos generalizantes – como, por exemplo, uma primazia causal da globalização e das empresas multinacionais como elementos estruturantes da economia e sociedade urbano-regional (ver Lipietz, 1986; Benko, 1996)

(ii) descartar uma abordagem das formações sócio-econômicas metropolitanas baseada em leis imutáveis do funcionamento da realidade social e em conceitos abstratos generalizantes. Poderemos, assim, centrar nossa atenção nas especificidades territoriais. Tais especificidades podem ser traduzidas pela interação dos agentes econômicos no espaço, pela lógica local/regional de acumulação do capital – seja na indústria ou no setor de serviços -; pelas instituições regionais (poder público, trabalhadores, empresas, universidades, e assim por diante); pela capacidade local de aprendizado como resposta às pressões competitivas, etc. (ver Lipietz, 1986; Markusen, 1996)

(iii) em decorrência dessas premissas, é fundamental a utilização, ainda que parcialmente, da abordagem da escola da regulação como elemento norteador de nossa estratégia de investigação das realidades contemporâneas da metrópole (ver, p.ex., Lipietz, 1986; Benko, 1996; Hollingsworth & Boyer, 1998; Moulaert, 2000). Tal abordagem será privilegiada na medida em que nos permite deslocar o interesse de perspectivas generalizantes para um interesse mais marcado nos contextos de desenvolvimento particulares de cada região. Assim, a dinâmica de acumulação de capital nas diferentes regiões segue mecanismos distintos em termos da organização da produção no espaço, dos contextos institucionais, sociais e políticos, da forma de exploração do trabalho, da capacidade de absorção de produção tecnológica locais e da trajetória do modo de produção no espaço econômico. Como resultado, as regiões não tendem a convergir para os mesmos padrões de desenvolvimento – contrariando, assim, uma tendência bastante aceita de visualizar as principais metrópoles mundiais como espaços pós-industriais impulsionados basicamente pelo terciário moderno (serviços bancários e financeiros, consultorias contábeis, advocacia, marketing e publicidade, etc.)

e nos quais o papel da indústria tenderia a reduzir-se cada vez mais (cf. Sassen, 2001c; cf. Beaverstock *et alii*, 1999).

Diante disso, o termo territorialidade assume um papel central no entendimento do caráter regional do desenvolvimento:

> *(...) nós usamos o termo 'territorialidade' para assinalar as especificidades institucionais e culturais das nações e regiões, contrariamente a idéia de uma economia política descontextualizada* (Amin & Thrift, 1997:154)[3]

De acordo com a perspectiva teórico-metodológica que orientará nosso trabalho, a produção recente dos espaços regionais e urbanos não é resultado de motivações meramente econômicas dos agentes, de sorte que as trajetórias de cada região em termos de desenvolvimento são decorrência de ações, convenções, regras, interações e instituições que estão relacionadas às formações sociais de cada território.

Do ponto de vista sociológico, a incorporação à dinâmica regional do conceito de "embeddedness", extraído da abordagem de Granovetter (1985)[4], tem se mostrado profícua em termos metodológicos porque permite a identificação de padrões de funcionamento da organização da produção no território procurando captar as relações entre produtores e fornecedores, os modos de exploração do trabalho pelas empresas, a intensidade da produção tecnológica local ou se a empresa possui mais vínculos externos do que internos (Markusen & DiGiovanna, 1999)[5].

---

[3] "(...) we have used the term 'territoriality' to signal the institutional and cultural specificity of nations and regions, against the idea of a decontextualized political economy" (Amin & Thrift, 1997:154)

[4] Scott (1998:78) observa, a respeito da contribuição de Granovetter (1985) para análise da organização produtiva regional, que "uma lógica estritamente econômica da produção apenas nos afastará do entendimento dos processos de organização industrial, e de que nós precisamos também levar em conta o fato de que os sistemas transnacionais são sempre e necessariamente embebidos em condições sociais historicamente determinadas". ["(...) a strictly economic logic of production will take us only so far in understanding industrial organization processes, and that we need also to take into account the fact that transactional systems are always and of necessity embedded in historically determinate social conditions" (Scott, 1998:78)].

[5] "Redes de relações interpessoais e interfirmas emergem como centrais para o funcionamento dos distritos" (Markusen & DiGiovanna, 1999:6). ["(...) networks of interpersonal and interfirm relations emerge as central to the functioning of districts" (Markusen & DiGiovana, 1999:6)]. Esta é, sem dúvida, uma contribuição metodológica importante, mas devemos sempre nos esforçar para evitar um reducionismo conceitual desconsiderando que as políticas nacionais de desenvolvimento e a atuação do Estado podem substituídas por uma organização endógena autônoma do território levada a cabo por agentes privados. Para este trabalho, que se concentra na busca da compreensão dos arranjos sócio-econômicos da metrópole paulista, preferimos adotar uma perspectiva que complemente o potencial institucional local/regional com uma presença mais ativa do Estado nacional como uma das forças que

Ademais, evitamos o erro de assumir que as relações entre atores econômicos são resultado de motivações puramente derivadas da economia, quando, na verdade, a região como realidade institucional é produto direto de suas relações sociais, o que faz com que cada espaço econômico responda de diferentes maneiras a estímulos exógenos (Amin & Thrift, 1995). A nosso ver, esse é um dos fatores que impossibilitam a aplicação de arcabouços teóricos generalizantes nos estudos regionais porque formulados a partir de contextos muitos distintos daqueles onde são empregados. O questionamento apropriado da tendência apontada por Scott (1988) de que as regiões convergiriam, num novo modelo de regulação, para a configuração de "novos espaços industriais" é um exemplo da perspectiva teórica alternativa que buscamos adotar[6].

---

mais influenciam a produção dos diferentes arranjos espaciais industriais empiricamente detectáveis. Assim, "(...) claro está que o Estado e a economia especial são inextricavelmente interrelacionados: a intervenção estatal ajuda a *constituir* a estrutura especial da economia, e a estrutura especial, por seu turno, influencia as ações de política econômica do Estado e seus resultados" (Martin & Sunley, 1997:278). ["(...) it is clear that the state and the space economy are inextricably interrelated: state intervention helps to *constitute* the spatial structure of the economy, and the spatial structure in turn influences the state's economic policy actions and outcomes" (Martin & Sunley, 1997:278)]. Como corolário desta perspectiva, as pesquisas sobre a RMSP que não considerem o ativo papel desempenhado pelo Estado na produção histórica de suas economias de aglomeração, que, por sua vez, agem como forças centrípetas em vários setores da economia industrial e de serviços, não serão capazes de fornecer resultados satisfatórios na compreensão da atual dinâmica territorial da economia paulista. Diferentemente das análises que tomam a globalização como força causal principal na configuração estrutural das economias urbanas, vamos afirmar que os processos históricos nacionais possuem uma dimensão explicativa muito mais consistente (cf. Sassen, 2001c; cf. Knox, 1996).

[6] É importante aqui explicitar as críticas contundentes de Markusen (1996) às elaborações de Scott (1988) segundo quem com os novos paradigmas tecnológicos a produção regional se reforçaria em torno de uma atmosfera regional (como proposto por Alfred Marshall) baseada na pequena empresa, na organização flexível da produção – que seria mais sensível às variações da demanda -, na rotatividade do trabalho, na intensa cooperação interfirmas voltada para a produção local de inovações, na disponibilidade de capital de risco para financiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento e num obscurecimento do Estado nacional como agente preponderante do desenvolvimento regional. Para a autora, os limites desse modelo são extraídos da realidade diferenciada de cada espaço econômico em termos da organização da produção. Markusen (1996) demonstra, através de um robusto estudo comparativo indutivo, que os padrões teóricos e empíricos disponíveis são capazes de nos conduzir a uma tipologia regional que pode conter, além dos distritos industriais de inspiração italiana, (i) regiões dependentes de grandes empresas que dinamizam a economia regional, as quais possuem mais relações externas (com fornecedores e consumidores e parceiros estratégicos) do que uma relação estilo rede ou *cluster* com atores regionais – contrariando os padrões elaborados por Storper (1997) e Scott (1988); (ii) plataformas satélites que se instalam em regiões afastadas dos principais centros econômicos nacionais nas quais a paisagem é dominada por grandes empresas (cujas decisões de investimento, estratégias e atividades de inovação são desenvolvidas externamente) que se apropriam do espaço econômico para aproveitar-se de subsídios estatais (como no caso de Manaus) e de condições favoráveis à exploração do trabalho – como a ausência de uma institucionalidade forte e a presença abundante de mão-de-obra barata utilizada em processos padronizados de produção e (iii) distritos ancorados pelo Estado, nos quais os maciços investimentos estatais impulsionam a região, onde o cálculo locacional e as relações econômicas são determinadas no campo da política e não pela organização cooperativa de atores privados. Dessa forma, percebemos que os modelos de acumulação flexível representam uma pequena parte da realidade complexa no imenso mosaico regional que caracteriza a produção capitalista atualmente. No que concerne à RMSP e ao seu entorno, podemos perceber que a realidade produtiva encaminha-se para uma combinação dessas várias

Baseados nas pressuposições acima expostas, alguns autores teceram críticas contumazes ao trabalho de Scott (1988) mostrando que a tendência de reestruturação urbano-espacial centrada na produção industrial de alta tecnologia representava uma visão parcial e muito limitada da dinâmica capitalista (ver, p.ex., Benko, 1996; Markusen,1999c; Matteo & Tapia, 2002). Analogamente, devemos responder porque a metrópole paulista não segue o caminho apontado pelas teses pós-industriais que levaria à desfiguração de seu parque industrial, uma tarefa para a qual os conceitos supra expostos podem fornecer pistas interessantes para a explicação das configurações atuais do espaço econômico metropolitano.

Em termos sociológicos, uma das vantagens metodológicas dessa abordagem é facilitar a percepção de que o desenvolvimento (ou a ausência dele) numa região é produto de processos em boa parte imateriais. Isso nos permite a ruptura com qualquer determinismo econômico globalista, que vê o processo de globalização como um "maestro" que rege a trajetória econômica regional (ver Lipietz, 1986). É também nesse sentido que a adoção da linguagem regulacionista revela-se útil, como veremos adiante. A seguinte passagem de Storper (1997) ilustra bem esse ponto:

> *Este foco sobre os mecanismos do desenvolvimento econômico deve ser complementado por outro enfoque, no qual a metáfora condutora* é a economia como relações, o processo econômico como conversação e coordenação, *os sujeitos desses processos não como fábricas mas como* atores humanos reflexivos, *individuais e coletivos, e a natureza da acumulação econômica não apenas como ativos materiais mas como ativos relacionais. As economias regionais, em particular, e as economias regionais integradas, em geral, serão redefinidas aqui como estoques de* ativos relacionais (Storper, 1997: 28)[7]

---

formas, na qual os esquemas de reprodução flexível do capital estão longe de ser uma forma dominante (Markusen, 1999c).

[7] "This focus on the mechanics of economic development must now be complemented by another focus, where the guiding metaphor is the *economy as relations, the economic process as conversation and coordination*, the subjects of this process not as factors but as *reflexive human actors*, both individual and collective, and the nature of economic accumulation as not only material assets but as *relational assets*. Regional economies in particular, and integrated regional economies in general, will be redefined here as *stocks of relational assets*" (Storper, 1997:28). Ainda que apropriado para o entendimento da região como instrumento de análise, o conceito de *ativos relacionais* elaborado por Storper (1997) poderia, a nosso ver, sofrer adaptações heurísticas no sentido da introdução na análise do papel do Estado como componente vital na criação desses ativos. À guisa de tentativa de tornar o conceito mais operacional para os nossos objetivos, gostaríamos de introduzir a idéia de que o Estado pode estimular, através da

Sob nosso enfoque interpretativo, esse ponto contém um valor heurístico inestimável na medida em que nos permite escapar de quaisquer determinismos globalizantes e visualizar as regiões como categoria analítica única; ou seja, estribar-nos-emos na existência de especificidades históricas e sociais regionais que tornam as regiões analisadas diferentes umas das outras como expressões empíricas.

Podemos, diante disso, começar a elaborar concepções que se contrapõem a noção pós-industrial de que as metrópoles configuram-se como centros de serviços de natureza avançada (finanças, consultoria financeira, publicidade, advocacia, etc.) para um tipo de capitalismo cada vez mais abrangente. Pelo contrário, nossa tentativa, neste trabalho, será construir um conceito de metrópole (ou de aglomeração metropolitana) que nos permita perceber suas diferentes estruturas produtivas, as quais podem se caracterizar por diferentes formas de industrialização (por exemplo, a convivência das indústrias de alta tecnologia com as *sweatshops*[8] da região de Los Angeles ou o *hibridismo* de certas regiões metropolitanas do globo, como Tóquio, São Paulo e Seul, que se constituem em forças centrípetas tanto para o setor industrial quanto para o terciário moderno. Assim, essas cidades (e as regiões em seu entorno) são, respectivamente, os maiores centros industriais e de serviços modernos em seus países (ver Markusen, 1999b)[9] - fato que nos

---

elaboração de políticas apropriadas, a reunião de vários setores econômicos e sociais em torno de um projeto de desenvolvimento baseado em setores da produção que sejam capazes de criar uma "conspiração multidimensional" (para usar os termos de Hirschmann, 1977), buscando a inserção do espaço econômico como agente competitivo "induzindo estratégias empreendedoras, criando externalidades positivas no resto da economia, e moldando os grupos de interesse no âmbito de uma coalizão de desenvolvimento" (Evans, 1995:7). ["inducing entrepreneurial energies, creating positive spillovers in the rest of economy, and molding political interest groups into a developmental coalition" (Evans, 1995:7)]. Nesse sentido, entendemos que a RMSP necessita de um *fiat lux* institucional que possibilite a busca concertada de sendas que possam conduzir ao desenvolvimento. Nesse sentido, é mister, desde já, começar a criar novas instituições para o enfrentamento de novas e velhas realidades. O aproveitamento do potencial e das vocações regionais só será atingido com a formulação de políticas urbanas que representem os anseios dos agentes sociais com elas envolvidos, ao invés de serem resultado de uma tecnocracia que não vive diretamente os problemas sociais ou de devaneios acadêmicos que, preocupados com as teorias da moda – cujo valor estético e a linguagem rebuscada mais remontam ao bacharelismo tão bem denunciado por Sérgio Buarque que propriamente às necessidades reais e urgentes da sociedade – esquecem-se que uma sociedade não pode ser confinada a modelos teóricos que parecem ter saído diretamente das mentes imaginativas de diretores e roteiristas de filmes de ficção científica. Contudo, essa tarefa de construção e reconstrução de instituições só poderá ser atingida após um diagnóstico preciso das potencialidades, fraquezas, ameaças e desafios que perpassam a metrópole paulista.

[8] Oficinas de superexploração do trabalho, geralmente de imigrantes e minorias étnicas, em indústrias intensivas em mão-de-obra

[9] Portanto, a aplicação de uma metodologia indutiva para que possamos perceber o que há de comum entre esses espaços (políticas nacionais e regionais de desenvolvimento, investimentos diretos estrangeiros (IDE), relações de classe, etc.) seria muito mais relevante do que as perguntas dos globalistas de plantão sobre espaços de fluxos, desnacionalização, o fim do Estado nacional como agente econômico importante, os espaços eletrônicos ou a desindustrialização da metrópole como um destino inexorável. Infelizmente, o canto das sereias dos "teóricos" das cidades globais e da pós-industrialização ainda vem

motiva a buscar explicações para essas regiões fora da tradição de pesquisa das cidades mundiais ou globais.

Reforçando as idéias anteriores, a construção de perspectivas teóricas que valorizem a territorialidade da acumulação capitalista deve estribar-se em conceitos e instrumentos metodológicos que nos possibilitem adotar uma perspectiva analítica do espaço como um arranjo econômico e social que se constitui a partir de alguns fatores que julgamos basilares, a saber: (i) densidade das instituições regionais (firmas, instituições financeiras, associações empresariais, laboratórios de pesquisa, centros de treinamento, autoridades locais, sindicatos, empresários, agências e consórcios regionais de desenvolvimento, etc.); (ii) o grau de inserção dessas instituições nos processos de desenvolvimento; (iii) o papel histórico do Estado como um dos agentes produtores do espaço[10]; (iv) o grau de articulação entre setores produtivos.

Com base nessas referências, seremos capazes de entender que as metrópoles podem trilhar diferentes caminhos e, desse modo, apresentar uma miríade de esquemas de valorização do capital – que podem estar centrados nas complexas engrenagens do sistema financeiro ou de um terciário moderno, em indústrias de alta tecnologia, em setores da produção baseados na intensidade da exploração do trabalho e pouco intensivos em capital e tecnologia ou, por fim, num arranjo híbrido marcado pela convivência entre alguns desses tipos de regimes de acumulação no espaço – o que, marcadamente, caracteriza o arranjo produtivo urbano-regional paulista. As reflexões de Georges Benko fornecem consistência teórica a esse tipo de combinação produtiva no âmbito da economia regional e urbana, observando que

---

seduzindo uma academia que, em boa parte, está mais preocupada com o que se passa em Nova York ou Londres do que com o que acontece em sua própria cidade. Não obstante, São Paulo não é Nova York ou Londres. A noção de hibridismo será construída aos poucos neste trabalho e, ainda assim, de modo provisório.

[10] Esse termo pode parecer abstrato, mas alguns exemplos da atuação do Estado como produtor do espaço podem ajudar o leitor. Em primeiro lugar, poderíamos citar a ativa presença estatal na dinamização da aglomeração em São Jose dos Campos com a implantação da Embraer, em 1969 (Diniz & Razavi, 1999). Em segundo lugar, julgamos relevante apontar os intensos gastos em defesa do Estado norte-americano em conglomerados industriais no Colorado e na Califórnia, representando um enorme impacto na produção de inovações tecnológicas e geração de empregos. Este exemplo é utilizado com tom de crítica (apropriada, diga-se de passagem) em relação à chamada escola californiana (basicamente Michael Storper e Allen Scott) que desconsideram o Estado como agente produtor de espaços industriais intensivos em tecnologia, pois debruçam-se exclusivamente sobre a organização institucional das redes de empresas, institutos de pesquisas, universidades e trabalhadores qualificados como agentes fundamentais na produção de inovações (ver Matteo & Tapia, 2002). Entendemos que essa ressalva precisa ser aprofundada para o caso paulista sob pena de absorção de conceitos como os de rede ou *cluster* que não dão conta das relações entre as plantas industriais em São Paulo tampouco do modo como a produção é desenvolvida. Assim como São Paulo não e Nova York, também não é Vale do Silício, apesar de alguns acadêmicos adorarem o emprego de termos como "Califórnia brasileira"

é interessante, no quadro da teoria da regulação, pensar em hibridização, no sentido em que se combinam o novo e o velho, o local e o global, o social e o econômico. Outras tantas pistas que as pesquisas regulacionistas poderiam explorar nos próximos anos (Benko, 1996:101)

A orientação teórico-metodológica na qual se baseia este trabalho, portanto, parte do hibridismo das formas produtivas e de modos de reprodução do capital nos diferentes setores da economia como elementos norteadores dos movimentos econômicos regionais. Mais uma vez, as generalizações abstratas derivadas da importação imprópria de modelos teóricos confrontam-se com realidades totalmente distintas, de modo que devemos olhar para a RMSP como um espaço de acumulação de capital com seus mecanismos de regulação específicos. Assim, assumiremos que as forças globais não possuem uma primazia causal sobre a regulação econômica de toda e qualquer metrópole, contrariando a hipótese de que toda e qualquer mega-cidade conecta-se mais com os fluxos globais de capital e conhecimento do que com a dinâmica produtiva regional e nacional. O arranjo institucional de cada espaço econômico é um fator importante na determinação da maneira pela qual cada região absorve os estímulos da economia global (ver Thrift & Amin, 1995), mas também devemos considerar o modo através do qual os Estados nacionais (e conseqüentemente as empresas que estes abrigam) inserem-se na organização global da economia.

Aqui, alguns questionamentos são necessários: (i) um país que possui uma participação pífia no comércio internacional poderia apoiar-se, primordialmente, na produção de serviços avançados?; (ii) um Estado nacional que não abriga empresas de grande porte que sejam capazes de implantar centros produtivos em várias regiões do globo e atuar como agentes financeiros internacionais poderia possuir em seu espaço uma cidade do terciário globalizado e moderno, reservando a produção industrial um papel irrisório?; (iii) um país cujas políticas nacionais de desenvolvimento estimularam a criação de mega-cidades industriais que concentram grande parte da população e do produto industrial pode, num passe de mágica, abrigar esses novos espaços do capital financeiro e dos serviços pós-industriais – principalmente se levarmos em conta a inexistência de economias de aglomeração em outras regiões e a extrema desigualdade na distribuição da renda?

Neste capítulo, procuramos ressaltar a importância, para as estratégias de investigação na metrópole paulista, das trajetórias sociais e históricas particulares que perpassam o desenvolvimento sócio-econômico dos espaços produtivos, de modo que as regiões inserem-se na economia como contextos os quais, por sua vez, são moldados por complexas relações sociais e produtivas historicamente constituídas em espaços econômicos particulares. Em outros termos, buscamos por em relevo que a dinâmica de acumulação do capital assume uma miríade de expressões territoriais as quais não podem ser associadas, automaticamente, a qualquer relação de causa-efeito que dê precedência a variáveis de análise construídas para dar conta de outras estruturas regionais de produção engendradas, por seu turno, a partir de contextos históricos e sociais particulares e distintos dos verificados no Brasil, em geral, e na RMSP, em particular. Assim, almejamos demonstrar a impropriedade das idéias atualmente em voga de que a globalização e suas demandas de controle corporativo, por um lado, e as deseconomias de aglomeração presentes com intensidade na metrópole, por outro lado, deslocariam o centro dinâmico da região da indústria para os serviços.

2. A Geografia das Multinacionais e dos Investimentos Diretos Estrangeiros: o caminho pós-industrial metropolitano é mesmo inevitável?

Nesta parte de nosso trabalho, levaremos a cabo a tarefa de analisar se as conexões causais apontadas pela literatura influenciada pela tradição de pesquisa das cidades globais e mundiais - a qual visualiza um processo de transição do setor dinâmico da economia metropolitana paulista para os serviços de natureza avançada em substituição aos setores industriais - podem ser comprovadas empiricamente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Buscaremos explicitar, doravante, que as estratégias das multinacionais não atribuem a São Paulo um peso importante em termos de comando estratégico, o qual é operado nas cidades em seus países-sede, de maneira que os escritórios dos países subdesenvolvidos praticamente se limitam a seguir as estratégias formuladas no exterior. Dessa forma, uma das principais conexões causais entre a globalização e a transição setorial para os serviços avançados como centro de gravidade do desenvolvimento sócio-econômico metropolitano precisa ser reavaliada na medida em que, como veremos, não há evidências empíricas de que a RMSP exerça um papel importante no controle do capitalismo internacional[11].

O termo "centro de comando corporativo" (*corporate headquarter*) assume um sentido distinto e distorcido quando aplicado às metrópoles latino-americanas, principalmente porque as filiais administrativas das multinacionais nessas cidades realizam funções distintas – o que temos aqui são por certo centros de decisão, mas atrelados a diretivas estabelecidas internacionalmente e sobre as quais as subsidiárias praticamente não têm controle, o que cria um problema na transposição da tese da cidade global para contextos periféricos. Não é usual, por exemplo, que uma empresa alemã, com sede em Frankfurt, atribua funções de elaboração de estratégias corporativas

[11] A literatura sobre as cidades mundiais tem como um de seus pilares construtores a denominada dimensão do poder, ou seja, a capacidade de controle de determinadas empresas (financeiras e não-financeiras) sobre os rumos do capitalismo internacional. Desse modo, as cidades mundiais abrigam as grandes decisões estratégicas dos conglomerados empresariais as quais afetam o funcionamento de economia em escala global (ver Cohen, 1981; Friedmann & Wolff, 1982; Beaverstock *et alii*, 1999; Sassen, 2001c). Do ponto de vista da aglomeração das atividades econômicas, a dimensão do poder exercida nas cidades mundiais expressa-se num arranjo denso de empresas do setor terciário voltadas para o controle operacional das grandes empresas transnacionais. Como procuraremos demonstrar ao longo deste capítulo, as especificidades históricas da industrialização brasileira, bem como os baixos graus de inserção da metrópole paulista nos circuitos estratégicos do capitalismo internacional, não nos permitem a utilização de uma literatura que se baseia na hipótese de que um setor terciário globalizado será capaz de impulsionar o desenvolvimento metropolitano nos próximos anos.

globais à sua subsidiária na Cidade do México. A empresa pós-nacional é um mito (Mair, 1997)[12].

Mesmo quando as empresas multinacionais descentralizam decisões estratégicas, estas se remetem somente aos contextos nacionais nos quais essas empresas inserem-se. Ao considerarmos as estratégias globais das transnacionais, é importante ressalvar que não há uma prática de elaboração estratégica por parte das filiais ou subsidiárias dessas empresas. Assim, a empresa pós-nacional é um mito exatamente no sentido de que as atividades intensivas em conhecimento e *design* apresentam um padrão brutal de concentração nos Estados nacionais que as abrigam (Mair, 1997).

Da perspectiva da organização urbana da atividade econômica, isso nos leva crer que o impacto da lógica de aglomeração do terciário moderno sobre as metrópoles é muito diferenciado, pois depende da natureza e intensidade das demandas impostas pelas empresas transnacionais. Em termos da organização das atividades financeiras e estratégicas das multinacionais norte-americanas, por exemplo, é evidente que Nova York assume um papel infinitamente mais importante do que o exercido por São Paulo de forma que a configuração do terciário moderno naquela cidade é fruto de uma inserção muito mais acentuada das empresas dos com sede nos Estados Unidos na economia global.

Destarte, se a natureza das funções de comando das multinacionais são distintas no mundo subdesenvolvido, não vemos qualquer razão para que adotemos uma terminologia elaborada para as cidades globais cuja lógica de aglomeração dos serviços modernos é completamente distinta. Além disso, o perfil das empresas brasileiras não lhes permite uma inserção mais intensa no capitalismo global uma vez que seu faturamento atinge níveis medíocres quando comparados com grandes conglomerados internacionais. Nesse sentido, torna-se difícil entender quais são exatamente as funções de comando do capitalismo globalizado que a RMSP exerce, apesar da busca frenética de vários grupos de pesquisadores pela caracterização dos atributos metropolitanos.
Poderíamos, dessa forma, explicar as poderosas economias de aglomeração do setor de serviços em Nova York, já que a enorme atividade internacional das empresas com sede nos Estados Unidos demanda um volume imenso de serviços de várias naturezas e

[12] Assim, por exemplo, Mair (1997), na sua extensiva pesquisa sobre os movimentos estratégicos da Honda, revelou que até as atividades descentralizadas contavam com uma austera vigilância da sede no Japão através da nomeação para cargos de confiança nas filiais de funcionários diretamente ligados ao centro de comando corporativo.

intensivos em conhecimento (marketing e publicidade, serviços bancários, financeiros, consultoria contábil, consultoria jurídica, e assim por diante).

Não é por acaso que as cidades globais (Sassen, 2001c) ou cidades mundiais de primeira ordem (Beaverstock *et alli*, 1999) estão localizadas nos países que possuem as maiores empresas transnacionais. Os Estados Unidos possuem 24 das 100 maiores transnacionais em atividade no mundo hoje, ao passo que o Reino Unido conta com 14 e o Japão com 16. Esta tríade possui 54 das 100 maiores empresas multinacionais do mundo. A América Latina, por sua vez, conta com apenas duas empresas entre as 100: a mexicana CEMEX (76ª) e a Petróleos de Venezuela – PDVSA (97ª). Mesmo entre as cinqüenta maiores empresas multinacionais dos chamados países em desenvolvimento o Brasil não possui uma inserção considerável. Nesse bloco de países, apenas quatro empresas estão sediadas em território brasileiro (Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás, Metalúrgica Gerdau e Varig). Com esse número de companhias, o Brasil fica atrás da China (quatorze), Singapura (seis), Coréia do Sul (cinco), Malásia (cinco) e México (cinco) (UNCTAD, 2002)[13].

Portanto, seria de se esperar, com base nesses dados, que o movimento de expansão das atividades globais das maiores empresas multinacionais do mundo reforçaria o papel das principais cidades nos países do bloco desenvolvido como centros estratégicos da atuação de seus tentáculos planetários. No entanto, é complexo afirmar que um movimento desse tipo poderia ensejar uma profunda transformação da natureza das metrópoles da chamada periferia, principalmente quando consideramos o parco número de empresas transnacionais de porte sediadas nos países em desenvolvimento e as estratégias de expansão das transnacionais, que promovem diferentes impactos espaciais na medida em que os mecanismos de acumulação no espaço variam conforme a região considerada[14]. Se quisermos tomar em conta a inserção das regiões econômicas como

---

[13] Considerando a participação do bloco dos países em desenvolvimento na lista das cem maiores transnacionais do mundo, somente cinco países encontram representação, evidenciando um padrão de enorme concentração de grandes multinacionais num punhado de países desenvolvidos. As empresas pertencentes ao bloco emergente no rol das cem maiores são as seguintes: Hutchison Whampoa (China, 14ª). CEMEX (México, 76ª). LG Eletronics (Coréia do Sul, 92ª). Petróleos de Venezuela – PDVSA (Venezuela, 97ª) e Petronas (Malásia, 99ª)

[14] Para ilustrar os diferentes impactos espaciais da expansão das multinacionais, basta lembrar que a Volkswagen, responsável pela geração de tecnologia de ponta e investimentos de milhões de dólares em atividades de inovação, é a mesma que, em meados da década de 70, adquiriu terras de 130 mil hectares na Amazônia brasileira, no sul do Pará. O tipo de exploração exercido pela empresa nessa imensa área gera dúvidas até hoje, inclusive com denúncias de exploração de mão-de-obra escrava. Mais uma vez, o contexto nacional explicou o repentino interesse da empresa por atividades agrícolas, pois o Estado brasileiro, em sua política de "integrar para não entregar", concedeu a Volkswagen do Brasil, através da

espaços de acumulação do capital, devemos observar o que Knox & Agnew (1998) denominaram *hierarquias locacionais de atividade*, as quais apresentam o seguinte arranjo espacial:

(i) concentração localizada de atividades gerenciais de alto nível nas cidades mundiais e globais;

(ii) concentrações menores de atividades de gerenciamento e administração em grandes áreas metropolitanas em países centrais e nas principais cidades nos Novos Países Industrializados (NIC's) e em países periféricos;

(iii) aglomerações intensivas em pesquisa e desenvolvimento (P&D) localizadas em meios inovadores (ou tecnopólos) nos países centrais;

(iv) regiões especializadas em produtos de alta tecnologia localizadas principalmente nos países do centro; e

(v) descentralização da produção padronizada – menos intensiva em inovação e *design* para as regiões periféricas dos países mais desenvolvidos e para as áreas metropolitanas dos NIC's e outros países periféricos (Knox & Agnew, 1998: 205)[15]

SUDAM, gordos subsídios fiscais que poderiam ser descontados de sua planta na região do ABC paulista. Depois de vencidos os dez anos de isenções e subvenções de todo o tipo, a empresa vendeu as terras. Portanto, uma empresa não age na periferia como agiria em seu país de origem. Se uma multinacional necessitar de uma intensiva exploração de mão-de-obra barata, adotar jornadas de trabalho mais longas, aproveitar-se de estruturas patriarcais já existentes em alguns países onde elas se instalam, empregar jovens mulheres semi-analfabetas não haverá qualquer escrúpulo, e a experiência assim o mostra (ver Knox & Agnew, 1998). Entendemos que os impactos espaciais produzidos pelas transnacionais dependem das estratégias de acumulação de capital que elas adotam ao implantar-se em um determinado país. Diante disso, podemos inferir que não é correto afirmar que um alargamento do escopo das multinacionais será capaz de transformar as principais metrópoles do mundo em espaços do terciário moderno, ainda que isso aconteça em várias cidades – geralmente, nas principais metrópoles dos países que abrigam as grandes transacionais do mundo, como Nova York e Londres.

[15] Obviamente, essa caracterização é muito sintética para que possa ser utilizada indiscriminadamente. As pesquisas empíricas disponíveis sobre várias regiões produtivas demonstram um hibridismo entre esses tipos de exploração do espaço pelas multinacionais. Ainda assim, a caracterização das hierarquias locacionais de Knox & Agnew (1998) nos ajudam a perceber que a expansão das multinacionais pode apresentar diferenciadas tendências produtivas para as regiões, as quais não se resumem apenas a uma predominância das atividades do terciário moderno nas principais metrópoles. O quadro é muito mais complicado do que nos fazem supor os adeptos das teses das cidades mundiais ou globais. Além disso, entendemos que um esforço de pesquisa nos próximos deveria ser destinado às origens do desenvolvimento do setor terciário no espaço metropolitano, já que, em muitos casos, a globalização das atividades financeiras e produtivas parece não ter atuado como força causal principal. Ganha cada vez mais consistência a hipótese de que as incertezas que marcam a economia brasileira, cuja trajetória de crescimento é errática, contribuíram para um tipo de reestruturação produtiva defensiva que se apoiou primordialmente na subcontratação, na informalização e na precarização do trabalho. Assim, o crescimento do terciário na RMSP está intrinsecamente ligado aos movimentos do setor industrial – o que enfraquece sobremaneira as proposições teóricas dos adeptos das cidades mundiais ou globais. Como observam Lavinas & Nabuco (1995:361), "uma transformação terciária tem ocorrido em São Paulo, mas

Uma outra informação que julgamos ilustrativa no cotejamento da natureza e intensidade dos serviços nas metrópoles refere-se a uma tosca comparação entre os volumes diários de negócios na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e na Bolsa de Nova York (NYSE). Enquanto na BOVESPA o volume médio diário de negócios em 2002 ficou em R$ 517, 23 milhões (aproximadamente US$ 150 mi), o pior dia da NYSE apresentou um volume de negócios de US$ 642,17 mi (mais de R$ 2 bilhões). Numa análise de todos os pregões do ano na NYSE, verificamos que em apenas dez dias o volume ficou abaixo da casa do US$ 1 bilhão, ao passo que em doze pregões o volume negociado ultrapassou a fronteira dos US$ 2 bilhões[16]. Dessa forma, o impacto que os mercados financeiros exercem sobre o desenvolvimento do setor de serviços avançados é muito distinto dependendo da cidade a ser analisada, já que o fluxo de investimentos transnacionais produz um impacto considerável no desenvolvimento de especializações metropolitanas estribadas nos serviços de natureza avançada. Não há evidências empíricas, até o momento, que justifiquem – mesmo como tendência – que a RMSP poderia apostar suas fichas no terciário moderno como carro-chefe de sua economia. Por essa razão, também julgamos incompreensível o desdém de boa parte das pesquisas pela enorme vitalidade que a indústria paulista vem apresentando nas últimas décadas, tendo a RMSP como o centro produtivo mais importante tanto regional como nacionalmente (ver Matteo & Tapia, 2002).

Nesse sentido, qualquer tentativa de classificar São Paulo como uma cidade global tende a esbarrar no fato de que os impactos da lógica de organização das empresas transnacionais e dos fluxos globais de capital e informação não exercem um efeito causal primordial sobre a dinâmica econômica metropolitana[17]. Dessa maneira, se os

---

com um movimento progressivo em direção aos chamados serviços produtivos, cuja dinâmica é diretamente ligada ao setor industrial, com uma ampla divisão do trabalho inter- e intra-setorial". ["(...) tertiary transformation has occurred in São Paulo, but with a progressive movement towards so called productive services, whose dynamic is directly tied to the industrial sector, with a broader redivision of intra- and inter-sectoral labour" (Lavinas & Nabuco, 1995:361)]

[16]Para mais detalhes, ver BOVESPA. *Informações de Mercado* 2002 e *New York Stock Exchange* - NYSE. *Market Information* 2002

[17] Esperamos ter deixado claro que este trabalho evitará tomar a globalização como ponto de partida para a explicação da dinâmica sócio-econômica do território. Doravante, concentrar-nos-emos no esforço de inverter o movimento das análises que compõem o "mainstream" dos estudos regionais atualmente. Sob nosso enfoque, a perspectiva de que a globalização seria uma espécie de Besta do Apocalipse contra a qual pouco ou nada se pode fazer e que estamos diante de um movimento inevitável o qual molda os espaços econômicos segundo sua lógica implacável (que, inevitavelmente, conduziria as metrópoles à prevalência do terciário moderno e a desindustrialização) será combatida com a apropriação (e até mesmo a construção) de uma linguagem de pesquisa que nos permita visualizar o espaço como possuidor de sua própria história. Se quisermos captar com acurácia o "mundo real" do espaço metropolitano, devemos olhar para a nossa própria realidade e engendrar os nossos próprios caminhos, pois, como observa

padrões empíricos a que nos referimos são totalmente distintos no tempo e no espaço, não faz sentido utilizarmos o mesmo arcabouço teórico para explicar esses padrões. A vertente explicativa que adotamos para compreender o dinamismo sócio-econômico da metrópole paulista anda, portanto, na contramão do *mainstream* da pesquisa urbano-regional atual posto que tomaremos a indústria – e seus padrões empíricos -, e não o setor financeiro, como o motor do desenvolvimento urbano e regional no estado de São Paulo.

Complementando a análise da geografia das multinacionais e do setor financeiro internacional, um dos principais argumentos utilizados para justificar o deslocamento do setor dinâmico da economia metropolitana da indústria para o setor financeiro e os serviços modernos remete-se aos crescentes fluxos de investimentos diretos estrangeiros (IDE) através do globo.

Para Sassen (2002a), a intensa movimentação desses fluxos em escala planetária traz consigo um efeito direto sobre as economias urbanas, pois indicam tanto a internacionalização das atividades econômicas quanto os novos padrões que comandarão a acumulação capitalista nos próximos anos.

Dessa forma, a emergência de uma nova organização geográfica da globalização transformará profundamente o papel das cidades e suas inter-relações numa economia que aprofunda, cada vez mais, seu grau de internacionalização. Destarte, a geografia da globalização designa às grandes metrópoles mundiais um papel especial, qual seja, a organização dos intensos fluxos de capitais planetários, uma vez que as metrópoles são espaços privilegiados de informação e infra-estrutura de comunicações.

Assim, Sassen (2002b:10) observa que:

> *um primeiro passo na captura dessa geografia da globalização é examinar alguns dos padrões do fluxo de capitais inter-fronteiras. Estes fluxos são usados (parcialmente) como indicadores da globalização econômica. Os padrões empíricos do investimento direto estrangeiro e das finanças globais*

Moulaert (2000:15). "(...) a 'tese da globalização' é acima de tudo uma ideologia a qual turva a elaboração criativa de políticas públicas na medida em que estrategistas públicos e privados têm se apropriado de sua lógica ao ponto de paralisar a sua autonomia nas escolhas de desenvolvimento local que enfraquecem a autonomia de atores públicos e privados os quais ficam presos à sua lógica" ["(...) the 'globalization thesis' is above all an ideology that poisons creative policy-making. because public and private strategists have appropriated its logic to the extent that it paralyses their autonomy in local development choices that emasculates the autonomy of public and private actors who are captive to its logic" (Moulaert. 2000:15)]

evidenciam uma profunda concentração em certas áreas do mundo e uma crescente incorporação de espaços particulares no mundo subdesenvolvido[18]

Tendo a expansão do escopo das grandes multinacionais pelo globo, as metrópoles engendrariam, destarte, novas geografias de centralidade baseadas num grau jamais visto de concentração de atividades organizatórias da acumulação capitalista global através da produção e comercialização de serviços intensivos em informação e conhecimento, como nas áreas de consultoria financeira, contábil e jurídica, marketing e publicidade, agências de classificação de risco, etc.

Nos termos de Sassen (2002a: 3-4),

a combinação de dispersão especial e integração global tem criado um papel estratégico novo para as principais cidades. Além de sua longa história como centros de comércio internacional e de atividades bancárias, estas cidades funcionam atualmente a partir de quatro novas formas: primeiro, como centros de comando altamente concentrados de organização da economia mundial; segundo como espaços-chave para empresas de ***finanças e de serviços especializados, os quais têm substituído a indústria manufatureira como setores econômicos líderes****; terceiro, como espaços de produção, incluindo a produção de inovações, nestes setores líderes; e quarto, como mercados para os produtos e inovações produzidas* (grifos nossos)[19]

Na medida em que os fluxos globais de IDE são tomados como referências causais basilares para que possamos entender a transformação do caráter sócio-econômico das metrópoles, devemos, então, adotar como parâmetro os padrões referentes aos

---

[18] "a first step in capturing this geography of globalization is to examine some of the patterns of cross-border capital flows. These flows are used as (partial) indicators of economic globalization. The empirical patterns of foreign direct investment and global finance show both a sharp concentration in certain areas of the world and a growing incorporation of particular sites in the less developed world" (Sassen. 2002b:10).

[19] "(...) the combination of spatial dispersal and global integration has created a new strategic role for major cities. Beyond their long history as centers of international trade and banking, these cities now function in four new ways: first, as highly concentrated command points in the organization of the world economy; second, as key locations for finance and specialized service firms, which have ***replaced manufacturing as the leading economic sectors***; third, as sites of production, including the production of innovations, in these leading industries; and fourth, as markets for products and innovations produced" (Sassen. 2002a:3-4) (grifos nossos).

movimentos desses fluxos no sentido de verificar se realmente os seus efeitos estão promovendo uma convergência entre os espaços urbanos em todo mundo regidos pelo capitalismo global. Nesse sentido, Sassen (2002a) nos oferece uma classificação bastante útil dos padrões quantitativos e qualitativos que, nos últimos anos, têm governado os fluxos planetários de IDE. Os padrões do IDE apontados por Sassen (2002a) são os seguintes:

(i) um crescimento vertiginoso do estoque de IDE nas três últimas décadas, já que o volume do IDE, que, em 1960, era de U$$ 66 bi atinge o valor de U$$ 213 bi em 1972, U$$ 549 bi em 1984, U$$ 962,8 bi em 1987 e U$$ 4,1 tri em 1998 (Sassen, 2001c: 38)

(ii) a reversão histórica do papel dos EUA, que se tornaram os principais receptores de IDE no mundo, perdendo o posto de liderança na exportação de fluxos de IDE (Sassen, 2001c: 40)

(iii) a consolidação da inserção do Japão como um dos principais exportadores de IDE globalmente, ainda que esse reforço não fosse acompanhado por um ritmo similar na entrada de fluxos externos de IDE no país (Sassen, 2001c: 41)

(iv) uma transformação profunda na composição setorial do IDE. O setor primário apresentou queda acentuada de sua participação nos fluxos internacionais de IDE, ao passo que o setor de serviços foi o que mais elevou sua participação nos fluxos de IDE nos anos recentes, reforçando, destarte, o papel dos serviços como setor dinâmico nas metrópoles mundiais. O IDE do segmento industrial, por seu turno, permaneceu estável, tendo os países em desenvolvimento como os seus maiores receptores nos últimos anos (Sassen, 2001c: 43)

(v) um padrão brutal de concentração do IDE em um punhado de países desenvolvidos. Assim, por exemplo, esse grupo seleto de países foi responsável, em 2000, por 79,10% dos fluxos de entrada e por 91,00% dos fluxos de saída do IDE (UNCTAD, 2001). Se tomarmos como referência analítica os Estados nacionais que abrigam as cidades globais de Sassen (2002a) – Estados Unidos, Reino Unido e Japão -, veremos que, em 2001,

esses três países concentraram 25,09% dos fluxos globais de entrada e 30,86% dos fluxos de saída do IDE (UNCTAD, 2002a)

(vi) uma elevação dos fluxos de IDE por conta de um movimento cada vez mais intenso de fusões e aquisições em várias regiões do planeta. No mundo subdesenvolvido, uma onda de aquisições foi impulsionada pelos processos de privatização lançados por uma série de Estados, principalmente na Ásia e América Latina (Sassen, 2001c: 43)

Tabela 2.1 – Distribuição Regional dos Fluxos de Investimentos Diretos Externos (I)

Em US$ bilhões

Região/País	*Entrada de Fluxos (FDI inflows)*						
	1989-1994 (média)	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Países desenvolvidos	**137.1**	**203.5**	**219.7**	**271.4**	**483.2**	**829.8**	**1005.2**
Europa Ocidental	79.8	117.2	114.9	137.5	273.4	485.3	633.2
União Européia	76.6	113.5	109.6	127.6	261.1	467.2	617.3
Outros países	3.1	3.7	5.2	9.9	12.3	18.2	15.8
Japão	1.0	–	0.2	3.2	3.3	12.7	8.2
Estados Unidos	42.5	58.8	84.5	103.4	174.4	295.0	281.1
Países em desenvolvimento	**59.6**	**113.3**	**152.5**	**187.4**	**188.4**	**222.0**	**240.2**
África	4.0	4.7	5.6	7.2	7.7	9.0	8.2
América Latina e Caribe	17.5	32.3	51.3	71.2	83.2	110.3	86.2
Ásia e Pacífico	37.9	75.9	94.5	107.3	95.9	100.0	143.8
Ásia	37.7	75.3	94.4	107.2	95.6	99.7	143.5
Ásia ocidental	2.2	–	2.9	5.5	6.6	0.9	3.4
Ásia central	0.4	1.7	2.1	3.2	3.0	2.6	2.7
Sul, leste e sudeste asiático	35.1	73.6	89.4	98.5	86.0	96.2	137.2
Sul da Ásia	0.8	2.9	3.7	4.9	3.5	3.1	3.0
Pacífico	0.2	0.6	0.2	0.1	0.3	0.3	0.3
Europa em desenvolvimento	0.2	0.5	1.1	1.7	1.6	2.7	2.0
Europa central e do leste	**3,4**	**14.3**	**12.7**	**19.2**	**21.0**	**23.2**	**25.4**
Mundo	**200.1**	**331.1**	**384.9**	**477.9**	**692.5**	**1075.0**	**1270.8**

Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Report 2001: promoting linkages*

Tabela 2.2 – Distribuição Regional dos Fluxos de Investimentos Diretos Externos (II)

Em US$ bilhões

Região/País	Saída *de Fluxos (FDI outflows)*						
	1989-1994 (média)	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Países desenvolvidos	**203.2**	**305.8**	**332.9**	**396.6**	**672.0**	**945.7**	**1046.3**
Europa Ocidental	114.2	173.6	204.3	242.4	475.2	761.1	820.3
União Européia	105.2	159.0	183.2	220.4	454.3	720.1	772.9
Outros países	9.0	14.6	21.1	22.0	21.0	41.1	47.4
Japão	29.6	22.5	23.4	26.1	24.2	22.7	32.9
Estados Unidos	49.0	92.1	84.4	95.8	131.0	142.6	139.3
Países em desenvolvimento	**24.9**	**49.0**	**57.6**	**65.7**	**37.7**	**58.0**	**99.5**
África	0.9	0.5	0.0	1.7	0.9	0.6	0.7
América Latina e Caribe	3.7	7.3	5.5	14.4	8.0	21.8	13.4
Ásia e Pacífico	20.3	41.1	51.9	49.4	28.7	35.5	85.3
Ásia	20.3	41.1	51.9	49.4	28.6	35.4	85.2
Ásia ocidental	0.3	-1.0	2.3	-0.3	-1.7	0.7	1.3
Ásia central	–	0.3	0.0	0.2	0.3	0.3	0.3
Sul, leste e sudeste asiático	20.0	41.8	49.7	49.5	30.0	34.4	83.6
Sul da Ásia	–	0.1	0.3	0.1	0.1	0.1	0.3
Pacífico	–	–	–	–	0.1	0.1	0.0
Europa em desenvolvimento	–	–	0.1	0.2	0.1	0.1	0.1
Europa central e do leste	**0.1**	**0.5**	**1.0**	**3.4**	**2.1**	**2.1**	**4.0**
Mundo	**228.3**	**355.3**	**391.6**	**466.0**	**711.9**	**1005.8**	**1149.9**

Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Report 2001: promoting linkages*

Entendemos que uma análise mais cuidadosa do IDE tanto em termos globais quanto em termos nacionais não nos permite identificar a ação de um fator causal inexorável sobre a transformação da base dinâmica da economia da principal metrópole brasileira. Em primeiro lugar, os graus de concentração do IDE num grupo seleto de países desenvolvidos (ver Tabelas 2.1, 2.2 e 2.3) nos possibilita afirmar que os fluxos globais de investimento não serão capazes de promover uma convergência de todas as metrópoles mundiais para um modo de desenvolvimento estribado nos serviços modernos e no setor de finanças.

Tabela 2.3 – Fluxos de Investimentos Diretos Externos (IDE). Países Selecionados

Em US$ milhões

Ano/Grupos de países	*1980*	*1990*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*	*2000*	*2001*
América do Norte - países desenvolvidos									
Canadá – entrada	5807	7582	9255	9634	11527	22809	24435	66617	27465
Canadá - saída	4098	5237	11462	13096	23069	34358	15603	47499	35472
EUA – entrada	16918	48422	58772	84455	103398	174434	283376	300912	124435
EUA – saída	19230	30982	92074	84426	95769	131004	174576	164969	113977
União Européia									
Alemanha – entrada	333	2962	12025	6573	12244	24593	54754	195122	31833
Alemanha - saída	4702	24235	39049	50804	41797	88823	109450	49793	43257
Áustria – entrada	239	653	1904	4426	2654	4533	2975	8840	5909
Áustria – saída	101	1701	1131	1934	1987	2745	3301	5740	2961
Bel/Lux – entrada	1545	8047	10689	14064	11998	22691	133059	245561	50996
Bel/Lux - saída	196	6314	11603	8026	7252	28845	121719	241997	67307
Dinamarca – entrada	52	1132	4177	776	2801	7730	15911	32289	6969
Dinamarca - saída	94	1482	3070	2518	4209	4477	16155	24359	8951
Espanha – entrada	1493	13984	6161	6585	7697	11797	15758	37523	21781
Espanha – saída	311	3522	4076	5397	12626	18936	42084	54675	27805
Finlândia – entrada	28	787	1063	1109	2119	12138	4613	8834	3615
Finlândia - saída	137	2708	1497	3595	5278	18647	6616	24030	7272
França – entrada	3283	9049	23676	21960	23174	30984	47070	42930	52623
França – saída	3095	27097	15755	30421	35584	48611	120618	175504	82814
Grécia – entrada	672	1005	1053	1058	984	85	571	1089	1560
Grécia – saída	-	11	42	-25	156	262	539	2102	-607
Holanda – entrada	2278	10514	12301	16663	11132	36964	41289	52453	50471
Holanda – saída	5918	13658	20182	32119	24494	36669	57738	71346	44020
Irlanda – entrada	286	627	1447	2618	2743	11035	14929	24117	9775
Irlanda – saída	-	365	820	727	1008	3906	4267	3973	5396
Itália – entrada	577	6411	4842	3546	3700	2635	6911	13377	14873
Itália – saída	740	7394	7024	8697	10414	12407	6722	12319	21476
Portugal – entrada	157	2610	685	1488	2477	3144	1234	6464	6017
Portugal – saída	14	163	688	785	1903	3847	3170	7674	7898
R. Unido – entrada	10123	30460	19968	24434	33229	74324	87973	116552	53799
R. Unido – saída	7881	17947	43560	34045	61590	122820	201437	253929	39462
Suécia – entrada	251	1971	14448	5077	10968	19564	60850	23367	12734
Suécia – saída	625	14746	11215	4655	12648	24369	21927	40578	7170
América Latina									
Argentina – entrada	678	1836	5610	6951	9156	6848	24134	11152	3181
Argentina - saída	-110	63	1498	1600	3654	2323	1249	912	-123
Brasil – entrada	1910	989	4405	10792	18993	28856	28578	32779	22457
Brasil - saída	367	625	1096	-469	1116	2854	1690	2282	-2258
Chile – entrada	287	661	2956	4633	5219	4638	9221	3674	5508
Chile – saída	44	8	752	1188	1866	2797	4855	4778	3791
México – entrada	2090	3374	9552	9938	14044	11933	12534	14706	24731
México – saída	1	223	-263	38	1103	1363	1475	984	3708
Venezuela – entrada	80	451	985	2183	5536	4495	3290	4464	3409
Venezuela - saída	-	375	91	507	500	233	501	107	333
Ásia									
China – entrada	767	6762	42062	50640	55605	58521	64915	102710	69680
China – saída	-	3278	27000	28645	26970	19612	21111	60290	10752
Índia – entrada	79	237	2151	2525	3619	2633	2168	2319	3403
Índia – saída	4	6	119	240	113	47	80	336	757
Coréia – entrada	6	789	1776	2325	2844	5412	9333	9283	3198
Coréia – saída	26	1052	3552	4670	4449	4740	4198	4999	2600
Japão - entrada	278	1753	41	228	3224	3193	12741	8322	6202
Japão – saída	2385	48024	22630	23428	25993	24153	22743	31558	38088
Malásia – entrada	934	2611	5816	7296	6324	2714	3895	3788	554
Malásia – saída	201	129	2488	3768	2675	863	1422	2026	267
Singapura – entrada	1236	5575	8788	8608	10746	6389	11803	5407	8609
Singapura – saída	98	2034	3442	6827	9465	795	4277	4966	10216

Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), *UNCTAD Handbook of Statistics 2002.*
Elaboração do autor

Evidentemente, a elevação dos fluxos de IDE pelo mundo só tende a reforçar as metrópoles que já exercem um papel de organização estratégica e estrutural do

capitalismo globalizado, onde esses fluxos intensos de capitais transitam em maior volume, visto que as idas e vindas do IDE se dão basicamente entre países desenvolvidos. Não é esse o caso de metrópoles como São Paulo e Cidade do México, por exemplo, pois os níveis de IDE movimentados pelos dois países são pífios quando comparados com o bloco das nações desenvolvidas. Destarte, as chamadas geografias da globalização são também geografias de desigualdade, pois os padrões do IDE em nível revelam que o fosso entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos tende a aprofundar-se dramaticamente (ver Tabela 2.3).

Dessa maneira, a conexão causal entre IDE e transição do setor dinâmico metropolitano para o terciário moderno e para as finanças só agirá nos espaços urbanos que concentram, historicamente, atividades de comando das multinacionais e do setor financeiro internacional. Corroborando essa afirmação, podemos realizar uma decomposição setorial do IDE no Brasil para atingir uma conclusão totalmente distinta à proposta pelos adeptos das cidades globais ou mundiais. Contrariamente aos padrões setoriais dos investimentos diretos estrangeiros apresentados para os países desenvolvidos - nos quais se observou um volume crescente de investimentos no setor terciário moderno -, o caso brasileiro revela que o IDE impulsionou as engrenagens do setor industrial e, conseqüentemente, ajudou a construir as forças centrípetas que hoje fazem da metrópole paulista a principal malha produtiva nacional.

A afirmação de que os investimentos diretos estrangeiros contribuíram para reforçar a densidade produtiva industrial no Brasil ganha consistência se observarmos que, em termos históricos, os investimentos diretos estrangeiros foram majoritariamente direcionados ao setor manufatureiro da economia. Nesse sentido, a perspectiva analítica segundo a qual os massivos investimentos diretos estrangeiros no setor terciário estariam promovendo uma transição do setor dinâmico das economias metropolitanas para os serviços e as finanças não pode ser estendida para a RMSP, uma vez que os dados históricos no IDE no Brasil revelam que esses investimentos reforçaram a indústria como setor dinâmico.

Tabela 2.4 – Composição Setorial dos Investimentos Diretos Estrangeiros no Brasil. Indústria x Serviços (1980-2000) *Em US$ milhões e porcentagem*

Setor/Anos	*1980*	*1981*	*1982*	*1983*	*1984*	*1985*
Indústria	13005.43	14253.63	15493.77	16384.56	17126.58	19181.90
Serviços	3469.65	3922.95	4452.82	4652.82	4387.26	4979.80
Setor/Anos	*1986*	*1987*	*1988*	*1989*	*1990*	*1991*
Indústria	21040.26	23722.72	22772.34	24389.63	25729.24	26156.19
Serviços	5331.28	6051.95	7210.94	7945.27	9321.92	10153.30
Setor/Anos	*1992*	*1993*	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*
Indústria	25571.32	27305.15	28955.05	27907.09	1740.02	2036.50
Serviços	12037.63	17278.64	25319.87	12863.54	5814.89	12818.43
Setor/Anos	*1998*	*1999*	*2000*			
Indústria	2766.41	7002.32	5087.44			
Serviços	20361.94	20147.05	24139.49			

Setor de Atividade	*Total período 1980-1990*	*Porcentagem do IDE*
Indústria	213100.06	73.07%
Serviços	61726.66	21.16%
Setor de Atividade	*Total período 1991-2000*	*Porcentagem do IDE*
Indústria	154527.49	47.18%
Serviços	160934.78	49.13%
Setor de Atividade	*Total período 1980-2000*	*Porcentagem do IDE*
Indústria	367627.55	59.37%
Serviços	222661.44	35.96%

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração do autor

Embora não disponhamos, neste momento, de dados que nos permitam estimar qualitativa e quantitativamente o IDE na RMSP, é bastante provável que os investimentos diretos estrangeiros contribuíram para o reforço dos espaços de produção situados no estado de São Paulo, já que este concentra 45,3% do VTI industrial nacional (IBGE, 2002:23). Em outros termos, se o principal parque produtivo industrial encontra-se em São Paulo, evidentemente teremos este estado - e principalmente a RMSP, com sua densa concentração de empresas multinacionais - como o maior receptor de investimentos industriais, ainda que devamos buscar dados mais precisos sobre a entrada de IDE no estado de São Paulo para confirmar com acuidade essa assertiva.

A decomposição setorial do IDE no Brasil indica que, entre os anos de 1980 e 2000, 59,37% desse tipo de investimento foi direcionado a indústria, ao passo que 35,96% foram destinados ao setor de serviços. Se realizarmos esse exercício de decomposição setorial do IDE para a década de 80, vamos notar que 73,07% do volume de IDE foram alocados na indústria, enquanto apenas 21,16% tiveram como destino final o setor terciário (ver Tabela 2.4). O padrão de inversão setorial do IDE no Brasil só ocorre após

1996, ano em que o setor de serviços passa a dominar o quadro de investimentos diretos estrangeiros para o país.

No entanto, uma análise um pouco mais detalhada da dinâmica do IDE nos segmentos que compõem o setor de serviços indicará uma profunda relação causal entre o programa de desestatização levado a cabo pelas elites políticas que dominaram o Estado brasileiro entre 1995 e 2002. Assim, os setores que mais receberam investimentos diretos estrangeiros foram exatamente os mais diretamente atingidos tanto pelo processo de privatizações quanto pela liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros nacionais.

Entre 1996 e 2000, os dados do IDE no Brasil indicam que apenas três setores do terciário foram responsáveis pela atração de 50,09% de todos os investimentos diretos realizados no país durante esses anos, a saber: correio e telecomunicações (21,89%), intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada (15,35%) e eletricidade, gás e água quente (12,85%). Mas, sob nossa perspectiva de análise, longe de indicar um deslocamento dos setores dinâmicos da economia para os serviços modernos e as atividades financeiras, esses dados apenas mostram um movimento de reorganização da economia brasileira nos últimos anos a partir de um enfoque baseado na abertura dos mercados e no enxugamento do Estado. Diante dos dados de IDE que se nos apresentam, não há evidências de que o setor de serviços estaria se transformando no setor dinâmico da economia tampouco gerando impactos profundos na organização sócio-econômica da principal metrópole brasileira. Além disso, cabe enfatizar que esses investimentos não estão direcionados para o fortalecimento de um setor terciário moderno ou do segmento de finanças, visto que o grosso do IDE a partir de 1996 dirigiu-se aos setores de infra-estrutura – basicamente abastecimento de energia e telecomunicações, os quais, juntos, somaram 37,74% do IDE no período de 1996 a 2000.

Do mesmo modo, os investimentos maciços no setor financeiro não podem ser explicados como um movimento de transição para uma era pós-industrial baseada nos serviços intensivos em conhecimento e nas finanças como motores do desenvolvimento[20]. No caso brasileiro, tratou-se da reorganização do setor bancário

[20] Certamente, essa análise deve ser complementada com um estudo mais aprofundado acerca da participação brasileira como importador e exportador de serviços. Numa análise preliminar que estamos realizando nesse sentido, as conclusões parciais nos indicam que o país está longe apresentar o setor de serviços como o elemento dinâmico da economia, já que sua participação nas transações internacionais do

que, em meados da década de 90, teve suas portas abertas para o capital estrangeiro, de modo a impulsionar intensos investimentos principalmente nos denominados bancos de varejo[21].

Concluindo, é possível afirmar, em primeiro lugar, que os padrões quantitativos e qualitativos do IDE no Brasil se referem muito mais à dinâmica interna do país do que propriamente ao seu caráter global e, em segundo lugar, esses investimentos tiveram um impacto muito mais sensível sobre a atividade industrial brasileira do que sobre o terciário moderno globalizado – padrão que se manteve nos anos recentes, pois a soma do IDE na indústria, em termos históricos, supera consideravelmente os investimentos no setor terciário.

Doravante, a construção de uma linguagem de pesquisa com base nos pressupostos que vimos explicitando até aqui se torna necessária para que possamos fugir de visões simplistas dos impactos da globalização sobre a atual configuração espacial da economia territorial paulista, que encontra na metrópole seu centro irradiador de desenvolvimento industrial e, ao mesmo tempo, o centro de serviços modernos mais denso da América Latina juntamente com a Cidade do México (Beaverstock *et alii*, 1999; Parnreiter, 2002).

A inserção da indústria na análise como motor do desenvolvimento envolve a consideração cautelosa da trajetória dos circuitos de acumulação de capital no território e de como esses circuitos tornaram-se cada vez mais complexos, de sorte que não podemos nos valer de análises monocausais que obscurecem a realidade que buscamos desnudar. Além disso, é importante perceber que as metáforas comumente utilizadas para dar conta do funcionamento das metrópoles não se revelaram adequadas ante à

---

setor terciário atinge níveis pífios, muitas vezes quando a análise remete-se somente aos países do bloco subdesenvolvido. Para o acesso aos dados que basearam essas conclusões parciais – e que serão aprofundadas em estágios posteriores desta pesquisa, ver *UNCTAD Handbook of Statistics 2002*, Part V.

[21] O Artigo 52 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 veda "a instalação no país de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior e também "o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no país, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior", mas ressalva que "essa vedação não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade ou de interesse do Governo brasileiro". Desejoso da internacionalização e desestatização do setor financeiro brasileiro, o governo Fernando Henrique Cardoso emitiu uma verdadeira avalanche de Decretos *ad hoc* para manifestar o interesse do Governo brasileiro em várias operações de aumento de participação estrangeira em bancos nacionais, mudança da composição acionária e aquisição por conglomerados internacionais de vários bancos no Brasil a partir de meados da década de 90. Para mais detalhes, ver Medida Provisória 1514 de 07 de agosto de 1996. Como um exemplo dos Decretos *ad hoc* emitidos pelo governo brasileiro permitindo a participação de um conglomerado estrangeiro no sistema bancário brasileiro ver Decreto de 26 de março de 1997 autorizando a participação acionária de até 100% do HSBC em banco a ser constituído no país.

extrema diversidade metropolitana que paira sobre o globo terrestre em termos de seus arranjos sociais e produtivos.

A complexa e diversa combinação histórica e social das regiões e metrópoles não deve ser inserida numa só lógica de acumulação como se as cidades e regiões fossem máquinas com componentes estruturais similares que respondessem da mesma forma aos desafios impostos pelas transformações da lógica de acumulação capitalista. Desse modo, temos uma lacuna teórica que só pode ser evitada com uma outra perspectiva de análise do território que toma as regiões como espaços de acumulação de capital os quais podem ser engendrados por diferentes processos sociais, econômicos e históricos, nos quais a acumulação capitalista pode ser organizada de diferentes formas - ou seja, a partir de diferentes combinações das estruturas produtivas, formas de organização e exploração do trabalho, graus distintos de inovação, vínculos das empresas com as regiões onde se implantam e, por fim, formas de atuação do capital financeiro e dos investimentos transnacionais.

Em consonância com essas perspectivas, esperamos ter clarificado que os padrões empíricos verificados na RMSP não se associam, automaticamente, às referências causais apontadas nas proposições teórico-metodológicas trazidas à lume pela tradição de pesquisa das cidades globais. Em outros termos, não podemos verificar empiricamente que o avanço da globalização deslocará a indústria metropolitana para um papel menos importante na estrutura sócio-econômica do estado de São Paulo.

Certamente, essa desconexão entre as referências causais e os padrões empíricos verificados na RMSP em termos de seus arranjos sócio-econômicos é resultado de construções teóricas que

> *(...) concebem a cidade como uma máquina, através da qual é concebido um sistema econômico geograficamente denso que funciona de acordo com as leis de um tipo de física da economia urbana. As mudanças com as quais os urbanistas estão ocupados – na economia e na sociedade – são, assim, vistas como o resultado de uma mudança na força motriz da máquina, do capitalismo nacional para o capitalismo global,* ***e da manufatura para os serviços*** (Storper, 1997:222)[22] (grifos nossos)

[22] "(...) conceive of the city as a *machine*, by which is meant a geographically dense economic system that functions according to the laws of a kind of urban-economic physics. The changes with which urbanists are concerned – in economy and society – are then viewed as the result of a change in the motive power

De acordo com Storper (1997:223), são quatro as "máquinas" que compõem o "mainstream" das análises contemporâneas da dinâmica sócio-econômica do espaço urbano, a saber: (i) a cidade como a máquina do capital financeiro global ou a cidade global-dual (uma mistura das proposições teóricas de Manuel Castells e Saskia Sassen), (ii) a cidade como a máquina das empresas transnacionais ou a cidade mundial, (iii) a cidade como a máquina de processamento de informações ou a cidade da informação e (iv) a cidade como a máquina das estruturas de produção flexíveis ou a cidade pós-fordista.

Essas concepções de Storper (1997) são condizentes com o enfoque sob o qual buscamos orientar este trabalho, qual seja, evitar determinismos causais e simplificações que vêem a cidade como um organismo funcional que reage da mesma forma aos mesmos impulsos de uma economia internacionalizada. Não obstante, reafirmamos que a "alma" regional formada por combinações de processos históricos, sociais e institucionais faz com que as regiões e cidades reajam distintamente às transformações da economia globalizada, até porque as várias megalópoles não convergem para o mesmo tipo de estrutura produtiva. Assim, se algumas cidades são centros globais de atividades financeiras, de consultoria empresarial internacional, de agências de avaliação de risco, outros aglomerados metropolitanos podem organizar-se em torno de atividades industriais e como centros de articulação do mercado interno, como no caso de São Paulo (ver Cano, 1998) – ainda que, no caso da RMSP, essa afirmação não signifique negar a presença forte de um setor terciário moderno que se liga umbilicalmente ao aparelho produtivo regional e nacional, e também aos fluxos internacionais da economia, ainda que numa intensidade menor (Schiffer, 2002; Negri e Pacheco, 1994).

Por exemplo, São Paulo possui um "olhar para dentro" ao passo que Nova York – para citar uma cidade global "genuína" - possui um "olhar para fora"[23]. Portanto, se os

---

of a machine. from national capitalism to global capitalism. and from manufacturing to services" (Storper. 1997:222).

[23] Gostaríamos de lembrar que. mesmo para Nova Iorque. considerada por muitos como a cidade global mais acabada. esse arcabouço revela-se inadequado. Apesar disso. foi utilizado sucessivamente pelos administradores locais como suporte para a elaboração de políticas urbanas de resultados duvidosos. Segundo Markusen (1999a). houve uma falta de interesse dos administradores locais pelo potencial da manufatura evidenciado pelas inquestionáveis economias de aglomeração presentes no entorno nova-iorquino (principalmente para setores industriais intensivos em tecnologia). as quais poderiam frear o refluxo industrial da cidade se fossem estimuladas através de políticas públicas.Como resultado dessa visão. a cidade e a região de NY vêm atravessando uma decadência sem precedentes da atividade manufatureira. Para mais detalhes. ver Markusen (1999a:876-7). Assim. a leitura desses autores evidencia que o excessivo "olhar para fora" (*outward looking*) de Nova Iorque pode mostrar-se perigoso

padrões empíricos são diferentes entre as duas cidades, necessitamos de linguagens de pesquisa que nos possibilitem entender as diferentes estruturas espaciais que dão forma aos mecanismos capitalistas de acumulação. O espaço do capital na metrópole não se reduz ao espaço dos serviços modernos e da globalização financeira como propugnam os defensores de abordagens funcionalistas das cidades e regiões.

Certamente, numa perspectiva determinista como a das "quatro máquinas" não encontraremos reposta adequada para os atuais movimentos sócio-econômicos metropolitanos, já que estes são decorrência de processos muito mais complexos que a internacionalização da atividade produtiva e financeira[24].

Claro está, portanto, que os problemas empíricos e teóricos levantados até este momento só podem ser combatidos a partir de abordagens que levem em consideração alguns fatores basilares.

---

em dois sentidos, a saber: a emergência de um setor de serviços moderno e globalizado em outras regiões dos Estados Unidos, como Chicago, que vem ganhando a competição com Nova Iorque em segmentos como os serviços legais; em segundo lugar, os movimentos instáveis da economia global sentem-se muito mais fortemente numa cidade que depende umbilicalmente dos fluxos de capital que giram na economia global. Dessa forma, uma crise mais profunda do capitalismo internacional pode colocar Nova Iorque na rota da estagnação de seus setores econômicos dinâmicos.

[24] As proposições metodológicas de Beaverstock *et alii* (1999) e Sassen (2001) são problemáticas sob o enfoque que visamos construir ao longo deste trabalho. Ao analisar as configurações metropolitanas como se fossem resultados de sua inserção na economia global a partir da provisão global de serviços modernos, os autores geram uma linguagem artificial e distorcida da realidade, uma vez que em nenhum momento a manufatura é citada como um elemento importante na estrutura produtiva das mega-cidades. Contrapondo-nos a essa visão – que trata as cidades como se nelas não houvesse um aparato produtivo industrial-, intentaremos sustentar que somente uma perspectiva que encare a territorialidade da metrópole sob um enfoque integrador – que parta da compreensão de que o capital pode ser acumulado no espaço de distintas maneiras – será capaz de apresentar algum valor heurístico para o campo interdisciplinar da pesquisa urbana contemporânea. Rejeitaremos, então, veementemente as abordagens que estudam o arranjo sócio-econômico das metrópoles como se não existisse indústria. Se é absolutamente correto que algumas metrópoles conectam-se aos circuitos de acumulação global da economia, também é certo afirmar que nem sempre – e até na minoria dos casos estudados – a provisão global de serviços modernos é capaz de funcionar como elemento dinâmico principal da economia urbana e regional. Entendemos que o equívoco metodológico, neste caso, é propor que o "caráter mundial" de das principais metrópoles é o ponto chave de sua organização sócio-econômica. A fim de que possamos ilustrar o deslocamento histórico da indústria pela recente pesquisa urbana, vejamos o que dizem Beaverstock *et alii* (1999:5) a respeito das novas tendências produtivas das cidades: "(...) nós tratamos as cidades mundiais como espaços particulares de produção pós-industrial onde as inovações nos serviços corporativos e nas finanças têm sido parte integrante da recente reestruturação da economia mundial amplamente reconhecida nos dias atuais como globalização. Os serviços, tanto diretamente para os consumidores como para as firmas produzindo outros bens para o consumidor, são comuns a todas as cidades obviamente, o que nós estamos tratando aqui são referidos geralmente como serviços produtivos avançados ou serviços corporativos". ["(...) we treat world cities as particular 'postindustrial production sites' where innovations in corporate services and finance have been integral to the recent restructuring of the world-economy now widely known as globalization. Services, both directly for consumers and for firms producing other goods for consumers, are common to all cities of course, what we are dealing with here are generally referred to as advanced producer services or corporate services" (Beaverstock et alii, 1999:5)]

Em primeiro lugar, devemos tomar como referência a intervenção do Estado na configuração das formas urbanas. Do ponto de vista que privilegiamos, entendemos que as políticas nacionais de desenvolvimento adotadas pelo Estado brasileiro engendraram economias de aglomeração metropolitanas que, de modo algum, têm permitido um desboroamento da atividade industrial no espaço urbano paulista. Assim, partiremos do pressuposto de que a economia metropolitana é resultado da combinação de forças centrípetas (ou de atração) e centrífugas (ou de repulsão) diretamente relacionadas às estratégias espaciais adotadas pelo Estado desde os primórdios da industrialização brasileira.

Como observam Geiger & Davidovich (1986), o Estado brasileiro foi o principal agente na estruturação da ordem espacial nacional para atingir seus objetivos políticos e econômicos. Assim, a construção das regiões como espaços de acumulação do capital foi impulsionada pelo Estado a partir de intensos movimentos de intervenção, tendo como base as políticas industriais. Nesse sentido, entendemos que as idéias com as quais iniciamos esta seção ganham consistência empírica e teórica na medida em que só podemos compreender a natureza do espaço se focarmos as trajetórias históricas nacionais e regionais, por um lado, e os agentes que contribuem para a configuração dos espaços, por outro lado, como mecanismos diferenciados no processo de acumulação capitalista.

Reafirmamos, dessa forma, que as regiões não tendem a convergir para as mesmas configurações produtivas porque as heranças das estratégias espaciais alavancadas pelo Estado – na sua aliança com outros setores da sociedade - não são facilmente apagadas pelas supostas forças irresistíveis da globalização.

Dessa forma, é necessário enfatizar que

> *(...) num país em desenvolvimento, quando a manutenção do processo de acumulação não pode mais ser baseado apenas na renda da terra ou no capital comercial, novas políticas estatais são necessárias para garantir a continuidade da industrialização (...) o Estado foi chamado a agir implícita ou explicitamente em vários aspectos da relação acumulação-espaço, de modo a permitir que uma dada ordem espacial realize seu potencial (...) O Estado então tornou-se mais envolvido na organização territorial. Por*

exemplo, ele promoveu urbanização concentrada (Geiger & Davidovich, 1986:295)[25]

As heranças dessas políticas nacionais de desenvolvimento sentem-se na extrema concentração industrial verificada em torno de um espaço econômico gerado a partir da RMSP como centro irradiador, cujo espectro radial não ultrapassa os 150 km da capital paulista.

Na evidente tensão existente entre as políticas industriais e as políticas regionais, notamos que, no que diz respeito à RMSP, as economias de aglomeração têm vencido a batalha contra a distribuição mais equilibrada da atividade econômica no espaço. Nesse sentido, aponta Markusen (1995) que os limites das políticas de descentralização regional encontram sempre uma forte barreira nas economias de aglomeração engendradas a partir de ações estatais anteriores. De acordo com a autora,

a política industrial pode influenciar a alocação da atividade econômica, seja direta, através da alocação governamental, ou indiretamente, através de incentivos ao setor privado. Os governos podem usar o investimento industrial para promover o desenvolvimento de regiões atrasadas ou para favorecer um padrão mais descentralizado de distribuição de capacidade no setor. Por outro lado, a política regional pode impedir a eficácia do 'design' da política industrial. As economias de aglomeração podem ser perdidas pelo afastamento da nova atividade industrial das principais cidades industriais, ao passo que a opção por muitos aos invés de poucos novos centros pode colocar em risco a obtenção de economias de escala (Markusen, 1995:279)[26]

---

[25] "(...) in a developing country, when maintenance of the accumulation process can no longer be based only on land rent or commercial capital, new state policies are necessary to provide the continuity of industrialization (...) the state was called to act either implicitly or explicitly on various aspects of the accumulation-space relationship, in order to allow a given spatial order to achieve its potential (...) The state thus became more involved in territorial organization. For instance, it promoted concentrated urbanization" (Geiger & Davidovich, 1986:295)

[26] "Industrial policy can influence the location of economic activity, either direct, through government sitting or indirectly through incentives to the private sector. Governments can use industrial investment to promote development of laggard regions or to favor a more decentralized pattern of capacity distribution in the sector. On the other hand regional policy can hamper the effectiveness of industrial policy design. Agglomeration economies may be lost by placing new industrial activity away from major industrial cities, while opting for more rather than fewer new centers risks missing out on economies of scale" (Markusen, 1995:279).

Em segundo lugar, é preciso levar em conta a formação de espaços híbridos como força motriz principal em várias economias nacionais. As proposições teóricas correntes que versam sobre uma nova organização sócio-econômica metropolitana baseada na produção de serviços pós-industriais, nos fluxos de investimentos e informação e no comando corporativo defrontam-se com a realidade de várias metrópoles mundiais que se converteram em metrópoles do terciário sem que seu dinamismo industrial fosse debilitado.

Assim, assistimos à consolidação de uma configuração urbana que se estriba em economias de aglomeração tanto no setor industrial como também no setor de serviços produtivos e financeiros. Os espaços híbridos são conseqüência de políticas nacionais de desenvolvimento que produziram um tipo de crescimento econômico espacialmente concentrado em grandes metrópoles, gerando economias de aglomeração em vários setores econômicos. É mister, assim, combater algumas proposições teóricas lançadas pela literatura internacional a respeito das novas configurações urbano-regionais que surgiriam como resultado dos novos paradigmas tecnológicos.

Para Scott (1998), o declínio da produção em massa, característica do modelo fordista de produção, engendrou novos tipos de arranjos espaciais da indústria que deveriam basear-se em novas economias de aglomeração diferentes daquelas que sustentavam o "antigo" regime de produção. Para o autor, estamos diante da ascensão de um regime flexível de produção que se baseia na inovação tecnológica intensa, em novas formas de exploração do trabalho (contratos mais flexíveis, mão-de-obra capaz de adaptar-se rapidamente a mudanças qualitativas e quantitativas da produção, rotatividade da força de trabalho, etc.), plantas mais sensíveis às variações de demanda, máquinas capazes de fabricar diferentes tipos de produtos, entre outras mudanças. Assim, os impactos espaciais desse novo tipo de arranjo produtivo, denominado por muitos autores de regime pós-fordista, seriam sentidos na criação de novas regiões de produção, pois os velhos espaços industriais não ofereciam as condições de aglomeração necessárias para a formação de redes de empresas inovadoras sob uma nova lógica de organização da atividade produtiva. Essa história é contada nos seguintes termos por Scott:

> *Os primórdios da decadência da produção em massa fordista e a ascensão de uma indústria pós-fordista como um avanço nas fronteiras no*

desenvolvimento capitalista podem ser datadas do final dos anos 60 e início dos 70. Nessa época, os processos de crescimento, inovação tecnológica e formação de mercados de trabalho estavam começando a ser decisivamente reestruturados quando um grande número de setores pós-fordistas e de produção flexível tanto na manufatura como nos serviços vieram à tona. Simultaneamente, uma janela de oportunidade locacional pareceu se abrir quando as firmas nestes setores buscavam tipos muito diferentes de arranjos urbanos e regionais daqueles que haviam tomado forma nos espaços industriais mais antigos (...) Apesar da variedade de localidades onde esses novos espaços industriais são encontrados, quase todos eles partilham uma característica comum de oferecer ambientes sociais e culturais que são distantes em termos funcionais e/ou espaciais daqueles que foram formados e consolidaram-se em certos lugares sob o regime de produção em massa fordista (Scott, 1998:66)[27]

Não obstante, os exemplos de espaços industriais maduros, principalmente as regiões metropolitanas do mundo subdesenvolvido, revelam que a tendência segundo a qual novos espaços industriais se materializariam de maneira ubíqua precisa ser matizada em razão de alguns fatores basilares. Primeiramente, o problema do mercado assume uma dimensão central na medida em que a elevada concentração de renda nas regiões metropolitanas contribui para que o consumo seja espacialmente restrito, de modo que as áreas urbanas continuem exercendo um poder atrativo considerável sobre a atividade industrial. Em segundo lugar, muitos dos chamados "velhos espaços fordistas" atravessam intensos movimentos de reestruturação produtiva e gerencial, os quais contribuem para a modernização do tecido industrial a partir da geração e implementação de inovações de processo e produto. Não devemos desconsiderar que a tradição industrial e o "saber fazer" acumulados nesses "velhos espaços" podem

[27] "The beginnings of the ebb-tide of fordist mass production and the ascent of a post-fordist industry as a leading edge in capitalist development can be dated from the late 1960s and early 1970s. At this time, processes of growth, technological innovation, and labor-market formation were starting decisively to be restructured as large numbers of post-fordist and flexible production sectors both in manufacturing and service industries rose to the fore. Simultaneously, a window of locational opportunity seemed to open up as firms in these sectors sough out very different kinds of urban and regional milieus from those that had taken shape in the older industrial spaces (...) In spite of the variety of locations in which these new industrial spaces are found, they all almost share the common feature that they offer social and cultural environments which are distant in functional and/or spatial terms from those that were formed and consolidated in given places under the regime of fordist mass-production industry" (Scott, 1998:66).

contribuir positivamente para a reconversão do aparelho produtivo industrial alocado nas metrópoles (Benko, 1996:171).

A contra-urbanização, apontada por muitos como a nova tendência regional da produção industrial está distante de se apresentar como alternativa para países nos quais a concentração regional do desenvolvimento atravanca o surgimento de novos centros dinâmicos da indústria. Destarte, antes de adotarmos esses novos modelos, necessitamos analisar com acurácia as trajetórias históricas e sociais que conduziram as políticas de desenvolvimento levadas a cabo pelos Estados nacionais.

Nos termos de Furtado (1966), os países que enfrentaram processos de industrialização tardia – entre estes, evidentemente, está o Brasil - são marcados por um índice elevadíssimo de primazia urbana, dando sentido a uma sociologia regional do desenvolvimento, uma vez que os setores mais modernos que conseguiram imprimir sua marca sobre o Estado engendraram regiões onde o capitalismo poderia erigir sua morada sem grandes conflitos sócio-estruturais[28].

Não é difícil perceber, assim, a razão da formação de espaços urbano-industriais densos e geograficamente concentrados em porções limitadas dos países que atravessaram processos de industrialização tardia. Furtado (1966), por exemplo, indica a relevância das economias externas, das vantagens de escala e do avanço tecnológico para o desenvolvimento econômico concentrado geograficamente. Mas, do ângulo sociológico, é importante dizer que esses espaços urbanos são resultado das alianças de classe que adensaram a acumulação capitalista durante o regime agro-exportador cafeeiro. Assim, a dependência das exportações primárias gerou um mercado interno e uma base de "acumulação primitiva" que posteriormente seria protegida pelo Estado para que a indústria surgisse. Nas palavras do próprio Furtado (1966:100),

> *(...) toda industrialização que teve início já muito avançado o século atual tendeu a uma grande concentração geográfica, em razão da importância das economias externas, das vantagens das economias de escala e outras decorrências do avanço tecnológico*

[28] Aqui cabe alertar que Celso Furado denomina o setor agrário-exportador de "tradicional". Não obstante, na nossa leitura o uso desse termo por Furtado não está dotado do significado weberiano do termo como o emprega, por exemplo, Fernandes (1968). A nosso ver, o emprego do uso tradicional por Furtado quer dizer que os interesses agrário-exportadores continuaram a dominar a cena porque eles constituíram uma indústria infante de modo que os mesmos atores de outrora continuavam a utilizar-se do Estado como instrumento de seus interesses. Nessa medida, sugerimos fortemente a leitura de Florestan Fernandes para que o sentido econômico da análise possa ser revestido de um olhar sociológico.

Nessa medida, a denominada fase pesada da industrialização brasileira só poderia acontecer em São Paulo, pois as bases formadas pela economia cafeeira representavam vantagens comparativas importantes demais para serem desprezadas pelas companhias multinacionais que se aglomeraram em torno da metrópole paulista[29].

As evidências empíricas demonstram, assim, que as metrópoles podem organizar-se em torno do setor industrial reforçando ou reorganizando as heranças de estratégias de desenvolvimento historicamente constituídas, contrapondo-se às proposições que indicam um deslocamento inevitável da produção para áreas virgens distantes dos conglomerados metropolitanos. Certamente, este é apenas um entre uma variedade de padrões de ordenamento espacial da produção (Markusen, 1999c).

Nesta parte do nosso trabalho visamos demonstrar que os padrões empíricos apontados pela literatura que trata da globalização e de seus impactos sobre a organização espacial e setorial da economia metropolitana são referências incompletas para que possamos compreender o funcionamento das relações produtivas na RMSP. Descobrimos, através da análise empírica, que os fatores causais associados aos movimentos de abertura comercial, de expansão das multinacionais e de intensificação do volume de transações financeiras globais são fatores que guardam reduzido poder de explicação sobre o deslocamento do setor dinâmico da economia da indústria para os serviços. Diferentemente do que aponta a literatura que se apropria da tradição de pesquisa das cidades mundiais ou globais, uma análise empírica preliminar, como a que vimos até aqui, evidencia que o motor do desenvolvimento sócio-econômico metropolitano na metrópole paulista está muito distante de ser representado pelos serviços modernos voltados para o controle corporativo tampouco pelos movimentos financeiros globalizados. Desse modo, buscamos olhar para as trajetórias históricas, econômicas e sociais da RMSP como uma metodologia que nos permitisse urdir novos caminhos para o entendimento do caráter sócio-econômico da metrópole, que tem na indústria o epicentro de suas transformações econômicas. No capítulo seguinte, começaremos a explorar com mais força a dinâmica empírica regional da indústria

[29] De acordo com Schiffer (1999:89). "a segunda metade da década de 1950 se caracterizou pela implantação de uma nova fase da industrialização brasileira denominada 'industrialização pesada', pois se destinava a incrementar a fabricação de bens de consumo e de produção. Processo esse no qual se consolidou a posição de liderança do Estado de São Paulo na economia nacional, aumentando as diferenciações sócio-econômicas inter-regionais na medida em que reforçou a desigual implantação das condições de homogeneização do espaço econômico (...) Territorialmente esse estágio da industrialização brasileira significou uma concentração de capital de atividades produtivas justamente onde já estava implantado o maior parque industrial do país"

paulista no sentido de trazer à baila perspectivas auxiliares e alternativas de abordagem da realidade da RMSP e seu entorno.

3. Configurações Produtivas da Metrópole Paulista: a persistência da indústria como elemento dinâmico do território

A idéia de que estaríamos assistindo a uma sucessão setorial na indústria, com o predomínio da produção intensiva em tecnologia, a qual, como, resultado, engendraria novos espaços industriais à distância dos grandes conglomerados urbanos – estes com problemas crescentes de poluição, congestionamento, infra-estrutura saturada, pressões sindicais, níveis salariais mais elevados, etc – revela-se problemática no contexto da RMSP.

Desse modo, é incorreto afirmar que o processo de sucessão setorial ocorrerá com a mesma velocidade e profundidade nos países periféricos, em decorrência, basicamente, de problemas relacionados à distribuição desigual da renda, à ausência de infra-estrutura adequada em várias regiões desses países e às diferenças de incorporação das regiões às relações sociais capitalistas mais avançadas. Para o caso da metrópole paulista Storper (1990:129) afirma que

> *(...) a sucessão setorial e o crescimento na escala da produção têm sido insuficientes para induzir deseconomias de aglomeração substanciais em São Paulo, por um lado, e para tornar possível a criação de novos centros de crescimento, por outro. O fracasso na obtenção de maior dispersão do desenvolvimento industrial é então atribuível diretamente às limitações internas do próprio modelo de desenvolvimento (...)*[30]

Em terceiro lugar, cabe enfatizar que uma compreensão adequada da organização produtiva no território paulista só poderá ser atingida a partir do entendimento de que as economias de aglomeração no âmbito da metrópole e seu entorno atravessam um processo de reordenação. Nesse sentido, observamos que as categorias analíticas utilizadas para caracterizar as trajetórias produtivas urbano-regionais são inadequadas tanto teórica quanto empiricamente.

---

[30] Esse padrão de predomínio das forças centrípetas metropolitanas é evidente mesmo em Tóquio – para citar uma das cidades globais de Sassen (2001). Embora o Estado japonês tenha estimulado a criação de novos centros de crescimento fora das regiões metropolitanas, através de uma política de subsídios aos tecnopólos, a região de Tóquio contribuiu para o relativo fracasso dessas políticas, pois as poderosas economias de aglomeração permaneceram atrativas a vários setores da produção, principalmente nas indústrias intensivas em tecnologia, evidenciando um conflito entre as políticas de desenvolvimento anteriores e as estratégias de descentralização industrial implementadas pelo MITI (Ministério de Comércio e Indústria) (Markusen, 1999b).

Os padrões demográficos e econômicos que vêm se apresentando nos anos recentes revelam que os papéis produtivos metropolitanos sofreram transformações, embora não seja possível caracterizar um processo de desindustrialização ou enxergar uma senda que conduzirá a RMSP, inexoravelmente, às configurações sócio-espaciais verificadas nas chamadas cidades globais ou mundiais.

Preliminarmente, podemos apontar que uma análise sócio-econômica da RMSP confinada às fronteiras estabelecidas nos mapas não nos oferecerá explicações satisfatórias acerca dos atuais movimentos industriais verificados no território paulista. Destarte, somos capazes de apreender tendências na configuração sócio-econômica paulista que rumam na contramão das proposições teóricas e empíricas elaboradas pela tradição de pesquisa das cidades globais e dos novos espaços industriais.

Assim, a reorganização territorial do espaço econômico metropolitano é composta por alguns fatores essenciais, a saber:

(i) uma tendência de expansão do aparato produtivo metropolitano, evidenciada pela manutenção dos mesmos níveis de concentração, na última década, do produto industrial brasileiro numa área restrita do território paulista a qual compreende a Grande São Paulo e um espaço econômico que se forma e se consolida na sua órbita, de modo a plasmar um cinturão de desenvolvimento industrial estruturado com base nos principais eixos rodoviários estaduais e que não ultrapassa um raio de 150 km a partir do centro da cidade de São Paulo. Tomada em conjunto, essa macro-região urbana mantém praticamente inalterados seus níveis de participação no valor de transformação industrial brasileiro (ver Tabela 3.1).

(ii) a formação de um espaço industrial que se consolida em áreas contíguas à RMSP (ver Tabela 3.1) evidencia que a expansão da atividade industrial no território apresenta um padrão de dependência locacional em relação a metrópole, que se constitui em força centrípeta da indústria brasileira e num centro moderno de prestação de serviços produtivos e financeiros. Esses padrões se reproduzem empiricamente com a consolidação de uma conurbação entre as regiões metropolitanas de Campinas, São Paulo e Santos, que estão se transformando na Megalópole brasileira, nas palavras de

Andrade e Serra (2001)[31]. Em outros termos, se esses espaços de produção cresceram na órbita da metrópole paulista umbilicalmente ligados à sua estrutura produtiva, isso nos impede de assumir a existência de novos espaços industriais, pois não se tratam de novos espaços, mas de uma reconfiguração do principal centro produtivo nacional que estende seus tentáculos numa região mais ampla. Tampouco estamos diante de uma tendência de que o núcleo metropolitano se transformaria num espaço desnacionalizado e desindustrializado, já que o tecido produtivo metropolitano é o centro irradiador do desenvolvimento nos espaços orbitais. Basta dizer, para isso, que a RMSP é a maior região industrial brasileira e, ao mesmo tempo, responsável por mais de 60% de todo o valor adicionado gerado pela indústria paulista. Além disso, a supostamente combalida estrutura industrial da cidade de São Paulo responde por 33,1% do valor adicionado estadual (SEADE, 1996). Disso se infere que as articulações da metrópole com os espaços regionais e nacionais de produção são intensas, ao contrário de uma desnacionalização baseada numa cidade que teria sua economia dinamizada a partir dos fluxos do setor financeiro internacional e dos centros de comando estratégico das multinacionais. Essa dinâmica nos compele a rechaçar a proposição segundo a qual uma nova divisão inter-regional do trabalho se instalaria no estado de São Paulo, segundo a qual a RMSP tornar-se-ia o centro de comando corporativo e um moderno centro de serviços – apresentando um inevitável declínio industrial –, ao passo que o interior paulista reforçaria cada vez mais sua exuberância industrial (cf. Lencioni, 1994).

(iii) o uso do termo "interiorização do desenvolvimento", ainda que largamente aceito, pode dar margem a confusões conceituais. Assumir que estamos diante de um processo de interiorização significa aceitar que estão surgindo novas regiões no estado de São Paulo com uma dinâmica independente da

[31] Ainda que os autores não o façam, é importante, segundo os padrões sócio-econômicos recentes do estado de São Paulo, introduzir a aglomeração de São José dos Campos que apresentou expressivos índices de crescimento populacional nos últimos anos. Assim, a megalópole paulista com efeito terá São José dos Campos como um de seus elementos integradores. Para tanto, é relevante apontar que a taxa anual de crescimento populacional desse município foi de 5,34% entre 1970 e 1991, colocando a cidade no terceiro posto entre as cidades médias brasileiras que mais cresceram nesses anos (Andrade e Serra, 2001b).

RMSP e com encadeamentos produtivos distanciados da metrópole. As evidências empíricas disponíveis até o momento demonstram que o tecido produtivo do que se convencionou denominar "interior" nada mais é do que uma extensão territorialmente limitada da malha produtiva metropolitana, já que os espaços industriais estão paulatinamente se formando em regiões contíguas à RMSP. Em consonância com essa perspectiva de análise, as zonas de maior crescimento populacional no estado de São Paulo coincidem com o espraiamento da indústria nesse espaço restrito que está se consolidando como o grande centro industrial brasileiro[32]. Se tomarmos como referência de análise a macro-região urbana que se forma no entorno da RMSP, veremos que esse espaço geográfico foi responsável pela geração de 81,4% do VTI paulista em 1996 e contribuiu com 85,9% do VTI do estado no ano 2000 (IBGE, 2002).

(iv) Os padrões demográficos revelam que, sem as forças centrípetas da RMSP, esse espaço dinâmico da produção industrial nacional não exibiria tamanha exuberância. Esse argumento pode ser reforçado se comparamos os movimentos recentes da produção industrial na região do estado de São Paulo que está além da zona mais densa em termos de urbanização, a qual corresponde a um espaço radial de 150 km da cidade de São Paulo, com os dados da produção do VTI na "metrópole expandida" (ver tabela 3.1). Dessa forma, esse macro espaço de produção apresenta um movimento de concentração do produto industrial do estado, evidenciando o reforço da megalópole paulista como o centro propulsor da economia nacional. Os

[32] É oportuno dizer aqui que não estamos desconsiderando o conjunto de deseconomias de aglomeração presentes na RMSP. Também seria parvo dizer que essas deseconomias de aglomeração não contribuíram para a queda da participação da RMSP no VTI nacional. Óbvio está que os custos crescentes relacionados a dois fatores clássicos de produção, terra e trabalho, acabaram se tornando o calcanhar de Aquiles da indústria metropolitana. No entanto, estamos querendo afirmar que as deseconomias de aglomeração que ensejaram uma relativa desconcentração industrial na RMSP não foram capazes de gerar espaços industriais independentes da metrópole, e não é por acaso que está se formando uma grande região urbana no entorno metropolitano, como pode ser verificado nos últimos censos populacionais (Andrade e Serra, 2001). Por outro lado, as deseconomias de aglomeração podem, em muitos setores industriais, ser compensadas por economias de aglomeração. Esse parece ser o caso de setores intensivos em tecnologia e design que apresentam um padrão de concentração muito claro na cidade de São Paulo (Matteo & Tapia, 2002). Se a tendência do emprego crescente de novos padrões tecnológicos na produção se consolida, a RMSP tende a se afirmar como a região industrial mais importante do país por muito tempo. O apocalipse industrial pregado pelos teóricos das cidades globais parece estar longe de acontecer, se é que um dia vai acontecer na RMSP.

dados da produção industrial nas regiões do estado de São Paulo que se encontram mais afastadas da zona mais densa de influência da RMSP revelam que há uma forte tendência de reforço produtivo na "metrópole expandida", uma vez que os níveis do VTI produzido pelos espaços de produção situados além da zona radial são praticamente insignificantes se comparados com a dinâmica industrial da região do entorno metropolitano.

Tabela 3.1

Participação Relativa das Principais Microrregiões (1) Industriais Paulistas no Total do Valor de Transformação Industrial (VTI) da Indústria Brasileira – 1996/2000 ("metrópole expandida")

Principais microrregiões Industriais	*VTI 1996*	*VTI 2000*
São Paulo	19.5	13.9
Campinas	4.8	6.2
São José dos Campos	4.5	5.9
Sorocaba	1.9	2.3
Guarulhos	1.2	2.0
Santos	0.9	1.5
Osasco	1.8	1.5
Jundiaí	0.8	1.3
Moji das Cruzes	1.3	1.0
Itapecerica da Serra	1.1	1.0
Piracicaba	0.6	0.6
Limeira	0.9	0.6
Moji Mirim	0.5	0.6
Bragança Paulista	0.3	0.3
Tatuí	0.2	0.2
Total SP "metrópole expandida"	40.3	38.9
Total Brasil	100.0	100.0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial 2000*. Elaboração do autor. Os municípios que compõem as microrregiões industriais citadas neste trabalho encontram-se no *Anexo Metodológico e Estatístico* ao final deste texto.

Se cotejarmos a região exterior à zona radial metropolitana com a região orbital à RMSP, perceberemos que os níveis de produção do VTI são esmagadoramente favoráveis à segunda região. Esta região, inclusive, tem revelado uma tendência a concentrar em seu espaço praticamente todo o dinamismo industrial paulista, já que exibiu uma queda relativa na produção do VTI brasileiro bastante inferior à verificada no estado e na região fora do entorno. Assim, enquanto a queda relativa na produção do VTI estadual foi de 9,2%, entre os anos de 1996 e 2000, esse mesmo índice para o "aglomerado radial" foi de 3,5% e de 18,2% para as regiões exógenas ao raio de 150 km da metrópole. No que diz respeito ao estado de São Paulo tomado

em suas tendências internas, esses mesmos números são mais reveladores, posto que, enquanto a região da "metrópole expandida" aumentou sua participação no VTI paulista entre 1996 e 2000, passando de 81,4% para 85,9% (um crescimento relativo de 5,5%), as zonas além do espaço radial tiveram queda de participação no VTI do estado de São Paulo, indo de 10,5% para 9,7% entre 1996 e 2000 – um declínio relativo de 8,2% (IBGE, 2002)[33]. Destarte, somos capazes de oferecer algumas conclusões preliminares da expansão populacional e produtiva do estado de São Paulo. Em primeiro lugar, notamos um espraiamento da malha urbana territorialmente limitado às áreas urbanas contíguas à RMSP – Campinas, Santos e São Jose dos Campos – que tem reforçado essa região urbana como o maior centro produtivo nacional. Ao analisarmos os dados da produção industrial da área que exorbita o raio de 150 km da cidade de São Paulo, percebemos um declínio considerável da participação dessa região em termos do VTI tanto no plano estadual quanto no plano nacional.

[33] Infelizmente, a *Pesquisa Industrial 2000* do IBGE não apresenta o valor do VTI de todas as microrregiões do estado de São Paulo, de modo que há um resíduo não identificável de "outras microrregiões" que soma 4% do VTI paulista em 1996 e 2% em 2000. Não obstante, as tendências apresentadas para a produção do VTI no estado de São Paulo não se alterariam substancialmente com a introdução dessas microrregiões, visto que o dinamismo do VTI na região do entorno é muito mais intenso, tanto em termos absolutos quanto relativos. Ademais, é lícito supor que boa parte desse VTI inclassificável esteja na região responsável pela maior parte da produção industrial do estado de São Paulo, ou seja, a zona radial metropolitana. Podemos nos abster, dessa maneira, de distribuir relativamente esse valor entre as duas macro-regiões que estão sendo cotejadas.

Tabela 3.2

Participação Relativa das Principais Microrregiões (1) Industriais Paulistas no Total do Valor de Transformação Industrial (VTI) da Indústria Brasileira – 1996/2000 ("interior")

Principais microrregiões Industriais	*VTI 1996*	*VTI 2000*
São Carlos	0.9	0.5
Ribeirão Preto	0.8	0.7
Bauru	0.4	0.4
Araraquara	0.3	0.4
Guaratinguetá	0.4	0.4
Jaboticabal	0.2	0.3
Rio Claro	0.8	0.3
São José do Rio Preto	0.3	0.3
São João da Boa Vista	0.3	0.3
Jaú	0.2	0.2
Marília	0.2	0.2
Franca	0.2	0.2
Birigui	0.1	0.1
Presidente Prudente	0.1	0.1
Total SP "interior"	5.2	4.4
Total Brasil	100.0	100.0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial 2000.* Elaboração do autor. Os municípios que compõem as microrregiões industriais citadas neste trabalho encontram-se no *Anexo Metodológico e Estatístico* ao final deste texto.

Podemos verificar, dessa forma, que, quanto maior o afastamento dos espaços produtivos em relação à RMSP, tanto menor o dinamismo industrial que estes espaços apresentam. Se a expansão produtiva é limitada e reforçada numa órbita restrita da RMSP, isso nos leva a crer que o "campo aglomerativo" que se constrói no seu entorno emerge como o espaço produtivo mais dinâmico em termos nacionais de sorte apresentar uma tendência espacialmente centrípeta que, em boa parte, é resultado da importância da metrópole como o principal centro industrial brasileiro. De acordo com Diniz (1994:310), "por causa de sua importância como um relevante centro industrial, suas atividades educacionais e de pesquisa, e seu mercado de trabalho, São Paulo continua a constituir uma autêntica incubadora para algumas atividades de alta tecnologia, a despeito da perda relativa de posição na produção industrial que vem sofrendo nos últimos anos"[34].

Na medida em que se coloca como o epicentro espacial da dinâmica industrial nacional, dificilmente a RMSP deixará de se caracterizar

[34] "(...) because of its importance as a major industrial centre. its educational and research activities. and professional labour market. São Paulo continues to constitute an authentic incubator for some activities of high-technology. despite of loss of relative position in industrial production it has suffered in recent years" (Diniz. 1994:310)

> predominantemente como um tecido produtivo complexo que se sobrepõe à lógica do capital financeiro internacional como elemento propulsor da economia. As evidências empíricas nos mostram que é muito difícil que as poderosas economias de aglomeração que permanecem associadas à organização produtiva metropolitana sejam ameaçadas por movimentos mais amplos de desconcentração da produção industrial na RMSP, já que o encadeamento de vários setores produtivos, a presença do maior bolsão de renda do país, o mais intenso mercado consumidor nacional, os centros mais importantes de pesquisa e desenvolvimento e a articulação de uma densa infra-estrutura são fatores que criam um magnetismo industrial na RMSP. Na medida em que as indústrias intensivas em tecnologia e conhecimento se tornam cada vez mais importantes na organização contemporânea do capitalismo, os investimentos tenderão a reforçar regiões próximas ao centro produtivo nacional dominante, onde a desproporcional disponibilidade de mão-de-obra qualificada, informação, serviços modernos e infra-estrutura faz com que esse centro continue a agir como opção locacional primeira para empreendimentos de várias naturezas (Markusen, 1999b).

Em suma, diante dessas tendências, torna-se possível afirmar que a metrópole paulista não está caminhando para uma fase pós-industrial impulsionada pelos serviços modernos, pelos fluxos de investimentos e informações do sistema financeiro internacional ou pela dinâmica espacial dos centros de comando corporativo das empresas transnacionais. As transformações que se desenvolvem no território paulista nos últimos anos põem em relevo a extrema centralidade da metrópole como espaço de produção industrial, uma vez que as regiões que observaram um aumento de sua participação no VTI industrial formam um espaço contíguo à RMSP que cresceu na esteira das principais rodovias do estado de São Paulo. Além disso, o fato de que uma parte limitada do território estadual reforça sua posição na produção do VTI nacional enquanto os espaços de produção situados fora dessa macro-região urbana estão cambaleando no que diz respeito à produção da indústria estadual e nacional mostra-nos que a RMSP tem uma importância fundamental na atração de plantas industriais para o aglomerado radial, agindo como o epicentro do desenvolvimento industrial do estado e do país.

Assim, adotar uma linha de análise segundo a qual estaríamos diante de uma desindustrialização inevitável na metrópole - ao passo que o interior paulista emergiria como o novo dínamo da indústria nacional, relegando ao espaço metropolitano a produção de serviços pós-industriais - faz com que não percebamos o papel exercido pela RMSP na dinâmica da produção industrial no estado de São Paulo. Na verdade, partiremos da premissa da existência de uma complementaridade entre metrópole e interior no âmbito dessa macro região de produção que se forma no entorno da metrópole paulista, visto que os espaços de produção no entorno da metrópole representam, por um lado, uma extensão do tecido produtivo da RMSP e, por outro lado, dependem vitalmente dos estímulos fornecidos pelo parque industrial metropolitano, o maior do país. Mas os dados de investimentos e produção industrial no estado de São Paulo indicam que essa complementaridade não significa uma divisão de tarefas entre "metrópole" e "interior", sendo a primeira fonte de serviços modernos e o segundo o novo dínamo industrial regional e nacional (cf. Lencioni, 1994). Em outros termos, separar metrópole e interior pode significar uma distorção metodológica se não considerarmos a metrópole expandida que paulatinamente se forma no entorno da Grande São Paulo cujos movimentos mais intensos se dirigem às regiões de Campinas, Santos e São José dos Campos, engendrando um cinturão radial de desenvolvimento industrial no qual a metrópole encontra-se no centro do furacão agindo como energia centrípeta fundamental na atração de investimentos e na manutenção de elevados índices de produção e produtividade industriais (Matteo & Tapia, 2002).

Diferentemente de Sassen (2001a), entendemos que a referência à dinâmica sócio-econômica de uma escala geográfica mais ampla pode não somente indicar o tipo de acumulação e inserção capitalista em determinada região como também apontar a intensidade das relações sociais e produtivas que engendram o espaço econômico e suas conexões com a economia global. Assim, a tomada apenas da cidade como categoria analítica justificada pelos movimentos vertiginosos da indústria financeira e dos serviços modernos nas grandes metrópoles mundiais – porque representam o novo centro dinâmico da acumulação do capital, e este encontra-se nas metrópoles - faz com que não possamos dar conta das interações existentes dos espaços econômicos que são influenciados pela dinâmica metropolitana, como no caso da RMSP. Dessa forma, o caráter estratégico de um espaço de produção numa economia internacionalizada não é dado somente pelo espaço da cidade *per se*, principalmente quando a realidade nos

mostra que a indústria financeira e os produtores de serviços avançados estão longe de conduzir o território metropolitano paulista para um inevitável "apocalipse" da indústria como elemento de dinamismo sócio-econômico[35].

Obviamente, se o objetivo é verificar as relações das cidades mundiais como pontos de ancoragem dos fluxos financeiros internacionais e dos escritórios das corporações multinacionais, podemos, sem problemas, olhar somente para a cidade de São Paulo buscando suas conexões com o sistema financeiro internacional através da intensa negociação de ativos através da BOVESPA, dos investimentos estrangeiros no setor imobiliário, da maciça presença de bancos internacionais (ver Tabela 3.3) e de importantes multinacionais ligadas à produção avançada de serviços, como as firmas de seguros, publicidade, consultoria jurídica, contábil ou administrativo-financeira. Todavia, o dinamismo da indústria no estado de São Paulo, em especial, e da "metrópole expandida", em particular, lança por terra a idéia de que o caráter global da RMSP será convertido em um novo modo de desenvolvimento.

Certamente, as conexões da metrópole com fluxos globais de capital cada vez mais intensos têm contribuído para o reforço do setor financeiro metropolitano, embora esses fluxos de capital não vêm sendo capazes de gerar um espaço pós-industrial na RMSP. Os dados preliminares analisados mostram que o espaço econômico metropolitano atravessa uma tendência de hibridização – impulsionada, parcialmente, pela expansão do escopo das multinacionais, dos serviços modernos e do capital financeiro -, mas a consolidação de uma macro-região industrial no entrono da RMSP evidencia que a indústria ainda se constitui no motor do desenvolvimento no estado, principalmente se considerarmos os movimentos recentes dos investimentos e da produção industrial.

---

[35] Um teste mais consistente da hipótese do surgimento de espaços híbridos na economia global só pode ser realizado com base na relação exportações industriais/PIB ou a partir dos dados do VTI industrial para cada metrópole a ser analisada. Assim, poderemos perceber se a produção está mais voltada para a dinâmica interna ou caracteriza as chamadas zonas de processamento de exportações (EPZ). Ao mesmo tempo, faz-se necessário realizar levantamentos mais detalhados sobre os movimentos do setor financeiro bem como construir um banco de dados sobre as maiores empresas transnacionais do terciário moderno na metrópole estudada. Avanços no segundo sentido foram empreendidos pelo chamado "grupo de Loughborough", que elaborou uma extensiva relação das maiores firmas prestadoras globais de serviços avançados e analisou o padrão de localização e a intensidade das relações entre os escritórios dessas empresas em várias metrópoles mundiais com o objetivo de determinar como funciona a hierarquia global de cidades. Entretanto, o foco apenas nos serviços modernos como elementos dinâmicos das economias urbanas pode levar a entendimentos inadequados de certas regiões do globo que, por razões históricas profundas, têm sido impulsionadas majoritariamente pelas engrenagens da indústria ainda que com um setor terciário altamente inovador e competitivo (cf. Beaverstock et.al. 1999; cf. Taylor, 2002). No teste proposto, poderíamos sustentar, como hipótese, que a relação exportações industriais/PIB em regiões como Seul, Tóquio, Cidade do México e São Paulo seria muito mais elevada do que em regiões como Londres ou Nova Iorque, exibindo, assim, o tipo de inserção dessas metrópoles na economia mundial, a qual pode não estar ligada ao setor financeiro como elemento motriz principal.

O reforço da metrópole como um espaço híbrido, isto é, que possui poderosas economias de aglomeração tanto no setor industrial como no setor de serviços avançados pode ser evidenciado com base na presença crescente de sedes de grupos empresariais nacionais e multinacionais bem como num setor financeiro cada vez mais sólido. No caso do setor bancário, nota-se uma concentração absolutamente desigual da movimentação financeira em bancos sediados na metrópole paulista, com evidente destaque para a própria cidade de São Paulo (ver Tabela 3.3 e Gráfico 3.1).

Destarte, o papel da metrópole paulista como o centro de finanças mais poderoso da América Latina juntamente com a Cidade do México pode ser apreendido com base na supremacia das movimentações financeiras realizadas pelos bancos sediados na RMSP, principalmente na cidade de São Paulo. Ancoram-se na metrópole trinta e quatro dos quarenta maiores bancos privados brasileiros, sendo que um deles em Osasco e o restante na cidade de São Paulo (ver Tabela 3.3).

Ao tomarmos como parâmetro de análise o volume de depósitos nos bancos privados, verificaremos que os bancos sediados na RMSP concentram a impressionante parcela de 89,32% de todos os depósitos efetuados nos quarenta maiores bancos privados brasileiros. Levando-se em conta o fato de que os bancos públicos ainda representam uma fatia expressiva do mercado - visto que os dez maiores bancos controlados pelo setor público amealham quase 50% do total de depósitos -, a predominância do sistema bancário metropolitano em termos nacionais revela-se de uma maneira bastante clara.

Tabela 3.3 – Os 40 Maiores Bancos Privados em Atividade no Brasil Classificados por Ativos Totais (-) Intermediação. Data-base: Setembro/2002 *Em R$ mil*

Ranking	***Instituição***	***Cidade/UF***	***Ativo total (-) Intermediação***	*Depósito total*	*No.Func.*	*No. de agências*
1	Bradesco	Osasco/SP	119.957.029	56.191.458	69.983	2.936
2	Itaú	São Paulo/SP	93.925.394	32.645.959	49.721	2.216
3	Unibanco	São Paulo/SP	63.252.292	24.902.247	25.173	909
4	Santander (1)	São Paulo/SP	57.628.374	18.562.688	20.509	1.017
5	ABN Amro	São Paulo/SP	41.567.239	13.917.162	22.698	848
6	BankBoston	São Paulo/SP	31.569.608	3.659.126	4.029	59
7	Citibank	São Paulo/SP	30.617.674	1.678.802	2.067	51
8	Safra	São Paulo/SP	25.306.208	7.578.147	4.024	79
9	HSBC	Curitiba/PR	24.177.077	11.575.069	20.677	944
10	BBA	São Paulo/SP	18.598.336	3.969.662	653	5
11	Votorantim	São Paulo/SP	17.156.138	6.241.665	290	4
12	Sudameris	São Paulo/SP	16.685.978	5.870.304	6.269	297
13	BBV	Salvador/BA	16.285.924	6.012.030	6.101	439
14	Lloyds	São Paulo/SP	10.676.281	627.060	300	4
15	JP Morgan (2)	São Paulo/SP	9.375.035	593.885	443	5
16	Credit Suisse	São Paulo/SP	6.614.315	1.533.871	18	2
17	Bank of America	São Paulo/SP	6.253.514	980.757	160	2
18	BNP Paribas	São Paulo/SP	5.602.778	131.636	220	4
19	Rural	Rio de Janeiro/RJ	5.268.216	2.879.169	2.063	84
20	Alfa	São Paulo/SP	5.239.173	1.339.412	1	9
21	Santos	São Paulo/SP	4.963.412	1.002.478	378	4
22	FIAT	São Paulo/SP	4.634.798	3.098.913	442	17
23	WESTLB	São Paulo/SP	4.606.534	69.256	229	3
24	Deutsche	São Paulo/SP	4.266.006	139.241	258	4
25	ABC-Brasil	São Paulo/SP	4.127.137	1.033.097	180	5
26	Volkswagen	SãoPaulo/SP	3.771.908	2.401.747	534	10
27	Fibra	São Paulo/SP	3.668.160	730.156	194	1
28	ING	São Paulo/SP	3.439.275	239.200	163	1
29	Mercantil do Brasil	Belo Horizonte/MG	3.134.316	2.190.273	4.540	204
30	Pactual	Rio de Janeiro/RJ	2.923.365	326.160	298	3
31	Tokyomitsubishi	São Paulo/SP	2.776.622	86.726	166	3
32	Brascan	Rio de Janeiro/RJ	2.754.728	341.002	136	2
33	Rabobank	São Paulo/SP	2.754.454	53.975	67	1
34	BNL	São Paulo/SP	2.718.906	746.470	260	5
35	GM	São Paulo/SP	2.688.836	1.730.873	513	1
36	Dresdner	São Paulo/SP	2.536.524	100.924	193	6
37	BIC	São Paulo/SP	2.465.721	1.250.941	650	37
38	SS	São Paulo/SP	1.848.527	1.424.140	72	2
39	SMBC	São Paulo/SP	1.649.831	177.123	79	1
40	SOFISA	São Paulo/SP	1.643.930	381.155	219	4
Total - 40 maiores bancos privados			669.129.573	218.414.459	244.970	10.228
Participação dos 40 maiores bancos privados (em %)			54.02	49.39	48.45	58.96
Total – 10 maiores bancos estatais (3)			529.115.146	212.082.882	247.469	6.651
Participação dos 10 maiores bancos estatais (em %)			42.71	47.95	48.95	38.34
Participação 50 maiores bancos brasileiros (em %)			96.73	97.34	97.40	97.30

Fonte: Banco Central do Brasil. *Sisbacen*. Balancetes processados até 06/01/2003. Elaboração do autor

(1) Conglomerado Santander/BANESPA

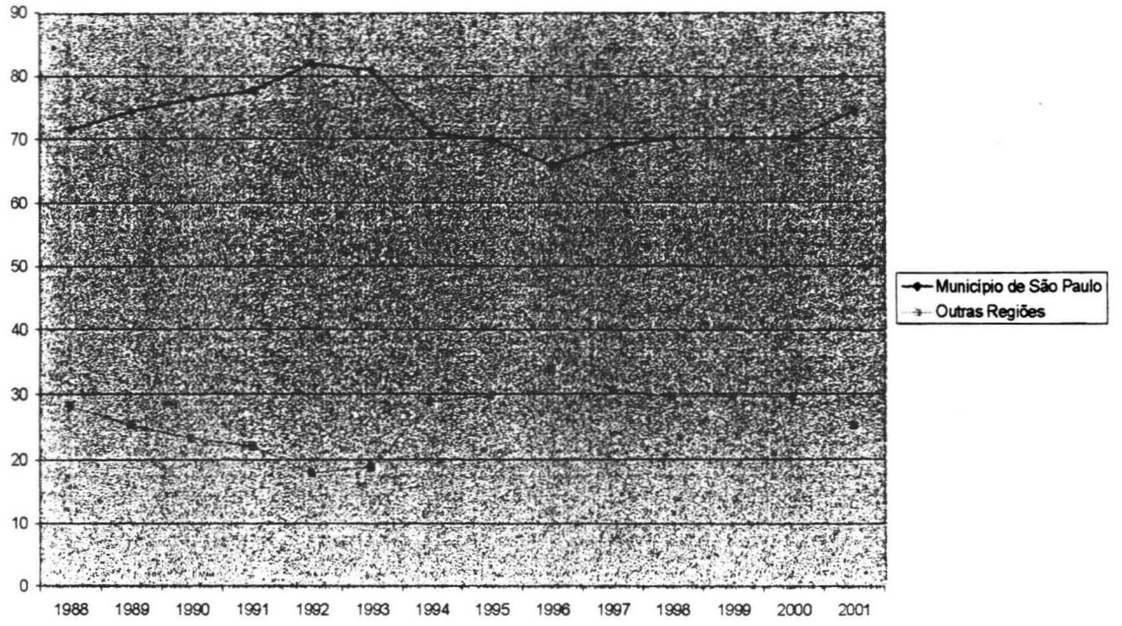
(2) Conglomerado JP Morgan/Chase Manhattan

(3) Banco do Brasil. BNDES. Caixa Econômica Federal. Nossa Caixa Nosso Banco. Banrisul. BNB. BASA. Banestes. BESC e BRDE

Tomando como referência de análise apenas o segmento financeiro do município de São Paulo, perceberemos que o núcleo metropolitano tem reforçado sua centralidade como centro de controle regional e nacional do sistema bancário, o que pode ser expresso por sua participação expressiva nas operações de crédito realizadas pelos bancos sediados no estado (ver Gráfico 3.1).

Gráfico 3.1

Operações de Crédito no Estado de São Paulo. Participação Relativa do Município de São Paulo x Outras Regiões do Estado (1988-2001) - Em porcentagem



Fonte: Fundação Seade. Elaboração do autor

Portanto, acreditamos estar cada vez mais claro que os circuitos de acumulação do capital plasmados historicamente no espaço metropolitano paulista apresentam uma característica de hibridismo, uma vez que o dinamismo financeiro da RMSP – longe ainda de assemelhar-se as cidades eminentemente das finanças como Londres e Nova Iorque – não significou um deslocamento do setor dinâmico da economia paulista. A indústria metropolitana insiste e resiste em ceder lugar aos atributos pós-modernos do espaço urbano.

Nesse sentido, se estivéssemos diante de uma transição do setor dinâmico da economia paulista em direção ao terciário moderno, o estado de São Paulo e a "metrópole expandida" não teriam mantido praticamente os mesmos níveis de participação no VTI nacional. Para tanto, basta lembrar que, entre os anos de 1985 e 2000, o estado de São Paulo perdeu apenas 2,7 pontos percentuais de sua participação na distribuição nacional do VTI, passando de 48,0% para 45,3% (IBGE, 2002:23)[36].

[36] A hipótese de que a "guerra fiscal" contribuiu para essa pequena queda de participação do VTI paulista num intervalo de 15 anos, pode ser corroborada pelo fato de que, entre os anos de 1985 e 1996, a participação do VTI paulista no volume produzido nacionalmente se elevou de 48,0% para 49,5% (IBGE, 2002). Na medida em que o ano de 1996 pode ser considerado como o ponto de inflexão da "guerra fiscal" com a assinatura do Protocolo de Intenções entre a Renault e o estado do Paraná que, com uma postura agressiva de incentivos fiscais e não fiscais, transformou o processo de implantação de novas

Nossa perspectiva analítica, que adota uma visão integrada do espaço produtivo metropolitano, indica que, ao invés de uma interiorização do desenvolvimento, o território paulista atravessou intensos movimentos de reorganização de suas economias de aglomeração, pois os elevados índices de urbanização no núcleo metropolitano acabaram por gerar deseconomias de aglomeração as quais impulsionaram um rearranjo do espaço produtivo através da expansão radial da malha produtiva da RMSP. No entanto, essa expansão foi determinada pela existência de infra-estrutura adequada em áreas contíguas à RMSP, transformando a proximidade da metrópole numa das economias externas que beneficiaria as plantas instaladas na sua órbita.

Dessa forma, os últimos anos revelaram um intenso movimento de reordenação das combinações entre forças centrípetas e centrífugas presentes no espaço econômico. A hiper urbanização e os custos crescentes associados à RMSP engendraram forças centrífugas que motivaram o deslocamento da produção para áreas mais afastadas da metrópole, embora essas áreas não fossem afastadas o bastante para não se apropriar das facilidades de proximidade com a malha produtiva da RMSP.

Nesse conflito das forças centrífugas com as forças centrípetas, o território parece estar buscando um equilíbrio em termos da organização territorial da produção, uma vez que as forças centrípetas ainda presentes na metrópole limitaram uma migração acentuada da produção para outras áreas, fato este reforçado pela ausência de economias de aglomeração consideráveis em outras regiões produtivas do país (Storper, 1990).

Assim, o deslocamento da produção, principalmente em alguns setores da indústria, limitou-se pela proximidade da principal região industrial do Brasil. O campo de forças que define o destino de uma região em termos econômicos assume uma dimensão fundamental, já que

> *(...) num mundo onde retornos crescentes de escala e custos de transporte são importantes, encadeamentos para a frente a para trás podem criar uma lógica circular de aglomeração. Isto é, todos os fatores permanecendo*

---

indústrias no Brasil em um verdadeiro leilão do qual as empresas foram as maiores beneficiadas, às expensas das já combalidas finanças dos estados. Não deixa de ser impressionante que, apesar da "guerra fiscal", o estado de São Paulo praticamente mantém os mesmos padrões de produção do VTI verificados nos anos 80, de modo a demonstrar a extrema potencialidade do estado no que se refere ao setor industrial. De posse desses dados, torna-se impossível asseverar que um deslocamento do setor dinâmico estaria ocorrendo em São Paulo, principalmente quando o foco é o campo aglomerativo formado pela região metropolitana expandida. Afirmar isso não significa negar que o setor financeiro metropolitano bem como o de serviços avançados encontram na metrópole paulista um espaço privilegiado de localização e dinamismo.

constantes, os produtores querem localizar-se perto dos seus fornecedores e dos seus consumidores – o que significa que eles querem localizar-se perto um do outro. A segunda idéia é que imobilidade de alguns recursos - terra certamente, e em muitos casos trabalho – age como um força centrífuga em contraposição à força centrípeta da aglomeração. E a tensão entre as forças centrífugas e centrípetas dá forma à evolução da estrutura espacial da economia (Krugman *et alii*, 1999:346)[37]

As tendências que apontam para a formação de um espaço híbrido compreendendo uma macro-região urbana formada pela RMSP e seu entorno num raio de 150 km da capital paulista podem ser corroboradas pelos movimentos recentes dos investimentos industriais no estado de São Paulo. Nesse sentido, as estratégias metodológicas adotadas por Pacheco (1999), que analisa quantitativa e qualitativamente o investimento industrial para determinar os padrões locaionais da indústria em termos nacionais, são úteis também para o espaço regional na medida em que nos possibilita verificar se existe realmente uma predisposição a formação de "novos espaços industriais" cujas economias de aglomeração seriam independentes da malha industrial tradicional, qual seja, a metrópole, ou se há um reforço produtivo deste espaço[38]. Uma análise preliminar dos investimentos industriais no estado de São Paulo aponta para o segundo caminho, uma vez que as regiões produtivas que mais recebem investimentos são exatamente as mesmas que apresentam uma concentração avassaladora do VTI nacional e estadual.

---

[37] "(...) in a world where increasing returns and transport costs are both important, forward and backward linkages can create a circular logic of agglomeration. That is, other things being the same, producers want to locate close to their suppliers and to their customers – which means that they want to locate close to each other. The second idea is that the immobility of some resources – land certainly, and in many cases labor – acts a centrifugal force that opposes the centripetal force of agglomeration. And the tension between centrifugal and centripetal forces shapes the evolution of the economy's spatial structure" (Krugman *et alii*, 1999:346)

[38] Os dados da última *Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP)* indicam que as atividades industriais mais intensivas em capital e conhecimento apresentam uma tendência a instalar-se na RMSP, inclusive com o destaque da cidade de São Paulo (Matteo & Tapia, 2002). Evidentemente, as ressalvas postas por Pacheco (1999) continuam válidas, pois não há nenhum mecanismo que nos permita saber com certeza se o investimento foi efetivamente aplicado, ainda que as intenções relativas aos investimentos industriais nos possibilitem perceber padrões locacionais setoriais (ver Pacheco, 1999).

Tabela 3.4 – Investimentos industriais anunciados entre 1995 e maio de 2000. Por região administrativa *Em US$ milhões e porcentagem (1)*

Região Administrativa de Araçatuba	130,41	0,03
Região Administrativa de Barretos	27,72	0,00
Região Administrativa de Bauru	516,94	1,10
Região Administrativa de Campinas	10525,87	22,55
Região Administrativa Central	1183,63	2,54
Região Administrativa de Franca	103,85	0,02
Região Administrativa de Marília	82,07	0,02
Região Administrativa de Presidente Prudente	121,24	0,02
Região Administrativa de Registro	7,50	0,00
Região Administrativa de Ribeirão Preto	224,27	0,05
Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)	14662,24	31,41
Região Administrativa de Santos	1923,38	4,12
Região Administrativa de São José do Rio Preto	46,55	0,00
Região Administrativa de São José dos Campos	9563,98	20,49
Região Administrativa de Sorocaba	2460,76	5,27
Outros municípios (2)	1383,42	2,96
Diversos municípios (3)	3717,24	7,96
Total SP	46681,07	100,00

Fonte: Fundação SEADE/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Esatdo de São Paulo. Elaboração do autor

(1) Investimentos industriais classificados com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)

(2) Municípios pertencentes às Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos, RMSP e Sorocaba localizados além do raio de 150km da cidade de São Paulo

(3) Investimentos que se destinam a mais de um município, sem valor definido para cada um deles

Assim, os investimentos industriais no estado corroboram a tendência de reforço dos espaços de produção que se formam e consolidam no entorno da metrópole. Essa afirmação ganha consistência quando olhamos para os investimentos industriais anunciados de 1995 a 2000 e notamos que, de modo semelhante ao que já indicamos para os movimentos do VTI, o "aglomerado radial" é o maior receptor de investimentos industriais nos anos recentes. Além disso, esses dados demonstram que, ao contrário do que vem sendo apontado em relação à indústria metropolitana – que, inevitavelmente, atravessaria um processo de arrefecimento produtivo (cf. Tavares, 2000) -, o espaço de produção engendrado na RMSP e seu entorno deu abrigo a um volume denso de investimentos provenientes do setor industrial (ver Tabela 3.4).

Os recentes padrões de investimentos industriais no estado de São Paulo possibilitam a visualização da emergência de um espaço dinâmico de produção, impulsionado pela indústria, o qual se forma e se reforça no entorno da RMSP. Uma análise combinada dos dados da produção industrial, baseada no VTI, e dos investimentos recentes do setor

industrial conduzirá a um modo de desenvolvimento sócio-espacial no estado de São Paulo que não se remete às supostas novidades locacionais pós-fordistas apontadas por Scott (1998) tampouco a um espaço metropolitano que tem como força motora principal os circuitos de acumulação do capital do setor de serviços pós-industriais, malgrado esse tipo de terciário moderno ser mais desenvolvido na metrópole paulista do que em qualquer outra cidade brasileira, indicando a emergência de uma espacialidade híbrida que se reforça na esteira de heranças históricas e sociais profundas[39].

Em consonância com essa perspectiva analítica, podemos apontar, em primeiro lugar, que o desenvolvimento radial verificado no entorno da cidade de São Paulo não apresenta uma tendência de espraiamento para regiões localizadas fora do raio de 150 km da cidade de São Paulo – evidenciando seu papel como força centrípeta basilar, já que a atividade industrial não se afasta da metrópole e se reforça em regiões contíguas a RMSP. Nesse padrão radial de desenvolvimento, os padrões de produção do VTI e os investimentos industriais mostram que a RMSP vem agindo como uma espécie de ímã industrial do qual dependem os movimentos da indústria no estado. A conclusão é lógica, posto que esse espaço industrial que se reforça cingindo a RMSP e, portanto, apresenta um caráter dependente dessa região metropolitana. Não se trata, destarte, de novas economias de aglomeração, já que estas são produzidas pela metrópole e, em muitos casos, a proximidade da Grande São Paulo converte-se numa das economias de aglomeração da atividade industrial.

---

[39] Entendemos que o principal problema enfrentado pela tradição de pesquisa das cidades mundiais ou cidades globais é de natureza ontológica. Ao assumir que o terciário moderno representa o atual estágio de racionalidade da sociedade moderna – no qual a informação assume um caráter central -, os autores deixam de lado as trajetórias desiguais de desenvolvimento em vários países -como, por exemplo, o Brasil -, onde a industrialização representou a consolidação de um mercado urbano restringido, contrastando com as demais regiões do espaço nacional, estagnadas (Furtado, 1966). Essas heranças contribuem para que o mercado e a renda permaneçam concentradas, atravancando o surgimento de regiões dinâmicas afastadas da metrópole. Na medida em que essas regiões apresentam graus avassaladores de concentração do dinamismo dos setores industrial, financeiro e de outros serviços, a intensificação da globalização tende a reforçar nessas regiões seu caráter híbrido. Assim, as posições de grandes escritórios de prestação de serviços de todo o tipo tendem a instalar-se nas metrópoles do mundo subdesenvolvido com a desregulamentação dos mercados desses países. Não por acaso, a cidade de São Paulo tornou-se um dos maiores pontos de ancoragem dessas empresas entre os países subdesenvolvidos juntamente com a Cidade do México, colocando-as no seleto grupo de cidades mundiais de segunda ordem (Beaverstock et alii, 1999). Os critérios utilizados por Beaverstock et alii (1999) foram a presença e a importância atribuída a cidade por multinacionais importantes prestadoras de serviços contábeis, financeiros e legais, publicidade e marketing e consultoria jurídica. Nessa classificação, São Paulo é figura como uma cidade mundial beta, ou seja, na segunda ordem de importância – atrás das cidades de tipo alfa. Entretanto, os dados disponíveis até este momento não indicam que esse caráter da metrópole seja a fonte de seu dinamismo sócio-econômico.

Nessa medida, as possibilidades de investimento levantadas acima nos levam a concluir que esse aglomerado radial consolida-se, paulatinamente, como o espaço de produção mais dinâmico em termos nacionais, não somente no que concerne ao VTI mas também no que diz respeito aos setores intensivos em capital, tecnologia e *design* (Matteo & Tapia, 2002).

Se tomarmos como referência as cinco regiões que compõem o aglomerado radial (Campinas, RMSP, Santos, São José dos Campos e Sorocaba), verificaremos que essa macro-região urbana concentra 83,84% do volume de investimentos industriais anunciados para o estado de São Paulo, de modo a indicar um reforço da metrópole expandida ao invés de um movimento de expansão mais ampla da atividade industrial. Como a participação desse campo aglomerativo no VTI estadual saltou de 81,40% para 85,90% (IBGE, 2002), como vimos anteriormente, o mesmo grau de concentração em relação ao investimento industrial apenas dá maior consistência a afirmação de que o aglomerado radial apresenta uma tendência a reforçar-se no entorno da RMSP, gerando uma enorme desigualdade na intensidade da atividade industrial dentro do estado de São Paulo.

Diante disso, uma segunda conclusão, ainda mais candente, nos remete ao papel da RMSP como a região industrial mais importante do país, já que, sozinha, é responsável pela captação provável de 31,41% dos investimentos industriais anunciados para o estado entre 1995 e maio de 2000 (ver Tabela 3.4).

Deslocando o foco da análise para os municípios para os quais os maiores volumes de investimentos industriais foram anunciados entre 1995 e maio de 2000, mais uma vez notaremos o padrão de reforço da zona centrípeta engendrada às bordas da metrópole paulista. Primeiramente, julgamos relevante apontar a tendência de extrema concentração dos investimentos industriais em num conjunto reduzido de municípios na área de influência da RMSP, representada pela dinâmica sócio-espacial do raio de 150 km a partir da capital. Assim, dos 22 municípios do estado de São Paulo ordenados por valor de investimentos anunciados, apenas um município, São Carlos, encontra-se fora do aglomerado radial por nós traçado, ainda que numa região limiar entre este e áreas menos desenvolvidas do estado em termos da produção industrial (ver Tabela 3.5).

Nesse sentido, esse conjunto restrito de municípios concentra 67,41% de todo o estoque de investimentos anunciados para o estado entre 1995 e maio de 2000. A força industrial da metrópole expandida reflete-se no elevado volume de investimentos

anunciados para os 21 municípios da relação, uma vez que os 21 municípios do campo aglomerativo mais dinâmicos no que tange aos investimentos industriais são responsáveis por 65,49% do total de investimentos anunciados para o estado de São Paulo. Em segundo lugar, merece referência a posição da cidade de São Paulo na relação de investimentos industriais, pois, a cidade que há muito se transformou num centro do terciário moderno, responde por 6,92% do investimento industrial anunciado para São Paulo, figurando em terceiro lugar na lista das cidades com maior volume de investimentos anunciados (ver Tabela 3.5).

Tabela 3.5 – Municípios no estado de São Paulo com maior volume de investimentos anunciados entre 1995 e maio de 2000. Setor industrial (1)

Em US$ milhões e porcentagem

1 – São José dos Campos	4644,16	9,95
2 – São Bernardo do Campo	4397,53	9,42
3 – São Paulo	3229,69	6,92
4 – Taubaté	2234,72	4,79
5 – Cubatão	1662,65	3,56
6 – Jacareí	1423,19	3,05
7 – Santo André	1373,90	2,94
8 – Mauá	1279,70	2,74
9 – Sumaré	1124,03	2,41
10 – Campinas	1117,23	2,39
11 – Sorocaba	1029,07	2,20
12 – Pindamonhangaba	969,07	2,08
13 – Paulínia	918,28	1,97
14 – São Carlos	894,64	1,92
15 – Mogi das Cruzes	768,48	1,65
16 – São Caetano	736,35	1,58
17 – Suzano	683,40	1,46
18 – Americana	651,17	1,39
19 – Jundiaí	619,47	1,33
20 – Barueri	588,01	1,26
21 – Jaguariúna	585,97	1,25
22 – Guarulhos	536,53	1,15
Total 22 municípios	31468,04	67,41
Total SP	46681,07	100,00

Fonte: Fundação SEADE/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. Elaboração do autor

(1) Investimentos industriais classificados com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)

Assim, torna-se complexo afirmar que a cidade de São Paulo embarcará num navio sem volta que levará a cidade ao porto seguro do setor de serviços pós-industriais capaz de transformar o caráter sócio-econômico metropolitano.

Entendemos, nesse sentido, que o reforço do hibridismo pode ser defendido pela própria trajetória da produção e do investimento industrial no estado, que está longe de apontar para uma sucessão setorial, por um lado, e indicar a debilidade da metrópole no que se refere à indústria, por outro lado.

4. O caráter híbrido da RMSP: a consolidação do espaço industrial de serviços

As transformações recentes sofridas pela economia metropolitana estão longe de ser adequadamente compreendidas. O entendimento equivocado de que o espaço produtivo metropolitano estaria seguindo uma senda sem retorno rumo a uma economia terciária evidencia que as relações entre os setores industriais e de serviços são analisadas de maneira estanque pela literatura, de maneira a engendrar confusões empíricas que têm conduzido a uma fantasia pós-industrial que se distancia cada vez mais da complexa dinâmica produtiva e territorial a qual, por sua vez, está no centro de um movimento de re-espacialização das atividades econômicas na malha produtiva metropolitana.

Sob a perspectiva analítica que esgrimamos neste trabalho, são essenciais algumas ressalvas de natureza metodológica para que possamos apreender que não estamos diante de um movimento de terciarização da metrópole - estribado numa sucessão setorial que encontra no terciário moderno seu impulso motor - tampouco diante de uma inexorável desindustrialização marcada pela perda de dinamismo do setor industrial como setor-chave do desenvolvimento sócio-econômico metropolitano.

Em primeiro lugar, a "ilusão estatística" - para a qual somos freqüentemente conduzidos - de que o setor de serviços tenderia a dominar a paisagem sócio-econômica metropolitana tem suas raízes numa compreensão inadequada das relações que movem o setor industrial e o setor de serviços, as quais são caracterizadas, essencialmente, por novos padrões de organização da indústria, que vem atravessando processos intensos de reestruturação produtiva nos últimos anos. Assim, muitas atividades que durante o auge da produção em massa eram executadas no interior da empresa industrial foram externalizadas e atualmente são registradas como atividades do terciário, ainda que mantendo uma relação de simbiose com os processos de produção industrial. Dessa forma, o crescimento do setor terciário traz à lume a sua complementaridade com o setor industrial na organização sócio-econômica do território, tornando a RMSP não um espaço metropolitano pós-industrial ou terciário, mas uma *metrópole industrial de serviços* na medida em que não se trata de uma ruptura entre indústria e serviços, mas de arranjos produtivos baseados na complementaridade entre esses dois setores da vida econômica[40] (Veltz, 2002).

---

[40] Nesse sentido, Veltz (1997) argumenta que as fronteiras entre os setores secundário e terciário são cada vez mais fluidas e muito difíceis de serem definidas de acordo com os padrões tradicionais. De acordo com o autor, o espetacular crescimento dos serviços está intrinsecamente relacionado com a

O crescimento do setor de serviços, desse modo, é indissociável da dinâmica industrial, reforçando a construção de um caráter sócio-econômico *híbrido* na metrópole paulista, uma vez que os serviços se desenvolvem num movimento estritamente dependente das relações de produção plasmadas no interior da indústria[41]. Posto de outra forma, o avanço do terciário ocorre, em boa medida, como construto da indústria e não trilha um caminho paralelo ou contrário aos mecanismos da produção manufatureira. Assim, é importante enfatizar que os processos de reorganização das relações de produção no núcleo-base da economia paulista – entre as quais a consolidação de um setor terciário moderno metropolitano - estão fortemente relacionados às intensas transformações atravessadas pelo setor industrial nos anos noventa.

Em segundo lugar, os diferenciais de produtividade entre as atividades industriais e de serviços podem nos conduzir a uma falsa impressão de que estamos vivenciando um inevitável declínio do setor industrial como setor-chave do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, as maiores taxas de produtividade no setor industrial em comparação

---

"desconstrução" do modelo empresarial fordista e com a reorganização das relações entre as firmas. Assim, "(...) a 'desconstrução' de grandes sistemas industriais monolíticos juntamente com a formação de redes e a externalização induzem o desenvolvimento de numerosos serviços previamente incluídos nas atividades das grandes empresas, ou induzidos pela emergência de novas configurações produtivas" (Veltz, 1997:81). ["(...) the 'deconstruction' of large monolithic industrial systems together with networking and externalization induce the development of numerous specialized services previously included in the activities of large firms, or induced by the emergence of new production configurations" (Veltz, 1997:81)].

[41] A perspectiva da hibridização espacial nas configurações produtivas metropolitanas pode consolidar um instrumento conceitual heurístico que nos permita escapar de análises estribadas numa separação artificial e empiricamente pobre entre os setores secundário e terciário, as quais tem conduzido muitos pesquisadores a caracterizar, equivocadamente, a RMSP como uma metrópole terciária. Apesar da riqueza de seu trabalho em termos empíricos, Araújo (2001:10) comete o grave erro de apontar que "a RMSP deixou de ser predominantemente industrial e passou a se caracterizar como uma metrópole de serviços exatamente porque se mantém como a principal região industrial do país". Essa proposição é inconsistente empiricamente na medida em que não detectamos o predomínio do setor de serviços na geração de valor adicionado – como veremos adiante, mas, pelo contrário, verificamos uma distância abissal entre os dois setores na produção do Valor Adicionado Fiscal tanto na RMSP como na "metrópole expandida". Além disso, o crescimento do emprego no setor terciário metropolitano não se dá sem um profundo e complexo encadeamento com as atividades de produção industrial. Como apontam Comin & Amitrano (2003:57), "(...) com a expulsão do interior das empresas industriais de inúmeras atividades – desde serviços de baixa complexidade, como alimentação limpeza, zeladoria, manutenção e segurança patrimonial, até os mais complexos, como serviços jurídicos, publicidade e *marketing*, atendimento ao consumidor, *design*, análise e suporte de informática -, essas ocupações desapareceram das estatísticas do setor industrial e reapareceram nas dos setores de serviços, mas sem que sua funcionalidade com o setor secundário tenha se alterado". Portanto, a terciarização metropolitana é um termo falacioso que subentende uma transição setorial da manufatura para os serviços como elementos dinâmicos da organização sócio-econômica do território. Entrementes, se tomarmos a complementaridade entre os dois setores em termos da organização da produção e o predomínio absoluto da indústria na geração do valor adicionado da RMSP, veremos que necessitamos de perspectivas alternativas que superem a dicotomia artificial entre serviços e indústria a qual constitui a base da fantasia pós-industrial ou das metrópoles terciárias (Veltz, 2002).

com os serviços contribuem não somente para uma participação mais robusta deste setor na composição do produto, mas também para um declínio da contribuição do segmento industrial na produção de valor adicionado e, conseqüentemente, do PIB[42]. Ademais, o aprofundamento das estratégias de reestruturação produtiva neste segmento promove, *inter alia*, uma elevação considerável da produtividade afetando negativamente a base quantitativa do emprego industrial. Não por acaso, alguns autores acertadamente alertam que a dinâmica do emprego deve ser analisada com prudência quando se trata de apurar a emergência e a consolidação de uma economia de serviços ou de metrópoles terciárias (Veltz, 2002; Comin & Amitrano, 2003).

Nessa medida, a inevitabilidade da desindustrialização ou terciarização da metrópole paulista, bem como sua transfiguração sócio-econômica impulsionada pelos serviços modernos, devem ser tratadas com cautela sob pena de caracterizações imprecisas da estrutura produtiva metropolitana. Diante disso, somos levados a concluir que tomar o declínio estrutural do emprego manufatureiro como sinal da decadência da indústria no território enseja um erro metodológico que obscurece a compreensão adequada da dinâmica sócio-econômica da RMSP. Se é certo afirmar que o setor industrial apresenta níveis mais elevados de produtividade em relação aos serviços, é também correto asseverar que a indústria se move em torno de uma capacidade maior de poupar postos de trabalho. Em consonância com essa perspectiva, Chang (1996:57) aponta que

> *a principal razão para essa mudança estrutural no emprego rumo aos serviços parece ser a (relativa) inflação dos custos dos serviços em razão de seus menores níveis de crescimento da produtividade (em comparação com a manufatura) ao invés de uma mudança real da demanda em direção aos serviços a partir do aumento da renda (...) em segundo lugar, a desindustrialização, definida como o declínio da participação do emprego da indústria manufatureira no emprego total (e o decréscimo da participação da indústria manufatureira no produto total a preços correntes), é um resultado*

[42] Como argumenta Chang (1996), a maior produtividade da indústria em relação aos serviços engendra uma alteração na composição dos preços relativos em favor deste último setor, de modo a alterar a contribuição de cada setor para a geração do PIB. Na medida em que o setor de serviços apresenta taxas menores de produtividade a balança de preços penderá em favor deste setor, o qual, por conseguinte, será responsável pela geração de uma parcela crescente do valor agregado quando comparado com a indústria. Ainda que apoiados numa estrutura argumentativa um pouco distinta, que leva em conta o contexto macroeconômico dos anos noventa, Comin & Amitrano (2003) atingem conclusões semelhantes sobre a mudança da relação entre os setores industrial e de serviços na composição do valor adicionado.

inevitável de longo prazo das taxas diferenciais de produtividade entre a indústria e os serviços, e não está relacionada necessariamente ao declínio de competitividade do setor manufatureiro da economia (Chang, 1996:57)[43]

Em terceiro lugar, e como conseqüência direta das questões levantadas no item anterior, não podemos nos esquivar de trazer à baila questões relacionadas às mudanças - levadas à cabo a partir do início dos anos noventa - no quadro de regulação macroeconômico, marcadas pela implementação de uma agenda de governo perpassada por estratégias de abertura comercial e desregulamentação dos mercados nacionais, a qual provocou impactos profundos sobre a principal base produtiva do País, qual seja, a RMSP. As agressivas medidas de redução das barreiras tarifárias e não tarifárias que tomaram forma logo no início da década de noventa, associadas à política de valorização cambial pós-Real, produziram sensíveis transformações no ambiente regulatório ao qual se submetia o setor produtivo desde os anos desenvolvimentistas, marcados por forte intervenção estatal e graus elevados de proteção aos setores industriais (Hay, 1997)[44].

As conseqüências dessas medidas para o setor produtivo nacional e, mais especificamente, para a indústria metropolitana paulista - que, devido ao seu caráter multiespecializado e à complexidade de suas cadeias produtivas em vários segmentos industriais, torna-se mais sensível à dinâmica macroeconômica – foram profundas no sentido de que forçaram intensos movimentos defensivos de reestruturação produtiva[45] em vários setores da indústria num novo patamar de competitividade estabelecido por um sistema de preços definido, em larga medida, por variáveis exógenas advindas da

---

[43] "(...) the major reason for such a structural shift in employment towards services seems to be the (relative) cost-inflation of services due to their lagging productivity growth (compared with that of manufacturing) rather than a real shift in demand towards services as incomes rise (...) secondly, deindustrialisation, defined as the decrease in the share of manufacturing employment in total employment (and the decrease in the share of manufacturing output in total output in current prices), is an inevitable long-term result of differential productivity growth rates between manufacturing and services, and is not necessarily related to the declining competitiveness of the economy's manufacturing sector" (Chang, 1996:57)

[44] A velocidade e a intensidade da transição rumo à agenda neoliberal produziram efeitos de reestruturação drásticos em vários setores industriais, os quais conduziram a uma elevação vertiginosa da produtividade na indústria, por um lado, e a desagregação de várias cadeias produtivas, por outro lado. Para uma visão detalhada dos impactos da agenda neoliberal no Brasil, ver Hay (1997) e Carneiro (2002).

[45] Os movimentos defensivos de reestruturação produtiva estão fortemente baseados num aumento de produtividade baseado na terceirização das funções produtivas. Nesse sentido, a elevação dos níveis de produtividade não é extraída primordialmente de movimentos inovadores na produção, mas de processos mais intensivos de exploração da mão-de-obra, estribados na ruptura das antigas alianças entre capital e trabalho (Lipietz, 1986).

dinâmica do mercado internacional e do câmbio. Acerca da transformação profunda e rápida dos mecanismos de regulação da economia brasileira, Carneiro (2002:317) observa que a mudança mais importante "(...) é a diminuição das relações intersetoriais da economia brasileira. Na sua operação corrente e, mais ainda, na sua reprodução, as articulações entre os vários setores produtivos foram reduzidas. Ou seja, o padrão de crescimento fundado no adensamento das relações interdepartamentais foi desarticulado".

Com efeito, inúmeros setores da cadeia produtiva ficaram desprotegidos de modo a sucumbir à competição internacional estimulada por uma política macroeconômica que favorecia um elevado grau de internacionalização dos bens produzidos nacionalmente por meio de importações. Além disso, os novos patamares de regulação erigidos pelo governo brasileiro contribuíram para detonar setores que não apresentavam as mínimas condições de enfrentar a concorrência num ambiente econômico fortemente liberalizado – como mostram os casos dos segmentos têxtil e de autopeças cuja presença é marcante na RMSP[46]. Nesse sentido, a relativa perda de dinamismo da indústria metropolitana, revelada pelo decréscimo da participação desse setor na composição do valor adicionado metropolitano e estadual, pode ser explicada, em considerável medida, pelas escolhas e pelos processos que dominaram a agenda de governo nos anos noventa, claramente orientada para a abertura comercial – que se revelou traumática para a indústria da RMSP em comparação com outras regiões.

Com base nessas questões, a análise da dimensão macroeconômica que caracterizou os anos noventa permite-nos algumas conclusões basilares no sentido de descartar algumas hipóteses equivocadas sobre a terciarização da metrópole e sobre a perda de dinamismo da indústria como motor do desenvolvimento na RMSP. Assim, três colocações são peremptórias no sentido de deslocar o foco da análise de uma suposta transição setorial para uma análise que centre foco na integração indústria-serviços:

(i) os movimentos de abertura comercial tiveram um impacto profundo nos níveis de produtividade da indústria paulista, intensificando os diferenciais de

[46] De acordo com Comin & Amitrano (2003:60), "(...) a elevada concentração da atividade econômica em São Paulo faz que tanto nos momentos de *boom* como nos de recessão a velocidade e a profundidade do impacto sejam maiores do que nos demais estados". Assim, como conseqüência da mudança dos paradigmas macroeconômicos, "(...) a convergência dos preços industriais domésticos aos da concorrência internacional, associada à forte pressão competitiva, foi extremamente deletéria para a indústria, em especial na RMSP" (Comin & Amitrano, 2003:63). Para uma análise detalhada dos efeitos nocivos da política neoliberal sobre as cadeias produtivas no setor automotivo, ver Bedê (1997).

produtividade entre os setores industrial e de serviços. Como corolário, a liberalização da economia posta em marcha nos anos noventa promoveu um choque de preços relativos em favor do setor de serviços, o qual, por sua vez, passa a refletir na composição do valor adicionado (Comin & Amitrano, 2003).

(ii) as estratégias neoliberais dos noventa ensejaram um vertiginoso processo de reestruturação produtiva defensiva por parte do setor industrial, o qual lastreou-se em intensos processos de terciarização que resultaram na externalização de atividades antes desenvolvidas no interior das empresas. Dessa forma, a reestruturação produtiva dos noventa, longe de plasmar uma transição setorial da metrópole em direção aos serviços, reforçou os laços de funcionalidade entre o secundário e o terciário através de uma industrialização das atividades de serviços, gerando um grau crescente de interpenetração organizacional entre os dois setores, assim como uma forte integração espacial da produção no espaço metropolitano, a qual está na base da formação de um espaço industrial de serviços por natureza híbrido[47]. Portanto, o peso maior dos serviços na composição do valor adicionado deve ser visto com mais cuidado, já que a transferência de atividades industriais – no âmbito dos esquemas de industrialização dos serviços - para o setor terciário nos leva a concluir que parte do valor adicionado produzido por este setor é indissociável da produção manufatureira.

(iii) os padrões locacionais novo ciclo de investimentos no setor de serviços, que irrompeu após a abertura e desregulamentação dos mercados nacionais e as privatizações, revelam o peso da malha produtiva da RMSP sobre as demais regiões do Estado, uma vez que a metrópole paulista absorve parcelas crescentes do investimento nos serviços diretamente relacionados à produção

[47] Claro está, portanto, que, no que diz respeito às recentes configurações produtivas assumidas pela RMSP, há um forte movimento de integração organizacional e espacial entre indústria e serviços, como temos observado neste trabalho. Não se trata, destarte, da formação de um espaço metropolitano como expressão de uma "economia de serviços" – que dispensaria a proximidade espacial entre secundário e terciário por conta dos elevados custos de aglomeração na metrópole e do avanço nas tecnologias de comunicação (cf. Sassen, 2001c). A "economia de serviços" na RMSP conforma uma contradição em termos, uma vez que tal economia não existe sem seus complexos encadeamentos espaciais e organizacionais com o setor industrial. O legado dos anos noventa para a RMSP, na abordagem que propomos, é a economia industrial de serviços.

industrial. Contrariamente as hipóteses da metrópole terciária, é mister observar a emergência – impulsionada pela intensa reestruturação produtiva na indústria – de economias de aglomeração derivadas da integração espacial e organizacional entre o secundário e o terciário, a qual reforça o espaço industrial de serviços na metrópole paulista. Sob nossa perspectiva de análise, os padrões de investimento e da produção de valor adicionado na RMSP mostram que o setor de serviços moderno que nela se configura só pode existir porque lá está instalado o maior e mais complexo parque produtivo nacional[48]. À guisa de ilustrar esse movimento, podemos citar o *boom*, nas cidades de São Paulo e do México, dos setores intensivos em conhecimento, os quais apresentam as mais intensas sinergias com o setor de serviços[49].

---

[48] Acerca dessa questão, devemos expressar nossa concordância com Araújo (2001), ainda que, sob um enfoque analítico distinto, não identifiquemos a predominância do terciário na metrópole, como aponta a autora. Na verdade, o crescimento do terciário só é significativo porque há o predomínio da indústria como motor do desenvolvimento sócio-econômico da região, tese que temos buscado sustentar no decorrer deste trabalho.

[49] Elaboração do autor com base nos dados do INEGI (2000, 2002) demonstram um extremo dinamismo industrial na Cidade do México e na metrópole expandida mexicana. Mesmo com o aprofundamento da agenda neoliberal nos anos 90 durante o mandato de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), a participação do PIB industrial da Zona Metropolitana da Cidade do México (ZMCM) entre 1993 e 2001 no conjunto do país declina apenas 4,58% (de 38,85% em 1993 para 34,27% em 2001), apesar do *boom maquilador* no norte do país motivado pela integração do México com a economia norte-americana (Asuad Sanén, 2000; Garza, 1999). Se tomarmos a metrópole expandida como referência, isto é, as sete Entidades Federativas que se integram à Cidade do México, verificaremos seu peso avassalador no conjunto da produção industrial mexicana, uma vez que, entre 1993 e 2001, sua participação no PIB industrial mexicano recua de 48,95% em 1993 para 46,29% em 2001 com pequenas variações positivas e negativas nesse período, o que não configura um declínio estrutural do setor industrial nessa macro-região urbana (INEGI, 2000;INEGI, 2002). Em termos setoriais, notamos uma participação crescente dessa região nos setores intensivos em conhecimento - como o de impressão, edição e gravações e o setor químico - no conjunto do PIB industrial mexicano. No caso da indústria de impressão, edição e gravações (*división II*), somente o Distrito Federal era responsável por 39,17% do PIB desse setor gerado nacionalmente em 2001. Se agregarmos a participação do Estado do México (16,18%) para calcularmos a contribuição da ZMCM, chegaremos ao valor de 55,35% do PIB industrial desse setor em 2001. No caso do setor químico (*división I*), somente o Distrito Federal produziu, em 2001, 32,12% do PIB industrial mexicano do setor, ao passo que a ZMCM foi responsável por 51,94% do PIB industrial do México nessa divisão da indústria (INEGI, 2002). No que concerne ao Brasil, vale lembrar que esses setores apresentam alta concentração do VTI no Estado de São Paulo: 58,90% do VTI setorial nacional em 2000 no setor de impressão, edição e gravações e 58,86% no setor químico (IBGE, 2002). Ressaltando a importância específica do município de São Paulo na estrutura industrial paulista e brasileira, Matteo & Tapia (2002:90) observam que "(...) o município de São Paulo, tido por muitos como praticamente dedicado à produção de serviços, ainda responde, sozinho, por 1/3 da produção industrial do estado, com destaque para os setores intensivos em conhecimento. É o caso expressivo da divisão de edição e impressão, que é o que mais agrega valor na estrutura industrial do município, e que representa 2/3 dessa divisão no estado". Podemos dizer, então, que, longe de uma mudança na vocação dessas cidades em direção ao terciário, presenciamos uma intensa transformação produtiva que tem o setor industrial no olho do furacão.Assim, reafirmamos o direcionamento metodológico deste trabalho, segundo o qual as trajetórias históricas de cada região são elementos peremptórios na explicação de suas configurações sócio-econômicas. Se existem muito mais similaridades estruturais entre São Paulo e Cidade do México do que entre essas cidades e Nova Iorque ou Londres, é porque a proximidade histórica entre Brasil e México - principalmente no que concerne às orientações dos Estados nacionais para o desenvolvimento no último século – constitui-se numa variável muito mais

Em quarto lugar, julgamos relevante destacar que uma análise que não leve em conta a complexa relação funcional entre os serviços e os ambientes de produção industrial torna-se inócua na explicação das configurações produtivas da RMSP. Destarte, a industrialização dos serviços no sentido de que uma gama variada de insumos intelectuais da produção industrial tem sido engendrada a partir de relações sociais que exorbitam os muros da fábrica, transmutando-se, estatisticamente, em atividades de serviços – posto de outra forma, a economia vem se organizando, de forma cada vez mais intensa, em torno de mecanismos de industrialização dos serviços, gerando novas e variadas configurações na divisão do trabalho entre os agentes econômicos. A complementaridade entre esses dois setores, que ganha corpo com novos paradigmas de reestruturação produtiva da indústria, pode ser evidenciada pelo fato de que boa parte dos serviços de alto valor agregado – como os serviços de consultoria jurídica; contabilidade e auditoria; gestão empresarial; propaganda, publicidade e *marketing*; atividades de informática; e pesquisa e desenvolvimento (P&D) – está diretamente relacionada ao setor manufatureiro da economia tanto em termos organizacionais como em termos espaciais.

Numa abordagem consentânea com essas transformações, Pollard & Storper (1996:2), expressando as controvérsias teóricas em torno da pós-industrialização, enfatizam que

> *(...) as qualificações necessárias para desempenhar esses serviços [avançados] são exitosamente definidas apenas pelos contatos organizacional e geográfico com a própria manufatura. Portanto, é necessário reter certas partes importantes da economia manufatureira para que sejam gerados os mais desejáveis tipos de emprego no setor de serviços. Tais serviços são essencialmente aqueles que representam insumos*

---

importante do que as forças da globalização, as quais promoveriam, de roldão, uma reconfiguração profunda das metrópoles rumo ao terciário moderno como forças motoras do desenvolvimento. Nesse sentido, é preciso cuidado com a literatura de corte neoclássico que teceu previsões apocalípticas sobre as metrópoles no Terceiro Mundo com o advento das políticas neoliberais, segundo a qual as estratégias de desenvolvimento baseadas na abertura comercial promoveriam uma migração intensa da indústria para outras regiões dos territórios nacionais (cf. Krugman & Livas Elisondo, 1996). Os casos mexicano e brasileiro mostram que os movimentos de desconcentração industrial foram muito mais fortes exatamente quando os Estados Nacionais adotaram políticas nacionais de desenvolvimento voltadas para reduzir o gigantismo das mega-aglomerações urbanas que surgiram como resultado do modelo urbano-industrial de desenvolvimento econômico (Aguilar, 1999; Garza, 1999; Schiffer, 1999).

intelectuais para a manufatura – ou seja, qualificações para a concepção, bem como serviços organizacionais na operação de complexos sistemas de manufatura e distribuição[50]

Neste ponto, algumas ressalvas são necessárias. As diferentes configurações espaciais e produtivas assumidas pelas atividades de serviços não nos permitem incorrer em pobres generalizações sobre as estruturas sócio-econômicas das metrópoles na medida em que o contato geográfico e organizacional entre os setores industrial e de serviços é apenas uma entre uma miríade de esquemas de regulação da produção no território. Desse modo, podemos identificar espaços produtivos nos quais realmente existe um descolamento entre esses dois setores, principalmente no que concerne às metrópoles que se organizam em torno da exportação de serviços, como Nova Iorque. Nesta cidade, diferentemente de São Paulo, as atividades de serviços não estão fortemente integradas espacialmente com as empresas industriais – tomando como referência a perda estrutural de dinamismo industrial na região metropolitana organizada ao redor de Nova Iorque (Markusen, 1999c). Ao apoiar-se nas teses de Sassen (1998, 2001) para afirmar a dependência do setor de serviços em relação às manufaturas no caso da RMSP, Araújo (2001:10) equivocadamente oculta uma das principais teses da autora, segundo a qual o avanço das tecnologias da informação dispensaria a necessidade de aglomerações espaciais entre indústria e serviços, visto que o controle da produção poderia ser levado a cabo a longas distâncias. Se isso é correto para alguns casos historicamente constituídos no funcionamento do capitalismo, não é certo afirmar o mesmo para São Paulo, onde o crescimento do setor de serviços está intimamente associado à existência na RMSP de um denso complexo industrial, como a autora mesmo aponta (cf. Araújo, 2001).

Contrariamente às teses de Sassen (1998, 2001c), que enfatiza que as economias de aglomeração dos serviços estão dissociadas da produção industrial no espaço, os padrões empíricos verificados em formações metropolitanas como São Paulo e Cidade do México indicam uma interdependência entre os segmentos secundário e terciário da

[50] "(...) the skills needed to perform these [advanced] services are successfully defined only by close organizational and geographic contact with manufacturing itself. Hence it is necessary to retain certain important parts of manufacturing economy to generate the most desirable kinds of service employment. Such services are essentially those representing intellectual inputs into manufacturing – i.e. conception skills, as well as organizational services in the operation of complex manufacturing and distributional systems" (Pollar & Storper, 1996:2)

economia que não é somente de natureza organizacional, mas também de ordem espacial, fustigando análises que parecem enxergar nas tecnologias da informação possibilidades de uma era pós-metropolitana para a produção industrial. Se assim fosse, deveríamos explicar, por exemplo, porque grandes parcelas do produto industrial no Brasil e no México, apesar dos movimentos relativos de desconcentração, são geradas no entorno de São Paulo e na Cidade do México (Matteo & Tapia, 2002; Aguilar, 2002).

A segunda ressalva visa evitar uma generalização imprópria a respeito do setor de serviços, pois a afirmação de que esse setor cresce na esteira da indústria não significa dizer que todos os serviços são dependentes da produção industrial em termos de sua configuração, tomando em linha de conta que o *modus operandi* do universo econômico é composto por muitas atividades as quais, nem mesmo de maneira indireta, fornecem insumos para a indústria (Pollard & Storper, 1996). Se as fronteiras entre as atividades industriais e de serviços são tênues e difíceis de serem determinadas com acurácia, como observa Veltz (1997), isso não significa que elas não existam. Assim, a despeito de estarmos trabalhando no campo da complementaridade entre os setores secundário e terciário, deveremos mantê-los como categorias de analise distintas para que evitemos confusões conceituais que podem, eventualmente, orientar uma interpretação estanque e artificial dos dados empíricos. A idéia de hibridização do espaço, portanto, não trata da indústria e dos serviços como elementos independentes, como se esses dois segmentos andassem por caminhos paralelos, mas chama a atenção para o fato de que eles continuam mantendo seu *status* de categorias analíticas distintas. Em outros termos, é importante colocar que a hibridização espacial procura transmitir a idéia de uma interpenetração entre serviços e indústria – e é exatamente por isso que o crescimento do setor de serviços na RMSP *não enfraquece o caráter industrial da metrópole*, evidenciando a dependência espacial e organizacional entre os dois segmentos. Mesmo no setor financeiro, considerado cada vez mais descolado da dinâmica da acumulação industrial e mais vinculado aos circuitos de acumulação internacionais (Harvey, 2002)[51],

[51] "O que parece especial no período iniciado em 1972 é o florescimento e transformação extraordinários dos mercados financeiros. Tem havido fases na história capitalista – de 1890 a 1929, por exemplo – em que o 'capital financeiro' (como quer que seja definido) parece ocupar uma posição de fundamental importância no capitalismo – apenas para perder essa posição nas crises especulativas que sobrevêm. Na atual fase, contudo, o que importa não é tanto a concentração de poder em instituições financeiras quanto a explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, associada à ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira em escala global. Esse sistema financeiro foi o que permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal da acumulação capitalista. A nação-Estado, embora seriamente ameaçada como poder autônomo, retém mesmo assim grande poder de disciplinar o trabalho, de intervir nos fluxos de mercados financeiros, enquanto se torna muito mais vulnerável às crises fiscais e

seu crescimento não tem sido capaz de deslocar a indústria para um papel secundário na dinâmica sócio-econômica das regiões metropolitanas, como já argumentamos neste trabalho.

Doravante, podemos orientar nossa análise dos recentes padrões empíricos metropolitanos a partir desses quatro eixos de argumentação. Os dados recentes do valor adicionado e dos investimentos na RMSP e na metrópole expandida comprovam nossas hipóteses de que as estruturas produtivas no território não atravessam um movimento de terciarização tampouco de desconcentração intensa do aparato industrial metropolitano. Notamos, isso sim, uma complexa reorientação territorial da produção baseada na reestruturação produtiva intensificada a partir de meados da década de noventa como resultado da agenda neoliberal implementada pelos governos anteriores.

Se existe, de fato, um processo de fragmentação territorial da produção no estado de São Paulo na medida em que avança a produção industrial em outras regiões do estado às expensas da metrópole, não podemos dizer que esse processo seja independente da estrutura produtiva metropolitana nem asseverar que essa desconcentração relativa da produção se faça sob os auspícios de um deslocamento da vocação industrial metropolitana rumo ao terciário moderno. A configuração de uma região metropolitana expandida denota, portanto, uma reorganização das economias de aglomeração no território – em razão das deseconomias de aglomeração que surgiram no núcleo metropolitano, motivando uma dispersão limitada da indústria – e uma densa integração organizacional e territorial das indústrias com os provedores de serviços que adotaram estratégias locacionais predominantemente fundadas nas economias de urbanização

---

à disciplina do mercado internacional. Estou, portanto, tentado a ver a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário. Isso implicaria que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos "(Harvey, 2002:181). A transposição do turbilhão promovido pelo capital financeiro para o ambiente metropolitano está na base das hipóteses pós-industriais. O problema analítico surge quando não se consegue explicar a preeminência das finanças em metrópoles marcadas pelo subdesenvolvimento, onde a dinâmica da produção se materializa sob outras formas historicamente construídas. Vale lembrar que a industrialização de alguns pontos das periferias, que ganhou consistência a partir de meados do século passado, reforçou o papel do controle financeiro nas principais cidades do mundo desenvolvido (Knox & Agnew, 1998). O desarranjo de parques produtivos em vários centros outrora industriais nos países desenvolvidos está relacionado à industrialização de várias metrópoles do Terceiro Mundo, de modo que a transposição acrítica de paradigmas teóricos importados, elaborados para dar conta daquela realidade, tem levado muitos pesquisadores a iludir-se nos equívocos metodológicos da transição setorial, embarcando facilmente no comboio da "economia de serviços".

fornecidas pela RMSP e, mais especificamente, pelo município de São Paulo (Bessa, 2003).

4.1. Padrões empíricos na metrópole paulista: tendências recentes do valor adicionado fiscal e do investimento

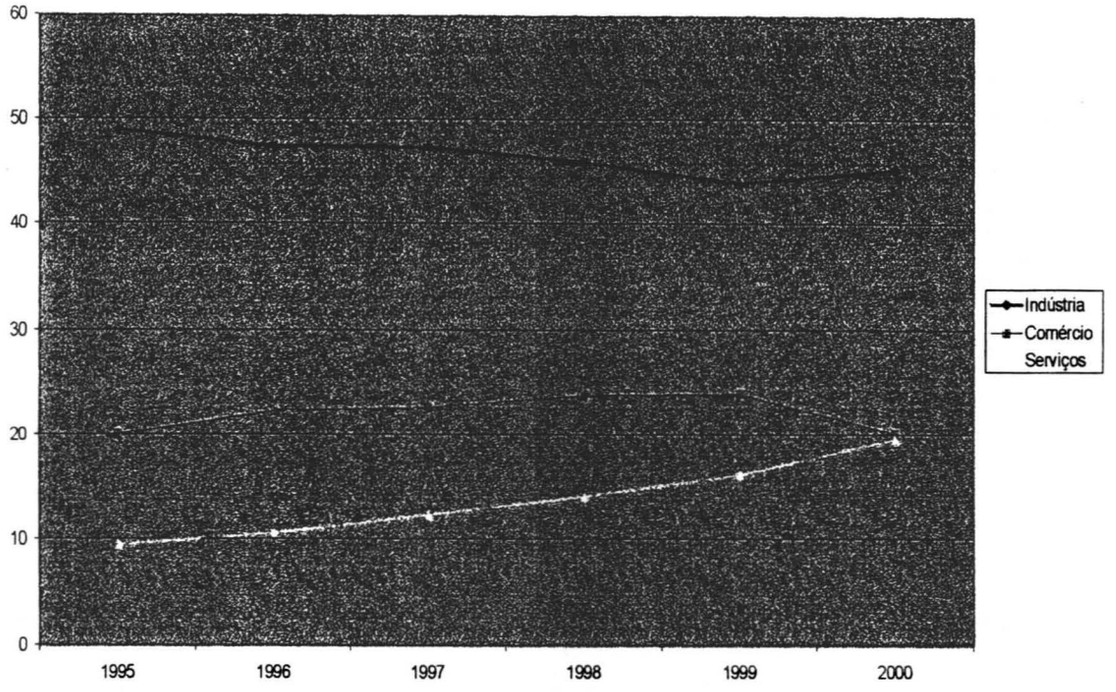
De acordo com as premissas teóricas e empíricas que orientam nosso trabalho, buscaremos, nesta seção, buscaremos ilustrar a persistência da natureza industrial da metrópole paulista. Para tanto, concentrar-nos-emos nos indicadores fornecidos tanto pelo valor adicionado fiscal como pelas intenções de investimento no estado de São Paulo. Assim, seremos capazes de perceber que as transformações sofridas pela estrutura produtiva metropolitana estão fundamentalmente relacionadas às modificações orgânicas atravessadas pela empresa industrial como resposta às pressões competitivas derivadas da transição institucional sofrida pela economia brasileira na década de 90.

Considerando a trajetória da composição setorial do valor adicionado da RMSP desde 1995 (ver Gráfico 4.1), poderemos perceber que os movimentos da metrópole rumo à configuração de uma economia de serviços estão longe de serem consumados. Posto de outra forma, os dados empíricos disponíveis não nos permitem afirmar que as transformações sofridas em tempos recentes pela metrópole paulista desembocarão numa metrópole predominantemente de serviços. Corroborando a nossa hipótese de que a indústria não perdeu seu papel estrutural de motor do desenvolvimento territorial - e de que tampouco existe uma tendência clara para isso -, o segmento industrial metropolitano reina absoluto na produção do valor adicionado fiscal gerado na RMSP. Destarte, o crescimento do setor de serviços não pode ser dissociado da dinâmica industrial na metrópole paulista, uma vez que, como principal região industrial do país, esta região sofreu mais intensamente os efeitos da abertura econômica e da conseqüente mudança dos padrões competitivos aos quais teve que se adaptar rapidamente. Em consonância com o que já apontamos anteriormente, o pequeno declínio da indústria no valor adicionado fiscal do fiscal tem muito menos a ver com uma transição setorial terciária do que com os movimentos de reestruturação produtiva das empresas industriais, os quais agiram como fatores causais essenciais na construção de uma economia industrial de serviços na qual as fronteiras entre o secundário e o terciário tornam-se fluidas. Dessa forma, se uma larga camada dos serviços cresce em função da produção industrial, podemos dizer, com efeito, que houve uma migração de valor da

indústria para os serviços – pois a indústria responde em termos organizacionais pela geração desse valor. Em outras palavras, a indústria, em boa medida, responde pelo crescimento do terciário metropolitano em razão do processo de industrialização dos serviços intensificado nos últimos anos como elemento central na organização das cadeias produtivas industriais na RMSP e no seu entorno.

Gráfico 4.1

Composição Setorial do Valor Adicionado na Região Metropolitana de São Paulo (1995-2000) - Em porcentagem



Fonte: Fundação Seade (Dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo-VAF). Elaboração do autor

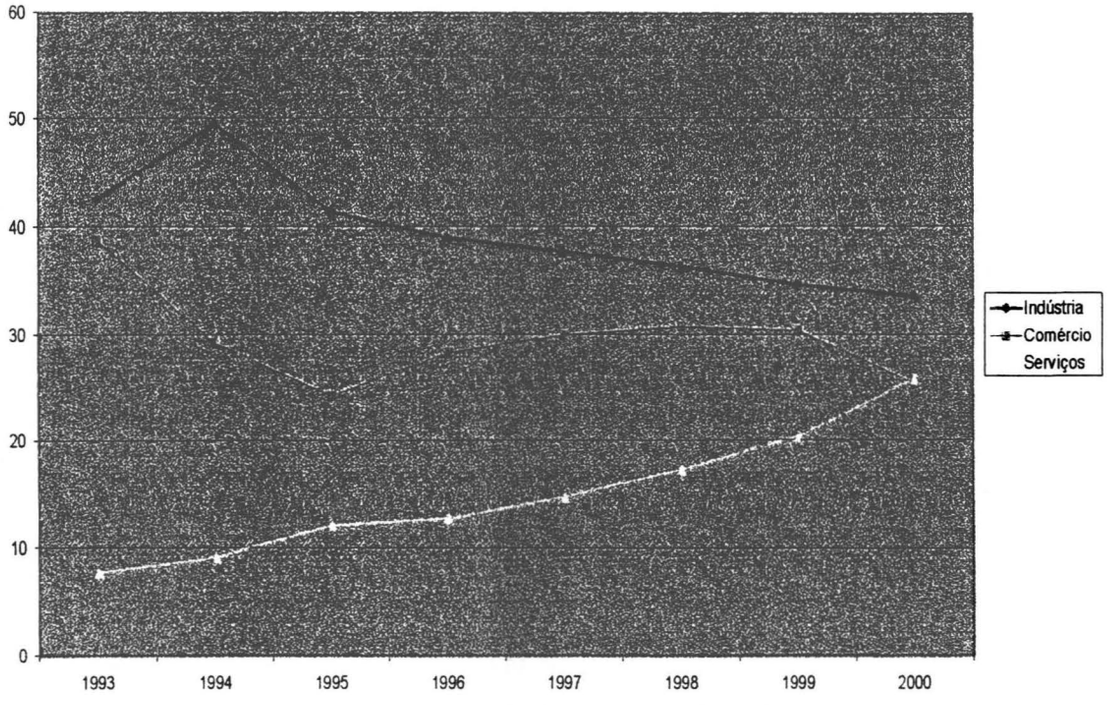
O choque de preços relativos em favor dos serviços, como evidenciam Comin & Amitrano (2003), foi um fator fundamental no crescimento desse setor na composição do valor adicionado da RMSP a partir da década de noventa. Certamente, uma parte desse crescimento é resultado de diferenciais de produtividade – que se intensificaram com a abertura da economia brasileira na década de noventa - entre a indústria e os serviços os quais provocam uma mudança na relação de preços entre os dois setores em favor deste último segmento.

No que tange ao município de São Paulo (ver Gráfico 4.2), o contexto econômico de abertura comercial, desregulamentação dos mercados financeiros nacionais, redução tarifária, estabilização monetária baseada em altas taxas de juros e privatizações

produziram um efeito mais profundo, tendo em vista a maior sensibilidade do município às mudanças de ordem macroeconômica, uma vez que a cidade conta com uma extensa base produtiva nos setores industrial e de serviços. Certamente, os graus de concentração das atividades econômicas mais complexas no município de São Paulo o converteram no epicentro das transformações produtivas metropolitanas e nacionais que marcaram a década de noventa.

Gráfico 4.2

Composição Setorial do Valor Adicionado no Município de São Paulo (1993-2000) - Em porcentagem



Fonte: Fundação Seade (Dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo-VAF). Elaboração do autor

A composição setorial do valor adicionado fiscal apresenta uma alteração significativa no período que se estende de 1993 a 2000, demonstrando um acentuado declínio da participação relativa da indústria na geração do valor adicionado do município. A indústria continua sendo a principal fonte de geração do valor adicionado fiscal municipal, ainda que a tendência a curto prazo seja a superação do segmento industrial pelo de serviços na composição setorial do valor adicionado fiscal paulistano. A despeito disso, as transformações que ocorrem na zona nuclear da metrópole paulista não podem ser descoladas da dinâmica produtiva industrial, uma vez que a cidade de

São Paulo vem se configurando como um complexo centro de serviços produtivos, os quais apresentam uma forte dependência da indústria tanto em termos territoriais como em termos organizacionais.

Nesse sentido, os padrões empíricos verificados no município de São Paulo são aqueles que mais se aproximam de um esquema híbrido de organização produtiva – ou seja, baseado numa complexa integração secundário-terciário e no qual a dinâmica do setor financeiro não promove uma substituição do setor industrial como elemento dinâmico da economia territorial -, visto que o crescimento dos serviços está, em boa medida, associado à densidade das cadeias produtivas na RMSP, que dependem vitalmente de um setor de serviços dinâmico e moderno para sustentar suas atividades de produção[52].

Além disso, é necessário chamar a atenção para a crescente concentração do setor financeiro no município de São Paulo, principalmente com a desregulamentação do setor a partir de meados dos anos noventa. A centralidade do município no segmento financeiro revela-se na sua participação extremamente elevada nas operações de crédito, as quais apresentam uma marcada tendência de crescimento na cidade (ver Gráfico 4.3). Assim, a composição do valor adicionado fiscal do setor de serviços deve muito à elevação do papel do setor financeiro na economia da cidade e do país.

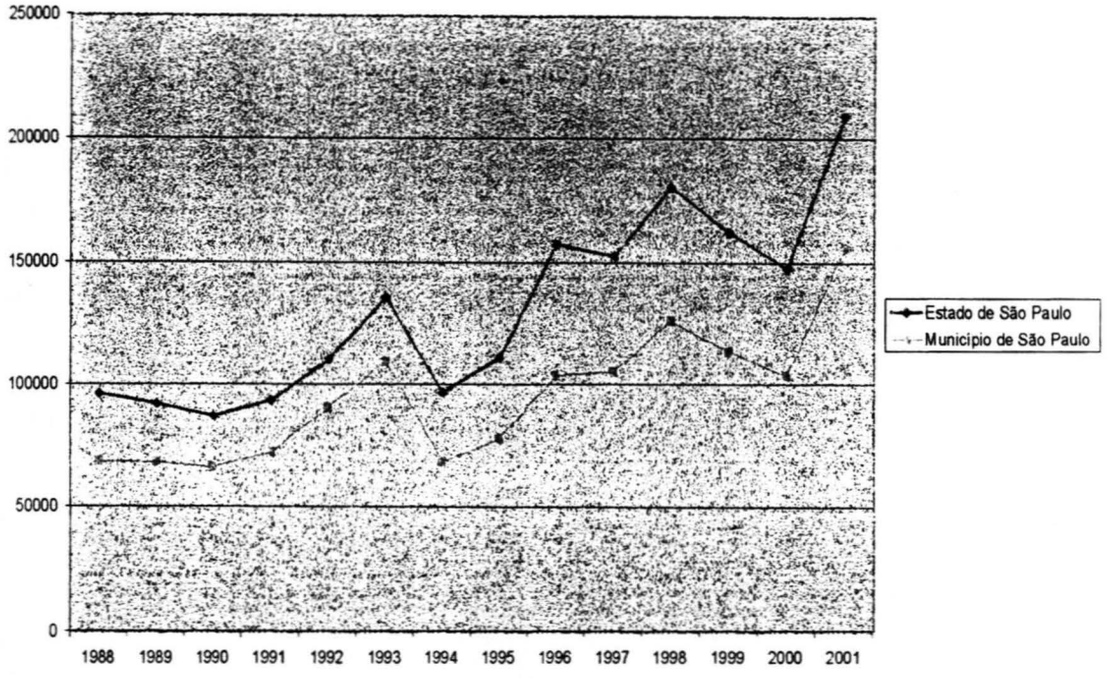
Com efeito, a adoção de um modelo de desenvolvimento baseado na liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais – evidente no caso do setor financeiro, como já indicamos neste trabalho (ver nota 21) – associado a um rápido e amplo processo de privatizações implementado nos anos noventa contribuíram fortemente para o reforço da cidade de São Paulo como centro de comando regional e nacional do sistema financeiro. Além disso, os fluxos de IDE associados às privatizações, que implicaram na entrada de uma série de empresas estrangeiras no arranjo econômico nacional, ajudaram a construir um setor de serviços avançado para atender às necessidades das empresas estrangeiras que implementaram atividades no Brasil. O

[52] Mais uma vez, ressaltamos que, ao afirmar o caráter industrial cidade de São Paulo, não estamos negando um processo de desconcentração da produção industrial para outras regiões do estado de São Paulo e do país. Contudo, o processo de desconcentração concentrada verificado na indústria paulista desde os anos setenta traz à lume o papel do município nos encadeamentos produtivos, seja no setor industrial, seja no setor de serviços.

setor financeiro instalado no município de São Paulo, pelas razões apontadas, está no centro dessas transformações[53].

Gráfico 4.3

Evolução da Participação do Município de São Paulo nas Operações de Crédito no Estado de São Paulo (1988-2001) - Em milhares de R$ de 2001



Fonte: Fundação Seade. Elaboração do autor

Devemos, ainda, destacar que a consolidação de um vibrante sistema financeiro na cidade de São Paulo está associada aos processos históricos de concentração de capitais produtivos no tecido urbano, de modo que a dinâmica do setor de finanças na metrópole

[53] A mudança da orientação da política macroeconômica nos anos noventa, a qual promoveu um ingresso maciço de investimentos nos segmentos mais avançados do terciário e nas empresas privatizadas, é referência causal basilar na formação, na capital paulista, de novos eixos de desenvolvimento do setor de serviços intensivos em conhecimento e cuja organização se dá a parir de estratégias formuladas nos grandes centros do capitalismo internacional. Nesse sentido, Bessa (2003:10) aponta que, "no caso de São Paulo, o grande investimento ligado às empresas financeiras e de serviços internacionais na década de 90 foram determinantes para o desenvolvimento de pólos terciários ao longo das grandes vias de acesso estruturais da cidade nas últimas duas décadas. O deslocamento do centro econômico financeiro da antiga área central para as intermediações da Av.Paulista nos anos 70, e desta para os eixos da Av. Faria Lima e Berrini nas duas décadas seguintes, foram incentivadas pelas políticas públicas de infra-estrutura viária (Águas Espraiadas e a ligação Juscelino-Bandeirantes-Berrini), pelo processo de valorização imobiliária em larga escala e contaram com alguns componentes derivados da própria inserção do município na cadeia de fluxos internacionais, que atingiu setores estratégicos do terciário". Como também observa Bessa (2003), o desenvolvimento de um avançado setor terciário na cidade de São Paulo não está descolado de sua dinâmica industrial, mas intensamente relacionado a ela, o que corrobora a hipótese da industrialização dos serviços no núcleo metropolitano e no território da RMSP segundo a qual o crescimento na parcela do valor adicionado fiscal dos serviços só se consuma porque, por um lado, há uma forte integração indústria-serviços e, por outro, porque a RMSP é a principal região industrial brasileira.

não pode ser tratada de um modo estanque, como se as relações de produção na indústria fossem fatores exógenos na explicação do crescimento do segmento financeiro no município. Se esse setor desempenha importantes funções econômicas para o estado de São Paulo e para o país, isso se deve, em considerável medida, a presença de uma importante malha produtiva na RMSP e no seu entorno, não obstante a existência de um *modus operandi* próprio do setor financeiro organizado internacionalmente. Nesse sentido,

> *o processo de concentração do sistema bancário na cidade de São Paulo caminha lado a lado com o papel desempenhado pela cidade na industrialização brasileira, sobretudo a partir dos anos 60 (...) Nos anos 60 e 70, a predominância da economia paulista se consolidou, o processo de urbanização se aprofundou e a cidade de São Paulo foi assumindo características de metrópole (ou megalópoles), em que o setor de serviços vai adquirindo predominância (...) Dessa forma, a concentração financeira na cidade de São Paulo está inserida em um amplo processo de consolidação da Região Metropolitana de São Paulo como uma grande metrópole nacional, sede de atividades dinâmicas e sofisticadas do setor industrial e terciário. Mas, o deslocamento dos bancos para a cidade de São Paulo está associado também à dinâmica do próprio sistema financeiro, acompanhando a concentração e o crescimento dos negócios do mercado de capitais na Bovespa e na BM&F, por exemplo* (Cintra & Correa, 2003:16).

No que concerne às tendências internas da RMSP, podemos corroborar, com base nos dados de produção do valor adicionado fiscal, que tem havido uma reacomodação territorial das atividades econômicas orientada pela vocação industrial, tanto do núcleo metropolitano como das regiões que o circundam (ver Tabela 4.1).

Entre 1993 e 2001, podemos verificar, na RMSP, um padrão de expansão da produção industrial para fora dos centros industriais tradicionais da metrópole – como a própria capital e a região do ABC -, uma vez que as maiores taxas de crescimento do valor adicionado da indústria encontram-se nos municípios não pertencentes ao eixo produtivo capital-ABC, com destaque para o município de Guarulhos (que, entre 1993 e 2000, eleva de 9,4% para 10,6% sua participação no bolo do valor adicionado da

RMSP) e para os demais municípios – todos os municípios da RMSP excetuando-se o complexo São Paulo-ABC e Guarulhos) – que de 18,0%, em 1993, passam a contribuir com 22,6% do valor adicionado da indústria da RMSP em 2000, um ganho relativo de 25,5% em oito anos (ver Tabela 4.1).

Tabela 4.1 – Distribuição do Valor Adicionado Fiscal, segundo setores de atividade e sub-regiões da RMSP (1993-2000)

Em porcentagem

Setores de atividade *Sub-regiões*	*Distribuição do Valor Adicionado*							
	1993	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*	*2000*
Indústria								
Capital	45.0	42.2	42.3	44.1	41.6	41.9	40.6	38.8
ABC	27.6	32.1	31.4	29.0	31.3	29.1	28.2	28.0
Guarulhos	9.4	8.5	9.5	9.9	9.8	9.4	10.0	10.6
Demais Municípios	18.0	17.2	16.8	17.0	17.4	19.5	21.2	22.6
Total Indústria	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Serviços								
Capital	63.1	47.4	70.1	68.8	65.0	65.4	64.9	68.9
ABC	15.0	30.8	12.8	12.1	13.4	13.1	12.4	11.8
Guarulhos	9.3	8.6	7.5	7.7	9.2	8.5	8.5	7.0
Demais Municípios	12.6	13.3	9.6	11.4	12.4	13.0	14.2	12.3
Total Serviços	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Comércio								
Capital	80.6	64.4	60.9	67.9	69.9	68.5	65.3	65.8
ABC	7.2	12.0	13.0	8.8	7.5	9.7	9.9	9.3
Guarulhos	4.4	9.6	7.2	6.8	6.8	6.6	7.6	7.7
Demais Municípios	7.8	14.0	17.3	16.0	15.8	15.2	17.2	17.2
Total Comércio	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Dados do Valor Adicionado Fiscal) e Fundação Seade. Para os anos de 1993 a 1999, baseamo-nos nos dados fornecidos por Comin & Amitrano (2003:64).

Os municípios do ABC, a despeito do intenso processo de reestruturação produtiva levado à cabo pelas empresas região como resposta às pressões competitivas derivadas do contexto macroeconômico dos anos noventa, mantém sua participação praticamente

inalterada na geração do valor adicionado fiscal da RMSP (contribuía com 27,6% do valor adicionado da indústria na região em 1993, ao passo que, em 2001, essa contribuição foi de 28,0%). Assim, longe de confirmar as previsões funestas acerca do futuro da indústria no ABC, os dados do valor adicionado fiscal confirmam uma vocação marcante dos municípios da região para a alocação de atividades industriais.

Especificamente no que toca ao município de São Paulo, notamos um padrão de desconcentração de seu parque produtivo para outras regiões do estado, ainda que isso não caracterize uma redefinição de suas funções econômicas ao modo das cidades globais ou mundiais. O caráter industrial do município pode ser evidenciado pela elevada participação de sua base produtiva na composição do valor adicionado fiscal da indústria metropolitana – 38,8% em 2000. Não obstante o município tenha sofrido as maiores perdas relativas de participação no valor adicionado da indústria – perdeu 6,2 pontos percentuais de sua contribuição ao valor adicionado da RMSP entre 1993 e 2000, vale ressaltar que esse processo tem uma forte relação com a fragmentação da produção na metrópole - expandindo a malha produtiva metropolitana para regiões contíguas à capital e à RMSP – e com a tendência da consolidação de um fenômeno metropolitano que abarca as regiões no entorno da metrópole paulista, redefinindo-a (Lencioni, 2003a; Lencioni, 2003b). Destarte, a expansão da indústria no entorno da RMSP nos leva a concluir que as economias de aglomeração propiciadas pela alocação de plantas produtivas proximamente à RMSP e ao município de São Paulo continuam agindo com bastante intensidade, mostrando um adensamento da integração organizacional e espacial da produção nesse espaço expandido[54].

---

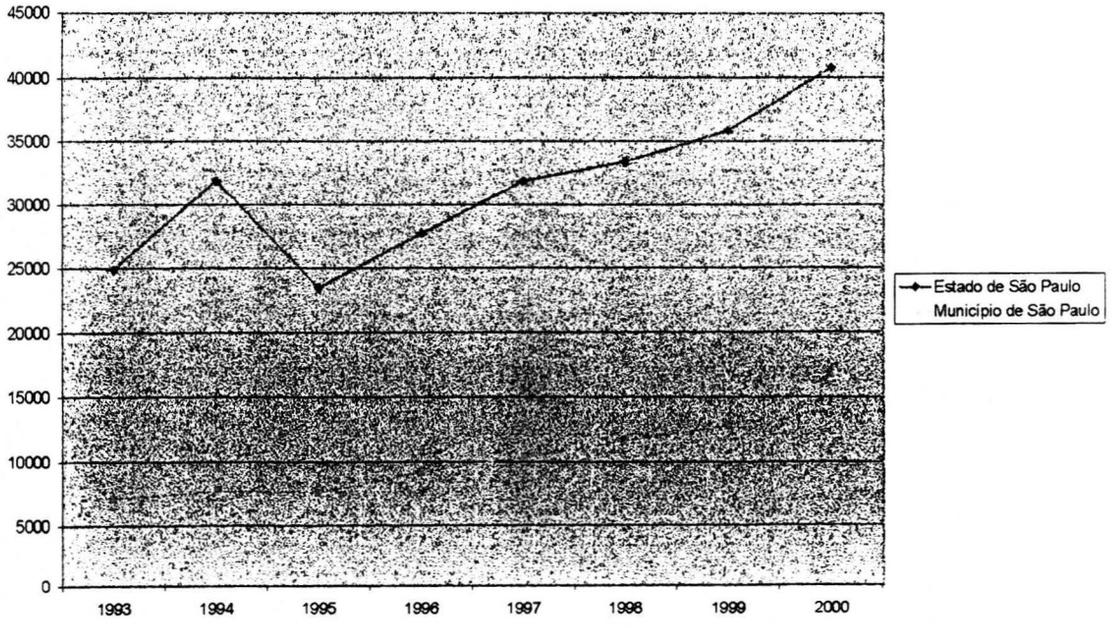
[54] Sobre a formação de uma "metrópole expandida", na direção de uma configuração megalopolitana, no estado de São Paulo, a qual compreende, além da RMSP, a Região Metropolitana de Campinas, a Região Administrativa de São José dos Campos e a Região Metropolitana da Baixada Santista Santista. Lencioni (2003:43) enfatiza que "homogeneização, fragmentação e hierarquização, bem como o processo de metropolização do espaço, constituem aspectos teóricos com grande capacidade de instrumentalizar a compreensão da dinâmica urbana. Particularmente, a idéia de espaço metropolizado e não metropolizado, no nosso entender, possibilita amalgamar questões urbanas e regionais, que há muito vêm trilhando caminhos paralelos; daí a necessidade de reflexão sobre essa referência, buscando avaliar o grau de sua pertinência. Está claro que, ao permitir compreender o processo de espraiamento territorial da metrópole e as novas dimensões da conurbação entre cidades, permite esboçar elementos que auxiliam na percepção de um núcleo denso que não se restringe mais à Região Metropolitana de São Paulo; a ultrapassa e conforma um aglomerado metropolitano que parece anunciar a formação de uma megalópolis". No plano da produção, os dados do VTI e do valor adicionado fiscal da indústria corroboram as hipóteses de Lencioni (2003), pois assistimos ao reforço da produção numa porção restrita do território paulista compreendido pela RMSP e pelas regiões que a circundam. Numa estrutura argumentativa similar a que defendemos neste trabalho, Lencioni (2003:40) acertadamente coloca que "esse processo de metropolização do espaço, que transforma o território paulista, também alterou profundamente a cidade de São Paulo. No entanto, cabe observar que nessa cidade a diminuição do trabalho industrial não lhe tira a importância de centro industrial".

Do ângulo da indústria, podemos observar um processo de dispersão limitada em termos territoriais que coincide com a consolidação de um espaço produtivo no entorno da RMSP e o qual não ultrapassa um raio de 150km do núcleo metropolitano. Os dados do valor adicionado fiscal concernentes ao setor industrial nos permitem afirmar que a relativa desconcentração da indústria que vem ocorrendo na RMSP – e com maior intensidade na cidade de São Paulo – é compensada, em grande parte, pela industrialização de regiões contíguas à metrópole paulista. Nesse sentido, a metropolização dos espaços urbanos que estão na órbita da RMSP sobrepõe-se a dispersão territorial da indústria numa porção limitada do estado de São Paulo.

A primeira tendência desse movimento é o reforço da centralidade do setor de serviços no núcleo metropolitano. Capitaneada pela cidade de São Paulo, que apresentou um crescimento acentuado de sua participação, já elevada, na produção do valor adicionado dos serviços do estado de São Paulo – de 28,5% em 1993 para 41,3% em 2000 (ver Gráficos 5 e 6) -, a RMSP teve aumentada sua participação na composição do valor adicionado dos serviços em quase 10 pontos percentuais entre os anos de 1995 e 2000 - passando de 50,1% para 60,0% (ver Tabela 4.2).

Gráfico 4.4

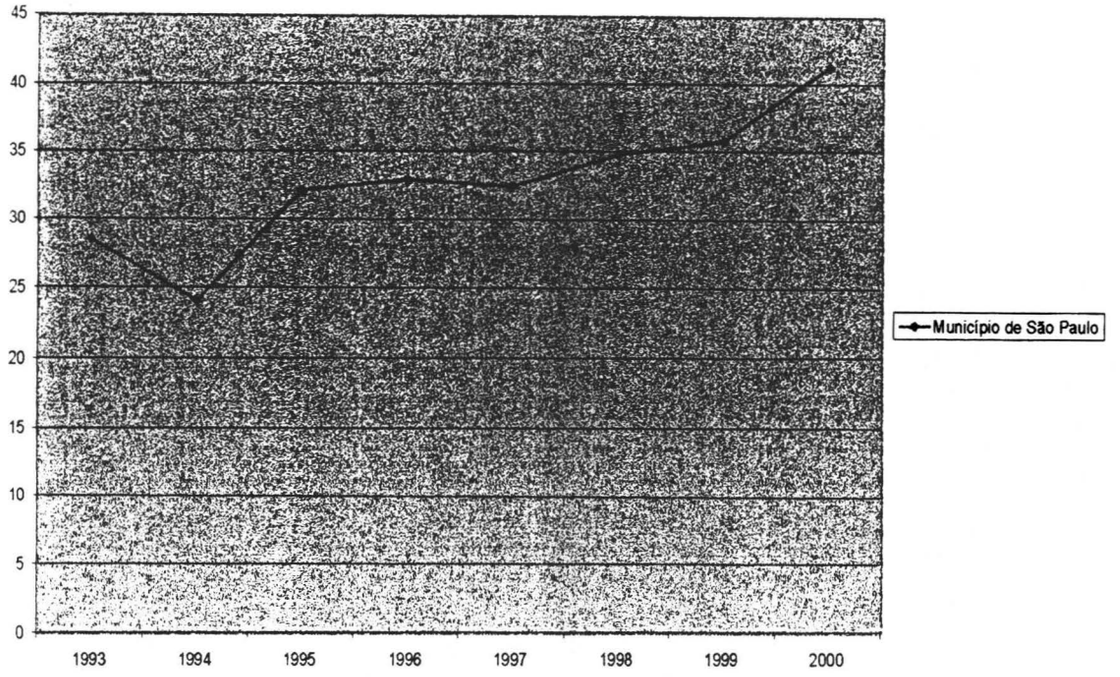
Evolução do Valor Adicionado Fiscal do Setor de Serviços. Estado de São Paulo e Município de São Paulo (1993-2000). Em milhares de Reais de 2001



Fonte: Fundação Seade (Dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo-VAF). Elaboração do autor

Gráfico 4.5

Evolução da Participação Relativa do Município de São Paulo no Valor Adicionado Fiscal do Estado (1993-2000). Setor de Serviços - Em porcentagem



Fonte: Fundação Seade (Dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – VAF). Elaboração do autor

A segunda tendência diz respeito à perda de participação da RMSP na composição do valor adicionado fiscal da indústria estadual em benefício das regiões de Campinas, Santos, São José dos Campos e Sorocaba, demonstrando um movimento de dispersão-integração da malha produtiva metropolitana que são elementos fundamentais na expansão da metrópole em termos urbanos e produtivos.

Dispersão porque estamos diante de um avanço da industrialização para outras regiões do estado – ressaltando que as regiões contíguas à RMSP são as maiores absorvedoras do valor adicionado da indústria anteriormente produzido no interior da metrópole tradicional, constituída sob o projeto desenvolvimentista nos anos cinqüenta.

Integração porque a dispersão do aparato industrial metropolitano não se faz sem a influência da RMSP como centro de gravidade da malha produtiva que se forma na esteira da expansão da metrópole, principalmente se tomarmos como referência a densidade das cadeias produtivas que dependem vitalmente de um setor de serviços intensivo em conhecimento dos quais a RMSP é a principal provedora. Ademais, a RMSP é o principal centro industrial do país, ainda que tenha perdido participação na estrutura produtiva estadual e nacional.

Se é certo que verificamos na RMSP um declínio relativo de sua participação no valor adicionado fiscal estadual da indústria – de 50,2% em 1995 para 41,2% em 2000 – devemos enfatizar que a porção da metrópole ainda se mantém elevada, mostrando seu forte caráter industrial (ver Tabela 4.2).

Tabela 4.2 – Participação da RMSP no Valor Adicionado Fiscal do Estado de São Paulo, segundo setores de atividade (1995-2000)

Em porcentagem

Setores de atividade	Distribuição do Valor Adicionado					
	1995	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*	*2000*
Indústria	50,2	51,7	52,1	49,4	46,7	41,2
Serviços	50,1	50,7	51,3	53,2	55,2	60,0
Comércio	53,6	60,0	58,9	58,0	58,0	56,9
Total RMSP	**51,0**	**53,7**	**53,7**	**52,3**	**51,1**	**47,8**
Total SP	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Dados do Valor Adicionado Fiscal) e Fundação Seade. Elaboração do autor.

A consolidação da metrópole expandida pode ser comprovada com base nos dados do valor adicionado fiscal do estado de São Paulo no período compreendido entre os anos de 1995 e 2000. Ao tomarmos como referência de análise a metrópole expandida, notamos que sua participação no valor adicionado fiscal cresce nos segmentos industriais, comerciais e de serviços (ver Tabela 4.3).

No caso do setor industrial, é interessante notar que, diferentemente do que verificamos em relação à RMSP, a contribuição da metrópole expandida para a composição do valor adicionado fiscal desse setor no estado de São Paulo praticamente se mantém inalterada no espaço temporal considerado. A participação da metrópole expandida no valor adicionado da indústria estadual, que era de 88,5% em 1995 passa a 88,3% em 2000, demonstrando uma preponderância inquebrantável dessa região na produção industrial paulista. Além disso, a dependência espacial e organizacional em relação ao aparato produtivo localizado no núcleo metropolitano se revela evidente, pois e RMSP tem perdido participação para regiões no seu entorno imediato (ver Tabelas 4.3 e 4.4).

Assim, necessitamos de um aprofundamento de estudos no sentido de compreender os modos de integração produtiva que emergem na esteira desse padrão locacional da indústria paulista. Certamente, o tipo de construção sócio-econômica patente nesses padrões nos conduz a ângulos teóricos e empíricos completamente distintos dos que predominam nos estudos sobre a metrópole.

Tabela 4.3 – Participação da "Metrópole Expandida" no Valor Adicionado Fiscal do Estado de São Paulo, segundo setores de atividade (1995-2000)

Em porcentagem

Setores de atividade	Distribuição do Valor Adicionado					
	1995	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*	*2000*
Indústria	88,5	87,5	88,2	87,4	86,7	88,3
Serviços	77,6	79,2	80,0	79,8	81,4	82,8
Comércio	82,9	83,6	83,2	83,7	83,9	83,9
Total Metrópole Expandida	**85,8**	**85,4**	**85,7**	**85,2**	**85,0**	**86,4**
Total SP	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Dados do Valor Adicionado Fiscal) e Fundação Seade. Elaboração do autor.

No segmento de segmento de serviços, o crescimento da participação da metrópole expandida no valor adicionado fiscal do estado de São Paulo – de 77,6% em 1995 para 82,8% em 2000 -, como resultado, principalmente, do reforço da centralidade da capital paulista nas camadas mais avançadas do terciário, como apontamos acima.

Destarte, a metrópole expandida tende a consolidar-se como o novo eixo dinâmico da economia brasileira tanto por sua vibrante estrutura industrial como por sua importância no contexto da produção dos serviços mais avançados, os quais apresentam uma complexa integração com vários segmentos das cadeias produtivas na indústria. O motor dinâmico da economia paulista, nesse sentido, não se constrói a partir de uma economia de serviços, mas a partir de interações sócio-econômicas no âmbito do território que apontam para a uma economia industrial de serviços na qual a integração intersetorial se faz essencial para o funcionamento da produção no espaço.

Nesse contexto, a capital paulista, mesmo perdendo participação no valor adicionado da indústria e reordenando suas engrenagens sócio-econômicas, faz da indústria seu modo de vida. Cabe observar que a indústria da capital, do ângulo do valor adicionado fiscal, é responsável por 18,1% do que é gerado no estado de São Paulo, o que a coloca no segundo posto como região industrial – perdendo apenas para a Região Administrativa de Campinas, que produz 26,8% do valor adicionado industrial estadual – e na primeira posição como município industrial (ver Tabela 4.4).

Tabela 4.4 – Distribuição do Valor Adicionado Fiscal da Indústria, segundo sub-regiões da "Metrópole Expandida" (1995-2000)

Em porcentagem

Setor de atividade Sub-regiões	Distribuição do Valor Adicionado					
	1995	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*	*2000*
Indústria						
Capital	24.0	26.1	24.5	23.7	21.9	18.1
ABC	17.8	17,1	18,5	16,5	15.2	13,1
Guarulhos	5,4	5,9	5,8	5,3	5,4	4,9
Demais Municípios RMSP	9,5	10,0	10,3	11,1	11,5	10,6
RM Campinas	23,6	21,5	21,1	23,0	24,3	26,8
RA S.J.Campos	10,0	10,5	10,7	11,0	12,2	15,8
RA Sorocaba	6,1	6,3	6,6	6,7	6,7	6,0
RM Baixada Santista	3,6	2,6	2,5	2,7	2,8	4,7
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Dados do Valor Adicionado Fiscal) e Fundação Seade. Elaboração do autor

De acordo com os padrões empíricos apresentados, é possível afirmar que, a despeito de uma reorganização das funções econômicas metropolitanas, a indústria persiste como motor do desenvolvimento no território.

Corroborando as perspectivas teóricas e metodológicas que orientam nosso trabalho, as tendências de investimento no estado de São Paulo entre 1996 e outubro de 2002 indicam, por um lado, que a RMSP não está perdendo seu caráter tampouco seu dinamismo industrial e, por outro lado, deixam claro que o núcleo metropolitano vem se consolidando como centro de produção e controle regional e nacional do setor terciário.

A respeito dos investimentos anunciados para o estado de São Paulo entre 1996 e outubro de 2002, é importante ressaltar que a indústria da RMSP tende a manter seu papel como principal região industrial estadual e, por conseguinte, nacional. Essa afirmação pode ser corroborada se considerarmos que, durante o período analisado, a RMSP responde por 23,1% de todo o volume de investimentos industriais anunciados para São Paulo, de sorte que se consolida como a maior receptora de investimentos entre todas as regiões do estado (ver Tabela 4.5).

Tabela 4.5 – Distribuição dos Investimentos Anunciados por Setor de Atividade, segundo Regiões do Estado de São Paulo (1996-outubro de 2002)

Em US$ milhões e porcentagem

Regiões do Estado	*Indústria*	*(%)*	*Serviços*	*(%)*	*Comércio*	*(%)*
RMSP	20.300,46	23,1	26.137,22	46,3	1.908,38	34,2
RA Campinas	18.771,43	21,4	5.219,23	9,3	385,28	6,9
RA Baixada Santista	3.949,62	4,5	2.438,82	4,3	48,49	0,9
RA São José dos Campos	16.849,40	19,2	1.140,11	2,0	165,26	3,0
RA Sorocaba	4.605,46	5,3	434,94	0,8	118,78	2,1
Outras Regiões	23.302,59	26,5	21.064,95	37,3	2.956,03	52,9
Total SP	**87.778,96**	**100,0**	**56.434,57**	**100,0**	**5.582,22**	**100,0**

Fonte: Fundação Seade

Em relação ao setor de serviços, que apresenta padrões acentuados de concentração na cidade de São Paulo, a RMSP absorve 46,3% de todo o investimento anunciado para o estado.

Nesse sentido, os dados empíricos disponíveis, longe de indicar uma terciarização metropolitana, parecem nos conduzir a interpretações alternativas sobre a dinâmica metropolitana baseadas numa análise intersetorial das cadeias produtivas e no movimento de industrialização dos serviços, o qual tem produzido, a nosso ver, estratégias de investigação inadequadas para a metrópole paulista, segundo as quais uma nova economia de serviços suplantaria o setor industrial como eixo dinâmico da principal aglomeração produtiva nacional.

5. Tendências Espaciais dos Encadeamentos Produtivos Metropolitanos no Estado de São Paulo

Na parte final de nosso trabalho, dedicar-nos-emos ao estudo dos padrões territoriais da indústria paulista desde os anos setenta. A análise dos dados dos *Censos Industriais* (1970,1975,1980 e 1985) e das *Pesquisas Industriais Anuais* (1996,1997,1998,1999 e 2000) - produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - conduzem-nos a conclusões mais precisas sobre os processos de expansão industrial nos diversos e complexos espaços econômicos do estado de São Paulo[55].

Em primeiro lugar, entendemos que seja relevante apontar que os movimentos de interiorização da indústria no estado de São Paulo necessitam de melhor qualificação teórica e empírica na medida em que os espaços de produção industrial que mais

---

[55] A partir de tabulações especiais das Pesquisas Industriais Anuais produzidas pelo IBGE entre os anos de 1996 e 2000, conseguimos mensurar a evolução de vinte e um setores da indústria de transformação do estado de São Paulo. No aspecto territorial, exploramos a RMSP e as Regiões de Governo de Bragança Paulista, Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, Santos, São José dos Campos e Sorocaba, cotejando-as com outras Regiões de Governo do estado. Dessa forma, esperamos ter contribuído para a avaliação não somente dos padrões territoriais de expansão da indústria em geral mas também para a construção de uma perspectiva setorial de análise que nos permita verificar, por um lado, quais são os setores da indústria mais dependentes das economias metropolitanas de regionalização e, por outro lado, quais segmentos da indústria de transformação apresentam uma tendência mais marcada de desconcentração espacial no estado de São Paulo. Cabe também lembrar, nesta breve nota metodológica, que, devido ao desenho amostral dos dados que obtivemos acerca da indústria paulista desde os anos setenta, fomos compelidos a utilizar duas distintas caracterizações de "metrópole expandida". Na análise da indústria em geral desde os anos setenta, utilizamos um corte metodológico por microrregiões, visto que a *Pesquisa Industrial Anual 2000* trazia as informações da indústria por microrregiões para os anos de 1996 e 2000 no seu texto de apresentação; destarte, para possibilitar a comparação intertemporal dos dados que se nos apresentaram, referimo-nos aos *Censos Econômicos* de 1970, 1975, 1980 e 1985 buscando somar o Valor da Transformação Industrial dos municípios que compunham cada microrregião analisada, considerando, obviamente, a criação de diversos municípios nessas microrregiões ao longo dos anos. Conseguimos, assim, uma série de dados regionalizada da indústria paulista desde o ano de 1970, pico da concentração da indústria na RMSP, até 2000, o que nos possibilitou analisar de maneira mais detalhada os movimentos territoriais da indústria no estado de São Paulo. Para análise setorial da indústria paulista entre os anos de 1996 e 2000, foi-nos fornecida uma série de tabulações especiais referentes às quarenta e duas Regiões de Governo do estado de São Paulo, de modo que tivemos que realizar os padrões espaciais da indústria estribados numa territorialidade um pouco distinta. Por isso, o termo "metrópole expandida" vem sempre entre aspas, já que não expressa a mesma entidade territorial. Entrementes, as ínfimas distorções que podem ser provocadas pelos problemas apontados para a obtenção dos dados da indústria paulista não anulam a construção da tese que esgrimamos tampouco a comprovação das hipóteses que vimos defendendo durante ao longo deste trabalho. Pelo contrário, esses dois arranjos territoriais, levemente distintos, apenas comprovam a tese de que a expansão industrial do estado se dá de maneira territorialmente limitada, o que evidencia que a interiorização da indústria paulista é um fenômeno desigual e pouco consistente em termos espaciais, apesar da enorme importância da indústria que se localiza fora da "metrópole expandida", algo que veremos a seguir. Como resultado desses exercícios territoriais, produzimos oitenta e quatro gráficos que dizem respeito à evolução de cada setor da indústria nos diversos espaços produtivos paulistas, entre os anos de 1996 e 2000. Com efeito, seria exaustivo para o leitor a exibição desses gráficos no próprio texto analítico, de modo que preferimos criar um *Anexo Metodológico e Estatístico* para que o leitor possa tomar contato com os municípios que compõem cada microrregião e cada Região de Governo, bem como consultar os gráficos que lhe sejam de maior interesse.

cresceram nas últimas três décadas localizam-se no entorno da Região Metropolitana de São Paulo, evidenciando, destarte, a operação de economias de aglomeração regionais baseadas na integração regional e intersetorial dos agentes econômicos envolvidos no processo de reorganização territorial da economia estadual.

Em segundo lugar, procuraremos demonstrar empiricamente que a expansão das economias de aglomeração metropolitanas apontadas por Azzoni (1986) e Storper (1991)[56] opera principalmente nos segmentos mais complexos da cadeia industrial e naqueles setores intensivos em tecnologia, em informação e em serviços modernos, como, por exemplo, o setor de *Edição, Impressão e Reprodução de Gravações*, que vem crescendo a cada ano e que se apresenta como o terceiro principal segmento industrial metropolitano em termos do VTI – atrás apenas do setor químico e do setor automobilístico. Destarte, podemos concluir que o processo de interiorização da indústria paulista não se dá de modo consistente, se considerarmos que, em 2000, 85,8% do VTI estadual e 38,9% do VTI nacional foram produzidos numa área que não supera os 15% do território do estado de São Paulo (IBGE, 2002)[57].

Nessa medida, os padrões empíricos trazidos à baila no trabalho que se segue demonstram que os cortes metodológicos utilizados em uma miríade de trabalhos, os quais separam a RMSP do restante do território do estado de São Paulo, ofuscam o crescimento vertiginoso da indústria localizada nas microrregiões contíguas a metrópole.

Como conseqüência da desconcentração da indústria metropolitana, a qual vem sofrendo sucessivas perdas na composição do emprego e no Valor da Transformação Industrial (VTI) desde os anos setenta, uma série de trabalhos sucedeu-se no sentido de

---

[56] "(...) a grande maioria das filiais e linhas de montagem estão levando a cabo um tipo muito diferente de descentralização: elas estão se instalando em cidades industriais dentro de um raio de 200 km da cidade de São Paulo, tais como São José dos Campos, Piracicaba, Americana, Limeira, Rio Claro e Campinas. Essa extensão do 'campo aglomerativo' de São Paulo, ou seja, o efetivo alcance de suas economias de aglomeração, tem, na verdade, o efeito de contrapor-se a quaisquer vantagens que possam ser obtidas através da localização dessas plantas fora do estado de São Paulo (...) Em outros termos, estamos testemunhando a extensão das economias de aglomeração dos complexos industriais já existentes de uma escala estritamente urbana para uma escala regional mais ampla" (Storper, 1991, 61-2). ["(...) the great majority of branch or assembly plants are undertaking a very different kind of decentralization: they are locating in industrial towns within a 200-km radius of the city of São Paulo, such as São José dos Campos, Piracicaba, Americana, Limeira, Rio Claro, and Campinas. This extension of the 'agglomerative field' of São Paulo, that is, of the effective range of its agglomeration economies, actually has the effect of largely negating any advantages that might be had by locating such plants outside of the state of São Paulo (...) In other words, we are witnessing the extension of the localization economies of existing industrial complexes from a strictly 'urban' to a somewhat broader 'regional' scale" (Storper, 1991: 61-2)].

[57] Ver *Anexo Metodológico e Estatístico* ao final deste trabalho.

explicar as tendências espaciais da localização do setor industrial no estado de São Paulo. Podemos, em bosquejo, indicar três estratégias teórico-metodológicas as quais têm orientado os principais trabalhos acadêmicos que buscam lançar luzes sobre as mudanças nas configurações urbano-regionais em São Paulo:

(i) tendo em vista os movimentos descendentes da indústria da RMSP no que concerne à sua participação nos níveis de emprego industrial e do VTI, vários autores no Brasil e no exterior debruçaram-se sobre esse fenômeno estribados numa perspectiva de análise que se baseia exclusivamente nas deseconomias de aglomeração metropolitanas e na suposta emergência do setor de serviços como mola propulsora do desenvolvimento econômico regional. Como corolário dessas perspectivas, a cidade de São Paulo, em particular, e a RMSP, em termos gerais, estariam atravessando tendências de revocacionalização, uma vez que os serviços modernos suplantariam o setor industrial como força motriz do desenvolvimento sócio-econômico do território. Para os autores dessa vertente teórico-metodológica, a comprovação empírica desse processo está na inevitável desindustrialização que estaria se intensificando na RMSP nos últimos anos (cf. Marques e Torres, 2000; Tavares, 2000; Sassen, 1998)[58].

(ii) uma segunda estratégia teórico-metodológica de análise não parte do pressuposto de que a indústria estaria perdendo seu caráter dinâmico na organização territorial, mas enfatiza os processos de desconcentração da

[58] Para ilustrar a força com que as teses imbricadas das cidades mundiais e da economia de serviços têm seduzido vários estudiosos dos temas urbanos e regionais, citamos as palavras de Tavares (2000: 92) sobre a suposta desindustrialização da RMSP: "A desindustrialização é acompanhada por um processo de terceirização bastante rápido, marcado pela dualidade: de um lado serviços de baixa categoria, de outro lado, uma gama considerável dos chamados serviços de ordem superior". Se é certo que o setor de serviços vem crescendo na RMSP, não podemos desvincular esse processo do setor industrial, uma vez que o processo de reestruturação produtiva levado a cabo nos últimos anos produz a externalização de atividades que anteriormente se exerciam no interior da planta industrial (Veltz, 1997). Portanto, as expressões locacionais do estado de São Paulo evidenciam encadeamentos intersetoriais que estão na base da formação de economias de regionalização as quais, por sua vez, exorbitam o espaço metropolitano, de modo a criar, no seu entorno, a segunda principal região industrial nacional depois da própria RMSP. Em outros termos, o crescimento do setor de serviços não se dá contra a indústria, mas *por causa dela*. Ademais, Tavares (2000: 92) comete o equívoco, assim como outros autores, de separar RMSP e interior para valorizar a perda industrial metropolitana. Contudo, ao realizarmos a análise por microrregiões ou por regiões de governo, como faremos adiante, perceberemos que a expansão industrial se dá em áreas contíguas à RMSP, o que reforça, mais uma vez, as proposições de Azzoni (1986) e Storper (1991). Sob nosso enfoque analítico, a crescente dependência das empresas industriais em relação aos serviços tende a reforçar esses padrões locacionais dentro do estado de São Paulo.

indústria paulista e seus reflexos na organização sócio-econômica da RMSP. Nesse sentido, uma distinção teórico-metodológica importante em relação às proposições pós-industriais deve ser destacada, na medida em que as abordagens desenvolvidas por esses autores nos permitem analisar a importância do setor industrial para a economia paulista, por um lado, e para a RMSP, por outro lado (Negri e Pacheco, 1994; Negri, 1996; Pacheco, 1999; Caiado, 2002)[59]. Não obstante os inegáveis avanços dessas proposições no sentido de localizar o papel do setor industrial em relação ao estado de São Paulo e ao Brasil, a separação entre a RMSP e o restante do estado – tratada nos diversos trabalhos como uma grande categoria denominada "interior" – não nos permite explorar as diversas matizes setoriais e regionais que envolvem os movimentos de expansão da indústria paulista desde os anos setenta. Se as análises produzidas por esses trabalhos trazem à tona as perdas

[59] Uma ilustração desse tipo de construção metodológica pode ser encontrada em Negri (1996:21): "(...) não é possível concordar com a idéia de que tenha havido, em São Paulo, um fenômeno de 'espraiamento' da indústria metropolitana para cidades a uma distância máxima de 150 quilômetros da capital, pois a indústria paulista sempre teve presença marcante tanto no interior como na metrópole, onde cada região teve um desenvolvimento com características próprias, resultado das determinações de natureza histórica do processo de acumulação capitalista, no espaço regional de São Paulo; além do mais, no raio de 150 quilômetros, sugerido por Azzoni, encontram-se diversas cidades e regiões que não tiveram grande desenvolvimento industrial, principalmente nas Regiões de Governo de Registro, Itapeva e Vale do Ribeira, esta bastante deprimida". Neste ponto, podemos notar a fragilidade metodológica e conceitual que orienta o autor, uma vez que, ao sugerir que o espaço econômico no entorno da metrópole deveria ser equilibrado em termos do desenvolvimento econômico, parece desconhecer que o desenvolvimento industrial e desigual no espaço em razão das forças de aglomeração de dominam a relação entre produtores e firmas (Hirschman, 1973; Scott & Storper, 2003). O suposto de que o espraiamento industrial deveria ser equilibrado no espaço que órbita a metrópole, portanto, tem caráter puramente ideológico, principalmente porque a categoria elaborada pelo autor de "interior" também é marcada por profundas desigualdades em termos dos encadeamentos industriais. Ademais, apesar da importância das regiões mencionadas pelo autor, devemos considerar que, desde os anos setenta, as microrregiões e Regiões de Governo no entorno metropolitano crescem num ritmo muito mais acelerado do que as regiões exteriores ao campo de aglomeração de Azzoni (1986) e Storper (1991). Destarte, a separação entre RMSP e "interior" mostra o vigoroso crescimento industrial das regiões externas à metrópole, embora deixe de explicar porque as regiões que se desenvolvem em termos muito mais acelerados no que tange á indústria localizam-se em espaços nas bordas da RMSP. Como veremos adiante, a análise por microrregiões e Regiões de Governo demonstrará a tibieza metodológica e conceitual da abordagem da interiorização da indústria, ainda que devamos reconhecer na produção desses autores as principais obras acadêmicas sobre a história industrial do estado de São Paulo. Isto posto, cabe a pergunta: por que 85,80% do VTI estadual e 38,90% do VTI nacional são produzidos pela indústria pertencente a essa faixa territorial que denominamos, neste trabalho, de "metrópole expandida". Não há dúvidas de que a resposta passa pela conformação de economias de aglomeração conjuntas a essas regiões. O foco exclusivo nas deseconomias de aglomeração que indubitavelmente tem agido na RMSP nas últimas três décadas não dá conta de uma gama de economias de aglomeração que continuam agindo no espaço metropolitano e no seu entorno. De acordo com Krugman *et.alii* (1999), a relação entre economias e deseconomias de aglomeração – ou entre o que foi chamado pelos autores de jogo entre forças centrípetas e centrífugas inerentes aos espaços de produção – determinará, em boa medida, o caráter econômico do território. Não por acaso – e apesar da desconcentração verificada nas últimas três décadas, a RMSP foi responsável, em 2000, por 19,40% do VTI industrial nacional, o que equivale a um pouco mais que toda a produção industrial da Região Sul do país e mais que a soma das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

sucessivas do setor industrial da RMSP em termos da geração de emprego e VTI, elas não dão conta do deslocamento maciço de uma miríade de plantas produtivas para áreas no entorno metropolitano, como mostram Azzoni (1986), Storper (1991) e Matteo & Tapia (2002). Os dados do VTI industrial desde 1970 revelarão que o crescimento industrial relativo, diferenciado entre as várias sub-regiões do estado de São Paulo, aponta para um movimento bastante restrito de interiorização da indústria a partir do chamado campo de aglomeração metropolitano. Além disso, os setores industriais mais complexos, intensivos em serviços modernos e conteúdo tecnológico, apresentam graus de concentração ainda mais marcantes na metrópole expandida, como veremos adiante[60].

(iii) a terceira principal vertente analítica, com a qual este trabalho mais se identifica teórica e metodologicamente, é representada pelos autores que não somente rejeitam uma suposta transição setorial para os serviços como motor do desenvolvimento sócio-econômico metropolitano como enxergam nos processos de desconcentração concentrada da indústria as forças centrípetas dos espaços econômicos metropolitanos, enfatizando as economias de aglomeração lá existentes e relativizando as análises pessimistas sobre o futuro da indústria paulista baseadas apenas nas deseconomias de aglomeração que permeiam a RMSP (ver, p.ex., Azzoni, 1986; Storper, 1991; Matteo & Tapia, 2002; Lencioni, 2003b).

Apesar dos vários avanços da literatura acadêmica nacional e internacional sobre os padrões locacionais da indústria paulista nos últimos anos, existe, sob nosso prisma teórico-metodológico, uma lacuna que não tem sido suficientemente abordada nos veios analíticos explorados neste trabalho. Em primeiro lugar, poucos autores têm se debruçado sobre a relação entre os movimentos de aglomeração industrial em áreas metropolitanas - e as regiões em seu entorno - e a formação, cada vez mais intensa, de encadeamentos intersetoriais. O foco exclusivo no setor industrial ou no segmento de serviços turva as perspectivas que se abrem a novas possibilidades de configuração territorial que exorbitam as fronteiras que separam os municípios da metrópole de outras

[60] Ver também o *Anexo Metodológico e Estatístico* ao final deste trabalho.

regiões do estado de São Paulo. Nesse sentido, o setor de serviços, muito longe de representar um deslocamento do setor industrial como fonte de riqueza e desenvolvimento, age como um determinante locacional basilar na construção de uma *nova economia industrial* - altamente dependente do setor de serviços[61] -, de modo a colocar a metrópole como fator essencial nesse novo arranjo territorial[62].

A expressão locacional dessa dependência pode ser verificada no estado de São Paulo, onde as crescentes deseconomias de aglomeração metropolitanas não produziram nem desindustrialização tampouco uma dispersão territorial consistente das firmas industriais, ainda que observemos a expansão da infra-estrutura de transporte no estado de São Paulo e o advento da "guerra fiscal" em meados dos anos noventa.

Sem embargo, as análises que tomam a trajetória descendente dos custos de transporte - em razão da melhora da infra-estrutura viária e de comunicações no estado de São Paulo - como fator de dispersão territorial precisam ser ponderadas na medida em que as complexas interações entre os diversos setores da vida econômica podem não obedecer a um padrão formal de relações entre os agentes sociais nela envolvidos, principalmente se levarmos em conta os graus complexidade subjacentes à produção de

---

[61] Nesse sentido, esvaem-se as perspectivas pós-industriais que se revelam cada vez mais frágeis na explicação dos novos arranjos sócio-econômicos metropolitanos. O trabalho de Miles & Boden (2000) lança novas luzes sobre o papel dos serviços nessa nova organização da vida econômica: "(...) nós argumentamos que os serviços estão crescentemente imbricados com a atividade de todos os setores da economia. Os 'serviços produtivos', cujos principais clientes são outras firmas (ou órgãos públicos), têm demonstrado o mais rápido crescimento do emprego no setor de serviços, e a participação dos serviços no produto que vai para outras partes da economia tem crescido nas décadas recentes. Não é muito adequado pensar numa sociedade pós-industrial: o que nós estamos vendo é o desenvolvimento de *um novo tipo de sociedade industrial*, na qual os setores secundário e terciário estão cada vez mais proximamente interconectados" (Miles & Boden, 2000:5). ["(...) we argue that services are increasingly bound up with the activity of all sectors of the economy. 'Producer services', whose main clients are other business (or public bodies), have shown the most rapid growth in services employment, and the share of services output going to other parts of the economy has grown over recent decades. It is not very useful to think of *post*-industrial society: what we are seeing is the development of a *new kind of industrial society*, in which secondary and tertiary sectors are ever more closely intertwined"] (grifos nossos).

[62] Sandra Lencioni tem sido uma das poucas pesquisadoras no âmbito acadêmico nacional a chamar atenção para o fato de que os encadeamentos intersetoriais tendem a reforçar as aglomerações produtivas da RMSP e seu entorno. Assim, ressaltamos a conexão existente entre o crescimento dos serviços e as expressões locacionais da indústria paulista. Como observa a autora, "essa região metropolitana ampliada, incorporando novos espaços ao processo de metropolização e reafirmando a primazia do seu centro pela concentração das atividades de serviços especializados relacionados, principalmente, à gestão do capital, contém uma densa rede social e territorial, bem como uma intensificação dos fluxos imateriais que permitem sua captura pela rede urbana mundial e, ao mesmo tempo, contribuem para a estruturação dessa rede" (Lencioni, 2003b:3). Se nos anos fordistas os processos locacionais eram determinados basicamente por relações materiais de produção, nos dias atuais, com a intensificação da globalização e da utilização de novas tecnologias de informação, podemos dizer que as aglomerações também se formam a partir de encadeamentos imateriais representados pelos serviços modernos e pelos velozes fluxos de informação. Dessa forma, qualquer análise territorial da indústria que não leve em consideração as interpenetrações setoriais expressa nos encadeamentos indústria-serviços estará fadada ao artificialismo e a inconsistência metodológica.

determinados bens e serviços intensivos em conhecimento e estribados em agregação contínua de valor intelectual[63].

É importante, dessa forma, explorar algumas características distintivas dos serviços e sua organização produtiva para que possamos entender as interações intersetoriais que estão na base de várias aglomerações produtivas metropolitanas, as quais tendem a funcionar como amortecedores de processos mais amplos de desconcentração regional da atividade produtiva. Em primeiro lugar, a produção de serviços envolve uma grande quantidade de trabalho intelectual que produz uma série de bens intangíveis e específicos para uma gama diferenciada de clientes. Em segundo lugar, esse caráter customizado dos serviços modernos envolve a interação freqüente entre produtores e clientes. Nas palavras de Miles & Boden (2000:8), " os serviços são 'cliente-intensivos', os quais requerem insumos do consumidor no processo de concepção/produção"[64]. Como conseqüência desses dois fatores, a produção de serviços envolve, por um lado,

---

[63] Para além dos fatores tradicionais que conduzem a aglomeração da atividade econômica, como a disponibilidade de fatores de produção, como terra e trabalho, e a existência de uma rede de fornecedores e clientes, devemos reforçar que os fluxos imateriais e as relações sociais traduzem-se cada vez mais em forças centrípetas inestimáveis nos espaços econômicos. Nos termos de Storper (2000:149), "as razões básicas para que as firmas dependam de proximidade especial em relação a determinados tipos de outras firmas consistem de eficiências transacionais 'hard' (facilidade de compra e venda interfirmas). Mas pesquisas recentes têm ampliado as fontes dessas relações de proximidade no sentido de incluir vários tipos de externalidades 'soft', tais como externalidades de conhecimento entre as firmas (...), e a dependência das relações humanas, regras e costumes que capacitam as empresas a coordenarem-se sob certas condições de incerteza ou complexidade (...) Todas essas forças tendem a gerar concentração locacional, transações intra-indústria, e especialização econômica territorial. Além desse processo de aglomeração interfirmas, a existência de uma grande planta (ou seja, atividades aglomeradas 'dentro' da planta, teria um resultado similar: a concentração locacional do produto. Ambas se colocam em oposição a um padrão geográfico do produto disperso ou casual (...) mesmo se os custos de transporte estão caindo em geral, se nós temos remessas mais irregulares, lotes menores, ou outras demandas que tornam a tarefa do transporte mais complexa ou incerta, é muito possível que os custos de transporte subirão. Em uma economia em que alguns produtos estão se tornando cada vez mais sensíveis a demanda do consumidor e *intensivos em serviços*, localizações voltadas para o mercado permanecerão, assim, eficientes para muitos bens e serviços" (Storper, 2000:149). ["the standard reasons for firms to depend on spatial proximity to certain kinds of other firms consist of 'hard' transactional efficiencies (ease of inter-firm buying and selling). But recent research has broadened the sources of such proximity relations to include various kinds of 'soft' externalities, such as local knowledge spillovers between firms (...), and dependence on human relations, rules, and customs which enable firms to coordinate under certain conditions of uncertainty or complexity (...). All of these forces tend to generate locational concentration, intra-industry trade, and territorial economic specialization. In addition to this process of inter-firm agglomeration, the existence of a big plant (i.e. activities clustered 'inside' a plant), would have a similar result: the locational concentration of output. Both *stand in opposition* to a scattered or random geographical pattern of output (...) even if transport costs are falling generally, if we have more irregular shipments, smaller lots, or other demands which make the task of transporting more complex or uncertain, it is very possible that transport costs will rise. In an economy where some products are becoming more and more tailored to customer demand and increasingly *service-intensive*, market-oriented locations will thus remain efficient for many goods and services" (Storper, 2000:149)] (grifos nossos).

[64] "services are 'consumer-intensive', requiring inputs from consumer into design/production process" (Miles & Boden, 2000:8)

baixas economias de escala – uma vez que sua produção não é uniforme, ou seja, é determinada pelas necessidades específicas do consumidor final – e, por outro lado, uma constante necessidade de proximidade com o cliente, a qual torna a aglomeração quase inevitável, mesmo com a evolução dos mecanismos de transmissão de dados e os meios físicos de transporte (Miles & Boden, 2000)[65]. A concentração das atividades intensivas em conhecimento na metrópole está baseada, destarte, em externalidades imateriais que se tornam componentes basilares na geração e reprodução de conhecimento e inovação, tanto na indústria como nos serviços. Em outros termos, a descontinuidade, a produção de baixa escala e a necessidade constante de interações intra e intersetoriais tornam essas externalidades componentes essenciais da atratividade econômica metropolitana para os setores mais modernos da economia. Com efeito, essas interações intersetoriais trazem à baila novas reflexões sobre o papel das políticas públicas que visem estimular a produção industrial, já que o foco exclusivo nas manufaturas pode turvar ou mesmo enfraquecer os efeitos positivos das relações sociais que exorbitam as fronteiras entre os

[65] As proposições de Moulaert, Scott e Farcy (1997:97) não deixam margens a dúvidas ao corroborar as perspectivas de análise sobre os encadeamentos intersetoriais e seus efeitos sobre as aglomerações produtivas urbanas. Desse modo, "a teoria da localização tradicional, com sua ênfase na minimização dos custos de transporte, foi particularmente inadequada como um esquema de investigação para abordar outros tipos de serviços, como os serviços prestados às empresas e serviços financeiros customizados, uma vez que a geografia desses serviços parece cada vez mais dependente de contatos face-a-face com clientes e da divisão do trabalho na provisão desses serviços, e muito menos de fatores relacionados simplesmente aos custos de transporte. Foi apenas com a ascensão de um tipo radicalmente novo de teoria da localização nos anos 80 que uma maneira mais efetiva de lidar com a geografia das atividades econômicas tornou-se disponível (...) Esta nova teoria está baseada fundamentalmente na noção de que os sistemas econômicos são caracterizados por uma lógica organizacional e locacional interdependente a qual engendra fortes retornos crescentes de escala levando, por sua vez, a aglomeração especial. Sob condições nas quais as fronteiras entre os setores econômicos tornaram-se extremamente embaçadas, as dimensões funcionais da divisão geral do trabalho são cada vez mais importantes como critérios de organização. Quando as ligações entre diferentes funções econômicas (P&D, engenharia, produção, administração, logística, e assim por diante) tornaram-se crescentemente afinadas, graças à organização aperfeiçoada de mercados e dos procedimentos de gestão, a especialização e a flexibilidade das funções também aumentam e sua tendência à aglomeração é realçada". ["traditional location theory, with its emphasis on the minimization of transport costs, was particularly unsuitable as an investigative framework for approaching other kinds of service, such as customized business and financial services, because the geography of these services seemed more dependent on face-to-face contacts within clients and the division of labour in service provision, and much less crude transport cost factors. It was only with the rise of a radically new kind of location theory in the 1980s that a more effective way of dealing with the geography of economic activities became available (...) This new theory is based fundamentally on the notion that economic systems are characterized by an interdependent *organizational* and *locational* logic that engenders strong increasing-returns effects leading in turn to spatial agglomeration. Under conditions where the boundaries between economic sectors have become extremely blurred, the functional dimensions of the overall division of labour are more and more important as criteria of organization. As the links between different economic functions (R&D, engineering, production, administration, logistics, and so on) become increasingly fine-tuned, thanks to improved organization of both markets and management procedures, so the specialization and flexibility of functions also increase and their tendency to agglomeration is enhanced" (Moulaert, Scott and Farcy, 1997:97)]

setores econômicos[66]. Desse modo, a carência de instituições regionais que promovam o diálogo intersetorial e capture (e estimule) o seu papel nos processos de inovação tende a minar o crescimento de setores modernos na metrópole paulista.

5.1. Encadeamentos Produtivos Intersetoriais na RMSP: esboços de uma nova agenda

As estratégias para o desenvolvimento metropolitano paulista têm diante de si um enorme desafio de construção e reconstrução institucional, algo que deve trazer à tona discussões mais profundas sobre o papel do poder público na geração de processos de desenvolvimento. Devemos aproveitar o refluxo das perspectivas liberais e neoliberais, as quais se mostraram deficientes, no sentido de criar novas institucionalidades capazes de conduzir a um planejamento urbano-regional concertado, além dos interesses

---

[66] Na literatura internacional, as pesquisas empíricas mais recentes já têm demonstrado essa preocupação, como denotam as palavras de Tomlinson (2001:104-5): "a análise dos serviços prestados às empresas intensivos em conhecimento levada a cabo até agora implica a ampliação do estudo do desempenho econômico no sentido de incluir o papel dos serviços como componentes de redes econômicas, economias de aprendizado, e sistemas de inovação. Ao invés de manter divisões artificiais entre setores manufatureiros e não-manufatureiros, certos serviços parecem ter um papel essencial na melhoria da eficiência econômica. Tem sido demonstrado que existem relações fundamentais entre produtividade, valor agregado, e entre o produto e o insumo de serviços prestados às empresas intensivos em conhecimento, embora existam diferenças nacionais importantes a serem consideradas. Um foco mais estreito na performance da manufatura sem a consideração dos serviços produtivos seria, de algum modo, inapropriado. As políticas públicas devem confrontar essas questões rapidamente, pois está longe de estar claro quais serão os efeitos a longo prazo dos serviços intensivos em conhecimento ou de uma crescente confiança na produção não-material (...) Isto implica que a natureza e a imbricação desses serviços com os sistemas nacionais e regionais de inovação serão um fator-chave para a performance econômica nacional a longo prazo". ["the analysis of knowledge-intensive business services undertaken so far imply a broadening of the study of economic performance to include the role of services as components of economic networks, learning economies, and systems of innovation. Rather than maintaining artificial divisions between manufacturing and non-manufacturing sectors, certain services appear to have an essential role in improving economic efficiency. It has been demonstrated that there are underlying links between productivity, value added, and output and the input of knowledge-intensive business services, but there are important national differences to be considered. A narrow focus on manufacturing performance without considering producer services would be somewhat inappropriate. Policy must confront these issues as soon as possible, for it is far from clear what effects of the growth of knowledge-based services or an increasing reliance on non-material production will be in the long term (...) This implies that the nature and embeddedness of these services within national or regional systems of innovation will be a key factor for long-term national economic performance" (Tomlinson, 2001:104-5)]. Não obstante a inadequação empírica de considerarmos a "metrópole expandida" um sistema regional de inovação - basicamente pela inexistência ou fraqueza das instituições de coordenação econômica que deveriam engendrar mecanismos de concertação entre os agentes sociais inovadores -, a existência de um setor de serviços moderno e dinâmico na RMSP, reforçado pelos intensos fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) nos anos noventa, pode representar um novo arranjo sócio-econômico metropolitano. Nesse novo arranjo, as instituições de coordenação econômica e a intervenção pública devem buscar fomentar as especializações cruzadas entre os setores econômicos bem como as externalidades de conhecimento que podem ser geradas nesse tipo de interpenetração intersetorial. Certamente, os níveis de aglomeração intersetoriais que são verificados na RMSP expressam a enorme vitalidade da região nesse sentido, malgrado não aproveitadas pelos elaboradores de políticas públicas em todas as esferas do Estado.

políticos mais imediatos de cada cidade. A globalização, certamente, redefiniu o papel do Estado, não obstante afirmar isso seja muito distinto de apontar o seu fim enquanto agente primordial na direção de processos de desenvolvimento (Chang & Rowthorn, 1995; Evans, 1997). Sem essa diretiva na formulação de políticas urbanas, entendemos que os resultados serão sempre insatisfatórios, transformando o poder público em uma espécie de Sísifo dos tempos modernos, sofrendo eternamente as conseqüências de políticas públicas mal formuladas ou formuladas parcialmente ou executadas ao sabor de interesses particulares em detrimento do bem comum. Nessa medida, as estratégias de desenvolvimento metropolitano só serão exitosas se se anteciparem às novas formas de organização da produção, fomentando e reafirmando interdependências tanto no aspecto meramente econômico quanto no que tange aos ditames institucionais necessários para a geração de coordenação e confiança entre os atores.

A emergência de encadeamentos intersetoriais que emergem na metrópole põe o desafio para o poder público de entender seus mecanismos institucionais para que possa intervir favorecendo interações de aprendizagem entre os diversos agentes econômicos. Dessa forma, os elaboradores das políticas de desenvolvimento – não somente na escala da metrópole, mas em outras esferas da vida econômica – poderão depreender os tipos de relações sociais que conduzem ao aprendizado coletivo e estimular essas relações institucionalmente. Sob nosso prisma de análise, as interpenetrações indústria-serviços são importantes fontes agregadoras de conhecimento ao processo produtivo de modo que essas relações necessitam de liga institucional para que possam contribuir para um sistema regional de aprendizagem no estado de São Paulo.

Na dimensão das políticas de desenvolvimento, diz Storper (1998: 24-5):

> *as políticas públicas voltadas para a criação ou sustentação da economia do aprendizado envolveriam uma relação entre instituições públicas e formais, e convenções e relações que não são totalmente formais. Há uma circularidade aqui: instituições públicas formais, ao criar e sustentar mundos de aprendizado, devem de fato criar ou sustentar as convenções e relações das últimas [convenções ou relações que não são plenamente públicas ou formais]. Essas instituições públicas formais, por sua vez, só podem dar assistência na construção do mundo [de aprendizado] se as pessoas em ambas as instituições – o sistema de aprendizado produtivo e as instituições*

públicas formais – são coordenadas por convenções consistentes com aquele projeto. Este tipo de circularidade sem fim não pode ser realizado por qualquer noção tradicional como incentivo, coerção ou regra formal[67]

Sem embargo, abordagens dessa natureza por parte do poder público precisam ser estribadas em profundos estudos setoriais para que se possa depreender os padrões de interação entre eles e como a construção de determinadas arenas institucionais podem aprofundar os processos de agregação de conhecimento e aprendizagem. Por outro lado, o foco em determinados tipos de produto, principalmente aqueles intensivos em valor intelectual, pode chegar aos mesmos encadeamentos intersetoriais. Ademais, o foco nesses encadeamentos de vanguarda pode ser favorecido para que gerem determinados tipos de produto que sejam capazes de atingir o mercado internacional[68].

No curso deste trabalho, esperamos ter esclarecido que não podemos dissociar os padrões locacionais da indústria das economias de aglomeração que se formaram na metrópole paulista historicamente com a instalação de um parque produtivo complexo e denso em termos de seus encadeamentos - principalmente se considerarmos a nova economia industrial emergente nos últimos anos. Como enfatizamos no capítulo anterior com maior grau de detalhamento, o contexto macroeconômico de baixo crescimento e as estratégias de liberalização econômica, com a conseqüente desindustrialização de cadeias produtivas, engendraram processos de reestruturação empresarial que têm nos serviços um de seus pilares fundamentais, reforçando as complementaridades entre o secundário e o terciário. Acreditamos que os padrões locacionais dessa nova forma de organização produtiva expressarão dependências intersetoriais as quais tendem a reforçar o papel da RMSP e seu entorno como principal pólo produtivo nacional e como

---

[67] "policies intended to create or sustain the learning economy would involve a relationship between public, formal institutions and conventions or relations that are neither fully public nor fully formal. There is a circularity here: formal public institutions, in creating or sustaining worlds of learning, must in effect create or sustain the conventions or relations of the latter. In turn, those formal public institutions can only assist in the world-making if the people in both institutions – the learning production system and the formal public institution – are coordinated by conventions consistent with that project. This kind of endless circularity cannot be gotten around by any traditional notion such as incentive, compulsion or formal rule" (Storper, 1998:24-5).

[68] Nesse sentido, Scott (2002) ilustra diversos exemplos de sucesso extraídos de países subdesenvolvidos (Brasil, Índia, China e Tailândia). De acordo com Scott (2002:143-4), as externalidades positivas que permitiram a inserção competitiva desses encadeamentos (setoriais e intersetoriais) estão fundadas em cinco fatores, a saber: (i) intensidade das relações transacionais interfirmas, (ii) disponibilidade de mão-de-obra qualificada local, (iii) estruturas de aprendizado e inovação, (iv) estruturas institucionais e (v) infra-estrutura física. A respeito dos fatores que permitiram a inserção produtiva competitiva em várias regiões subdesenvolvidas, ver também Scott & Storper (2003).

espaço de conexão entre o capitalismo nacional e a economia global. Apesar das incertezas com relação aos novos desafios que se colocam ao poder público em todas as escalas nesse processo, as potencialidades para consolidação de um centro de produção "multiespecializado" são consideráveis tendo em vista a importância da RMSP e da "metrópole expandida" no que concerne ao seu potencial de inovação e aprendizagem.

O trabalho de Kontic (2003) ressalta as necessidades de construção de institucionalidades regionais em outras escalas de governo como forma de ativar processos de aprendizagem no espaço metropolitano ampliado no estado de São Paulo. Sem dissipar as incertezas que envolvem tal processo tampouco dirimir as disputas teórico-metodológicas que emergem no estudo da metrópole, Kontic (2003:1) observa que "as conseqüências sócio-espaciais precisam ser determinadas em âmbito regional. São duas as instituições regionais relevantes: as que organizam os processos territoriais de coordenação econômica das redes produtivas e as que definem os processos de intervenção pública na economia". Com efeito, para que essas instituições logrem êxito, devem ser enfocados os aspectos multidimensionais que tais instituições devem carregar, aqui entendidos como as conexões entre as diversas esferas de governo no âmbito de uma política nacional de desenvolvimento regional. Dessa forma, a política de desenvolvimento da metrópole não deve ser pensada como um fim *per se*, mas a partir de seus setores econômicos estratégicos definidos por externalidades positivas potenciais ou existentes.

Nesse sentido, um dos desafios postos ao o *upgrade* industrial do país consiste na formulação das bases de uma política "multidimensional" de desenvolvimento, estribada na integração das regiões mais complexas em termos industriais e dos setores industriais mais dinâmicos como elementos propulsores do desenvolvimento. Nesse tipo de perspectiva, a política industrial não é vista tão-somente como um estímulo a setores industriais selecionados, mas como um elemento integrador do potencial de desenvolvimento que certos setores industriais possuem em determinadas regiões – seja pela existência prévia de relações institucionais que engendram externalidades positivas ou pela existência de bases já formadas para o estabelecimento de encadeamentos interfirmas que necessitam de apoio. É mister, não obstante, ressaltar que essas perspectivas de política industrial que buscam integrar os setores industriais ao potencial de cada espaço regional não é, de modo algum, consenso na literatura sobre o tema. Na visão predominante, a política industrial age buscando incentivar

seletivamente setores específicos da indústria de forma que os efeitos sociais e regionais desses incentivos são produtos da política, e não parte de seus escopos. Essa perspectiva está exposta em Chang (1995:60), que diz que

> *a política industrial afeta diferentemente regiões e grupos diferentes, mas seus efeitos sobre regiões e grupos particulares são melhor vistos como resultados do que como escopos da política. Da mesma forma, políticas regionais e orientadas para determinados grupos* [group-oriented] *podem afetar indústrias particulares (por exemplo, estabelecer um parque industrial para a indústria de confecções numa região de elevado desemprego), mas isso não faz delas políticas industriais (...) Nosso propósito e definir a política industrial como uma política que almeja indústrias particulares (e firmas e seus componentes) para atingir os resultados que são percebidos pelo Estado como sendo eficientes para todo o conjunto da economia*[69]

Contudo, entendemos que a compreensão dos encadeamentos intersetoriais, os quais emergem como um foco importante das políticas industriais, dependem fundamentalmente das configurações institucionais regionais em potencial ou constituídas, de modo que as trajetórias históricas e sociais particulares de cada espaço econômico precisam ser mais bem compreendidas para que se possa direcionar as políticas industriais. Assim, a conexão entre a região sócio-econômica, que é o espaço de atuação da política industrial, e os setores industriais estratégicos não pode ser desconsiderada sob o risco de que as políticas de desenvolvimento com perspectivas apenas setoriais produzam maior concentração de renda e desigualdades regionais.

Os termos centrais dessa nova política partem, por um lado, da *multiescalaridade*, ou seja, o diálogo entre as diversas esferas sub-nacionais de governo e o Estado nacional com o fito de que sejam mensurados os efeitos regionais da política a ser implementada, bem como uma política regional nacional de desenvolvimento industrial a ser concertada pelo próprio Estado nacional. Por outro lado, o caráter multidisciplinar da

---

[69] "(...) industrial policy affects different regions and different groups differently, but its effects on particular regions and groups are better viewed as *by-products* than as the *aims* of the policy. Likewise regional and group-oriented policies may affect particular industries (for example setting up an industrial park for the garment industry in a high-unemployment region, but this does not make them industrial policies (...) We purpose to define industrial policy as a policy aimed at *particular industries* (and firms as their components) to achieve the outcomes that are *perceived by the state* to be *efficient* for the *economy as a whole*" (Chang, 1996:60).

política deve ser considerado na medida em que as complexidades sociais e regionais envolvidas na sua implementação estão longe de serem adequadamente entendidas apenas por modelos puramente econômicos. A relação entre a natureza do produto a ser selecionado pela política, por um lado, e os ambientes institucionais regionais em potencial para que se possa definir que tipos de economia de aglomeração se encaixam em certos tipos de produto, por outro lado, devem agir como focos parciais da política industrial.

A região é *espectro* dessa política e não somente um efeito colateral setorial das políticas industriais, mesmo que se tome o produto como unidade analítica básica, como aponta Storper (1998). Se a política industrial visa atingir graus maiores de solidariedade entre o sistema de cidades em países com profundos desequilíbrios regionais, questões como o potencial gerador de emprego (enfatizando o lado social da política) devem vir, muitas vezes, antes de questões como economias de escala, custos de transação dos bens intangíveis e custos de transporte (enfatizando os ganhos de eficiência econômica da política). Nos termos de Markusen (1995), embora esse tipo de abordagem da política industrial pode trazer algumas desvantagens no curto prazo, seus efeitos a longo prazo podem gerar menores graus de desigualdade entre os espaços econômicos nacionais, ainda que as aglomerações continuem a existir como expressão da vida econômica (ver também Storper, 1991; Scott, 2002; Storper & Scott, 2003).

Por fim, ressaltamos que, na construção dessa agenda, a RMSP deve assumir um papel de destaque pelo que vimos discutindo neste trabalho. Para tanto, devemos ir além de conceitos teóricos como o de cidade-região global para engendrar essa nova agenda de estudos e de desenvolvimento, uma vez que a agenda é muito maior e muito mais complexa do que conceitos e métodos de estudo, ainda que elementos parciais da discussão. Desprovida de elementos "interdisciplinares" e "transescalares", qualquer agenda de estudos ou de políticas públicas tende ao fracasso. Aqui a necessidade de ressaltar o caráter híbrido da política, que tem que se equilibrar entre as tensões entre os aspectos sociais e os aspectos de eficiência econômica com as quais têm de lidar.

Na próxima seção, debruçar-nos-emos sobre os padrões locacionais da indústria paulista no sentido de reafirmar, de um lado, o papel do setor industrial como motor do desenvolvimento econômico do território e, de outro lado, os potenciais para a construção de um espaço regional de aprendizado e inovação estribados nos

encadeamentos intersetoriais presentes fortemente na metrópole ampliada do estado de São Paulo.

5.2. Padrões Locacionais da Indústria Paulista (1970-2000): a ampliação das economias de aglomeração metropolitanas

Nesta parte de nosso trabalho, buscaremos explicitar empiricamente os padrões locacionais da indústria paulista desde os anos setenta, pico da concentração industrial na RMSP. Demonstraremos, com base nos dados do VTI das indústrias extrativas e de transformação, que os movimentos de expansão industrial no estado de São Paulo não representam uma interiorização ampla da indústria paulista tampouco indicam a suposta perda de centralidade da indústria da RMSP, não obstante os profundos processos de reestruturação urbano-regional das últimas três décadas que engendram perdas significativas da participação relativa da metrópole paulista na composição do VTI nacional e estadual.

5.2.1. Os Movimentos Regionais da Indústria Paulista com Relação ao VTI Estadual

Do ponto de vista das participações relativas das dezesseis microrregiões que compõem a categoria que denominamos "metrópole expandida" no VTI estadual, percebemos um intenso movimento de reorganização da indústria no espaço, uma vez que a indústria localizada na RMSP que, em 1970, perfazia 74,5% do VTI produzido no estado de São Paulo, declina, em 2000, para 42,8% em termos de sua participação relativa no VTI do estado (ver Tabela 5.1). Ademais, cabe notar o vertiginoso processo de desconcentração industrial da microrregião São Paulo – formada pelo município de São Paulo juntamente com as cidades que compõe o ABC paulista -, visto que, entre 1970 e 2000, o declínio desses municípios na composição relativa do VTI estadual foi de 36,3 pontos percentuais - de 67,0% em 1970 para 30,7% em 2000 (ver Tabela 5.1).

Interessante notar que houve crescimento relativo de todas as outras cinco microrregiões que compõe a RMSP, a saber Guarulhos, Osasco, Moji das Cruzes, Itapecerica da Serra e Franco da Rocha[70]. Dessa forma, as perspectivas que tomam a desindustrialização da RMSP como um processo inevitável e que corre a passos largos necessitam de uma série de ponderações de ordem empírica. Em primeiro lugar, é relevante apontar que, entre 1970 e 2000, as cinco regiões que estão no entorno da

[70] Para a microrregião Franco da Rocha, só possuímos dados dos anos entre 1970 e 1985, embora os dados do Valor Adicionado Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo sugiram que a participação da região na indústria paulista permaneça inalterada desde 1985.

microrregião São Paulo aumentaram a sua participação relativa no VTI do estado de São Paulo de 7,5% para 12,1% (ver Tabela 5.1).

Destarte, esses dados evidenciam que o processo de industrialização tem sofrido alterações consideráveis dentro dos próprios limites territoriais da RMSP, de forma que uma parte da expansão da indústria no estado de São Paulo foi absorvida pelos espaços econômicos no entorno do núcleo metropolitano, a microrregião São Paulo. O processo de desconcentração da metrópole não é homogêneo, mas determinado pelo desmonte parcial do espaço de produção fortalecido nos anos desenvolvimentistas, qual seja, a conjunção da cidade de São Paulo com os municípios do ABC.

Não obstante, o crescimento das regiões no entorno da microrregião São Paulo foi muito inferior ao aumento relativo de participação das microrregiões contíguas à RMSP. Assim, por exemplo, a região de Guarulhos que, em 1970, contava uma produção industrial similar a da região de São José dos Campos (com 2,6% do VTI do estado para ambas), em 2000, foi responsável por terça parte da produção de São José dos Campos. Neste fato se expressa o crescimento industrial acentuado de regiões nas bordas da RMSP (ver Tabela 5.1).

As análises conjuntas das Tabelas 5.1 e 5.2 são importantes para que possamos perceber que o movimento de desconcentração da indústria paulista tem se restringido, maciçamente, às áreas contíguas a RMSP, evidenciando que o processo não se constitui numa expressão alternativa a RMSP, mas complementar a ela, conforme as proposições teóricas e empíricas que temos explorado neste trabalho. Se observarmos os índices de participação relativa das microrregiões do estado de São Paulo desde 1970, notaremos que as regiões que mais crescem no estado estão no que Storper (1991) entendeu como o anel produtivo regional intermediário entre a RMSP e o interior do estado.

Tabela 5.1 – Evolução da Participação das Microrregiões da "Metrópole Expandida" na Composição do VTI do Estado de São Paulo. Indústrias Extrativas e de Transformação (1970-2000)

(em porcentagem)

Microrregiões/Anos	*1970*	*1975*	*1980*	*1985*	*1996*	*2000*
1-São Paulo	67.0	60.5	52.1	44.1	39.4	30.7
2-Campinas	4.4	8.3	8.3	9.7	9.7	13.7
3-São José dos Campos	2.6	3.6	4.8	7.2	9.1	13.0
4-Sorocaba	1.8	1.9	3.0	3.3	3.8	5.1
5-Guarulhos	2.6	3.7	3.7	4.6	2.4	4.4
6-Santos	2.7	2.3	3.5	4.3	1.8	3.3
7-Osasco	2.4	2.3	3.0	3.4	3.6	3.3
8-Jundiaí	1.9	2.1	2.3	2.0	1.6	2.9
9-Moji das Cruzes	1.8	1.7	2.3	2.6	2.6	2.2
10-Itapecerica da Serra	0.5	0.8	1.4	1.6	2.2	2.2
11-Piracicaba	0.8	1.3	1.5	1.3	1.2	1.3
12-Limeira	1.4	1.3	1.4	1.4	1.8	1.3
13-Moji Mirim	0.8	0.8	0.9	1.0	1.0	1.3
14-Bragança Paulista	0.3	0.3	0.4	0.6	0.6	0.7
15-Tatuí	0.1	0.1	0.3	0.3	0.4	0.4
16-Franco da Rocha (1)	0.2	0.2	0.3	0.3	(X)	(X)
Total "Metrópole Expandida"	91.3	91.2	89.2	87.7	81.4	85.8
Total RMSP (2)	74.5	69.2	62.8	56.6	50.2	42.8
"Metrópole Expandida" - RMSP	16.8	22.0	26.4	31.1	31.2	43.0
Outras Microrregiões SP	8.7	8.8	10.8	12.3	18.6	14.2
Estado de São Paulo	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1970.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1975.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). *Censo Industrial 1980.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censos Econômicos 1985.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial 2000. Servidor de Mapas* (www.ibge.gov.br). Elaboração do autor.

(1) Dados de VTI indisponíveis para a microrregião de Franco da Rocha para os anos de 1996 e 2000. De acordo com os dados da Pesquisa Industrial 2000, esta microrregião não figurou entre as principais microrregiões industriais do Brasil, de modo que sua participação no VTI nacional foi de 0,0%, pouco significando para efeitos de mensuração estatística (IBGE, 2002:37).

(2) A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é composta por 6 microrregiões: São Paulo, Guarulhos, Osasco, Moji das Cruzes, Itapecerica da Serra e Franco da Rocha.

Embora num ritmo menos acelerado do que outras regiões da "metrópole expandida", as microrregiões da RMSP excetuando-se a microrregião São Paulo também tiveram aumentadas as suas participações na indústria paulista, fato este que derruba o mito de um declínio industrial homogêneo da RMSP explicado, de maneira simplista, por deseconomias de aglomeração associadas ao gigantismo assumido pela metrópole como expressão das políticas desenvolvimentistas.

Tabela 5.2 – Índice de Crescimento da Participação das Microrregiões da "Metrópole Expandida" na Composição do VTI do Estado de São Paulo. Indústrias Extrativas e de Transformação (1970-2000)

(Base: 1970=100)

Microrregiões/Anos	*1970*	*1975*	*1980*	*1985*	*1996*	*2000*
1-São Paulo	100.0	90.3	77.8	65.8	58.8	45.8
2-Campinas	100.0	188.6	188.6	220.4	220.4	311.4
3-São José dos Campos	100.0	138.5	184.6	276.9	350.0	500.0
4-Sorocaba	100.0	105.5	166.7	183.3	211.1	283.3
5-Guarulhos	100.0	142.3	142.3	176.9	92.3	169.2
6-Santos	100.0	85.2	129.6	159.2	66.6	122.2
7-Osasco	100.0	95.8	125.0	141.7	150.0	137.5
8-Jundiaí	100.0	110.5	121.0	105.3	84.2	152.6
9-Moji das Cruzes	100.0	94.4	127.8	144.4	144.4	122.2
10-Itapecerica da Serra	100.0	160.0	280.0	320.0	440.0	440.0
11-Piracicaba	100.0	162.5	187.5	162.5	150.0	162.5
12-Limeira	100.0	92.8	100.0	100.0	128.6	92.8
13-Moji Mirim	100.0	100.0	112.5	125.0	125.0	162.5
14-Bragança Paulista	100.0	100.0	133.3	200.0	200.0	233.3
15-Tatuí	100.0	100.0	300.0	300.0	400.0	400.0
16-Franco da Rocha	100.0	100.0	150.0	150.0	(X)	(X)
"Metrópole Expandida"	100.0	99.9	97.7	96.0	89.1	94.0
RMSP (1)	100.0	92.9	84.3	76.0	67.4	57.4
"Metrópole Expandida" - RMSP	100.0	130.9	157.1	185.1	185.7	255.9
Outras Microrregiões SP	100.0	101.1	124.1	141.4	213.8	163.2

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). *Censo Industrial 1970.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). *Censo Industrial 1975.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). *Censo Industrial 1980.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censos Econômicos 1985.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial 2000. Servidor de Mapas* (www.ibge.gov.br). Elaboração do autor.

(1) Dados de VTI indisponíveis para a microrregião Franco da Rocha para os anos de 1996 e 2000. De acordo com os dados da Pesquisa Industrial 2000, esta microrregião não figurou entre as principais microrregiões industriais do Brasil, de modo que sua participação no VTI nacional foi de 0.0%, pouco significando para efeitos de mensuração estatística (IBGE, 2002:37).

(2) A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é composta por 6 microrregiões: São Paulo, Guarulhos, Osasco, Moji das Cruzes, Itapecerica da Serra e Franco da Rocha.

Assim, podemos identificar três padrões macro-regionais de reorganização da indústria no território paulista desde os anos setenta. Em primeiro lugar, é possível apontar um padrão relativamente intenso de desconcentração industrial na RMSP, uma vez que a indústria da região participa com menos da metade do VTI do setor industrial comparativamente ao ano de 1970 (ver Tabelas 5.1 e 5.2). Em segundo lugar, podemos perceber que as principais ganhadoras de produção industrial nas últimas três décadas foram as microrregiões que se situam no entorno da RMSP. Destarte, os setores industriais desse anel externo da RMSP os quais, em 1970, já detinham uma participação importante na indústria paulista – perfazendo 16,8% do VTI estadual – passam, em 2000, a responder por 43,0% do VTI estadual – um crescimento relativo de

155,9%, de sorte a superar, inclusive, a indústria da RMSP em termos relativos (ver Tabelas 1 e 2). Em terceiro lugar, as outras regiões do estado de São Paulo fora da "metrópole expandida" apresentaram um crescimento relativo considerável, ainda que sua indústria nem de longe se assemelha ao dinamismo tanto da RMSP quanto do entorno metropolitano, visto que sua participação que, em 1970, era de 8,7% do VTI do estado de São Paulo passa a ser de 14,2% em 2000. Em suma, o movimento de expansão da indústria metropolitana foi absorvido com muito mais força pelas regiões em seu entorno, evidenciando processos de integração produtiva e economias externas que são metropolitanas por excelência, como apontamos anteriormente neste trabalho.

A análise dos dados do VTI sob o enfoque metodológico da "metrópole expandida" mostra que praticamente não houve alteração nos padrões de concentração territorial da indústria numa área bastante restrita do estado de São Paulo. Se do ponto de vista da dinâmica interna dessa macro-região urbano industrial puderam ser verificadas intensas mudanças – com desconcentração industrial na RMSP em favor de seu anel externo, a perspectiva conjunta dessas regiões mostra que a categoria "metrópole expandida" sofreu perdas mínimas na sua participação relativa ns composição do VTI do estado de São Paulo.

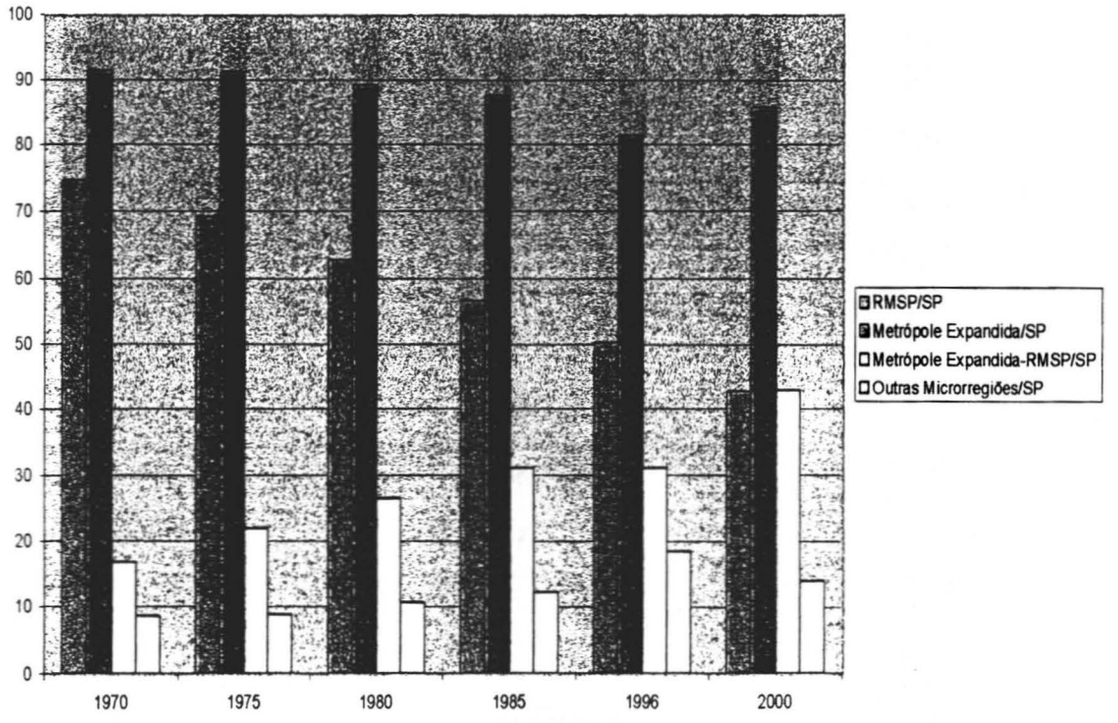
Em 1970, as indústrias localizadas na "metrópole expandida" - devido ao enorme peso dos encadeamentos industriais da cidade de São Paulo e do ABC e das políticas desenvolvimentistas que favoreceram as indústrias de bens de capital e consumo duráveis, maciçamente presentes nessa região – respondiam por 91,3% do VTI do estado de São Paulo, evidenciando a quase inexistência da indústria em outras regiões do estado. Os dados do VTI disponíveis para o ano de 2000 não deixam margens à dúvidas a respeito do caráter restrito do processo de interiorização da indústria paulista, pois os setores industriais situados na "metrópole expandida" perderam apenas 5,5 pontos percentuais em relação a sua participação relativa em 1970 – passando de 91,3% para 85,8% durante esses anos[71]. Na medida em que todas as microrregiões, excetuando-se a microrregião São Paulo, crescem ou se mantém estáveis na "metrópole expandida" com relação à sua indústria, cabe observar que foi a perda de dinamismo da

[71] Para que o leitor possa ter contato com os movimentos setoriais da indústria paulista entre os anos de 1996 e 2000, sugerimos fortemente a consulta ao *Anexo Metodológico e Estatístico* ao final deste trabalho. Dessa forma, será possível perceber quais são os padrões setoriais de expansão da indústria paulista nesses anos.

indústria da RMSP a principal causa das perdas relativas observadas na "metrópole expandida" entre 1970 e 2000 (ver Tabelas 5.1 e 5.2).

Gráfico 5.1

Participações Relativas de Sub-Regiões do Estado de São Paulo na Composição do VTI Estadual. Indústrias Extrativas e de Transformação (1970-2000). Em porcentagem

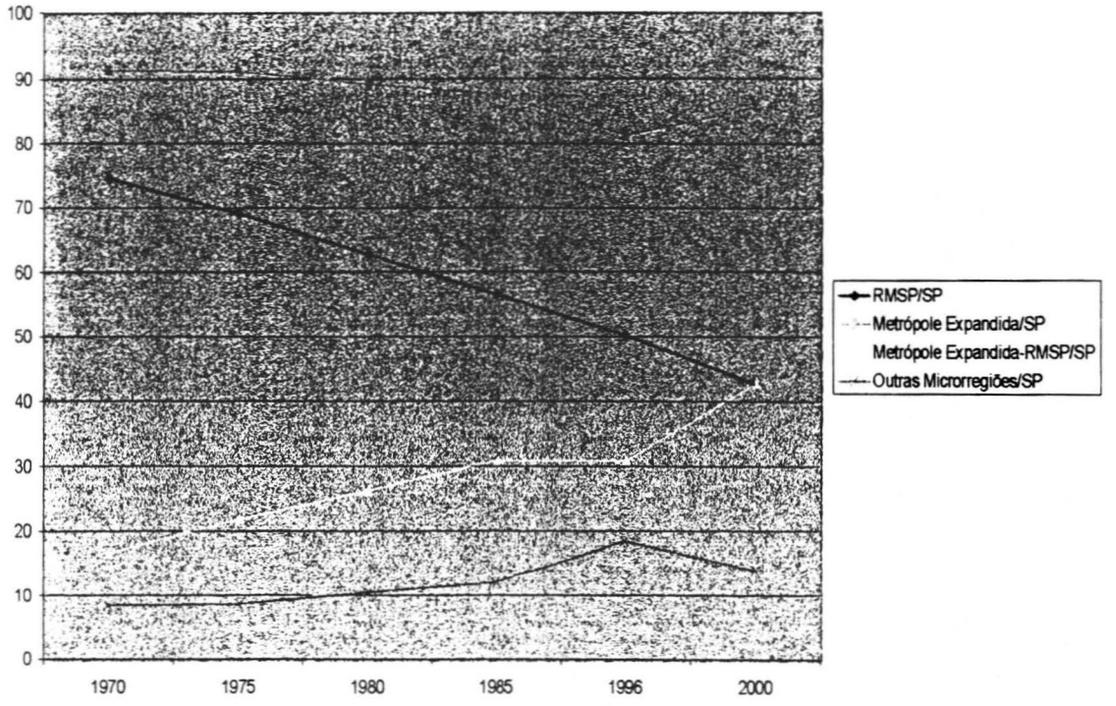


Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1970.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1975.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1980.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censos Econômicos 1985.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial 2000. Servidor de Mapas* (www.ibge.gov.br). Elaboração do autor.

Do ponto de vista da distribuição do VTI no estado de São Paulo entre os anos de 1970 e 2000, podemos notar que as transformações mais intensas no que concerne ao setor industrial processaram-se no interior da "metrópole expandida" na medida em que as perdas sucessivas da RMSP em termos do VTI foram absorvidas, em grande medida, pelas regiões no seu entorno (ver Gráfico 5.1). Ademais, o Gráfico 5.1 mostra que a distância entre os níveis de produção industrial da "metrópole expandida" e o de outras regiões do estado de São Paulo não nos permite asseverar que um processo de interiorização da indústria esteja ocorrendo no estado, visto que os ganhos das regiões externas à "metrópole expandida" são mínimos em relação a 1970.

Gráfico 5.2

Participações das Sub-Regiões do Estado de São Paulo na Composição do VTI Estadual. Indústrias Extrativas e de Transformação (1970-2000). Em porcentagem



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1970.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1975.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1980.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censos Econômicos 1985.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial 2000. Servidor de Mapas* (www.ibge.gov.br). Elaboração do autor.

Corroborando as afirmações acima, o Gráfico 5.2, o qual mede os ritmos de crescimento das microrregiões do estado de São Paulo, evidencia que o processo de interiorização da indústria paulista não se sustenta diante da tibieza do crescimento das microrregiões localizadas externamente à "metrópole expandida" quando se as comparam com as microrregiões do entorno metropolitano (ver Gráfico 5.2).

Dos quatro arranjos regionais considerados nos Gráficos 5.1 e 5.2, as regiões do entorno metropolitano são as únicas que combinaram crescimento acelerado em termos industriais com uma expressiva participação no VTI do estado de São Paulo desde 1970. Destarte, se em 1970, existiam profundas desigualdades no que tange à participação da RMSP e do anel externo metropolitano na produção industrial estadual - visto que os setores da indústria na RMSP contribuíam com 74,5% e o entorno metropolitano com 16,8% do VTI estadual -, em 2000 podemos observar uma situação de equilíbrio entre as indústrias localizadas na RMSP e no entorno, pois as primeiras participaram com 42,8% do VTI estadual e as últimas com 43,0%, tornando-se a principal sub-região

industrial nacional. Nesse novo arranjo territorial, portanto, a RMSP, tomada isoladamente deixa de ser a região industrial predominante no Brasil, já que divide esse papel com as regiões em seu entorno.

Na próxima seção, percorremos o mesmo caminho de análise empirica dos padrões de expansão da indústria paulista, sob o enfoque da participação relativa das microrregiões do estado no VTI nacional.

5.2.2. Os Movimentos Regionais da Indústria Paulista com Relação ao VTI Nacional

Em que pese o movimento de desconcentração relativa da indústria paulista, resultado, em boa medida, do deslocamento da matriz setorial de investimentos produtivos estatais nos anos setenta - que privilegiou setores intensivos em recursos naturais, de modo a favorecer uma certa dispersão territorial da indústria para várias unidades da federação (Negri, 1996; Pacheco, 1999) -, podemos verificar que, excetuando-se a RMSP, houve crescimento relativo da indústria tanto no entorno metropolitano quanto nas regiões exteriores à "metrópole expandida". Desse modo, o gigantismo metropolitano, essência do crescimento econômico desenvolvimentista, bem como os esforços do estado autoritário para refrear a concentração regional no Brasil, produziram efeitos consideráveis de deslocamento industrial da RMSP para outras regiões do país.

Entrementes, a análise das participações regionais no VTI nacional corrobora a nossa hipótese de que, mesmo com os incentivos que indubitavelmente favoreceram o interior do estado, como, por exemplo, o Pró-Álcool[72], o processo de interiorização da indústria restringiu-se, majoritariamente, às regiões contíguas à RMSP.

---

[72] Implantado em 1975, o Pró-Álcool beneficiou não somente as usinas canavieiras do interior do estado de São Paulo como também impulsionou a indústria de máquinas e equipamentos das diversas regiões beneficiárias do programa. Nos anos oitenta, durante um período de forte recessão, o Pró-Álcool contribuiu para que os efeitos recessivos no estado de São Paulo fossem mitigados. Como observa Negri (1996:213), o crescimento da produção canavieira em São Paulo "teve importante rebatimento positivo sobre a economia paulista, sobretudo, a localizada no interior do estado, principalmente durante o período da recessão 1981/1983. A exemplo do que ocorreu com a atividade agroindustrial do álcool, a lavoura canavieira obteve importantes ganhos de produtividade, representando maior lucratividade ao setor; equipamentos, máquinas e acessórios das instalações e expansão de destilarias anexas e autônomas foram, em quase sua totalidade, produzidas por fábricas localizadas no interior do estado". O exemplo do Pró-Álcool é importante no sentido de ponderar algumas afirmações do senso comum de que o Estado Nacional produziu somente efeitos de desconcentração regional no Brasil. Se é verdade que o II PND contribuiu, primordialmente, para a construção de uma indústria de bens intermediários fora do estado de São Paulo, não podemos negar que houve processos de intervenção estatal cujo caráter foi eminentemente concentrador, como a implantação do Pró-Álcool, as implementações de refinarias Petrobrás em Paulínia e São José dos Campos, e o impulso da indústria de materiais bélicos no estado de São Paulo - Embraer, Avibrás e Engesa (ver Negri, 1996:188 e ss.). Ainda que tomemos os efeitos do II PND em linha de

No que se refere à participação relativa no VTI nacional, podemos observar uma profunda reordenação territorial no estado de São Paulo, uma vez que a microrregião São Paulo, a qual, em 1970, participava com 38,9% do VTI nacional, passa, em 2000, a contribuir com 13,9%. Nesse período, as outras cinco microrregiões que conformam a RMSP mantiveram-se praticamente estáveis em relação ao VTI nacional: em 1970, contribuíam com 4,2% do VTI nacional, ao passo que em 2000, perfaziam 5,5%, indicando que, ao contrário do que se possa pensar, o processo de desconcentração industrial não é homogêneo na metrópole, ainda que o estado de São Paulo tenha perdido produção industrial nessas últimas três décadas (ver Tabelas 5.3 e 5.4).

Não obstante as sucessivas perdas do estado de São Paulo na composição relativa do VTI nacional, as microrregiões do estado que mais cresceram nacionalmente localizam-se no anel externo metropolitano. Os setores industriais desse conjunto de regiões que, em 1970, já possuíam participação expressiva no VTI nacional (9,6%), em 2000, dobraram sua participação, superando a metrópole, produzindo 19,5% do VTI nacional (ver Tabelas 5.3 e 5.4).

De outro lado, as regiões que se situam foram da "metrópole expandida" avançaram apenas 1,6 ponto percentual na composição do VTI nacional entre 1970 e 2000, passando de 4,8% para 6,4% nesse período, avanço este que demonstra que devemos ponderar o processo de interiorização da indústria no estado de São Paulo, apesar da importância da indústria localizada nessas regiões (ver Tabelas 5.3 e 5.4).

---

conta, as intervenções estatais contribuíram mais para concentrar do que para dispersar os setores industriais nacionalmente, o que, certamente, produziu efeitos nefastos em termos das desigualdades de renda no Brasil (Storper, 1990; Storper, 1991).

Tabela 5.3 – Evolução da Participação das Microrregiões da "Metrópole Expandida" na Composição do VTI do Brasil. Indústrias Extrativas e de Transformação (1970-2000)

(em porcentagem)

Microrregiões/Anos	*1970*	*1975*	*1980*	*1985*	*1996*	*2000*
1-São Paulo	38.0	33.1	27.3	20.9	19.5	13.9
2-Campinas	2.5	4.6	4.4	4.6	4.8	6.2
3-São José dos Campos	1.5	2.0	2.5	3.4	4.5	5.9
4-Sorocaba	1.0	1.0	1.6	1.6	1.9	2.3
5-Guarulhos	1.5	2.0	1.9	2.2	1.2	2.0
6-Santos	1.5	1.3	1.9	2.0	0.9	1.5
7-Osasco	1.4	1.3	1.6	1.6	1.8	1.5
8-Jundiaí	1.1	1.2	1.2	0.9	0.8	1.3
9-Moji das Cruzes	1.0	0.9	1.2	1.2	1.3	1.0
10-Itapecerica da Serra	0.2	0.4	0.8	0.8	1.1	1.0
11-Piracicaba	0.5	0.7	0.8	0.6	0.6	0.6
12-Limeira	0.8	0.7	0.7	0.7	0.9	0.6
13-Moji Mirim	0.5	0.4	0.5	0.5	0.5	0.6
14-Bragança Paulista	0.1	0.1	0.2	0.3	0.3	0.3
15-Tatuí	0.0	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2
16-Franco da Rocha (1)	0.1	0.1	0.2	0.1	(X)	(X)
Total "Metrópole Expandida"	51.8	49.9	46.9	41.5	40.3	38.9
Total RMSP (2)	42.2	37.8	33.0	26.8	24.9	19.4
"Metrópole Expandida" - RMSP	9.6	12.1	13.9	14.7	15.4	19.5
Outras Microrregiões SP	4.8	4.8	5.5	5.9	9.2	6.4
Total Estado de São Paulo	56.6	54.7	52.4	47.4	49.5	45.3
Total Brasil	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). *Censo Industrial 1970.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). *Censo Industrial 1975.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). *Censo Industrial 1980.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censos Econômicos 1985.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial 2000. Servidor de Mapas* (www.ibge.gov.br). Elaboração do autor.

(1) Dados de VTI indisponíveis para a microrregião Franco da Rocha para os anos de 1996 e 2000. De acordo com os dados da Pesquisa Industrial 2000, esta microrregião não figurou entre as principais microrregiões industriais do Brasil, de modo que sua participação no VTI nacional foi de 0.0%, pouco significando para efeitos de mensuração estatística (IBGE, 2002:37).

(2) A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é composta por 6 microrregiões: São Paulo, Guarulhos, Osasco, Moji das Cruzes, Itapecerica da Serra e Franco da Rocha.

Quando analisada em conjunto, a "metrópole expandida" também apresenta perdas relativas consideráveis no que concerne ao VTI nacional, principalmente devido à queda da RMSP, o que indica que o epicentro da desconcentração regional da indústria paulista foi exatamente a área metropolitana que emergiu do desenvolvimentismo. A despeito de suas perdas relativas, a distância entre a "metrópole expandida" e outras regiões industriais brasileiras evidencia que os seus encadeamentos industriais continuam a ter papel central nos rumos da industrialização brasileira, principalmente do ponto de vista dos setores industriais intensivos em tecnologia e conhecimento.

Como resultado da intensidade da dispersão territorial da indústria da RMSP para outras regiões do estado e do país, a "metrópole expandida" apresentou um ritmo de desconcentração industrial um pouco superior a média do estado de São Paulo.

Tabela 5.4 – Índice de Crescimento da Participação das Microrregiões da "Metrópole Expandida" na Composição do VTI do Brasil. Indústrias Extrativas e de Transformação (1970-2000)

(Base:1970=100)

Microrregiões/Anos	*1970*	*1975*	*1980*	*1985*	*1996*	*2000*
1-São Paulo	100.0	87.1	71.8	55.0	51.3	36.6
2-Campinas	100.0	184.0	176.0	184.0	192.0	248.0
3-São José dos Campos	100.0	133.0	166.7	226.7	300.0	393.3
4-Sorocaba	100.0	100.0	160.0	160.0	190.0	230.0
5-Guarulhos	100.0	133.3	126.7	146.7	80.0	133.3
6-Santos	100.0	86.7	126.7	133.3	60.0	100.0
7-Osasco	100.0	92.8	114.3	114.3	128.6	107.1
8-Jundiaí	100.0	109.1	109.1	81.8	72.7	118.2
9-Moji das Cruzes	100.0	90.0	120.0	120.0	130.0	100.0
10-Itapecerica da Serra	100.0	200.0	400.0	400.0	550.0	500.0
11-Piracicaba	100.0	140.0	160.0	120.0	120.0	120.0
12-Limeira	100.0	87.5	87.5	87.5	112.5	75.0
13-Moji Mirim	100.0	80.0	100.0	100.0	100.0	120.0
14-Bragança Paulista	100.0	100.0	200.0	300.0	300.0	300.0
15-Tatuí	100.0	100.0	100.0	100.0	200.0	200.0
16-Franco da Rocha (1)	100.0	100.0	200.0	100.0	(X)	(X)
"Metrópole Expandida"	100.0	96.3	90.5	80.1	77.8	75.1
RMSP (2)	100.0	89.6	78.2	63.5	59.0	46.0
"Metrópole Expandida" - RMSP	100.0	126.0	144.8	153.1	160.4	203.1
Outras Microrregiões SP	100.0	100.0	114.6	122.9	191.7	133.3
Estado de São Paulo	100.0	96.6	92.6	83.7	87.4	80.0

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). *Censo Industrial 1970.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). *Censo Industrial 1975.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). *Censo Industrial 1980.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censos Econômicos 1985.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial 2000. Servidor de Mapas* (www.ibge.gov.br). Elaboração do autor.

(1) Dados de VTI indisponíveis para a microrregião Franco da Rocha para os anos de 1996 e 2000. De acordo com os dados da Pesquisa Industrial 2000. esta microrregião não figurou entre as principais microrregiões industriais do Brasil. de modo que sua participação no VTI nacional foi de 0.0%. pouco significando para efeitos de mensuração estatística (IBGE. 2002:37).

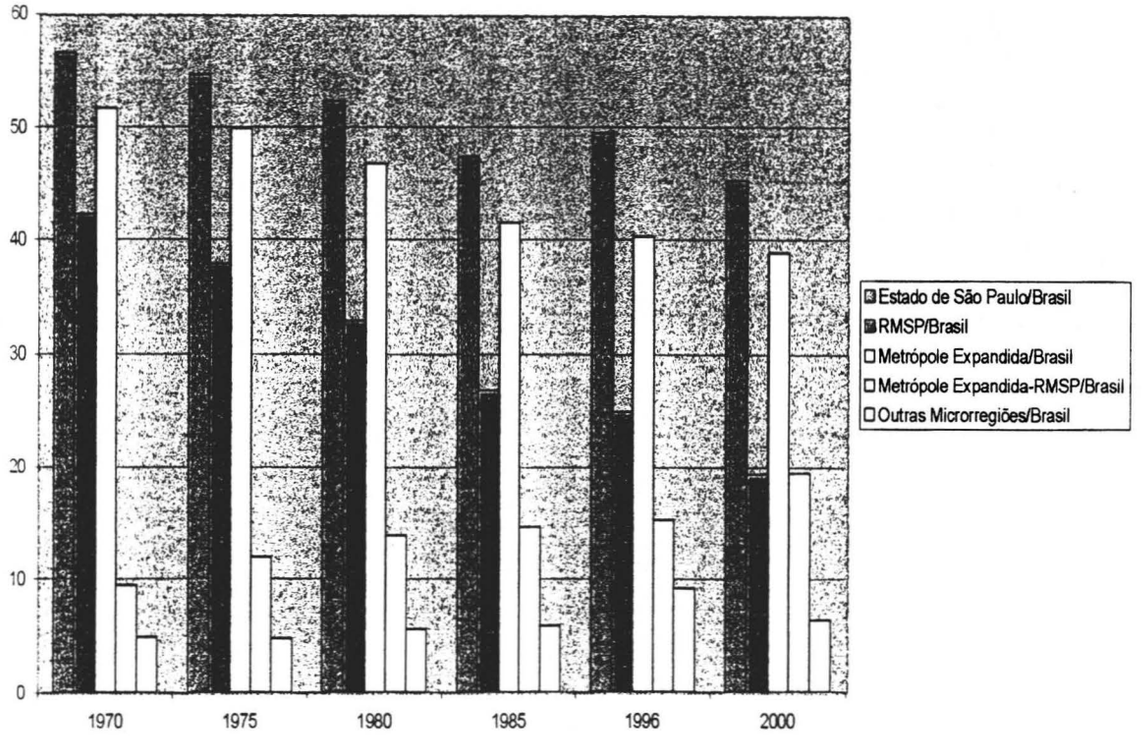
(2) A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é composta por 6 microrregiões: São Paulo. Guarulhos. Osasco. Moji das Cruzes. Itapecerica da Serra e Franco da Rocha.

No entanto, a desagregação dos movimentos de desconcentração do VTI da indústria por microrregiões em relação ao Brasil mostra que houve intensos processos de concentração industrial tanto no anel externo à RMSP quanto nas áreas mais distantes do estado (ver Tabelas 5.3 e 5.4). No que tange aos processos de crescimento regional no estado de São Paulo. devemos notar que todos os arranjos regionais analisados

apresentaram acentuado crescimento relativo do VTI nacional, não obstante esse crescimento seja muito mais intenso em regiões contíguas à RMSP (ver Tabelas 5.3 e 5.4).

Gráfico 5.3

Participações Relativas de Sub-Regiões do Estado de São Paulo na Composição do VTI Nacional. Indústrias Extrativas e de Transformação (1970-2000). Em porcentagem



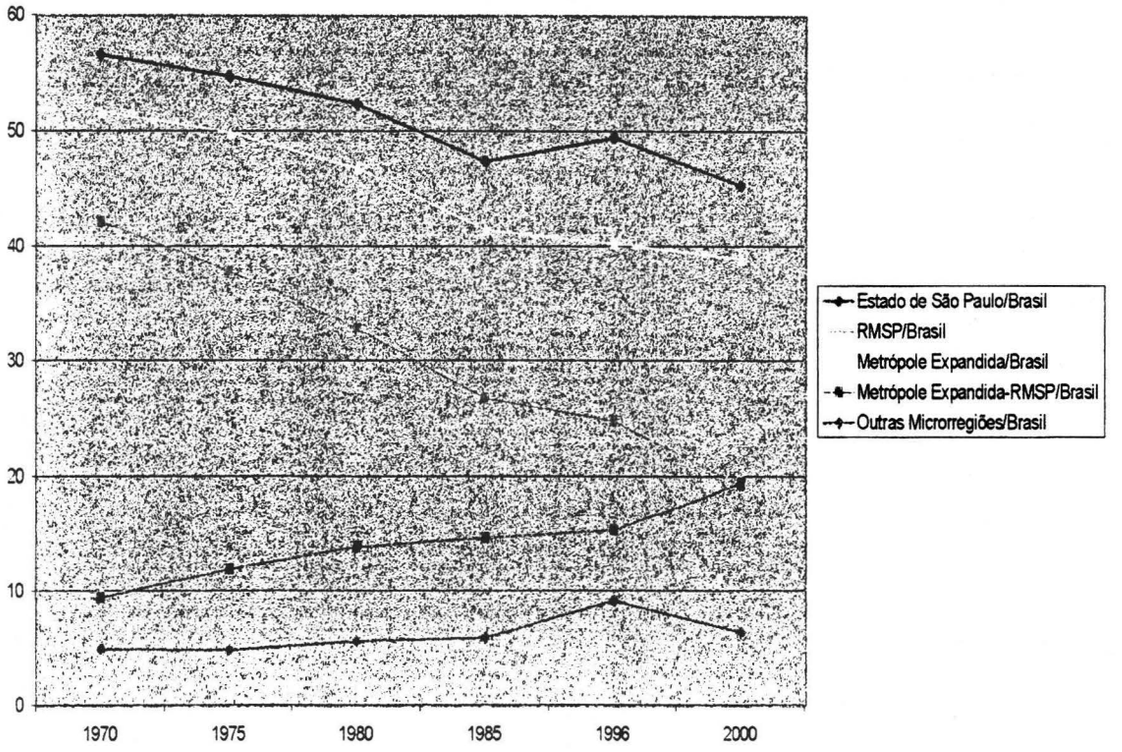
Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1970.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1975.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1980.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censos Econômicos 1985.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial 2000. Servidor de Mapas* (www.ibge.gov.br). Elaboração do autor.

Assim, claro está que uma separação territorial entre RMSP e restante do estado para caracterizar os processos de desenvolvimento industrial no estado de São Paulo é teoricamente inconsistente e metodologicamente inadequada para que captemos os padrões setoriais diferenciados da indústria paulista, por um lado, e as territorialidades engendradas pelos diferentes setores industriais, por outro lado. Uma nova agenda de estudos, baseada nas diferentes regiões do estado, deve buscar o entendimento dos mecanismos de aglomeração que agem distintamente em termos setoriais e regionais no

estado de São Paulo[73]. A participação das diferentes regiões do estado de São Paulo na composição do VTI nacional indicam a necessidade da construção de um novo arcabouço de pesquisa para que possamos nos aprofundar nas potencialidades e fraquezas de várias sub-regiões industriais no que concerne à sua indústria. Somente assim o poder público poderá intervir positivamente no sentido de impulsionar os encadeamentos industriais presentes no estado de São Paulo.

Gráfico 5.4

Participações Relativas de Sub-Regiões do Estado de São Paulo na Composição do VTI Nacional. Indústrias Extrativas e de Transformação (1970-2000). Em porcentagem



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1970.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1975.* Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), *Censo Industrial 1980.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censos Econômicos 1985.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial 2000. Servidor de Mapas* (www.ibge.gov.br). Elaboração do autor.

A importância do entorno metropolitano no que diz respeito aos setores industriais que abriga pode ser verificada no Gráfico 5.4, o qual mostra que as regiões do estado de São Paulo que mais ganharam participação no VTI nacional são as aquelas conformadas

[73] Nesse sentido, sugerimos fortemente a consulta do *Anexo Metodológico e Estatístico* ao final deste trabalho, a partir do qual se poderá perceber os padrões de crescimento industrial em termos regionais no estado de São Paulo de 21 setores da indústria de transformação entre 1996 e 2000.

por dez microrregiões no anel externo metropolitano[74]. O dinamismo industrial dessa região pode ser destacado no contraste com os outros arranjos territoriais analisados no Gráfico 5.4, uma vez que este apresenta quedas relativas do estado de São Paulo e da RMSP, e um pequeno aumento da participação relativa das microrregiões no exterior da "metrópole expandida".

5.2.3. Padrões Setoriais da "Metrópole Expandida" (1996-2000): o reforço dos encadeamentos intersetoriais intensivos em conhecimento[75]

Os padrões empíricos verificados em relação aos agregados setoriais da indústria paulista corroboram nossa hipótese de que os encadeamentos intersetoriais entre os setores mais complexos da economia industria apropriar-se-ão das economias de aglomeração metropolitanas as quais, com efeito, tendem a anular processos de dispersão territorial consistentes no estado de São Paulo.

Assim, as externalidades positivas constituídas no espaço econômico da "metrópole expandida", principalmente com o avanço dos serviços modernos na cidade de São Paulo nos anos noventa, fazem com que a proximidade geográfica continue a agir não somente como motores da aglomeração econômica mas também como elementos constitutivos da competitividade industrial dos setores industriais localizados na RMSP e nas regiões do entorno metropolitano.

O Gráfico 5.5, que exibe a distribuição territorial do VTI no estado de São Paulo entre 1996 e 2000, confirma que os processos de desconcentração da indústria em São Paulo são restritos, em boa medida, ao entorno metropolitano. Destarte, é relevante apontar que as sucessivas perdas da RMSP tiveram como destino principal as regiões que a circundam em praticamente todos os segmentos industriais. Apenas no Grupo 1, o qual concentra os setores industriais mais dependentes de recursos naturais - como os complexos agroindustriais, as indústrias de madeira, calçados e couro -, as áreas exteriores à "metrópole expandida" apresentam ganhos relativos mais acentuados do VTI estadual quando comparadas à RMSP e seu entorno, ainda que permaneça grande a

---

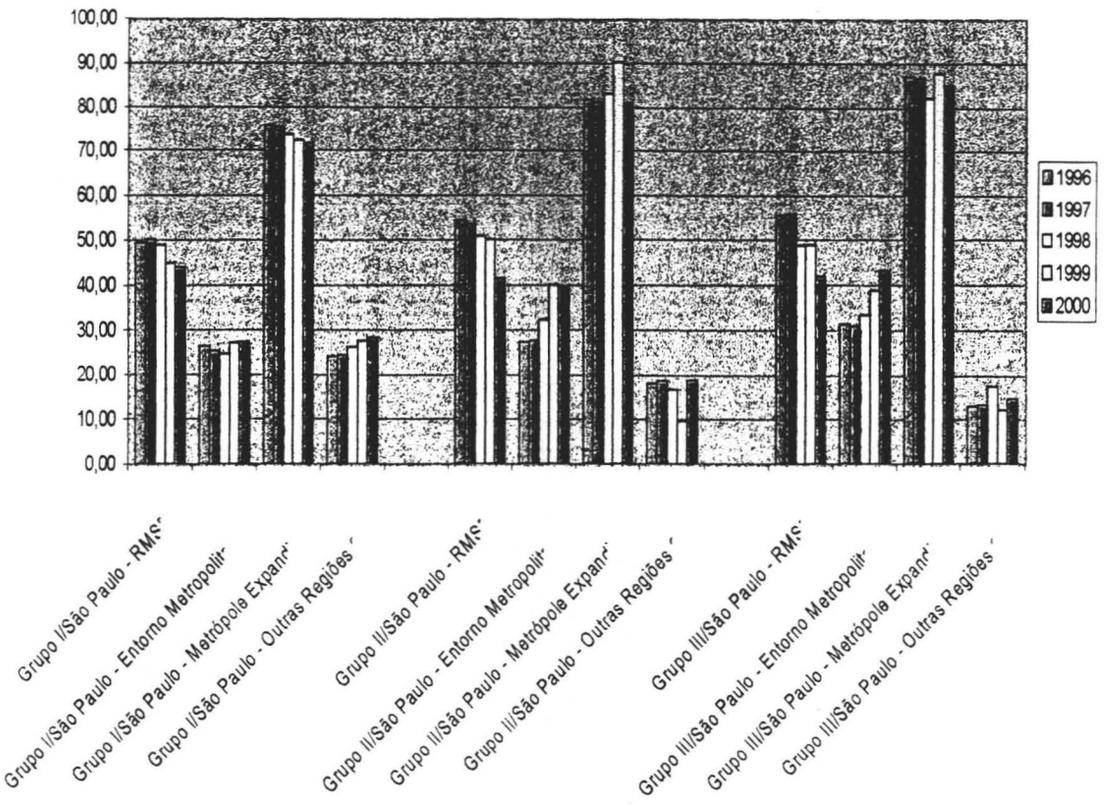
[74] Como pode ser visto na Tabela 5.3, as microrregiões Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Santos, Jundiaí, Piracicaba, Limeira, Mogi Mirim, Bragança Paulista e Tatuí que, em 1970, participavam com 9.6% do VTI nacional saltaram para 19.5% em 2000, tornando-as, em conjunto, iguais a RMSP em termos da composição relativa do VTI nacional.

[75] Nesta seção buscaremos traçar os padrões empíricos setoriais da indústria paulista através de agregados de bens por categorias de uso. Assim, não trabalharemos com os oitenta e quatro gráficos setoriais que produzimos no decorrer desta última etapa de nossa pesquisa. Desse modo, para que o leitor possa analisar os movimentos setoriais da indústria paulista em cada segmento industrial, sugerimos que ele se remeta ao *Anexo Metodológico e Estatístico* ao final deste trabalho.

distância entre aquelas regiões e os espaços econômicos que conformam a "metrópole expandida", o que mostra que as taxas de urbanização e os níveis de renda nesta região têm se mostrado atrativos para os setores de bens salários (ver Gráfico 5.5).

Gráfico 5.5

Distribuição Territorial da Participação Relativa das Sub-Regiões do Estado de São Paulo na Composição do VTI Estadual (1996-2000). Em porcentagem



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1996*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1997*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1998*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1999*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 2000*. Tabulações Especiais. Elaboração do autor.
(1) *Grupo 1*: Bens de consumo não duráveis, *Grupo 2*: Bens intermediários, *Grupo 3*: Bens de capital e de consumo duráveis. Para a consulta das classificações CNAE que compõem cada grupo, ver *Anexo Metodológico e Estatístico* ao final deste trabalho, onde o leitor também poderá encontrar gráficos que medem a evolução territorial do VTI para 21 segmentos da indústria de transformação do estado de São Paulo.

Com relação aos Grupos 2 e 3, os quais concentram os setores mais intensivos em conhecimento e os encadeamentos mais complexos da indústria – como os setores químico, máquinas e equipamentos, material de transporte, materiais elétricos, equipamentos de comunicações e telefonia -, é mister ressaltar que a desconcentração verificada na metrópole tem sido absorvida pelas microrregiões do anel externo à RMSP, cabendo destacar as regiões de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e

Jundiaí. Desse modo, o Gráfico 5.5 mostra que as regiões do entorno metropolitano são as que mais apresentam tendências de crescimento relativo nos setores mais intensivos em tecnologia e serviços, de modo que esse tipo de padrão locacional expressa interdependências intersetoriais entre os setores o entorno metropolitano e da RMSP. Diante disso, cabe notar que praticamente não se altera os níveis de concentração do VTI estadual, entre 1996 e 2000, nas regiões que compõem a "metrópole expandida" (ver Gráfico 5.5).

Como tendência regional dentro do estado de São Paulo, podemos afirmar que novas economias de aglomeração estão surgindo fora da RMSP e que isso tende a criar espaços industriais intensivos em tecnologia e serviços que, a médio prazo, tendem a superar a RMSP em importância, não obstante esse tipo de arranjo territorial esteja estribado em interdependências com a metrópole, que mantém seu caráter industrial *exatamente porque* o setor de serviços que se desenvolve na RMSP está umbilicalmente ligado aos movimentos de reestruturação produtiva que se verificaram com mais força nessa região (Comin & Amitrano, 2003).

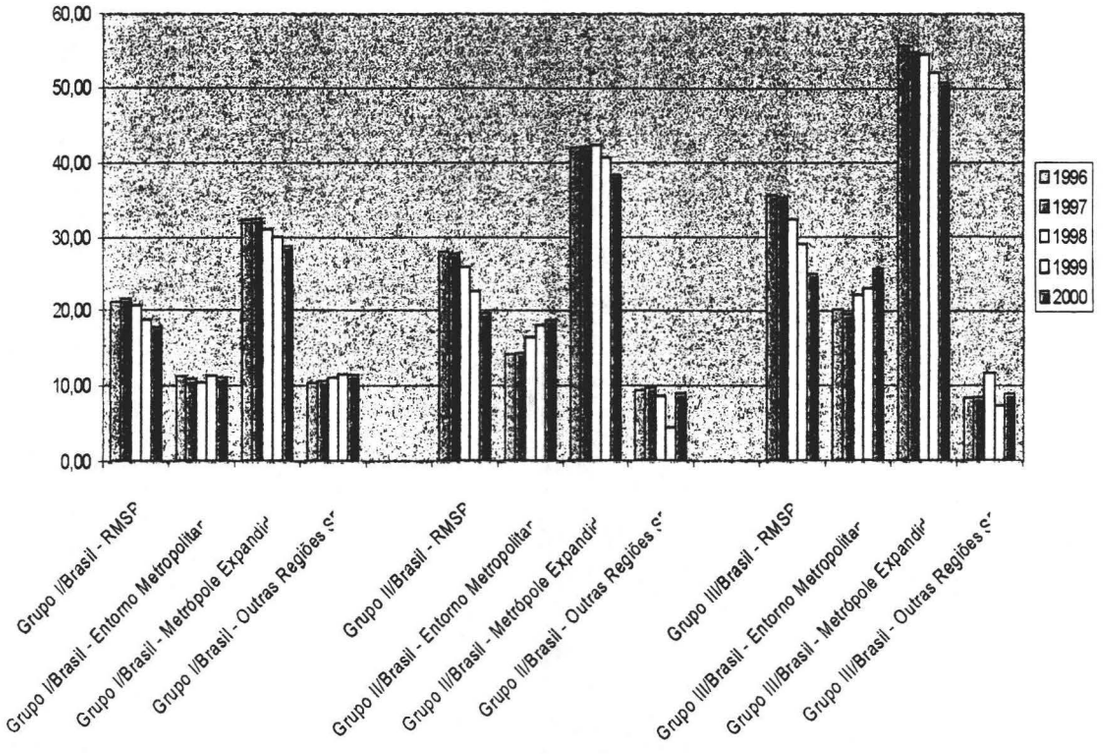
O Gráfico 6, que expressa os padrões regionais da indústria paulista em relação à composição do VTI nacional, mostra que a concentração da indústria na "metrópole expandida" é tanto maior quanto mais complexos são os setores analisados. Diante disso, as hipóteses de Pacheco (1999) podem ser plenamente corroboradas, ainda que não seja possível, mais uma vez, identificar movimentos consistentes de interiorização da indústria paulista.

As indústrias no estado de São Paulo que apresentam menor grau de concentração regional em relação ao VTI nacional pertencem ao Grupo 1, que concentra basicamente os segmentos dedicados à produção de bens salários. Desse modo, podemos notar uma menor dependência locacional de segmentos menos intensivos em tecnologia e conhecimento com relação ao estado de São Paulo. Nesse sentido, as indústrias que possuem menor dependência de mão-de-obra qualificada migraram para regiões mais pobres do país, que apresentou crescimento dos setores têxtil, produtos alimentares e calçados. A guerra econômica entre as unidades federativas nacionais contribuiu para alimentar esse processo de desconcentração regional da indústria em segmentos industriais menos complexos, os quais podem ser operados por contingentes de mão-de-obra mais barata e menos qualificada.

No entanto, podemos observar através do Gráfico 5.6, que a desconcentração regional da indústria tende a ser menor entre os segmentos que apresentam maior dependência das economias de aglomeração urbanas – o que pode ser evidenciado pela concentração de boa parte da indústria de transformação na "metrópole expandida" – e de setores de serviços intensivos em conhecimento e informação.

Gráfico 5.6

Distribuição Territorial da Participação Relativa das Sub-Regiões do Estado de São Paulo na Composição do VTI Nacional segundo Agregados Setoriais (1) (1996-2000). Em porcentagem



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1996*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1997*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1998*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1999*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 2000*. Tabulações Especiais. Elaboração do autor.
(1) *Grupo 1*: Bens de consumo não duráveis, *Grupo 2*: Bens intermediários, *Grupo 3*: Bens de capital e de consumo duráveis. Para a consulta das classificações CNAE que compõem cada grupo, ver *Anexo Metodológico e Estatístico* ao final deste trabalho, onde o leitor também poderá encontrar gráficos que medem a evolução territorial do VTI para 21 segmentos da indústria de transformação do estado de São Paulo.

Ilustra esse processo o fato de que, mesmo com as perdas relativas da indústria paulista cujo epicentro é a RMSP, as regiões que mais ganham participação relativa no estado de São Paulo em relação ao VTI nacional são aquelas concentradas no entorno metropolitano. Diante disso, as tendências espaciais da indústria paulista apontam para movimentos de especialização da "metrópole expandida" em setores mais complexos.

Assim, se o país avançar numa industrialização baseada em setores inovadores, as regiões da "metrópole expandida", principalmente as localizadas no anel externo da RMSP, tendem a aprofundar seus laços intersetoriais, reforçando os encadeamentos produtivos nessa região e minando uma suposta interiorização da indústria paulista.

6. Conclusões

Neste trabalho, procuramos trazer à baila um debate teórico e metodológico com as principais correntes de pesquisa que tratam das tendências produtivas da RMSP. O nosso objetivo nesta conclusão é não somente sistematizar esse debate no que concerne aos seus pontos principais mas também colocar algumas questões que se mantém para as futuras pesquisas que vierem a ser desenvolvidas sobre os processos de transformação sócio-econômica na metrópole paulista.

Num primeiro conjunto de hipóteses que foram tratadas neste texto, podemos situar a tradição de pesquisa que compreende a literatura das cidades globais ou mundiais, tendo como escopo oferecer, ainda que parcialmente, uma agenda de estudos alternativa dos problemas metropolitanos.

Entendendo as metrópoles como espaços de produção pós-industrial, a literatura sobre as *cidades globais e cidades mundiais* observa uma tendência de crescimento vertiginoso do setor de serviços na esteira da intensificação do papel do capital financeiro e do terciário intensivo em conhecimento como elementos dinâmicos basilares dessa nova economia. Assim, as cidades globais ou mundiais centralizariam os grandes conglomerados do setor financeiro e de prestação de serviços avançados que se tornam extremamente dependentes da infra-estrutura, da mão-de-obra altamente especializada e da disponibilidade de informações presentes nos grandes centros urbanos. Nesse sentido, o setor de serviços tenderia a superar a indústria em termos de geração de dinamismo econômico e social nos principais conglomerados urbanos (Beaverstock *et alii*, 1999; Taylor *et alii*, 2002; Sassen, 2001c).

Não obstante, estudos recentes têm demonstrado a fragilidade do conceito de cidade global quando confrontado com realidades distantes de Nova Iorque ou Londres. Mesmo nestas cidades, nem todas as tendências apontadas se realizam do modo proposto pelo quadro conceitual engendrado pela hipótese da cidade global (Storper, 1997; Markusen, 1999c). Uma outra linha de pesquisa questiona a suposta novidade do conceito e traz à baila um debate sobre a redução das dinâmicas internas das cidades aos movimentos da economia internacionalizada, colocando em xeque uma das bases fundamentais do conceito de cidade global, qual seja, a desnacionalização dos espaços urbanos vistos como globais e o declínio industrial inevitável (Moulaert, 2000; Matteo e Arbix, 2001). Buscamos, tendo essa literatura alternativa como referência, testar suas

hipóteses empiricamente bem como avançar em novas abordagens teórico-metodológicas sobre a metrópole paulista.

Pudemos, destarte, perceber que a dinâmica sócio-econômica da metrópole paulista está longe de apresentar os mesmos padrões verificados nas chamadas cidades globais ou cidades mundiais de primeira ordem. Por um lado, os dados da produção e investimentos do setor industrial evidenciam que a indústria se insere como elemento motor principal do desenvolvimento no território. Por outro lado, o setor financeiro e o terciário intensivo em inovação localizam-se, primordialmente, na metrópole paulista – com supremacia da cidade de São Paulo, que se fortalece cada vez mais como o principal centro financeiro e de serviços da América Latina juntamente com a Cidade do México (Beaverstock *et alii*, 1999; Parnreiter, 2002).

Nesse sentido, as conclusões a que chegamos com este esforço analítico direcionam para a formação de um espaço híbrido na metrópole paulista, uma vez que se consolidam economias de aglomeração tanto no setor industrial quanto nos segmentos de finanças e prestação de serviços avançados. A confirmar-se esse padrão sócio-econômico, teremos uma ferramenta teórica e empírica para entender as formas organizacionais da acumulação capitalista no território.

Os resultados empíricos obtidos nesta pesquisa nos encaminham para uma outra perspectiva acerca do desenvolvimento sócio-econômico da RMSP. Em primeiro lugar, devemos considerar que a dinâmica mais recente da acumulação capitalista, estribada num grau mais acentuado de internacionalização e integração das atividades econômicas, não foi capaz de engendrar circuitos de acumulação de capital que deslocassem a indústria para um papel secundário. Assim, os fluxos de investimentos diretos estrangeiros, a desregulamentação do setor financeiro nacional, a frenética busca de ganhos a curto prazo nas principais bolsas de valores do mundo subdesenvolvido e a expansão do escopo das empresas transnacionais revelaram-se componentes causais ineficazes que nos possibilitassem assegurar que um novo espaço urbano, impulsionado pelo setor financeiro e pelo terciário intensivo em informação e conhecimento surgiria nesse novo arranjo econômico. O modo de inserção do Brasil no capitalismo globalizado têm sido tíbio demais para que sua principal metrópole buscasse nos serviços modernos, no setor financeiro e no comando corporativo seu dinamismo e as forças motoras de seu desenvolvimento.

As heranças das políticas de desenvolvimento levadas a cabo pelo Estado brasileiro são referências causais fundamentais para o entendimento da predominância da RMSP como o espaço produtivo mais dinâmico do país. Percorrendo os dados da avassaladora participação metropolitana no valor de transformação industrial (VTI) nacional, concluímos que as conexões causais que explicam as atuais configurações produtivas encontram-se tanto na acumulação primitiva industrial proporcionada pela transferência de renda do setor cafeeiro para a indústria, no início da década de 30 quanto no reforço da primazia produtiva paulista com as políticas de cunho desenvolvimentista que ganharam corpo em meados da década de 50, marcando um novo tipo de aliança entre o capital estrangeiro, o Estado brasileiro e o capital privado nacional. Destarte, a denominada fase pesada da industrialização brasileira só poderia acontecer em São Paulo, pois as bases formadas pela economia cafeeira representavam vantagens comparativas importantes demais para serem desprezadas pelas companhias multinacionais que se aglomeraram em torno da metrópole paulista (Schiffer, 1999:89).

A construção histórica de forças centrípetas industriais na RMSP, através de pesados investimentos em infra-estrutura básica e em setores intensivos em capital, constitui-se na principal herança produtiva metropolitana, que não tem sido apagada pelas supostas forças irresistíveis da globalização das atividades econômicas.

Desse modo, num contexto de inadequação dos modelos teóricos e empíricos dominantes para explicar a dinâmica sócio-econômica da RMSP, devemos buscar construir um tipo de pesquisa urbano-regional voltado para os contextos nacionais e regionais específicos (Markusen, 1999b). O foco de análise é assim deslocado de visões generalizantes acerca dos impactos da globalização para as trajetórias particulares dos Estados nacionais e das unidades subnacionais no que tange à produção do espaço, de modo a apreender como a ação do Estado – principalmente através de suas políticas de desenvolvimento, a dinâmica da acumulação capitalista na região e os contextos sociais tornam-se, no caso da RMSP, elementos de análise que precedem a globalização e sua suposta primazia causal na explicação das realidades contemporâneas da metrópole paulista. Nesse sentido, necessitamos captar os processos históricos que fazem da RMSP um caso específico de desenvolvimento, seja pelo impulso de uma racionalidade capitalista anterior às outras regiões brasileiras, pela concentração de capitais cafeeiros que possibilitaram à industrialização ou pela forte ação estatal no espaço da RMSP (ver Fernandes, 1968; Furtado, 1971). A nosso ver, a literatura que tenta debater a questão

urbano-regional no Brasil tem discutido pouco o papel das especificidades históricas e institucionais que marcam o nascimento e desenvolvimento da RMSP. Sem o resgate desses elementos, é impossível entender adequadamente os caminhos e descaminhos recentes da metrópole paulista. A explicação da dinâmica atual da RMSP, sob nosso enfoque de análise, volta-se muito mais para a trajetória histórica nacional do que para a globalização.

O caso da RMSP aponta algumas tendências relevantes indicam que metrópole paulista continua sendo impulsionada fortemente pelo setor industrial, inclusive com movimentos de concentração da atividade produtiva intensiva em capital e conhecimento nos últimos anos (Matteo & Arbix, 2001; Matteo & Tapia, 2002). Destarte, as imagens da sociedade pós-industrial que estaria dominando a paisagem urbana atual mancha-se no primeiro contato com as evidências empíricas.

Não obstante apoiar-se em elementos ontológicos distintos da literatura sobre as cidades globais, uma segunda linha de pesquisa que procuramos abordar em nosso trabalho refere-se às teses da reversão da polarização em São Paulo, que seria levada a cabo por um processo de interiorização da indústria no estado. Não se trata aqui de substituição estrutural da indústria como motor do desenvolvimento, mas de sucessão regional da indústria como expressão das novas formas de organização da produção no estado. Assim, o espaço metropolitano deixaria de ter precedência sobre os arranjos produtivos.

Obviamente, não estamos negando o movimento de desconcentração industrial verificado na RMSP a partir dos anos 80 (Cano, 1998). A tibieza desse movimento, entretanto, tem reforçado um espaço de aglomeração radial cingindo a metrópole, conferindo a RMSP extrema importância em termos industriais, traduzida por sua elevada participação no VTI nacional. Assim, cabe notar que os movimentos da desconcentração industrial limitam-se a espaços de produção dependentes da RMSP, como Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba, evidenciando o papel da RMSP como centro irradiador do desenvolvimento brasileiro (Diniz, 1994). Esse macro-espaço urbano praticamente mantém inalteradas suas altas participações no VTI brasileiro, tornando infundadas as hipóteses sobre movimentos intensos de desindustrialização no estado de São Paulo e na metrópole paulista.

Buscaremos, em resumo, demonstrar que a metrópole ainda se coloca como o centro irradiador do desenvolvimento industrial estadual e nacional, uma vez que a análise dos

dados de produção industrial não nos revelam, no estado de São Paulo, formações substanciais de espaços produtivos afastados do peso da malha produtiva metropolitana. Assim, uma parcela substancial do VTI brasileiro é produzida numa macro-aglomeração urbano-industrial que não ultrapassa um raio de aproximadamente 150 km da capital paulista (Azzoni, 1986; Storper, 1991; Matteo & Tapia, 2002). Ademais, cabe observar que os dados do produto industrial paulista mantém praticamente os mesmos níveis de produção do VTI verificados em meados da década de 80 (IBGE, 2002:23). Sob esse aspecto, analisaremos as configurações produtivas recentes da RMSP, demonstrando o extremo dinamismo da indústria no território e a formação e um macro espaço de produção urbano-industrial como resultado da expansão da malha produtiva metropolitana.

A nosso ver, o peso dos encadeamentos produtivos da RMSP na estrutura industrial do estado e do país tem sido subestimado por estratégias de investigação inadequadas do ponto de vista da regionalização do estado de São Paulo. Ao regionalizar o estado em duas grandes categorias sócio-econômicas, a saber, "metrópole" e "interior", os trabalhos que se baseiam na proposição de interiorização da indústria tornam-se empiricamente inadequados por não deixarem perceber que os processos de expansão da indústria paulista são muito diferenciados em termos regionais, com o predomínio das microrregiões e Regiões de Governo do entorno metropolitano. A grande categoria interior apenas confunde a análise e subestima o papel da RMSP na geração de economias de aglomeração industriais e intersetoriais. Como vimos neste trabalho, análises empiricamente mais detalhadas por microrregiões ou Regiões de Governo em São Paulo mostraram, em grande medida, um movimento de dispersão integrada da indústria paulista. Portanto, buscamos relativizar, por exemplo, as afirmações de Caiado (2002:175), que diz que "o interior paulista consolidou-se como a segunda região mais industrializada do Brasil e, se consideradas as trajetórias de redução da participação da RMSP e expansão do interior, pode-se inferir que em poucos anos o interior de São Paulo será a área de maior concentração industrial brasileira".

Os autores que tratam dos movimentos regionais da indústria em São Paulo não explicam as profundas desigualdades existentes na área que compreende todas as regiões do estado menos a RMSP - o chamado "interior paulista" (Negri & Pacheco, 1994; Negri, 1996; Tavares, 2000; Caiado, 2002) . Esperamos ter demonstrado empiricamente, no decorrer deste trabalho, que o caráter da industrialização é muito

distinto entre essas regiões e que há um evidente predomínio da RMSP e seu entorno imediato em quase todos os segmentos da indústria. Além disso, poderíamos questionar as afirmações de que existe, de fato, uma interiorização da indústria em São Paulo no sentido de que 39% do VTI nacional são produzidos numa área de 14% do território paulista (IBGE, 2002:23).

Embora tenha ocorrido, de fato, um processo de interiorização da indústria em determinados segmentos da cadeia produtiva - como, por exemplo, os setores de produtos alimentícios e bebidas, madeira e fabricação de produtos relacionados ao couro – isso é muito pouco para afirmar que estamos diante de um processo de interiorização da indústria, principalmente se levarmos em conta o fato de que os segmentos mais complexos das cadeias produtivas continuam apresentando padrões metropolitano-dependentes de localização. Os supostos "novos" espaços industriais paulistas são, em sua maioria, filhos da RMSP na medida em que as áreas do estado que mais se industrializaram baseiam-se em economias de regionalização que buscam na integração entre as cadeias produtivas existentes na "metrópole expandida" uma de suas fontes de dinamismo.

Diante disso, cabe ressaltar a importância da indústria nas mudanças sofridas pela metrópole paulista nos últimos anos, de modo que o crescimento dos serviços na RMSP não se deu paralelamente tampouco independentemente dos movimentos de reestruturação produtiva industrial.

Numa terceira vertente de análise, visamos tratar da indústria e dos serviços como setores economicamente integrados na metrópole, o que não tem sido percebido por grande parte da literatura que trata das mudanças produtivas metropolitanas.

Entendemos, assim, que a "ilusão estatística" de que o setor de serviços tenderia a dominar a paisagem sócio-econômica metropolitana - para a qual somos freqüentemente conduzidos - tem suas raízes numa compreensão inadequada das relações que movem o setor industrial e o setor de serviços, as quais são caracterizadas, essencialmente, por novos padrões de organização da indústria, que vem atravessando processos intensos de reestruturação produtiva nos últimos anos. Assim, muitas atividades que durante o auge da produção em massa eram executadas no interior da empresa industrial foram externalizadas e atualmente são registradas como atividades do terciário, ainda que mantendo uma relação de simbiose com os processos de produção industrial. Dessa forma, o crescimento do setor terciário traz à lume a sua complementaridade com o

setor industrial na organização sócio-econômica do território, tornando a RMSP não um espaço metropolitano pós-industrial ou terciário, mas uma *metrópole industrial de serviços* na medida em que não se trata de uma ruptura entre indústria e serviços, mas de arranjos produtivos baseados na complementaridade entre esses dois setores da vida econômica.

Ademais, os diferenciais de produtividade entre as atividades industriais e de serviços podem nos conduzir a uma falsa impressão de que estamos vivenciando um inevitável declínio do setor industrial como setor-chave do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, as maiores taxas de produtividade no setor industrial em comparação com os serviços contribuem não somente para uma participação mais robusta dos serviços na composição do produto, mas também para um declínio da contribuição do segmento industrial na produção de valor adicionado e, conseqüentemente, do PIB. Ademais, o aprofundamento das estratégias de reestruturação produtiva neste segmento promove, *inter alia*, uma elevação considerável da produtividade afetando negativamente a base quantitativa do emprego industrial. Não por acaso, alguns autores acertadamente alertam que a dinâmica do emprego deve ser analisada com prudência quando se trata de apurar a emergência e a consolidação de uma economia de serviços ou de metrópoles terciárias (Veltz, 2002; Comin & Amitrano, 2003).

A relativa perda de dinamismo da indústria metropolitana, revelada pelo decréscimo da participação desse setor na composição do valor adicionado metropolitano e estadual, pode ser explicada, em considerável medida, pelas escolhas e pelos processos que dominaram a agenda de governo nos anos noventa, claramente orientada para a abertura comercial – que se revelou traumática para a indústria da RMSP em comparação com outras regiões. Em outros termos, vimos que as renitentes trajetórias de queda da renda e dos níveis de emprego no espaço da metrópole mostraram-se extremamente nocivos para setores industriais sensíveis a queda da renda, como, por exemplo, os setores de bens de capital e consumo duráveis. Em bosquejo, é possível afirmar que a perda de fôlego da indústria da RMSP está menos ligada a um processo de transição setorial para os serviços modernos do que a varáveis macroeconômicas como, por exemplo, as taxas de câmbio e os níveis de crescimento do PIB nas últimas décadas.

Numa visão distinta, notamos que as novas economias de aglomeração estribadas em interações indústria-serviços deverão, nos próximos anos, reforçar o caráter industrial da RMSP, principalmente em setores dependentes de serviços modernos como insumos

produtivos na medida em que essas interações são baseadas, primordialmente, em proximidade geográfica entre os agentes econômicos (Miles & Boden, 2000; Storper, 2000). Certamente, o entendimento desses encadeamentos entre os setores industriais e de serviços para a produção de bens intensivos em conhecimento é um dos principais desafios colocados aos pesquisadores que se debruçam sobre as trajetórias sócio-econômicas recentes da metrópole paulista. O foco exclusivo nos arranjos industriais não é mais suficiente, a nosso ver, para dar conta das relações sociais complexas que se desenvolvem nos mundos da produção. Como corolário, as políticas de desenvolvimento industrial que não capturem essas redes de conhecimento mútuas intersetoriais provavelmente elevarão os custos de aprendizado na implementação de medidas que visem o apoio a produção.

Bibliografia

Aguilar, Adrian Guillermo (1999). Mexico City Growth and Regional Dispersion: the Expansion of Largest Cities and New Spatial Forms. *Habitat International*, 23 (3), 391-412

Aguilar, Adrian. Guillermo (2002). Las Mega-Ciudades y las Periferias Expandidas. Ampliando el concepto en Ciudad de México. *Revista EURE*, 28 (85), 121-149

Aguilar, Adrian G. & Ward, Peter M. (2003). Globalization, regional development, and mega-city expansion in Latin America: Analyzing Mexico City's peri-urban hinterland. *Cities*, 20 (1), 3-21

Amin, Ash & Thrift, Nigel (1995). Living in the Global. *In:* Ash Amin & Nigel Thrift (eds.). *Globalization, Institutions and Regional Development in Europe*. Oxford: Oxford University Press

_____ (1997). Globalization Socio-Economics and Territoriality. *In:* Roger Lee & Jane Wills (eds.). *Geographies of Economies*. London: Arnold

Amsden, Alice (1990). Third World Industrialization: "Global Fordism" or a New Model ? *New Left Review*, 182, 5-31

_____(2001). *The Rise of "The Rest": challenges to the West from Late-Industrializing Economies*. Oxford: Oxford University Press

Andrade, Thompson Almeida e Serra, Rodrigo Valente (2001a). Análise do Desempenho Produtivo dos Centros Urbanos Brasileiros no Período 1975/96. *In*: Thompson Almeida Andrade e Rodrigo Valente Serra (orgs.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA

_____(2001b). O Desempenho das Cidades Médias no Crescimento Populacional Brasileiro no Período 1970/2000. *In*: Thompson Almeida Andrade e Rodrigo Valente Serra (orgs.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA

Araújo, Maria de Fátima Infante (2001). *Impactos da Reestruturação Produtiva sobre a Região Metropolitana de São Paulo no Final do Século XX*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP (Tese de Doutorado)

Asuad Sanén, Normand Eduardo (2000). La Cuidad de Mexico y el Desarrollo Económico Regional: funciones económicas y perspectivas en los inicios del siglo XXI. In: Almanza, Adolfo Sanches (coord.). *La Ciudad de México en el Desarrollo Económico Nacional*. México, DF: UNAM

Auty, R.M. (1995). Industrial Policy, Sectoral Maturation, and Postwar Economic Growth in Brazil: the resource curse thesis. *Economic Geography*, 71 (3), 257-272

Azzoni, Carlos Roberto (1986). *Indústria e Reversão da Polarização no Brasil*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas/Universidade de São Paulo

Beaverstock, J.V., Smith, R.G. e Taylor, P.J. (1999). A Roster of World Cities. *Cities*, 16 (6), 445-458

_____(2000). World City Network: a new metageography? *Annals of the Association of American Geographers*, 90 (1), 123-134

Beck, Ulrich (2001). *World Risk Society*. Cambridge: Polity

_____(1999). *O Que é Globalização? Equívocos do Globalismo, Respostas à Globalização*. São Paulo: Paz e Terra

Bedê, Marco Aurélio (1997). A Política Automotiva nos Anos 90. *In*: Glauco Arbix & Mauro Zilbovicius (orgs.). *De JK a FHC: A Reinvenção dos Carros*. São Paulo: Scritta

Benko, Georges (1996). *Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*. São Paulo: Hucitec

_____(1997). Modernity, Postmodernity and the Social Sciences. *In:* Georges Benko & Ulf Strohmayer (eds.). *Space and Social Theory: interpreting modernity and postmodernity*. Oxford: Blackwell Publishers

Bessa, Vagner de Carvalho (2003). O Setor de Serviços às Empresas. São Paulo: CEBRAP/CEM, *mimeo*

Boyer, Robert (1990). *A Teoria da Regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel
Brenner, Robert & Glick, Mark (1991). The Regulation Approach: theory and history. *New Left Review*, 188, 45-119

Caiado, Aurílio (2002). *Desconcentração Industrial Regional no Brasil (1985-1998): pausa ou retrocesso?* Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP (Tese de Doutorado)

Cano, Wilson (1995). Algumas Implicações Espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil. *In:* Maria Flora Gonçalves (org.). *O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto

_____(1998). *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP

Carneiro, Ricardo (2002). *Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP

Chang, Ha-Joon (1996). *The Political Economy of Industrial Policy*. London: Macmillan

Chang, Ha-Joon & Rowthorn, Robert. (1995). The Role of State in Economic Change: entrepreneurship and conflict management. *In:* Ha-Joon Chang & Robert Rowthorn (eds.). *The Role of State in Economic Change*. Oxford: Clarendon Press

Cintra, Marcos Antonio Macedo & Correa, Renata (2003). O Complexo Financeiro: um caso de concentração no município e relativo esvaziamento no Centro? São Paulo: CEBRAP/CEM, *mimeo*

Cohen, R.B. (1981). The New International Division of Labor, Multinational Corporations and Urban Hierarchy. *In:* Michael Dear & Allen Scott (eds.). *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society*. New York: Methuen

Comin, Alvaro & Amitrano, Cláudio (2003). Economia e Emprego: a trajetória recente da RMSP. *Novos Estudos CEBRAP*, 66, 53-76

Coutinho, Luciano (1995). O Desenvolvimento Urbano no Contexto da Mudança Tecnológica. *In:* Maria Flora Gonçalves (org.). *O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto

Daniels, Peter W (1991). Producer services and the development of the space economy. In: Peter Daniels and Frank Moulaert (eds.). *The Changing Geography of Advanced Producer Services: theoretical and empirical perspectives.* London: Belhaven Press

_____(1993). *Service Industries and the World Economy*. Oxford: Blackwell Publishers

Diniz, Clélio Campolina (1994). Polygonized Development in Brazil: neither decentralization nor continued polarization. *International Journal of Urban and Regional Research*, 18 (2), 293-314

_____(1998). Global-Local: interdependências e desigualdade ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil. Rio de Janeiro: Grupo de Economia da Inovação da UFRJ, *mimeo*

_____(1999) Recent and Prospective Regional Change in the Brazilian Economy. *Working Paper Series*, University of Oxford Center for Brazilian Studies, WP 04-99, *mimeo*

Evans, Peter (1979). *Dependent Development: the alliance of multinational, state and local capital in Brazil*. Princeton: Princeton University Press

_____(1995). *Embedded Autonomy: states and industrial transformation.* Princeton: Princeton University Press

_____(1997). The Eclipse of State? Reflections on Stateness in an Era of Globalization. Berkeley: University of California, *mimeo*

Feagin, Joe R. & Smith, Michael Peter (1987). Cities and the International Division of Labor: An Overview. *In:* Joe R. Feagin & Michael Peter Smith (eds.). *The Capitalist City: global restructuring and community politics*. Oxford: Blackwell Publishers.

Fernandes, Florestan (1968). *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar

Friedmann, John & Wolff, Goetz (1982). World City Formation: an agenda for research and action. *International Journal of Urban and Regional Research*, 6 (3), 309-344

Friedman, John (2001). Intercity Networks in a Globalizing Era. *In:* Allen Scott *(ed.). Global City-Regions: trends, theory, policy*. New York: Oxford University Press

Fundação SEADE (1996). *Pesquisa da Atividade Econômica Paulista*. São Paulo: SEADE

Furtado, Celso. (1966). *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira

Furtado, Celso (1971). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional

Gazeta Mercantil (2002). *Balanço Anual 2002*. São Paulo: Gazeta Mercantil

Geiger, Pedro P. & Davidovich, Fany R. (1986). The Spatial Strategies of the State in the Political-Economic Development of Brazil. *In:* Allen Scott & Michael Storper (eds.). *Production, Work, Territory: the geographical anatomy of industrial capitalism.* Boston: Unwin Hyman

Geiger, Pedro (1995). A Urbanização Brasileira nos Novos Contextos Contemporâneos. *In:* Maria Flora Gonçalves (org.). *O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto

Gonçalves, Maria Flora (1994). Novas Configurações do Desenvolvimento Urbano Paulista. *Espaço & Debates*, 38, 39-53

Garza, Gustavo (1999). Global economy, metropolitan dynamics and urban policies in México. *Cities*, 16 (3), 149-170

Granovetter, Mark (1985). Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology, 91 (3), 481-510

Gunn, Philip (1995). Urbanização do Sudeste: dominação das metrópoles?. *In:* Maria Flora Gonçalves (org.). *O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto

Harvey, David (1985). *The Urbanization of Capital*. Oxford: Blackwell Publishers

_____(2002). *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Nobel, 11ª Edição

Hay, Donald A. (1997). *The Post 1990 Brazilian Trade Liberalization and the Performance of Large Manufacturing Firms: productivity, market share and productivity*. Rio de Janeiro: IPEA

Hirschman, Albert O. (1977). *The Passions and the Interests: political arguments for capitalism before its triumph*. Princeton: Princeton University Press

Hollingsworth, J. Rogers & Boyer, Robert (1998). Coordination of Economic Actors and Social Systems of Production. *In:* Hollingsworth, J. Rogers & Robert Boyer (eds.) *Contemporary Capitalism: the embeddedness of institutions*. Cambridge: Cambridge University Press

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2002). *Pesquisa Industrial 2000*. Brasília: IBGE

Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática (INEGI) (2000). *Producto Interno Bruto por Entidad Federativa 1993-1999*. México, DF, INEGI

_____(2002). *Producto Interno Bruto por Entidad Federativa 1996-2001*. México, DF, INEGI

Johnson, Björn & Lundvall, Bengt-Ake (2000). Promoting Innovation Systems as a Response to the Globalizing Learning Economy. Rio de Janeiro: Grupo de Economia da Inovação (UFRJ), *mimeo*

Knox, Paul (1996). World Cities and the Organization of Global Space. *In:* R.J. Johnston, Peter J. Taylor e Michael J. Watts. *Geographies of Global Change: remapping the world in the late twentieth century*. Oxford: Blackwell Publishers

Knox, Paul L. (1997). Globalization and Urban Economic Change. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 551, 17-27

Knox, Paul & Agnew, John (1998). *The Geography of the World Economy: an introduction to economic geography*. London: Arnold, 3rd edition

Kowarick, Lúcio & Campanário, Milton A. (1988). São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado. *In:* Lúcio Kowarick (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

Krugman, Paul & Livas Elizondo, Raul (1996). Trade Policy and the Third World Metropolis. *Journal of Development Economics*, 49 (1), 137-150

Krugman, Paul *et alii* (1999). *The Spatial Economy: cities, regions and international trade*. Cambridge (MA), MIT Press

Lanvin, Bruno (1991). Services and New Industrial Strategies: what is at stake for developing countries? *In:* Peter Daniels and Frank Moulaert (eds.). *The Changing Geography of Advanced Producer Services: theoretical and empirical perspectives.* London: Belhaven Press

Lavinas, Lena and Nabuco, Maria Regina (1995). Economic Crisis and Tertiarization in Brazil's Metropolitan Labour Market. *International Journal of Urban and Regional Research*, 19 (3), 358-367

Leamer, Edward E. & Storper, Michael (2001). The Economic Geography of the Internet Age. *National Bureau of Economic Research (NBER)*, Working Paper 8450, mimeo

Leborgne, Danielle e Lipietz, Alain (1990). Flexibilidade Defensiva ou Flexibilidade Ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. *In:* Lícia Valladares & Edmond Preteceille (orgs.). *Reestruturação Urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel

Lencioni, Sandra (1994). Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. *Espaço & Debates*, 38, 54-61

_____(2003a). Uma Nova Determinação do Urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. *In*: Ana Fani Alessandri Carlos & Amália Inês Geraiges Ramos (orgs.). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto

_____(2003b). A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*, 1-13

Lipietz, Alain (1986). New Tendencies in the International Division of Labor: regimes of accumulation and modes of regulation. *In:* Allen Scott & Michael Storper (eds.). *Production, Work, Territory: the geographical anatomy of industrial capitalism.* Boston: Unwin Hyman

Lipietz, Alain & Benko, Georges (1998). From the Regulation of Space to the Space of Regulation. Geo Journal, 44 (4), 275-281

Mair, Andrew (1997). Strategic Localization: the myth of the postnational enterprise. *In:* Cox, Kevin R. (ed.). *Spaces of Globalization: reasserting the power of the local.* New York: The Guilford Press

Markusen, Ann (1995). Interaction between Regional and Industrial Policies: evidence from four countries. *Proceedings of the Word Bank Annual Conference on Development Economics 1994.* Washington DC: World Bank

_____(1996). Sticky Places in Slippery Space: a typology of industrial districts. *Economic Geography*, 72 (3), 293-313

Markusen, Ann R. (1999a). Studying Regions by Studying Firms. *In:* Ann R. Markusen, Yong-Sook Lee and Sean DiGiovanna (eds.). *Second Tier Cities: rapid growth beyond the metropolis*. Minneapolis: University of Minnesota Press

Markusen, Ann R. (1999b). National Contexts and the Emergence of Second Tier Cities. *In:* Ann R. Markusen, Yong-Sook Lee and Sean DiGiovanna (eds.). *Second Tier Cities: rapid growth beyond the metropolis*. Minneapolis: University of Minnesota Press

Markusen, Ann (1999c). Fuzzy Concepts, Scanty Evidence, Policy Distance: the case for rigour and policy relevance in critical regional studies. *Regional Studies*, 33 (9), 869-884

Markusen, Ann R. & DiGiovanna, Sean (1999). Comprehending Fast-Growing Regions. *In:* Ann R. Markusen, Yong-Sook Lee and Sean DiGiovanna (eds.). *Second Tier Cities: rapid growth beyond the metropolis*. Minneapolis: University of Minnesota Press

Markusen, Ann R. & Diniz, Clélio Campolina (2003). *The Differential Competitiveness of Latin American Regions: Opportunities and Constraints*. Milão: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Marques, Eduardo e Torres, Haroldo (2000). São Paulo no Contexto do Sistema Mundial de Cidades. *Novos Estudos CEBRAP*, 56, 139-168

Martin, Ron and Sunley, Peter (1997). The Post-Keynesian State and the Space Economy. *In:* Roger Lee & Jane Wills (eds.). *Geographies of Economies*. London: Arnold

Matteo, Miguel & Arbix, Glauco (2001). A Teimosia da Indústria Paulista. In: Adriana Vitória dos Santos, Idenilza Moreira de Miranda, Rogério dos Santos Acca e Vivian England Schoereder (orgs.). *Anos 90: um olhar sobre as políticas de industrialização em São Paulo*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP

Matteo, Miguel & Tapia, Jorge Ruben Biton (2002). Características da Indústria Paulista nos Anos 90: em direção a uma city-region?. *Revista de Sociologia e Política*, 18, 73-93

Melo, Marcus C. (1995). State Retreat, Governance and Metropolitan Restructuring in Brazil. *International Journal of Urban and Regional Research*, 19 (3), 342-355

Mendonça, Maurício & Pinho, Marcelo. (1997). *Avaliação do impacto dos investimentos nos setores automotivo, eletrônico e petroquímico na região de Campinas*. Campinas: Instituto de Economia/FUCAMP

Miles, Ian and Boden, Mark (2000). Are Services Special? *In:* Mark Boden and Ian Miles (eds.). *Services and the Knowledge-Based Economy*. New York: Continuum

Moulaert, Frank (2000). *Globalization and Integrated Area Development in European Cities*. New York: Oxford University Press

Moulaert, Frank; Scott, Allen J. and Farcy, Hélène (1997). Producer services and the formation of urban space. *In:* Frank Moulaert & Allen J. Scott (eds.). *Cities, Enterprises and Society on the Eve of the 21st Century*. London: Pinter

Moulaert, Frank & Daniels, Peter (1991). Advanced producer services: beyond the micro-economics of production. *In:* Peter Daniels and Frank Moulaert (eds.). *The Changing Geography of Advanced Producer Services: theoretical and empirical perspectives.* London: Belhaven Press

Negri, Barjas e Pacheco, Carlos Américo (1994). Mudança Tecnológica e Desenvolvimento Regional nos Anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. *Espaço & Debates*, 38, 62-82

Organization for Economic Co-Operation and Development (OECD).(2001). *Cities and Regions in the New Learning Economy*. Paris: OECD

Oliveira, Francisco de (1982). O Estado e o Urbano no Brasil. *Espaço & Debates*, 6, 36-54

Pacheco, Carlos Américo (1998). *Fragmentação da Nação*. Campinas: Editora da UNICAMP

_____(1999). Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial. Brasília: IPEA, Texto para Discussão 633

Parnreiter, Christof (2002). Mexico: The Making of a Global City. In: Saskia Sassen (ed.). *Global Networks, Linked Cities*. New York: Routledge

Pollard, Jane & Storper, Michael (1996). A Tale of Twelve Cities: change in dynamic industries in the 1980s. *Economic Geography*, 72 (1), 1-22

Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz and Lago, Luciana Correa do (1995). Restructuring in Large Brazilian Cities: the centre/periphery model. *International Journal of Urban and Regional Research*, 19 (3), 369-382

Sassen, Saskia (1994). *Cities in a World Economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press

_____(1997). The Spatial Organization of Information Industries: implications for the role of the state. In: James H. Mittelman (ed.). *Globalization: critical reflections.* London: Lynne Rienner Publishers

_____(1998). *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Nobel

_____(2001a). Global Cities and Global City-Regions: a comparison. *In:* Allen Scott *(ed.). Global City-Regions: trends, theory, policy*. New York: Oxford University Press

_____(2001b). Impacts of Information Technologies on Urban Economics and Politics. *International Journal of Urban and Regional Research*, 25 (2), 411-418

_____(2001c). The *Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 2nd edition

_____(2002b). Locating Cities on Global Circuits. *In:* Saskia Sassen (ed.). *Global Networks, Linked Cities*. New York: Routledge

Schiffer, Sueli Ramos (1999). São Paulo como Pólo Dominante do Mercado Unificado Nacional. In: Csaba Deák & Sueli Ramos Schiffer (orgs.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP

_____(2002). São Paulo: Articulating a Cross-Border Region. In: Saskia Sassen (ed.). *Global Networks, Linked Cities*. New York: Routledge

Scott, Allen J. (1988). *New Industrial Spaces*. London: Pion

_____(1998). *Regions and the World Economy*. New York: Oxford University Press

_____(2001). Globalization and the Rise of City-Regions. *European Planning Studies*, 9 (7), 813-826

_____(2002). Regional Push: towards a geography of development and growth in low- and middle-income countries. *Third World Quarterly*, 23 (1), 137-161

Scott, Allen J. & Storper, Michael (2003). Regions, Globalization, Development. *Regional Studies*, forthcoming

Scott, Allen J.; Agnew, John; Soja, Edward W. and Storper, Michael (2001). Global City-Regions. *In:* Allen Scott *(ed.). Global City-Regions: trends, theory, policy*. New York: Oxford University Press

Short, John Rennie (1996). The *Urban Order: an introduction to cities, culture, and power*. Oxford: Blackwell Publishers

Souza, Maria Carolina de & Garcia, Renato (1998). Sistemas Locais de Inovação no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Grupo de Economia da Inovação (UFRJ), *mimeo*

Storper, Michael & Scott, Allen J. (1986). Production, Work, Territory: contemporary realities and theoretical tasks. *In:* Allen Scott & Michael Storper (eds.). *Production, Work, Territory: the geographical anatomy of industrial capitalism.* Boston: Unwin Hyman

Storper, Michael (1990). A Industrialização e a Questão Regional no Terceiro Mundo. *In:* Lícia Valladares & Edmond Preteceille (orgs.). *Reestruturação Urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel

_____(1991). *Industrialization, Economic Development and the Regional Question in the Third World*. London: Pion

_____(1997). *The Regional World*. New York: The Guilford Press

_____(1998). Industrial Policy for Latecomers. In: Michael Storper, Stavros B. Thomadakis and Lena Tsipouri (eds.). *Latecomers in the Global Economy*. New York: Routledge

_____(2000). Globalization, Localization, and Trade. *In:* Gordon L. Clark, Maryann P. Feldman and Meric S. Gertler (eds.). *The Oxford Handbook of Economic Geography*. New York: Oxford University Press

Swyngedouw, Erik (1997). Neither Global nor Local: "Glocalization" and the politics of scale. *In:* Kevin R. Cox (ed.). *Spaces of Globalization: reasserting the power of the local*. New York: The Guilford Press

Tavares, Hermes Magalhães (2000). Reestruturação Econômica e as Novas Funções dos Espaços Metropolitanos. *In:* Ana Clara Torres Ribeiro (org.). *Repensando a Experiência Urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*. Buenos Aires: CLACSO

Taylor, P.J.; Catalano, G. and Gane, N (2002). Geography of Global Change: Cities and Services, 2000-01. *GaWC Research Bulletin*, 77

Théret, Bruno (1998). A Teoria da Regulação e as Transformações Contemporâneas do Sistema Internacional dos Estados e da Economia Mundial. *In:* Bruno Théret e José Carlos de Souza Braga (orgs.). *Regulação Econômica e Globalização*. Campinas: Editora da UNICAMP

Thrift, Nigel (1996). A Hyperactive World. *In:* R.J. Johnston, Peter J. Taylor e Michael J. Watts (eds.). *Geographies of Global Change: remapping the world in the late twentieth century*. Oxford: Blackwell Publishers

Thurow, Lester C. (2000). Globalization: the product of a knowledge-based economy. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 570, 19-31

Tomlinson, Mark (2001). A New Role for Business Services in Economic Growth. *In*: Daniele Archibugi & Bengt-Ake Lundvall (eds.).*The Globalizing Learning Economy*. New York: Oxford University Press

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD).(2002a). *World Development Report 2002: transnational corporations and export competitiveness*. Genebra: UNCTAD

_____(2002b). *UNCTAD Handbook of Statistics*. Genebra: UNCTAD

_____(2001). *World Investment Report 2001: promoting linkages*. Genebra: UNCTAD

Veltz, Pierre (1997). Dynamics of production systems, territories, cities. *In*: Frank Moulaert & Allen J. Scott (eds.). *Cities, Enterprises and Society on the Eve of the 21st Century*. London: Pinter

_____(2002). *Des Lieux et des Liens*. Paris: Editions De L'Aube

Anexo Metodológico e Estatístico

Tabela A1 – Composição das Microrregiões da "Metrópole Expandida" e suas Participações Relativas na Área Total Estadual de São Paulo

(continua)

Microrregião São Paulo	***Área***
São Paulo	1525 km2
Santo André	175km2
São Bernardo	406km2
São Caetano do Sul	15km2
Diadema	31km2
Mauá	62km2
Ribeirão Pires	99km2
Rio Grande da Serra	37km2
Área (Participação no Total Estadual)	2350km2 (0,94%)
Microrregião Guarulhos	***Área***
Guarulhos	317km2
Arujá	97km2
Santa Isabel	361km2
Área (Participação no Total Estadual)	775km2 (0,31%)
Microrregião Osasco	***Área***
Osasco	65km2
Barueri	64km2
Cajamar	128km2
Carapicuíba	35km2
Itapevi	91km2
Jandira	18km2
Pirapora do Bom Jesus	111km2
Santana de Parnaíba	181km2
Área (Participação no Total Estadual)	693km2 (0,28%)
Microrregião Moji das Cruzes	***Área***
Moji das Cruzes	725km2
Biritiba-Mirim	317km2
Ferraz de Vasconcelos	28km2
Guararema	270km2
Itaquaquecetuba	82km2
Poá	17km2
Salesópolis	426km2
Suzano	195km2
Área (Participação no Total Estadual)	2060km2 (0,83%)
Microrregião Franco da Rocha	***Área***
Franco da Rocha	134km2
Caieiras	96km2
Francisco Morato	49km2
Mairiporã	321km2
Área (Participação no Total Estadual)	600km2 (0,24%)

Tabela A1 – Composição das Microrregiões da "Metrópole Expandida" e suas Participações Relativas na Área Total do Estado de São Paulo

(continuação)

Microrregião Itapecerica da Serra	***Área***
Itapecerica da Serra	151km2
Cotia	324km2
Embu	70km2
Embu-Guaçu	155km2
Juquitiba	522km2
São Lourenço da Serra	187km2
Taboão da Serra	20km2
Vargem Grande Paulista	34km2
Área (Participação no Total Estadual)	1463km2 (0,59%)
Microrregião Sorocaba	***Área***
Sorocaba	449km2
Alumínio	84km2
Araçariguama	146km2
Araçoiaba da Serra	256km2
Cabreúva	260km2
Capela do Alto	170km2
Iperó	171km2
Itu	640km2
Mairinque	210km2
Porto Feliz	557km2
Salto	134km2
Salto de Pirapora	280km2
São Roque	308km2
Sarapuí	354km2
Votorantim	184km2
Área (Participação no Total Estadual)	4203km2 (1,69%)
Microrregião São José dos Campos	***Área***
São José dos Campos	1100km2
Caçapava	370km2
Igaratá	293km2
Jacareí	460km2
Pindamonhangaba	730km2
Santa Branca	275km2
Taubaté	626km2
Tremembé	192km2
Área (Participação no Total Estadual)	4046km2 (1,63%)
Microrregião Jundiaí	***Área***
Jundiaí	432km2
Campo Limpo Paulista	80km2
Itupeva	201km2
Louveira	55km2
Várzea Paulista	35km2
Área (Participação no Total Estadual)	803km2 (0,32%)

Tabela A1 – Composição das Microrregiões da "Metrópole Expandida" e suas Participações Relativas na Área Total Estadual de São Paulo

(continuação)

Microrregião Campinas	***Área***
Campinas	796km2
Americana	134km2
Cosmópolis	155km2
Elias Fausto	201km2
Holambra	64km2
Hortolândia	62km2
Indaiatuba	311km2
Jaguariúna	142km2
Monte-Mor	241km2
Nova Odessa	73km2
Paulínia	139km2
Pedreira	110km2
Santa Bárbara d'Oeste	271km2
Sumaré	153km2
Valinhos	149km2
Vinhedo	82km2
Área (Participação no Total Estadual)	3083km2 (1,24%)
Microrregião Santos	***Área***
Santos	280km2
Bertioga	491km2
Cubatão	142km2
Guarujá	143km2
Praia Grande	144km2
São Vicente	148km2
Área (Participação no Total Estadual)	1348km2 (0,54%)
Microrregião Bragança Paulista	***Área***
Bragança Paulista	514km2
Atibaia	478km2
Bom Jesus dos Perdões	108km2
Itatiba	323km2
Jarinu	208km2
Joanópolis	375km2
Morungaba	146km2
Nazaré Paulista	327km2
Piracaia	385km2
Tuiuti	126km2
Vargem	143km2
Área (Participação no Total Estadual)	3133km2 (1,26%)

Tabela A1 – Composição das Microrregiões da "Metrópole Expandida" e suas Participações Relativas na Área Total Estadual de São Paulo

(continuação)

Microrregião Limeira	***Área***
Limeira	581km2
Araras	643km2
Conchal	184km2
Cordeirópolis	137km2
Iracemápolis	115km2
Leme	403km2
Santa Cruz da Conceição	149km2
Santa Gertrudes	98km2
Área (Participação no Total do Estado)	2310km2 (0,93%)
Microrregião Moji Mirim	***Área***
Moji Mirim	499km2
Artur Nogueira	178km2
Engenheiro Coelho	110km2
Estiva Gerbi	74km2
Itapira	517km2
Mogi Guaçu	813km2
Santo Antonio de Posse	154km2
Área (Participação no Total do Estado)	2345km2 (0,94%)
Microrregião Piracicaba	***Área***
Piracicaba	1368km2
Águas de São Pedro	4km2
Capivari	323km2
Charqueada	176km2
Jumirim	57km2
Mombuca	133km2
Rafard	122km2
Rio das Pedras	227km2
Saltinho	99km2
Santa Maria da Serra	256km2
São Pedro	618km2
Tietê	406km2
Área (Participação no Total do Estado)	3789km2 (1,52%)
Microrregião Tatuí	*Área*
Tatuí	524km2
Boituva	249km2
Cerquilho	128km2
Cesário Lange	190km2
Laranjal Paulista	388km2
Pereiras	222km2
Porangaba	267km2
Quadra	205km2
Torre de Pedra	71km2
Área (Participação no Total do Estado)	2244km2 (0,90%)

Área Total das 16 Microrregiões da "Metrópole Expandida"	35215km2
Participação no Total do Estado de São Paulo	14,16%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *IBGE Cidades@* (www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php)

Tabela A2 – Composição das Regiões de Governo da "Metrópole Expandida"

(continua)

Região Metropolitana de São Paulo
São Paulo
Santo André
São Bernardo
São Caetano do Sul
Diadema
Mauá
Ribeirão Pires
Rio Grande da Serra
Guarulhos
Arujá
Santa Isabel
Osasco
Barueri
Cajamar
Carapicuíba
Itapevi
Jandira
Pirapora do Bom Jesus
Santana de Parnaíba
Moji das Cruzes
Biritiba-Mirim
Ferraz de Vasconcelos
Guararema
Itaquaquecetuba
Poá
Salesópolis
Suzano
Franco da Rocha
Caieiras
Francisco Morato
Mairiporã
Itapecerica da Serra
Cotia
Embu
Embu-Guaçu
Juquitiba
São Lourenço da Serra
Taboão da Serra
Vargem Grande Paulista

Tabela A2 – Composição das Regiões de Governo da "Metrópole Expandida"

(continuação)

Região de Governo de Bragança Paulista
Bragança Paulista
Águas de Lindóia
Amparo
Atibaia
Bom Jesus dos Perdões
Joanópolis
Lindóia
Monte Alegre do Sul
Nazaré Paulista
Pedra Bela
Pinhalzinho
Piracaia
Serra Negra
Socorro
Tuiuti
Vargem
Região de Governo de Campinas
Campinas
Americana
Artur Nogueira
Cosmópolis
Engenheiro Coelho
Estiva Gerbi
Holambra
Hortolândia
Indaiatuba
Itapira
Jaguariúna
Mogi Guaçu
Moji Mirim
Monte-Mor
Nova Odessa
Paulínia
Pedreira
Santa Bárbara d'Oeste
Santo Antonio de Posse
Sumaré
Valinhos
Vinhedo

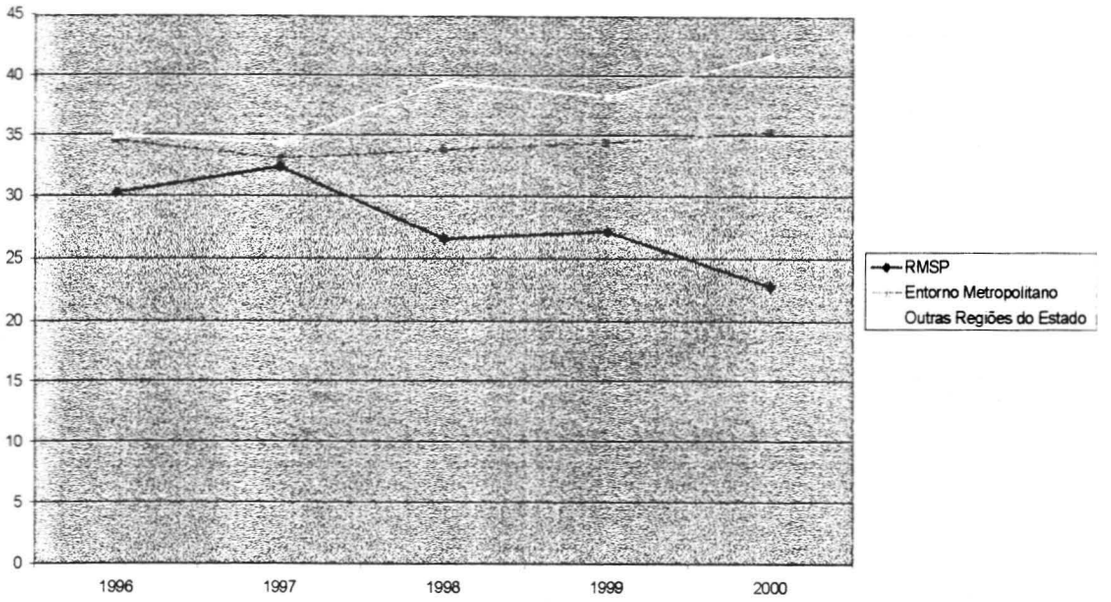
Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC)

Tabela A3 – Composição dos Agregados Setoriais

Grupo 1 – Bens de consumo não-durável	*CNAE*
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	15
Fabricação de Produtos Têxteis	17
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	18
Preparação de Couros e Fabricação de Artigos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	19
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	22
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	36
Grupo 2 – Bens Intermediários	*CNAE*
Fabricação de Produtos de Madeira	20
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	21
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool	23
Fabricação de Produtos Químicos	24
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	25
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	26
Metalurgia Básica	27
Fabricação de Produtos de Metal – Exclusive Máquinas e Equipamentos	28
Grupo 3 – Bens de Capital e de Consumo Duráveis	*CNAE*
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	29
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	30
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	31
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	32
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	33
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	34
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	35

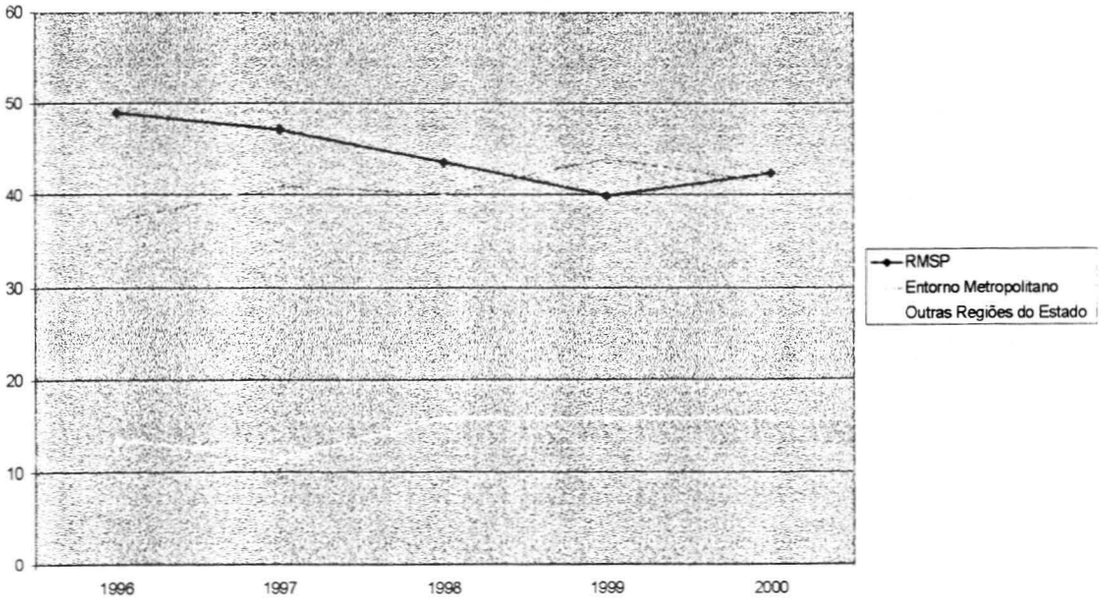
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Classificação Nacional de Atividades Econômicas* (CNAE)

Gráfico A1 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Produtos Alimenticios e Bebidas (CNAE 15) - 1996 a 2000. Em porcentagem



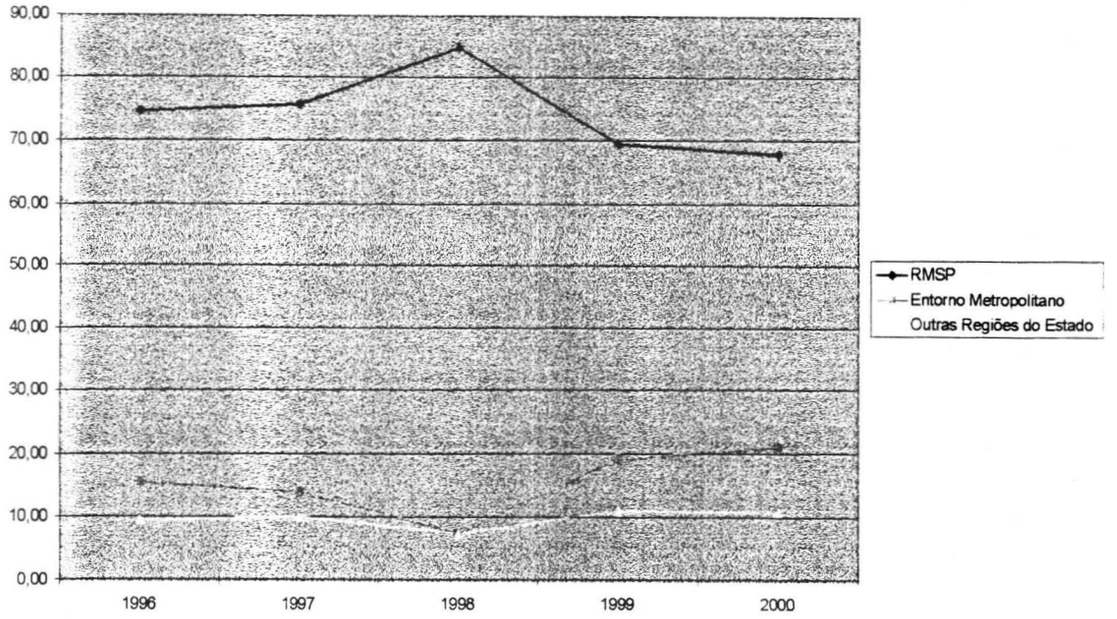
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A2 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI estadual. Fabricação de Produtos Têxteis (CNAE 17) - 1996 a 2000. Em porcentagem



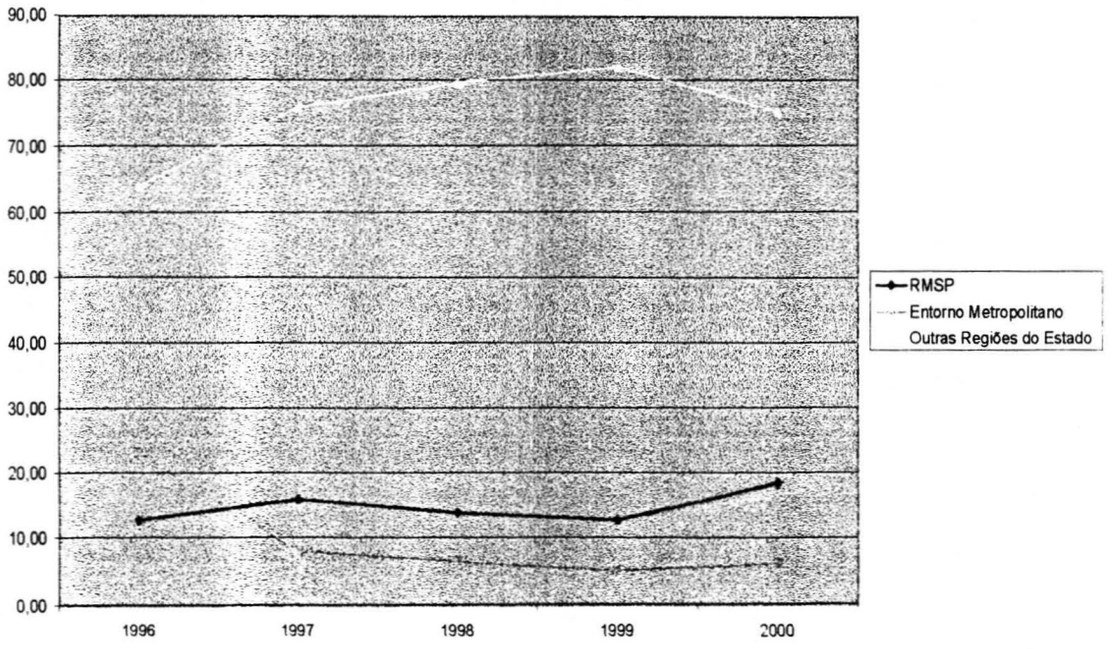
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A3 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI estadual. Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios (CNAE 18) - 1996 a 2000. Em porcentagem



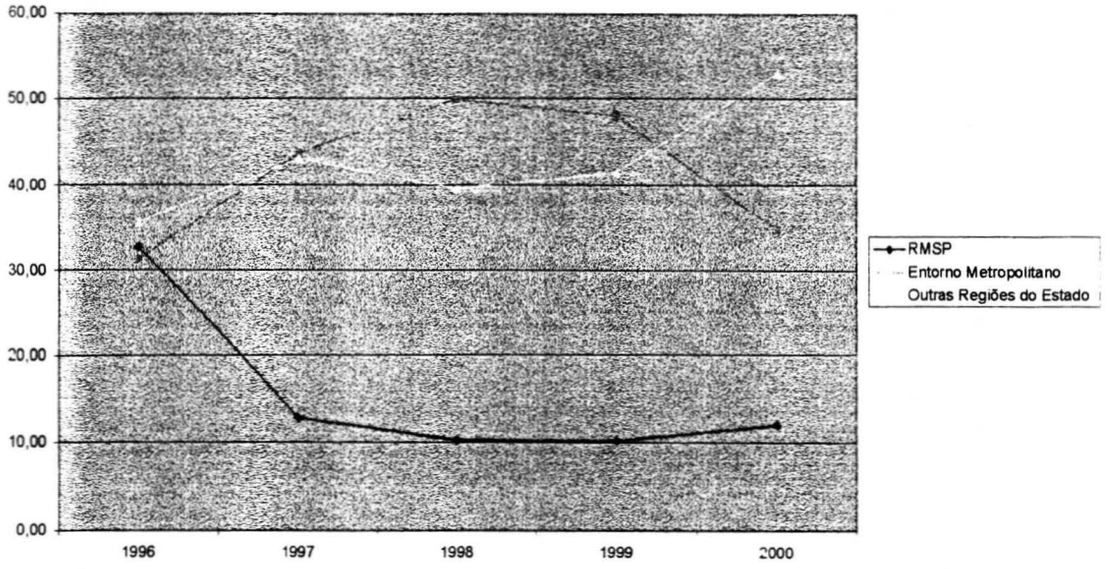
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A4 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI estadual. Preparação de Couros, Fabricação de Artigos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados (CNAE 19) - 1996 a 2000. Em porcentagem



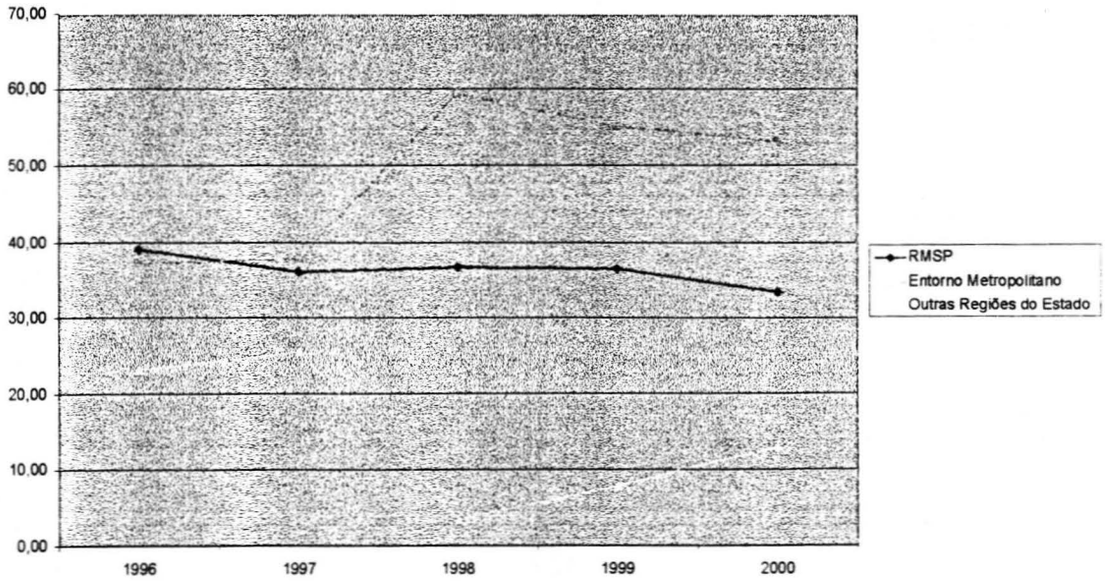
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A5 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Produtos de Madeira (CNAE 20) - 1996 a 2000. Em porcentagem



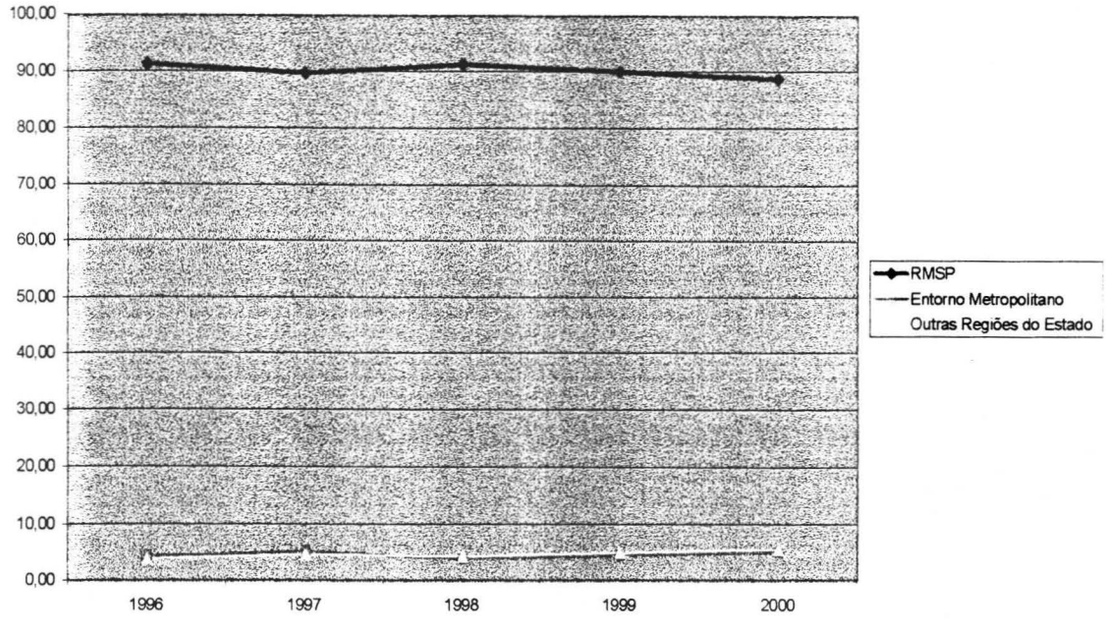
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A6 - Particpações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel (CNAE 21) - 1996 a 2000. Em porcentagem



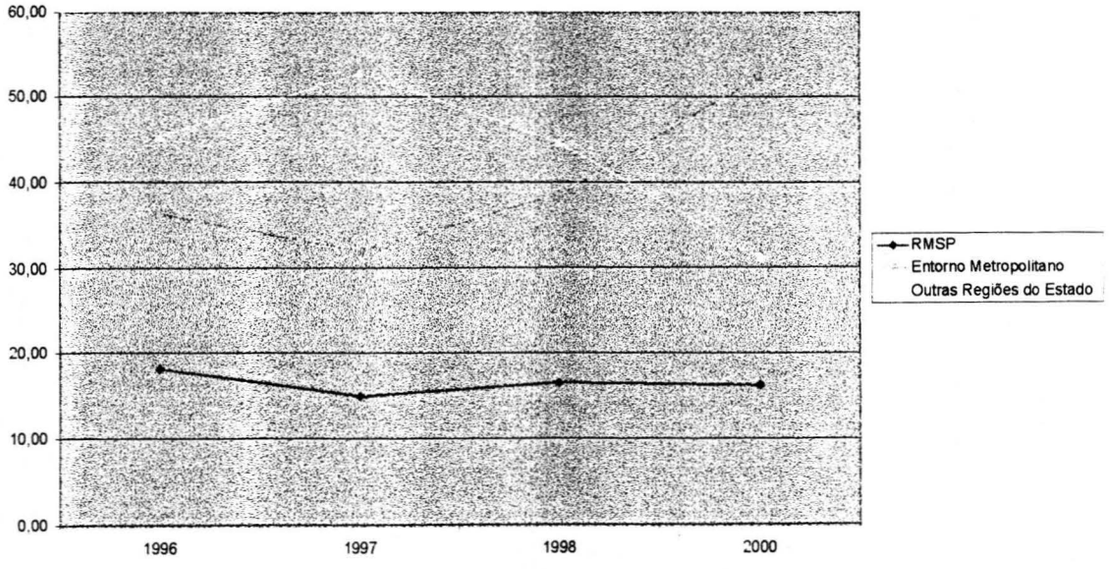
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A7 - Participacões da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Edição, Impressão e Reprodução de Gravações (CNAE 22) - 1996 a 2000. Em porcentagem



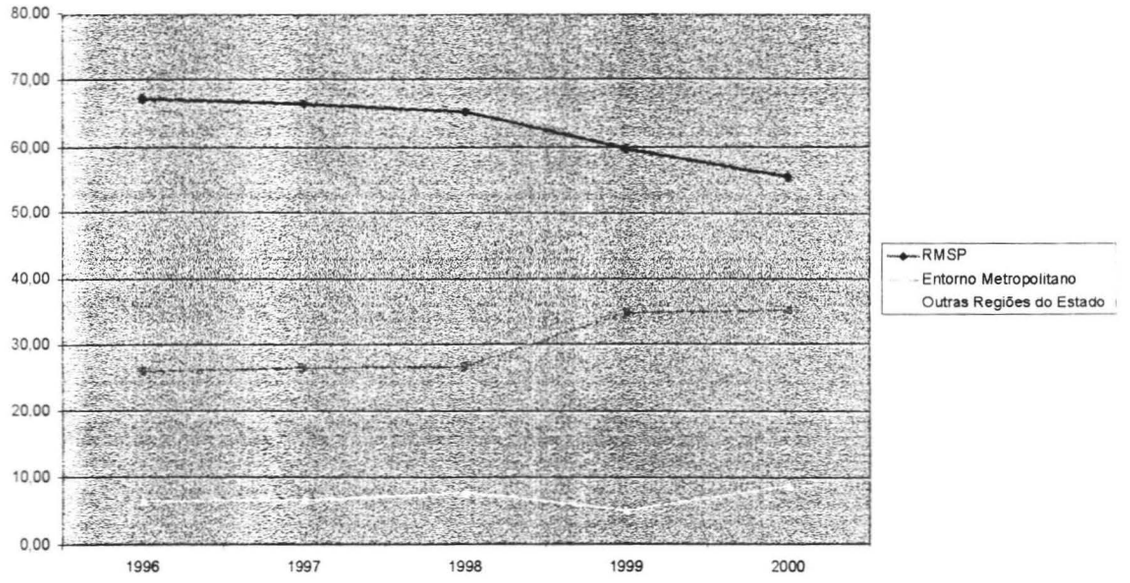
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A8 - Participações da RMSP, Metrópole Expandida e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool (CNAE 23) - 1996 a 2000. Em porcentagem



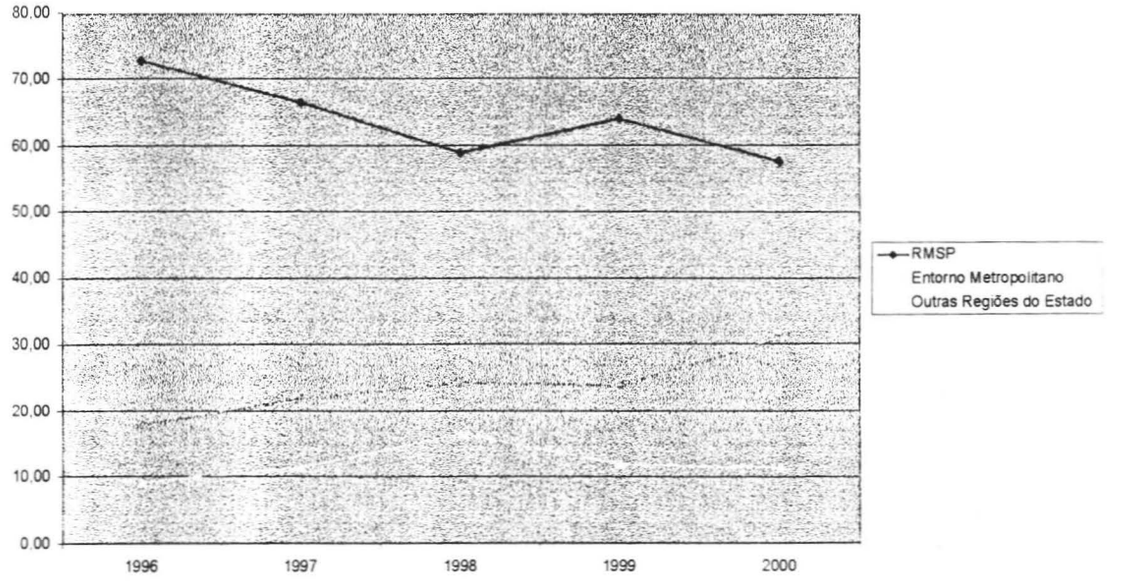
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A9 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Produtos Químicos (CNAE 24) - 1996 a 2000. Em porcentagem



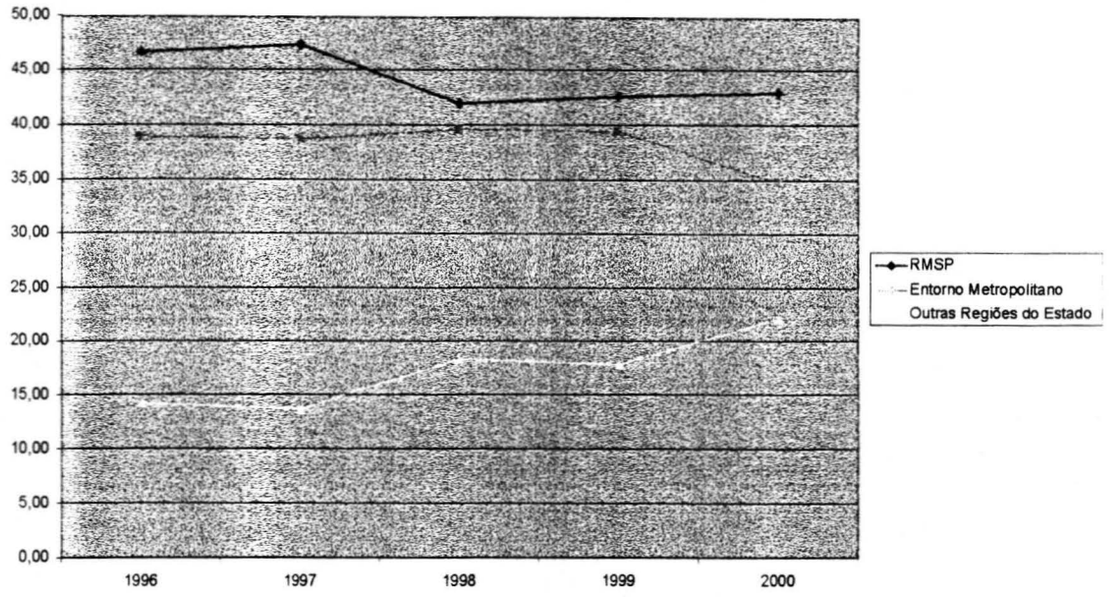
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A10 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico (CNAE 25) - 1996 a 2000. Em porcentagem



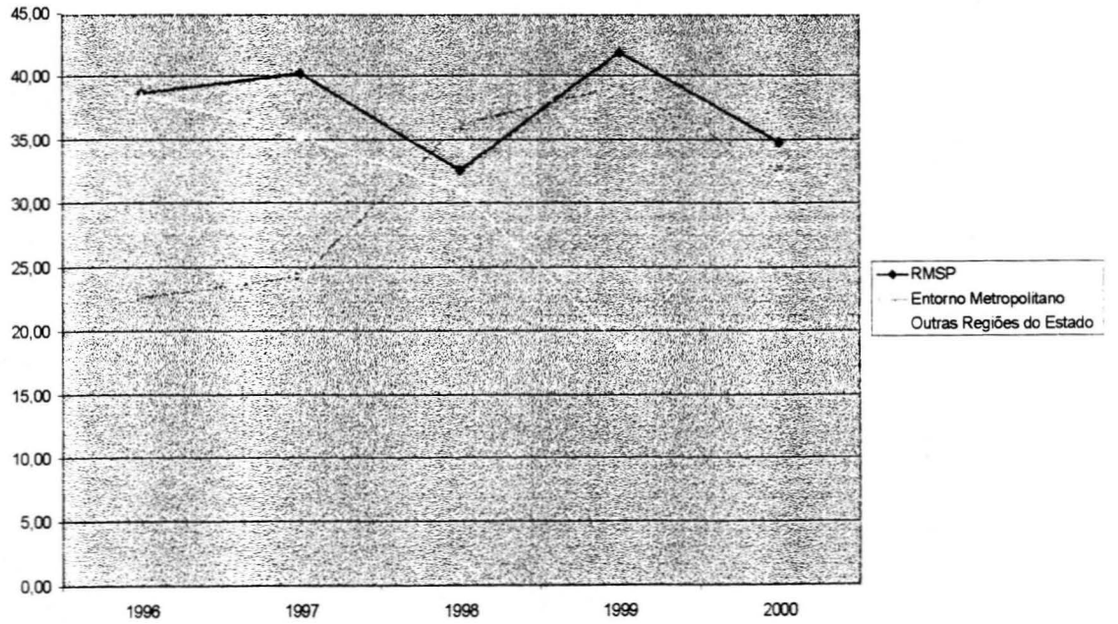
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A11 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Produtos de Minerais não-Metálicos (CNAE 26) - 1996 a 2000. Em porcentagem



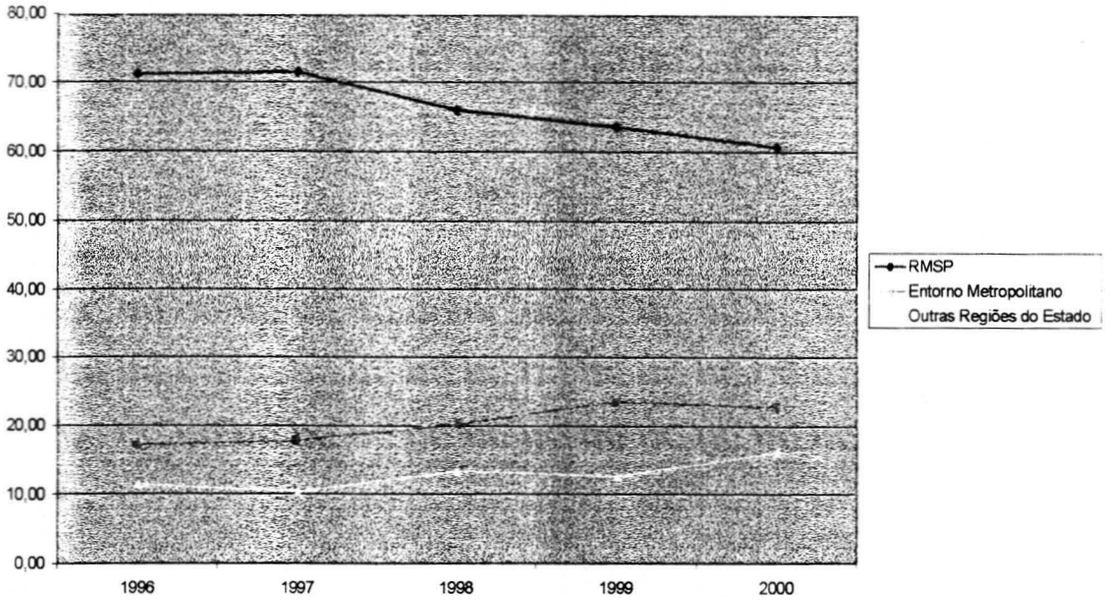
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A12 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Metalurgia Básica (CNAE 27) - 1996 a 2000. Em porcentagem



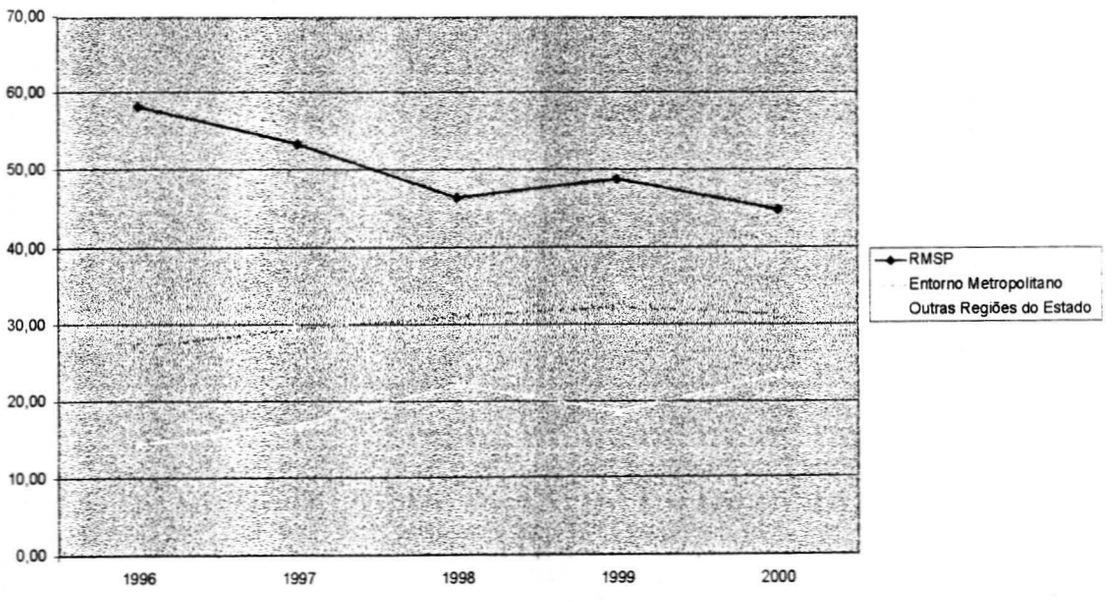
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A13 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composicão do VTI Estadual. Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos (CNAE 28) - 1996 a 2000. Em porcentagem



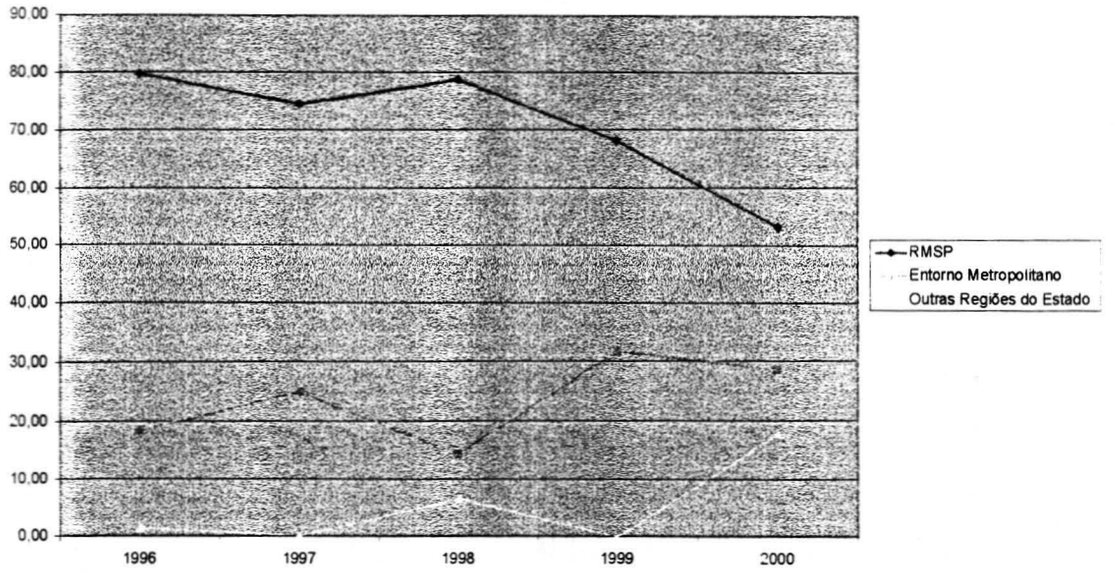
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A14 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Máquinas e Equipamentos (CNAE 29) - 1996 a 2000. Em porcentagem



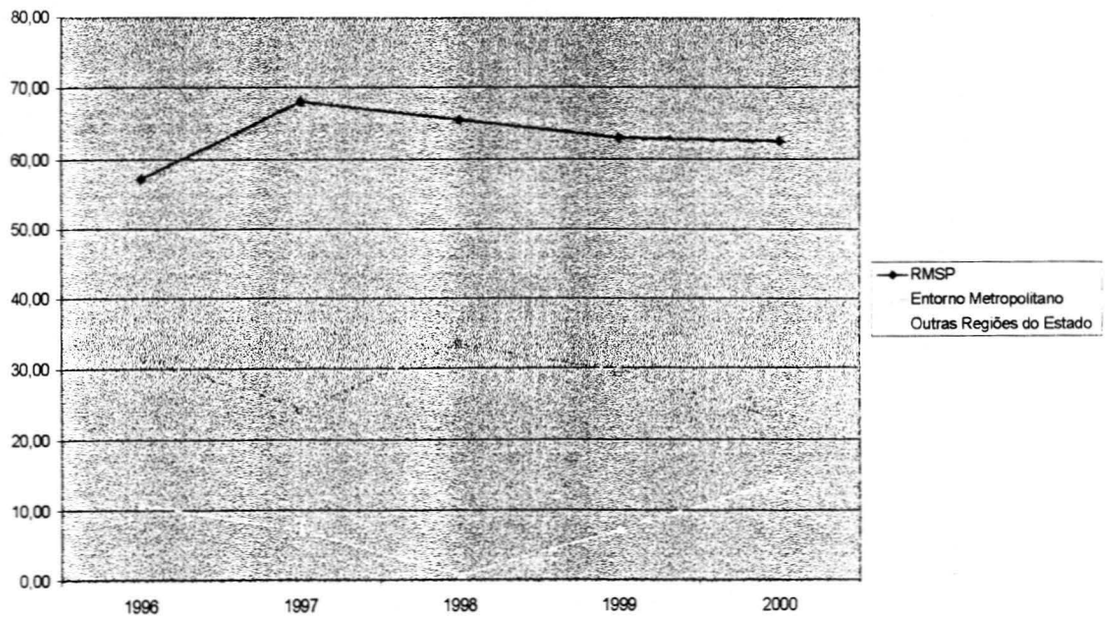
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A15 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática (CNAE 30) - 1996 a 2000. Em porcentagem



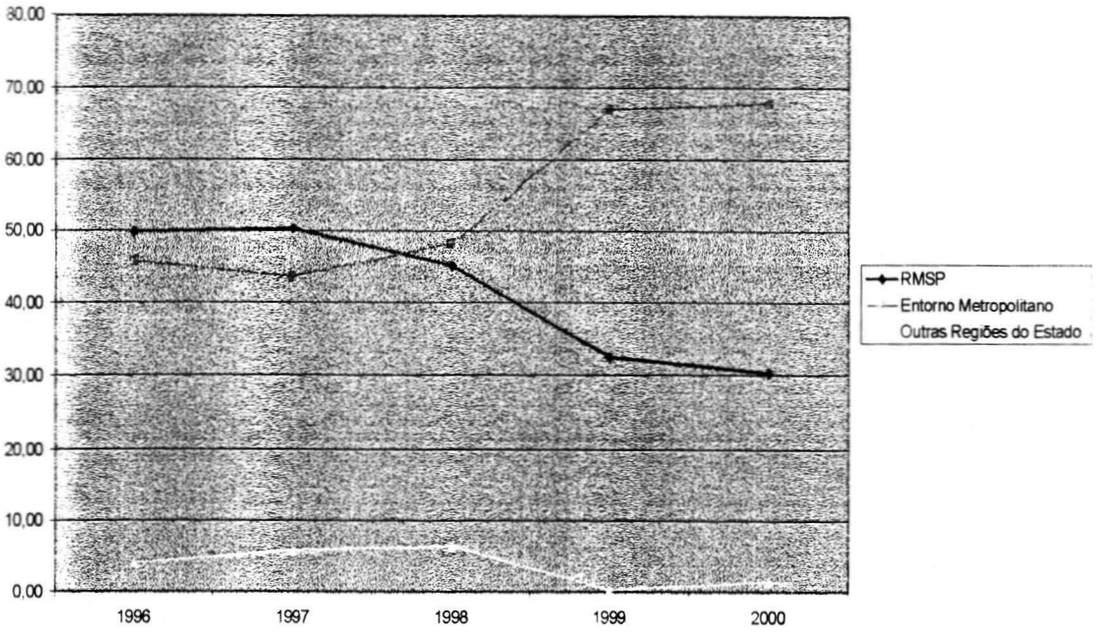
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A16 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos (CNAE 31) - 1996 a 2000. Em porcentagem



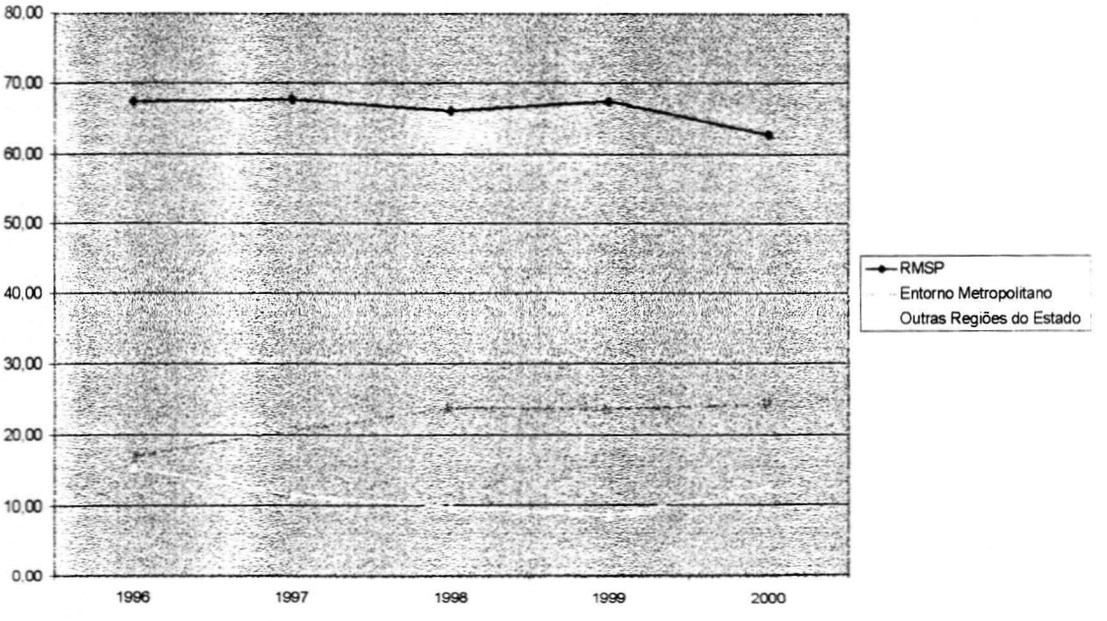
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A17 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações (CNAE 32) - 1996 a 2000. Em porcentagem



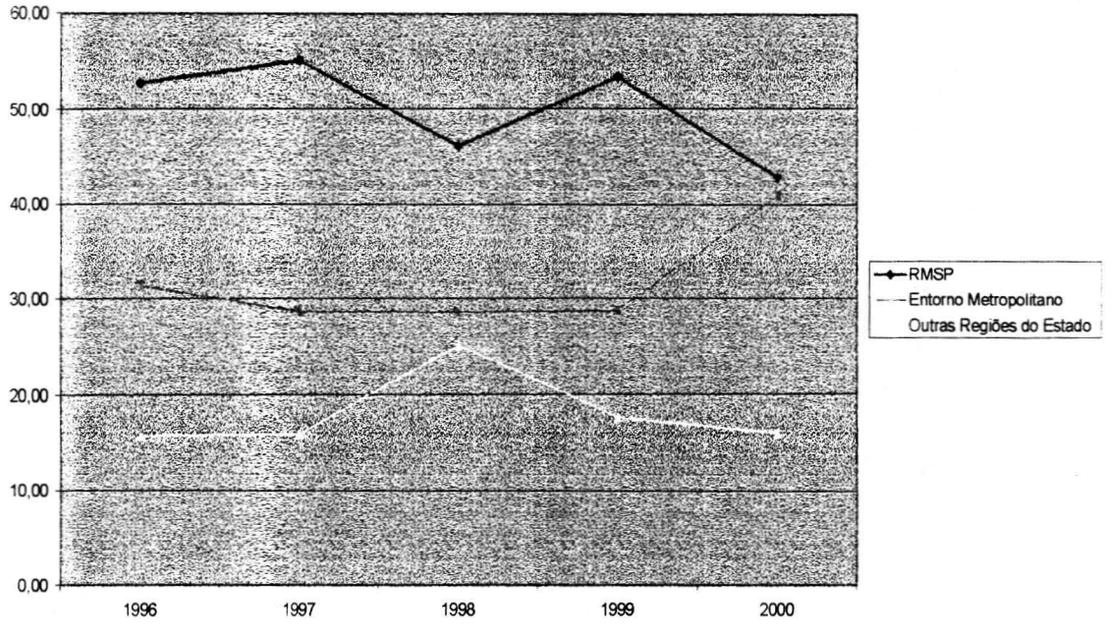
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A18-Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fab. de Equip.de Instr.Méd-Hosp., Instr. de Precisão e Ópticos, Equip. para Autom.Indl., Cronômetros e Relógios (CNAE 33)-1996 a 2000 . Em %



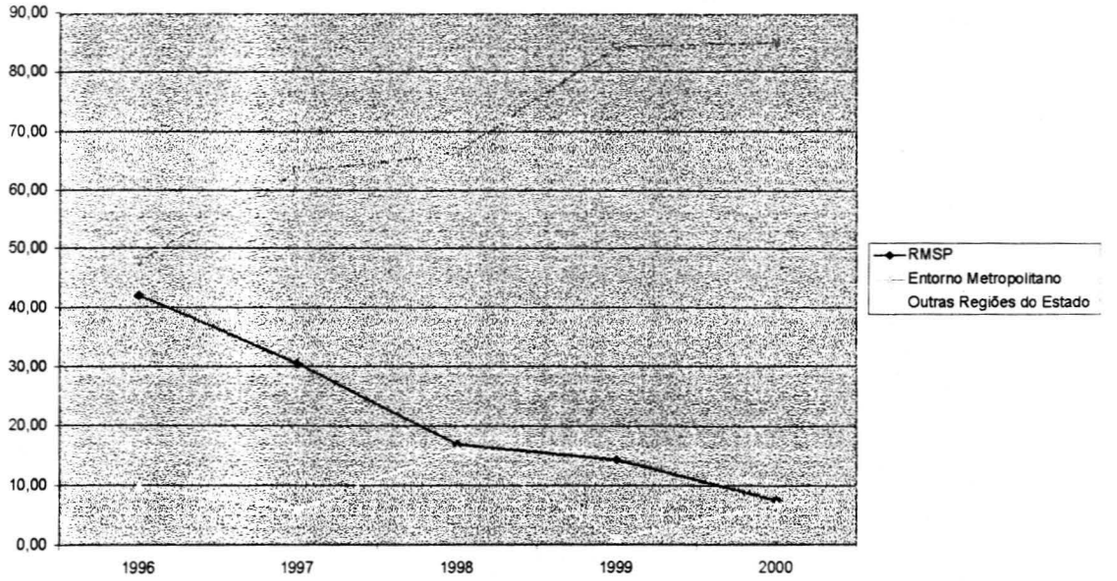
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A19 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (CNAE 34) - 1996 a 2000. Em porcentagem



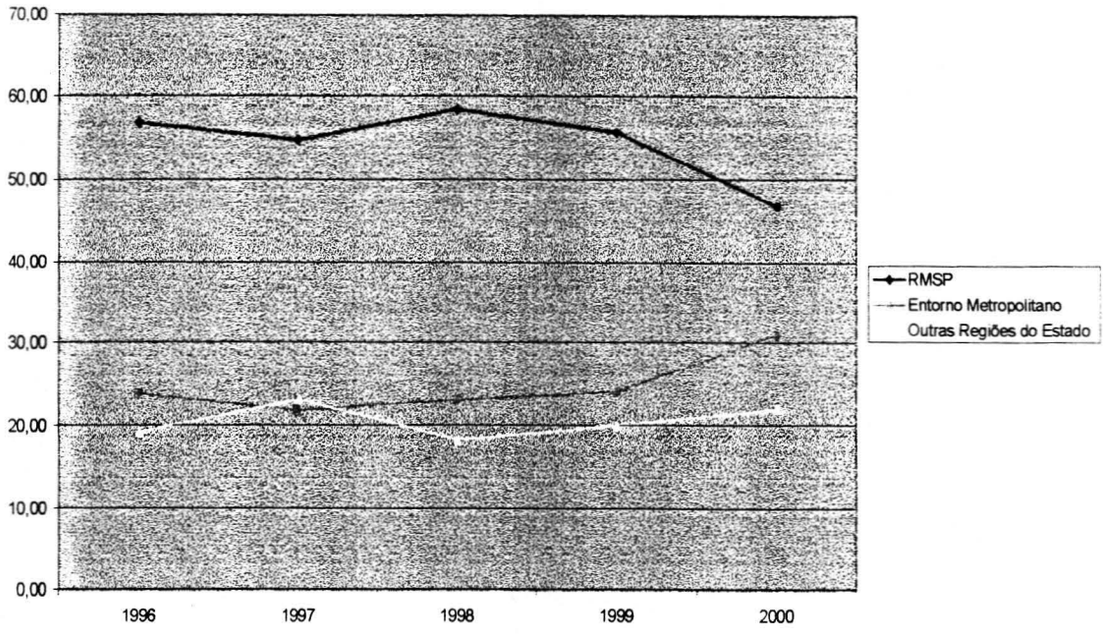
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A20 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte (CNAE 35) - 1996 a 2000. Em porcentagem



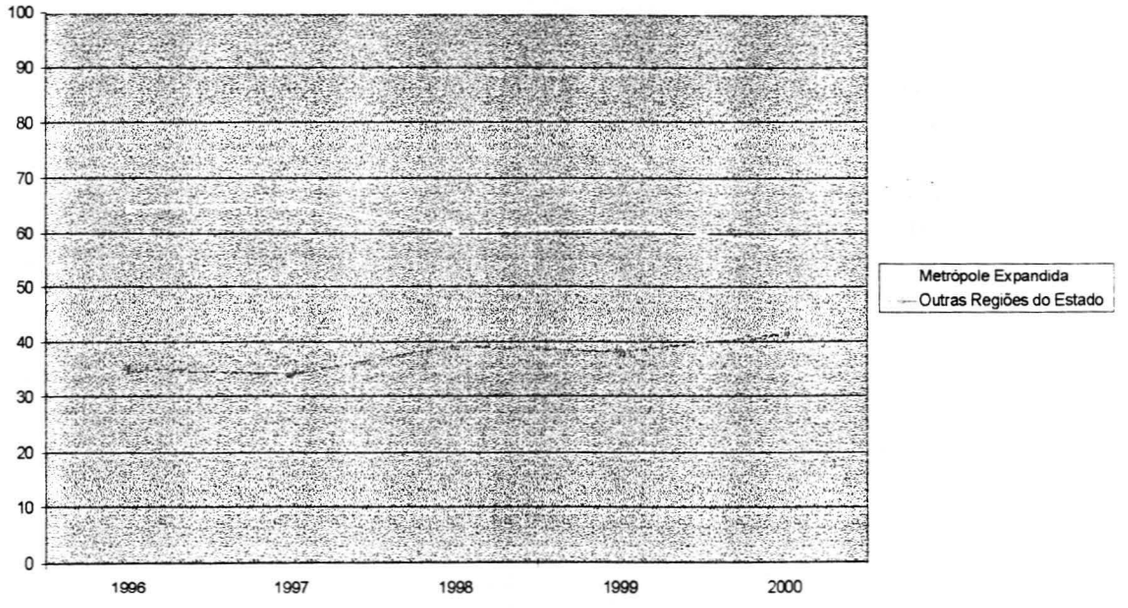
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A21 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas (CNAE 36) - 1996 a 2000. Em porcentagem



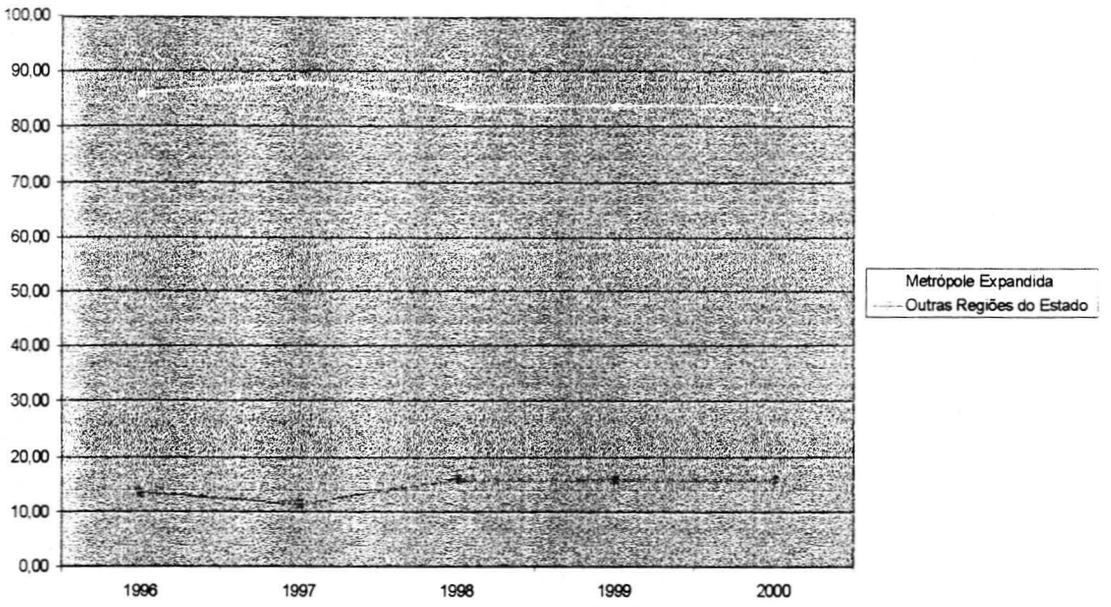
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A22 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas (CNAE 15) - 1996 a 2000. Em porcentagem



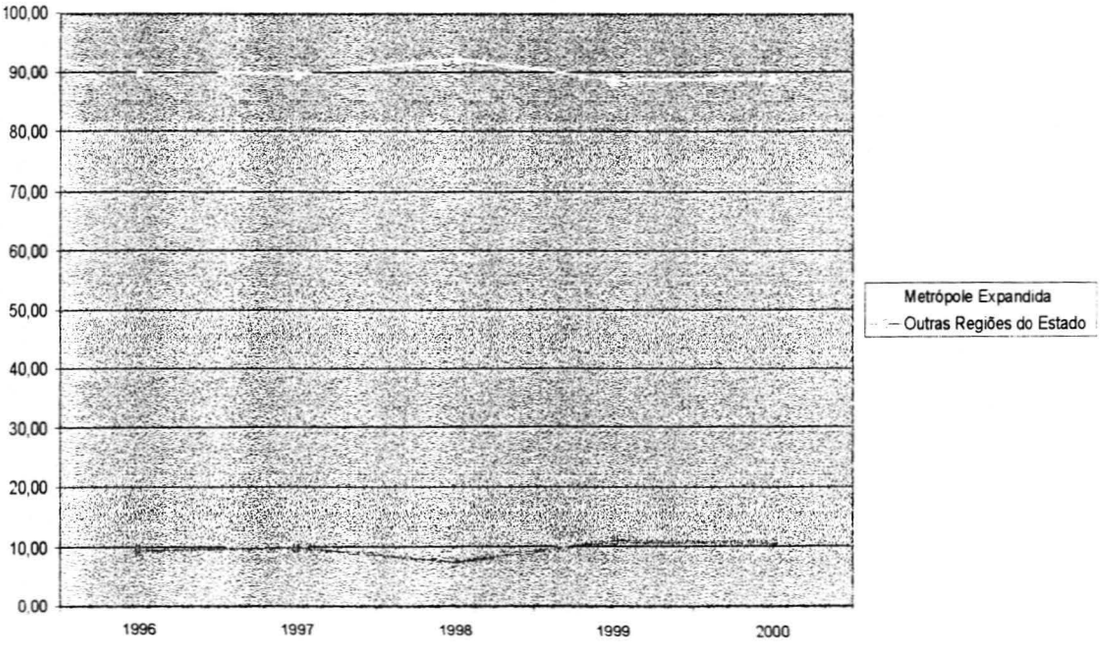
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A23 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Produtos Têxteis (CNAE 17) - 1996 a 2000. Em porcentagem



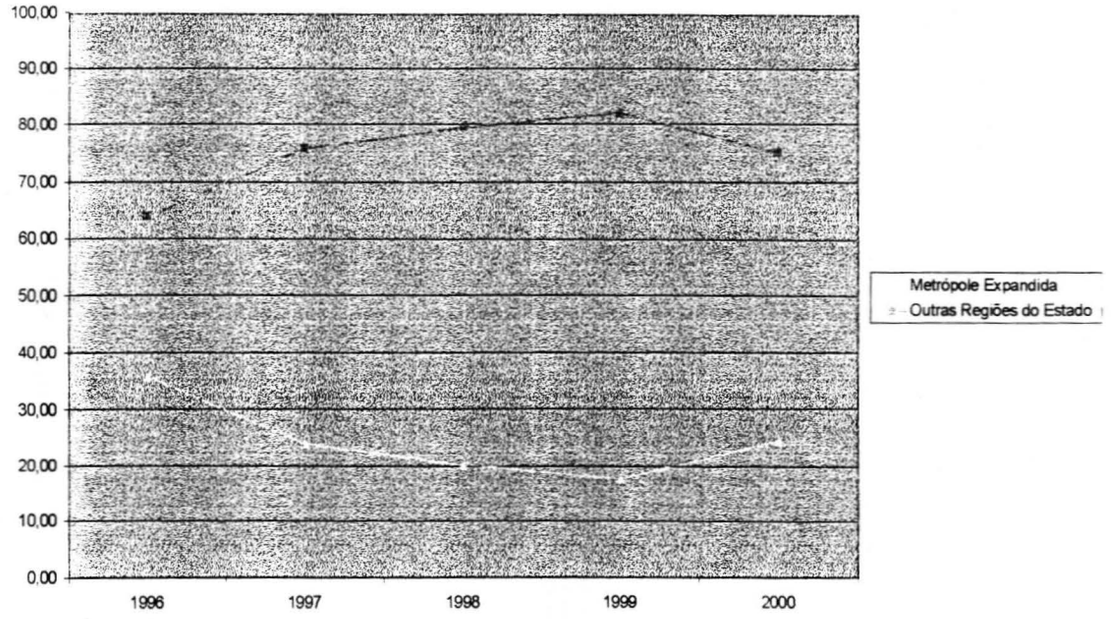
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A24 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios (CNAE 18) - 1996 a 2000. Em porcentagem



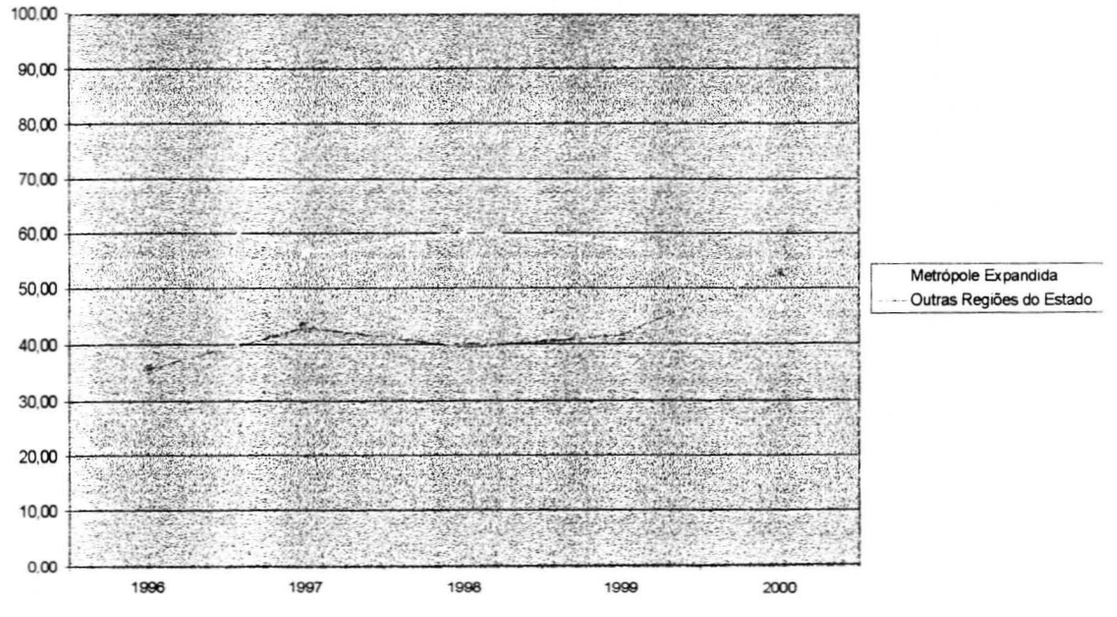
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A25 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Preparação de Couros e Fabricação de Artigos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados (CNAE 19) - 1996 a 2000. Em porcentagem



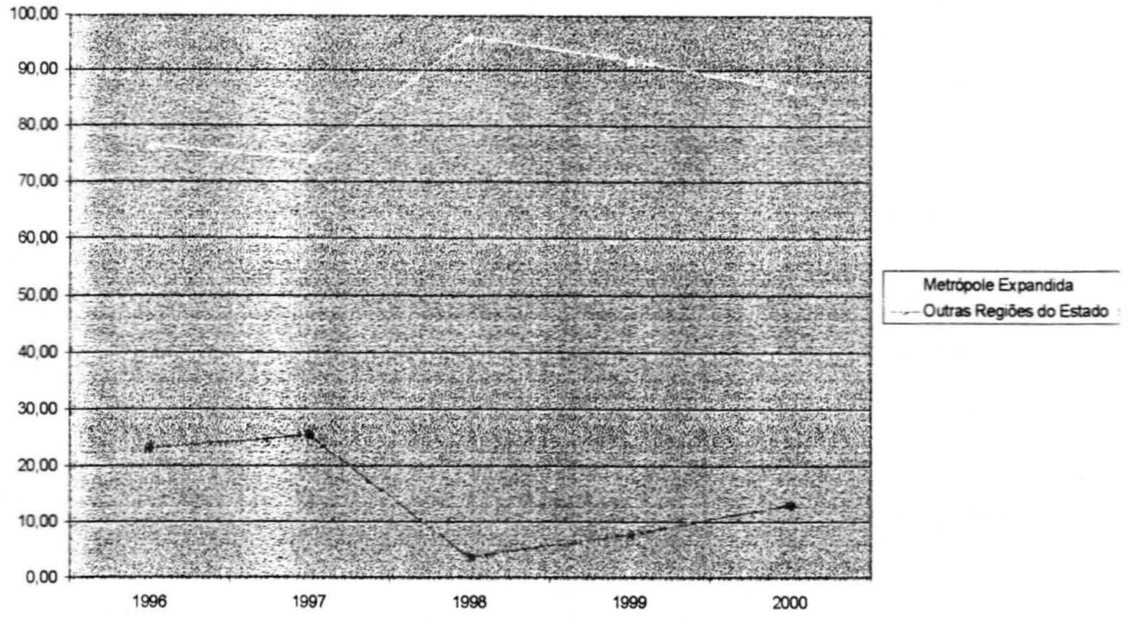
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A26 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Produtos de Madeira (CNAE 20) - 1996 a 2000. Em porcentagem



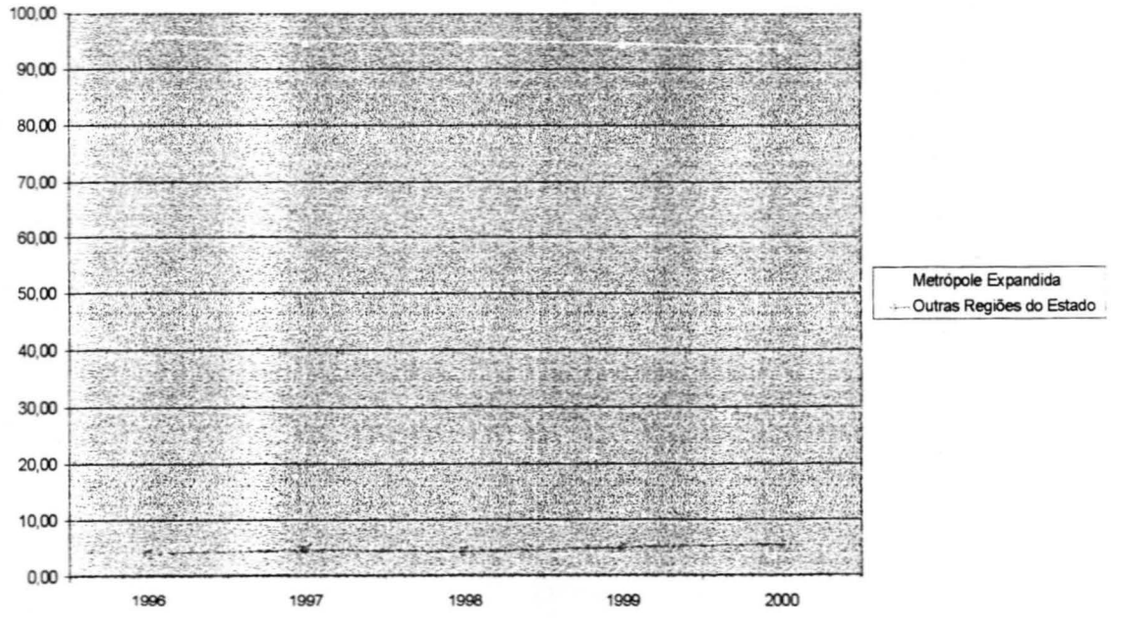
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A27 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel (CNAE 21) - 1996 a 2000. Em porcentagem



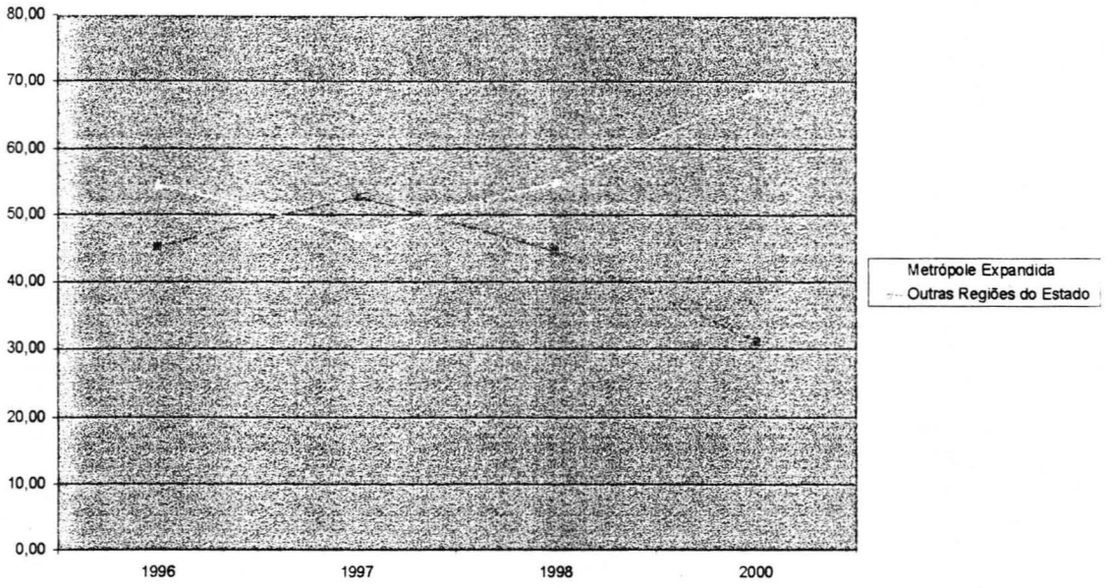
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A28 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Edição, Impressão e Reprodução de Gravações (CNAE 22) - 1996 a 2000. Em porcentagem



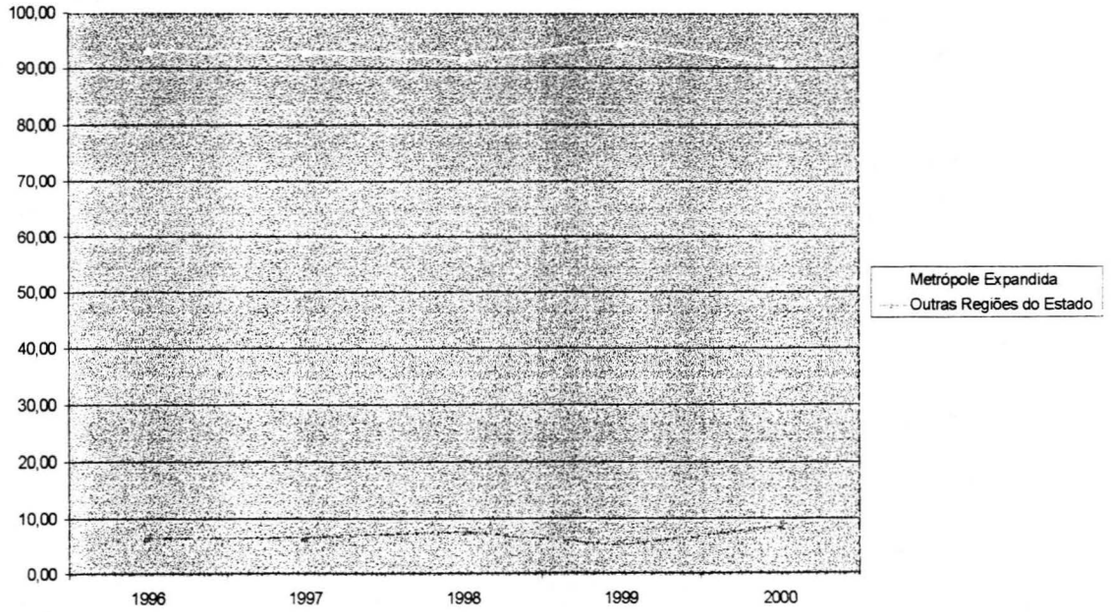
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A29 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool (CNAE 23) - 1996 a 2000. Em porcentagem



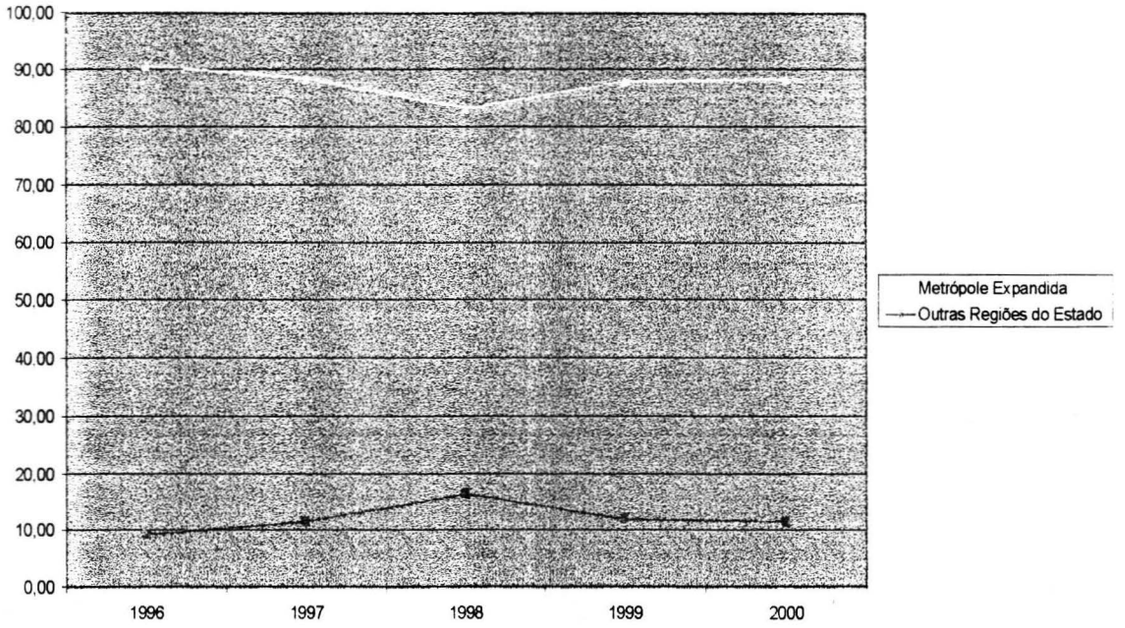
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A30 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Produtos Químicos (CNAE 24) - 1996 a 2000. Em porcentagem



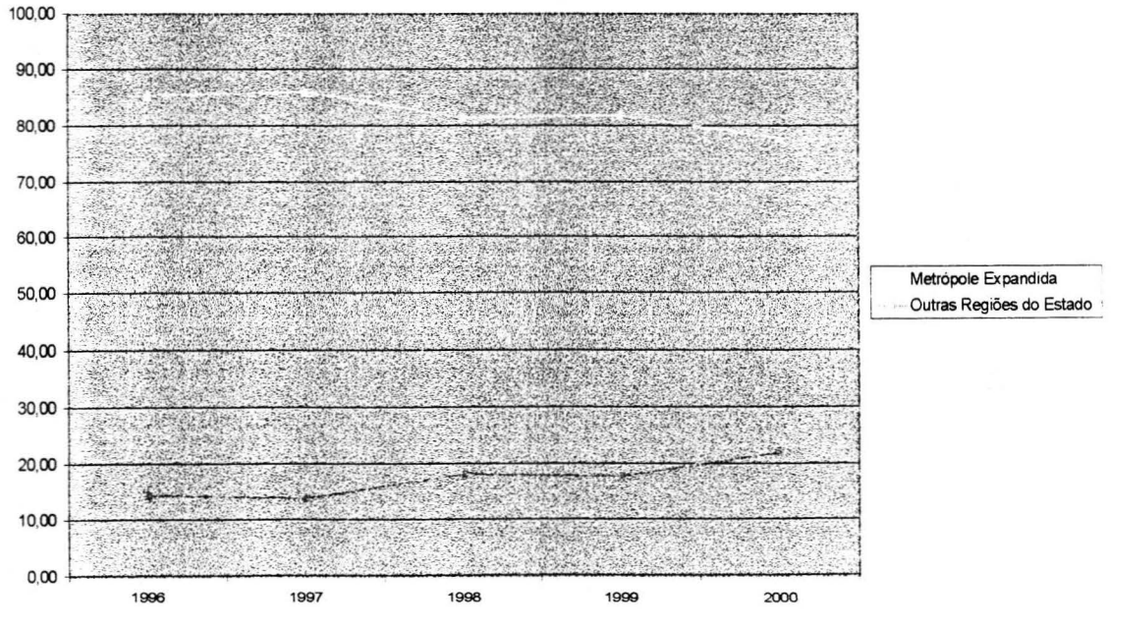
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A31 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico (CNAE 25) - 1996 a 2000. Em porcentagem



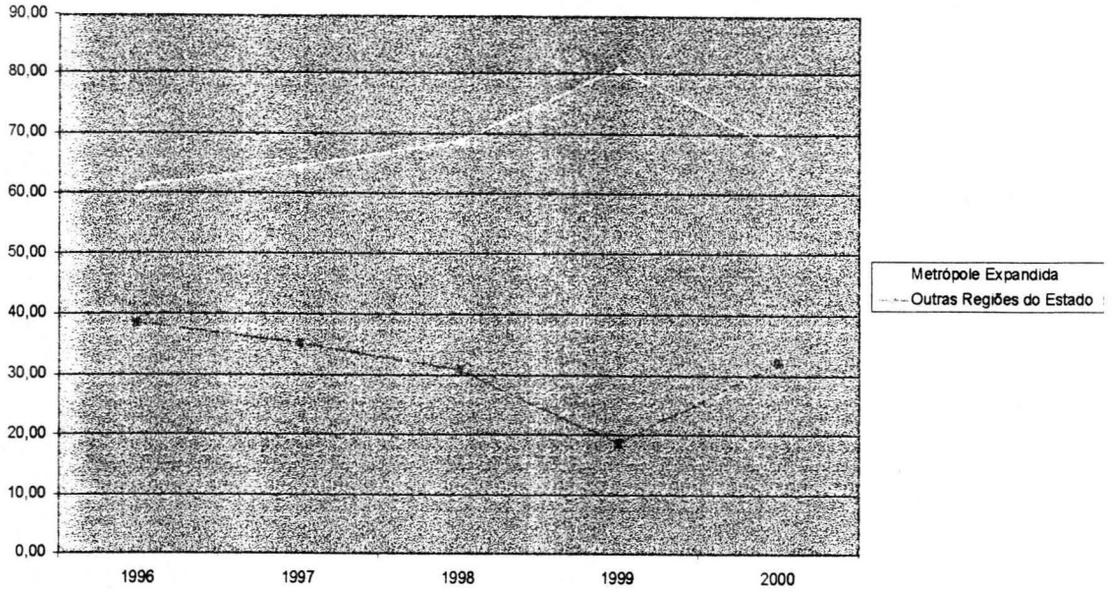
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A32 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Produtos de Minerais não-Metálicos (CNAE 26) - 1996 a 2000. Em porcentagem



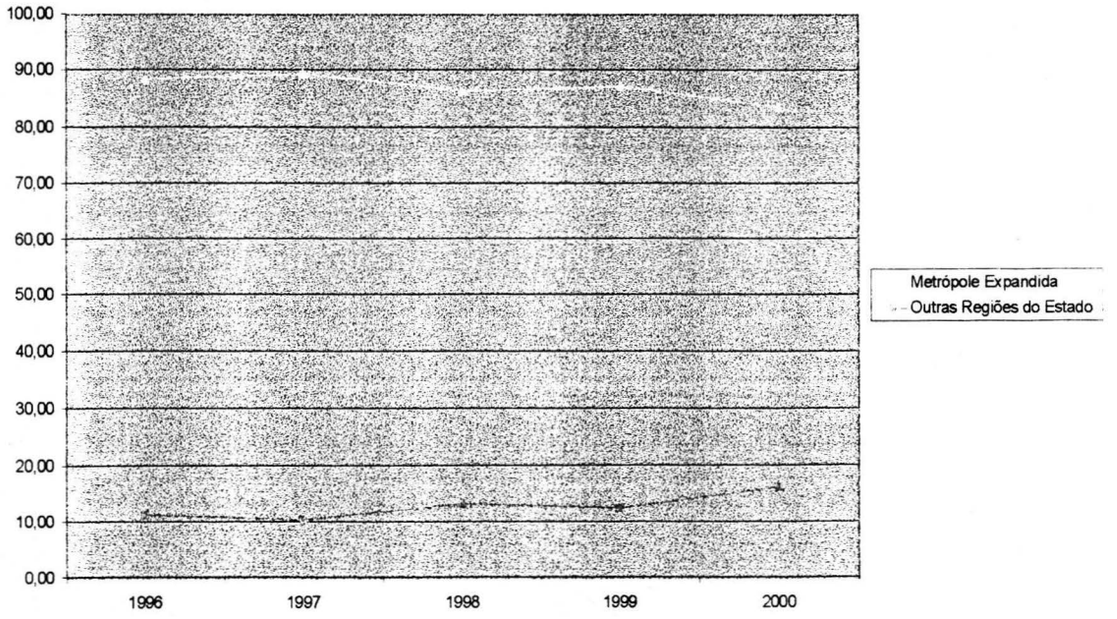
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A33 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Metalurgia Básica (CNAE 27) - 1996 a 2000. Em porcentagem



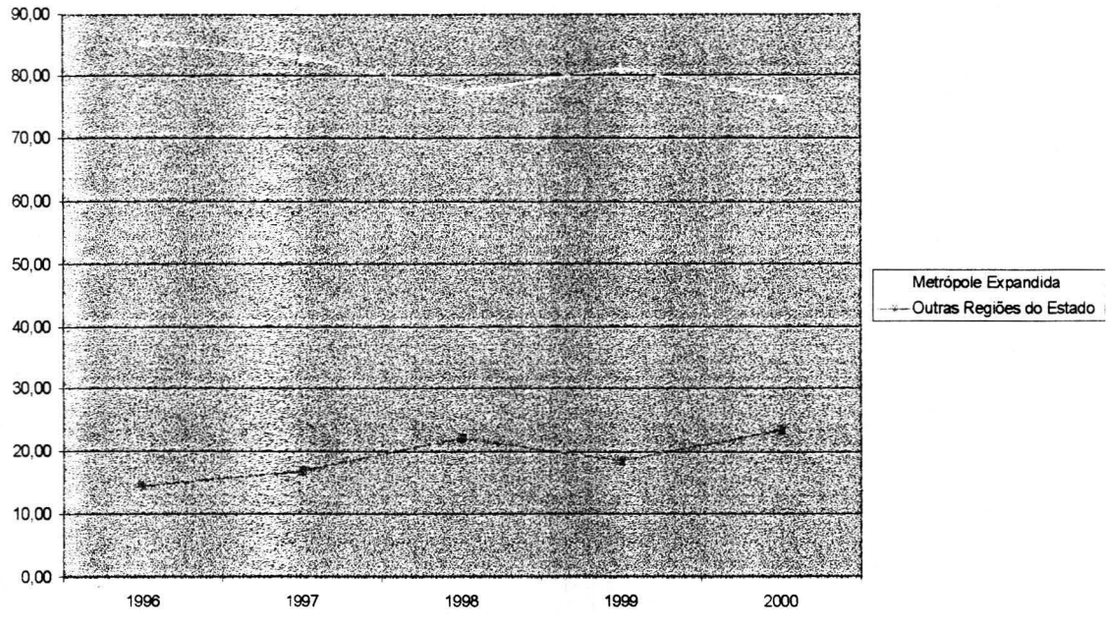
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A34 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos (CNAE 28) - 1996 a 2000. Em porcentagem



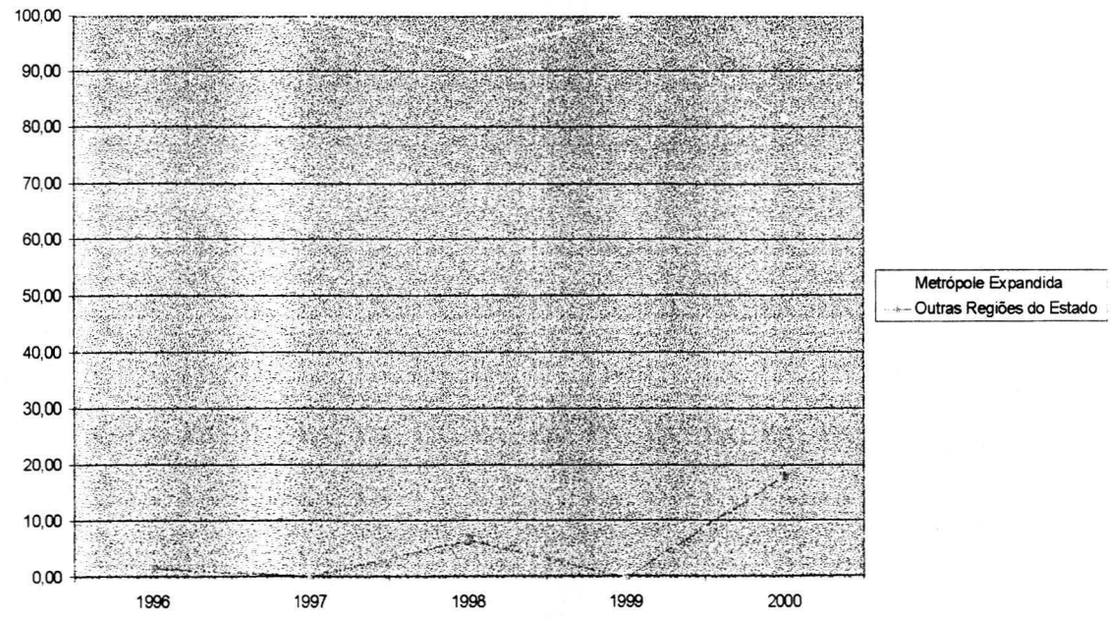
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A35 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Máquinas e Equipamentos (CNAE 29) - 1996 a 2000. Em porcentagem



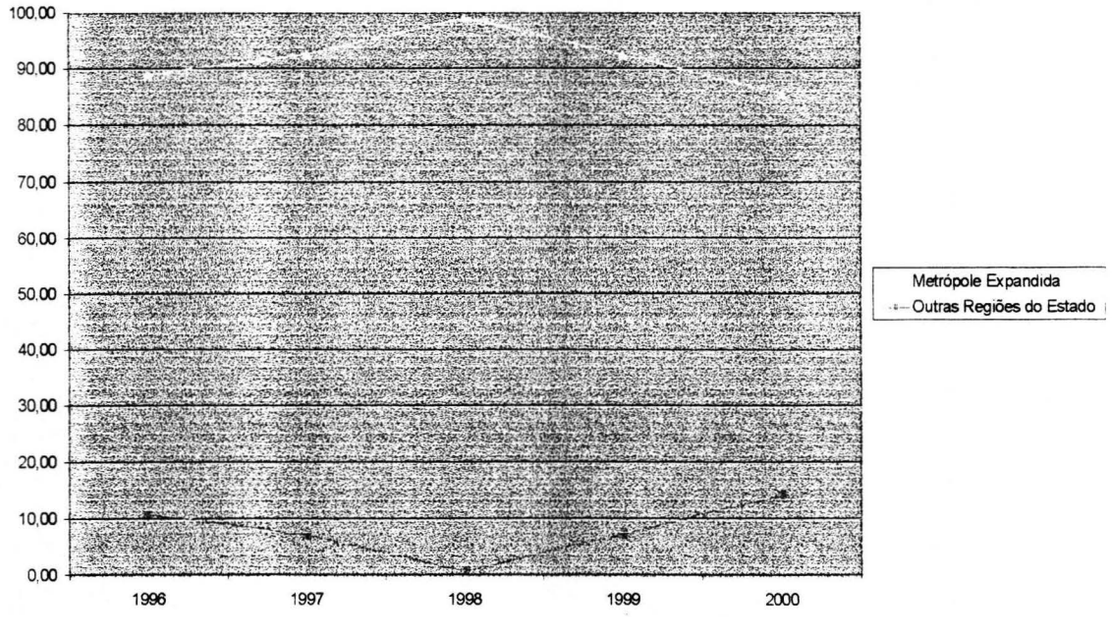
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A36 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática (CNAE 30) - 1996 a 2000. Em porcentagem



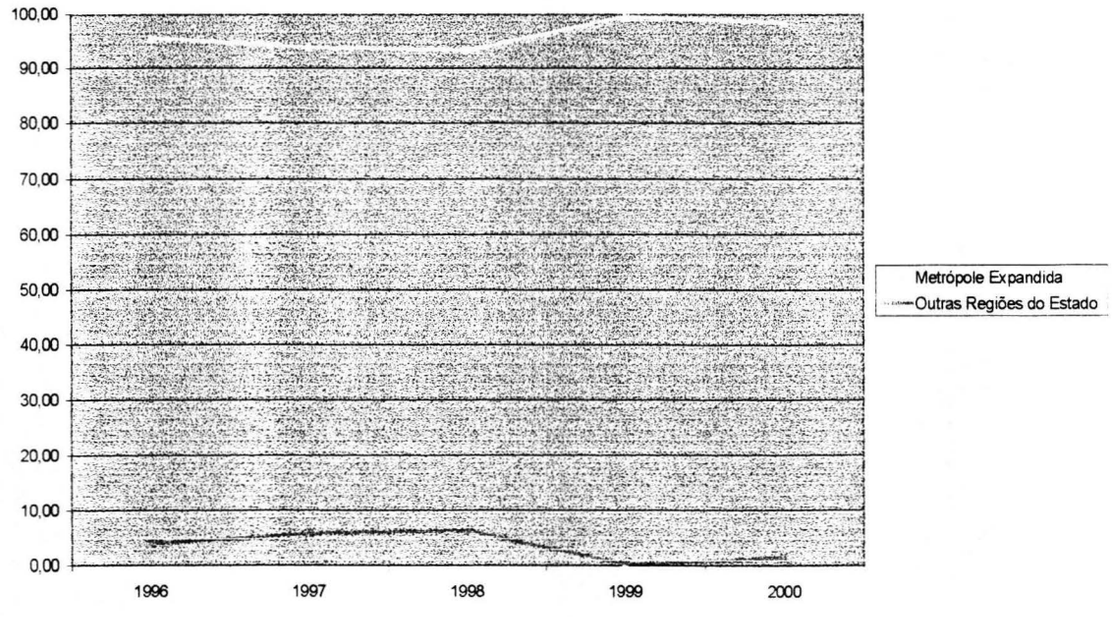
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A37 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Máquinas Aparelhos e Materiais Elétricos (CNAE 31) - 1996 a 2000. Em porcentagem



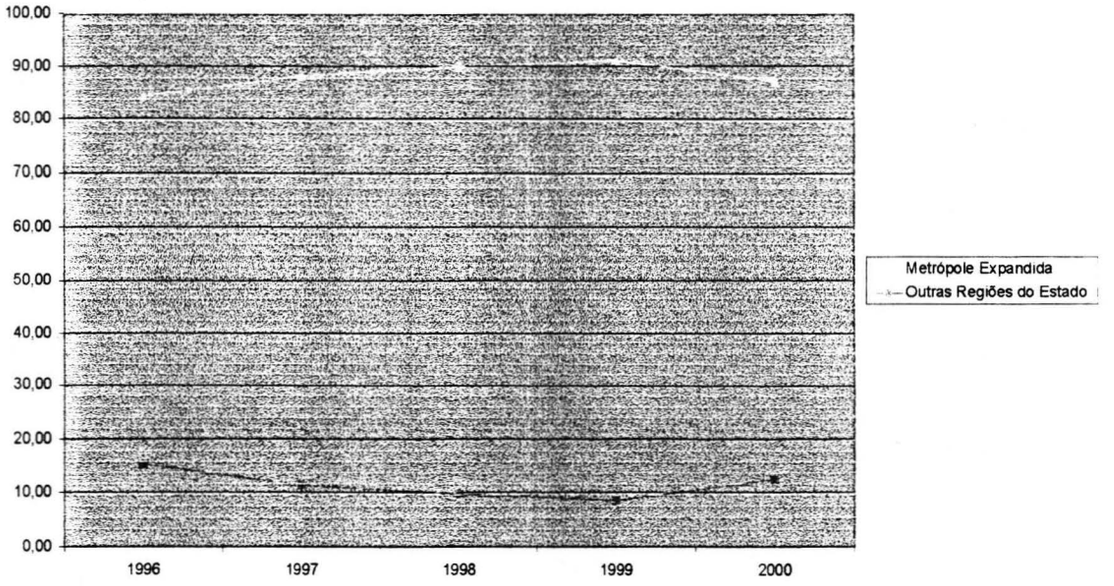
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A38 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Material Eletrônico e Aparelhos e Equipamentos de Comunicações (CNAE 32) - 1996 a 2000. Em porcentagem



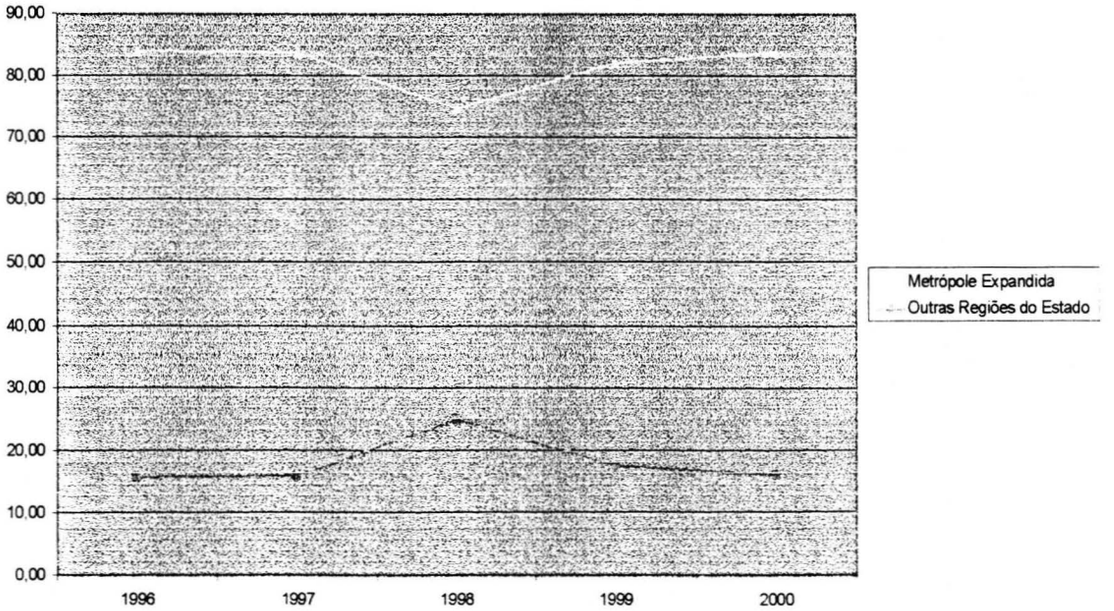
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A39 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Fab.de Equip.de Instr.Méd-Hosp., Instr.de Prec.e Ópticos, Equip.para Autom.Indl., Cron.e Relógios (CNAE 33)-1996 a 2000. Em %



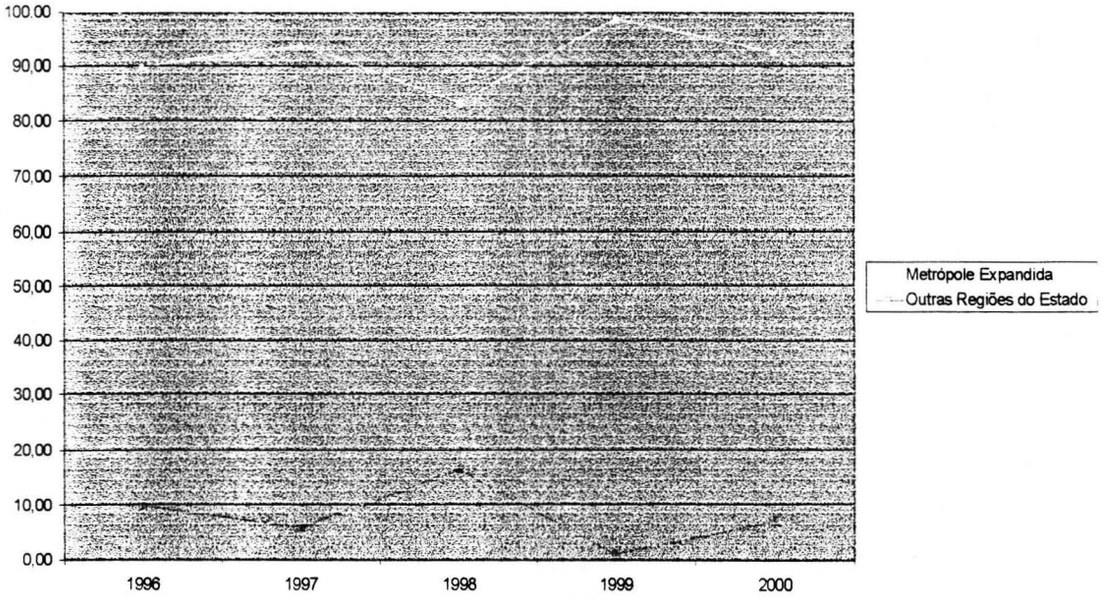
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A40 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (CNAE 34) - 1996 a 2000. Em porcentagem



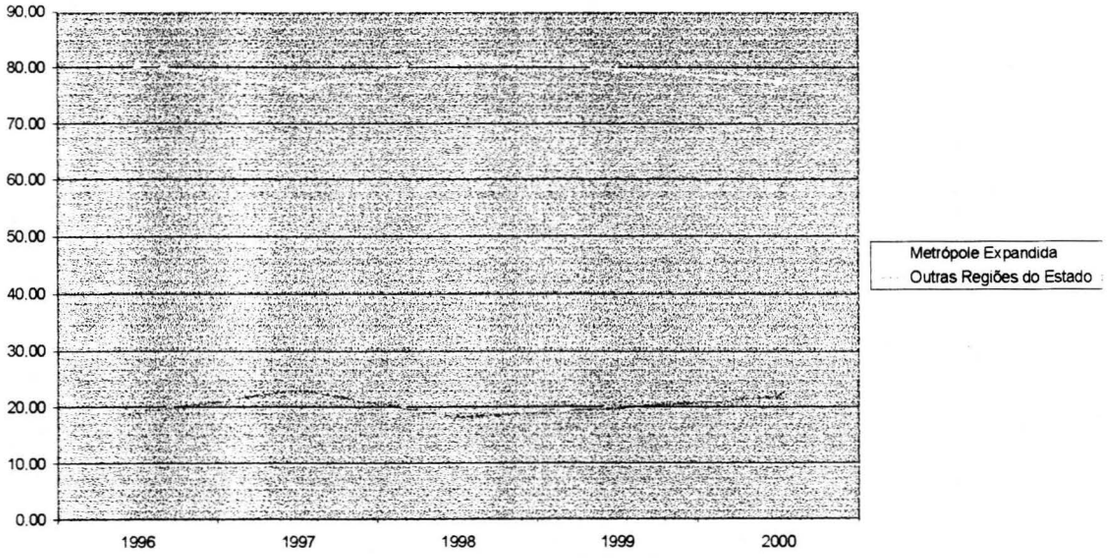
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A41 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte (CNAE 35) - 1996 a 2000. Em porcentagem



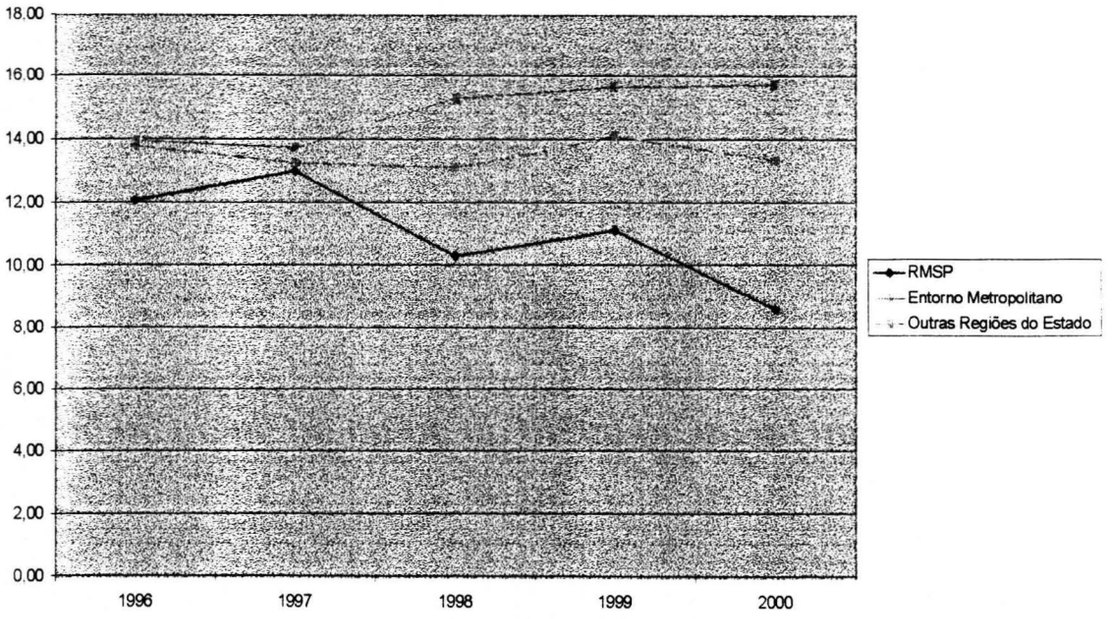
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A42 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado de São Paulo: Participação Relativa na Composição do VTI Estadual. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas (CNAE 36) - 1996 a 2000. Em porcentagem



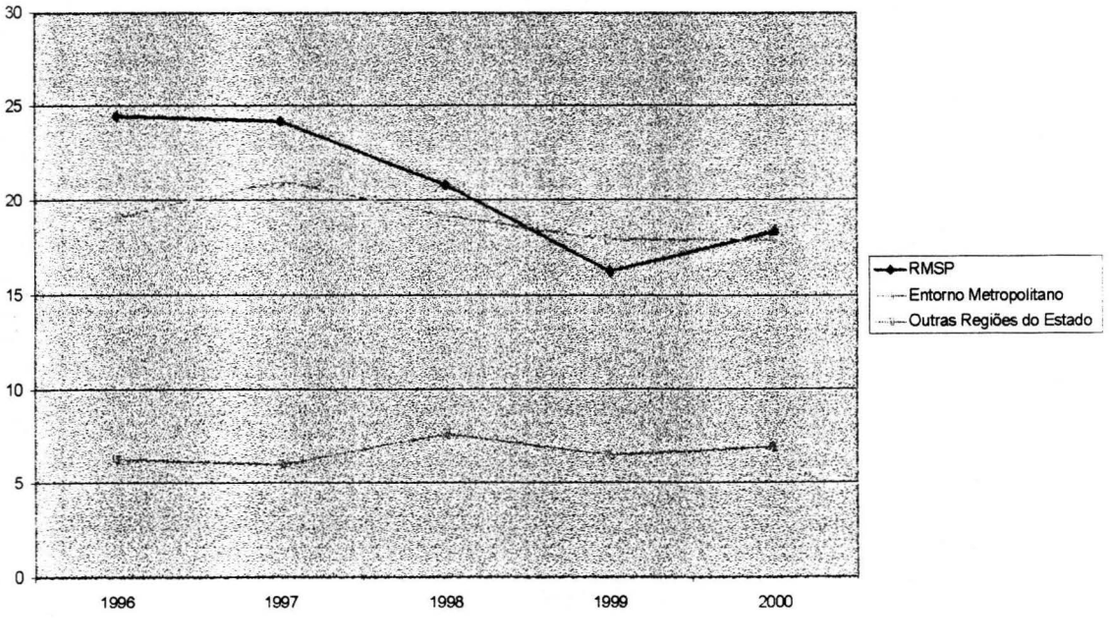
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A43 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado de São Paulo na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas (CNAE 15) - 1996 a 2000. Em porcentagem



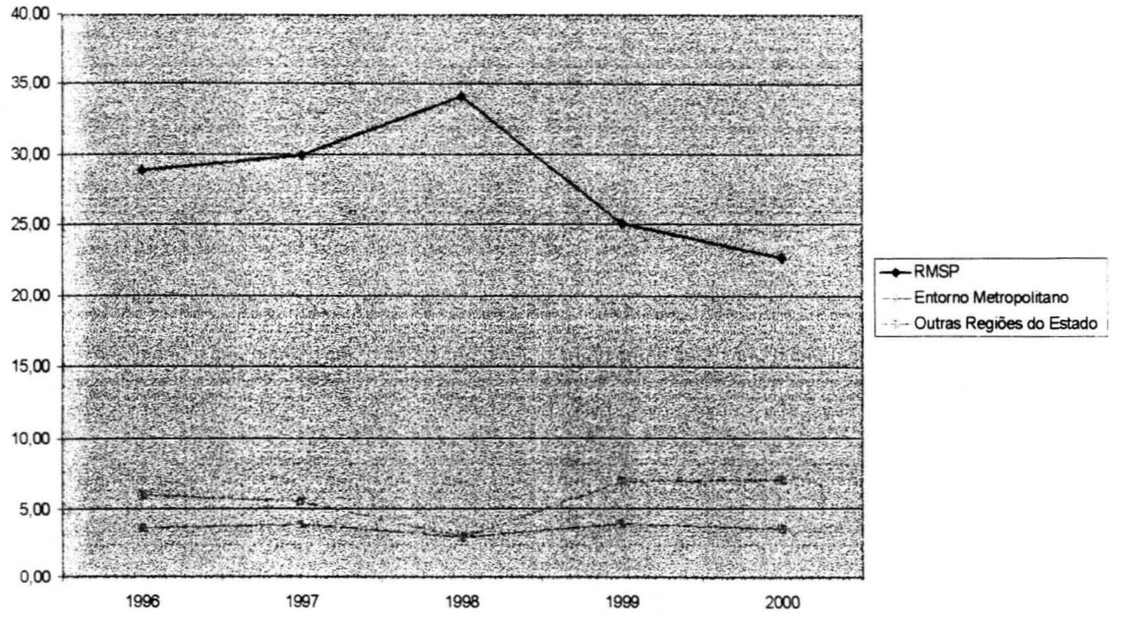
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A44 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado de São Paulo na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Produtos Têxteis (CNAE 17) - 1996 a 2000. Em porcentagem



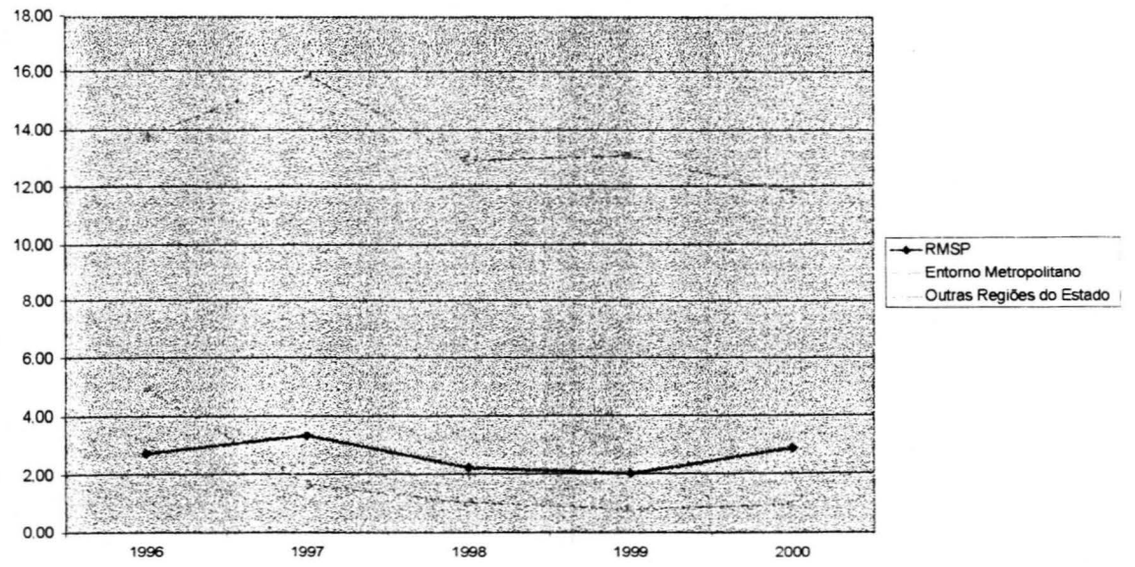
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A45 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios (CNAE 18) - 1996 a 2000. Em porcentagem



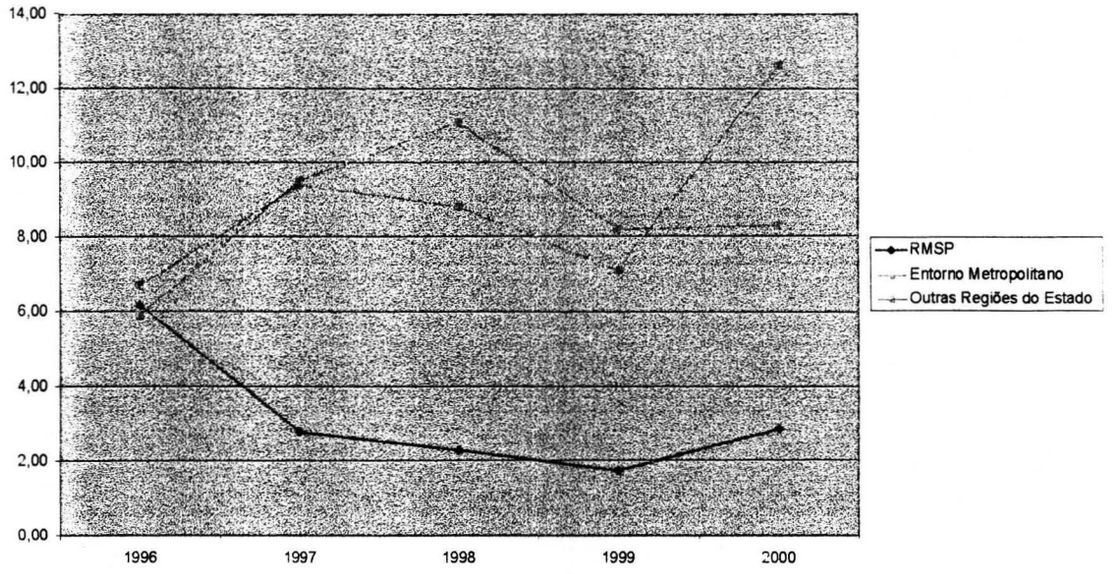
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor.

Gráfico A46 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Preparação de Couros e Fabricação de Artigos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados (CNAE 19) - 1996 a 2000. Em porcentagem



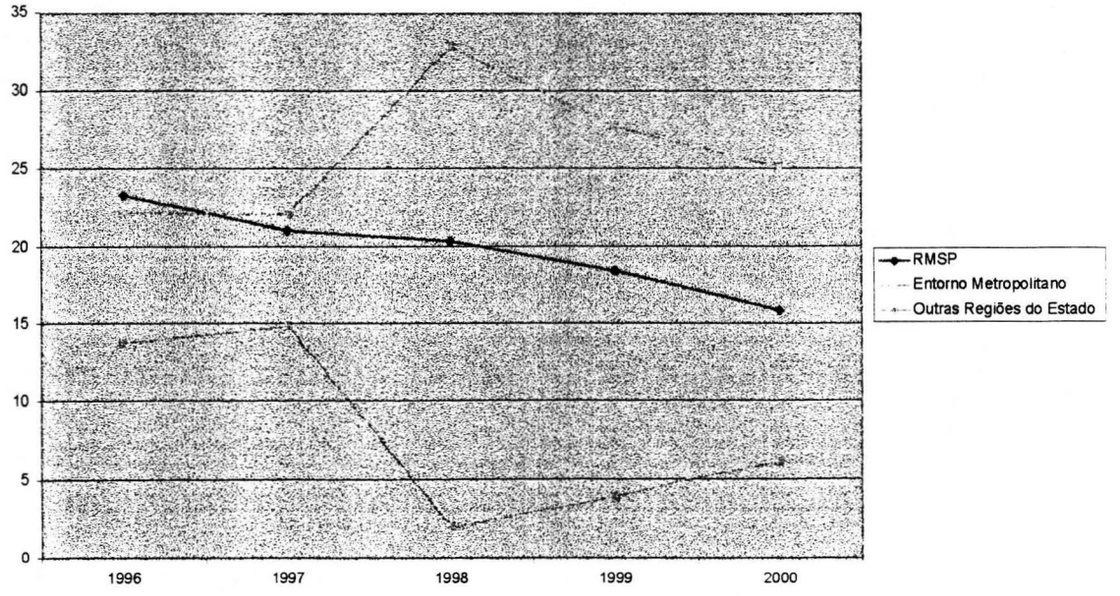
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A47 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Produtos de Madeira (CNAE 20) - 1996 a 2000. Em porcentagem



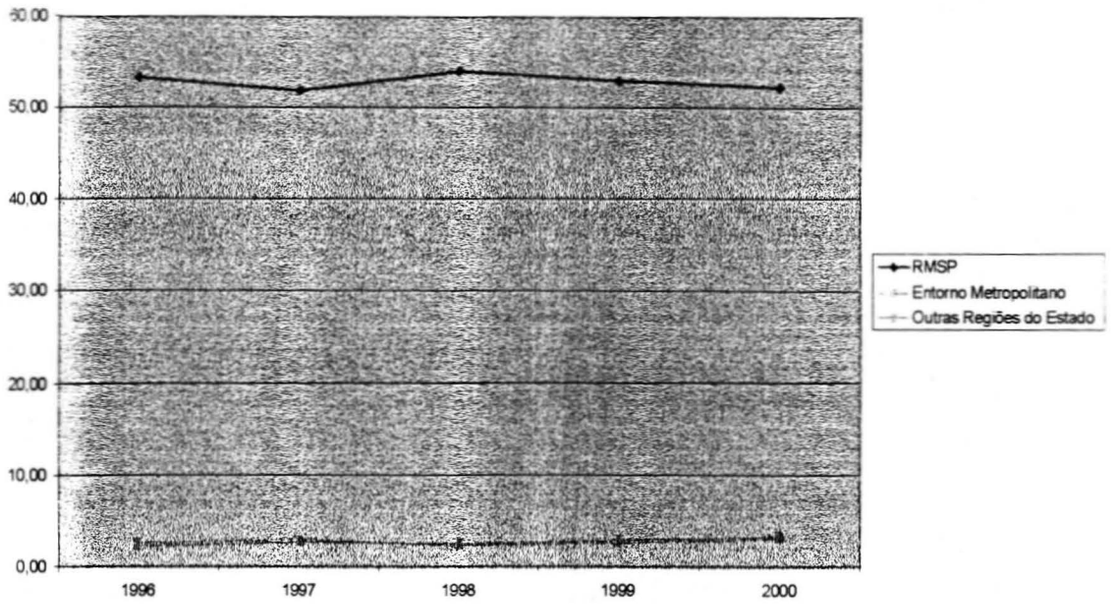
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A48 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Celulose Papel e Produtos de Papel (CNAE 21) - 1996 a 2000. Em porcentagem



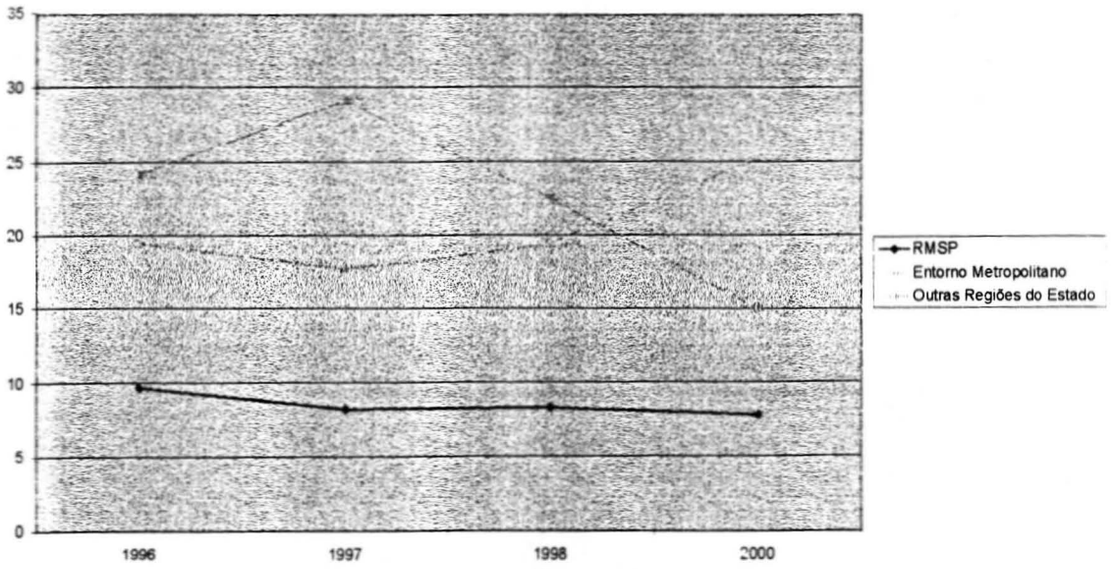
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A49 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Edição, Impressão e Reprodução de Gravações (CNAE 22) - 1996 a 2000. Em porcentagem



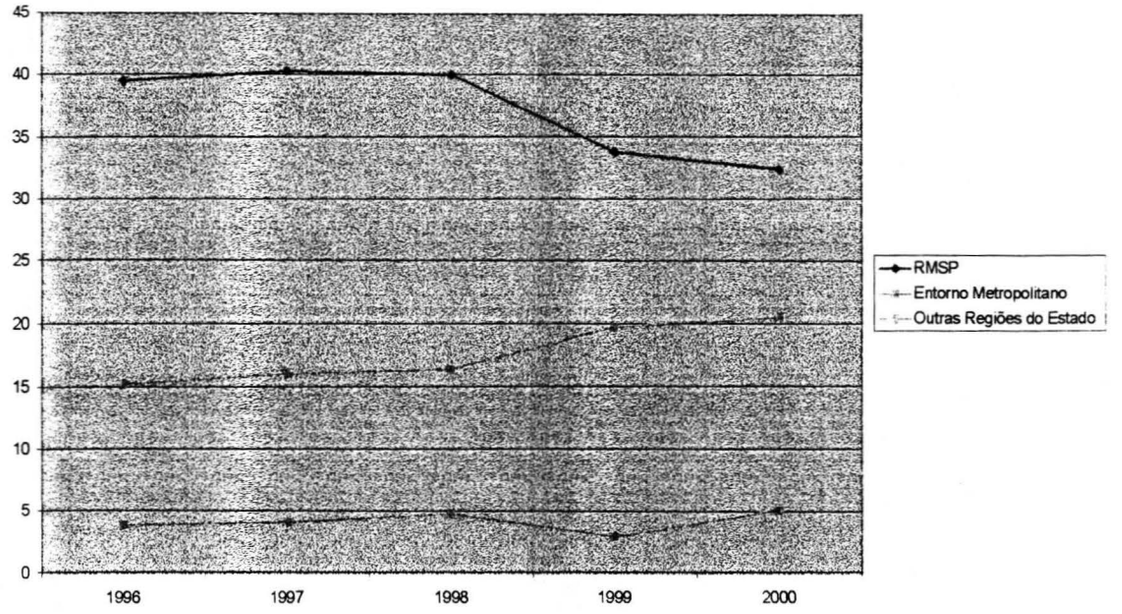
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A50 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool (CNAE 23) - 1996 a 2000. Em porcentagem



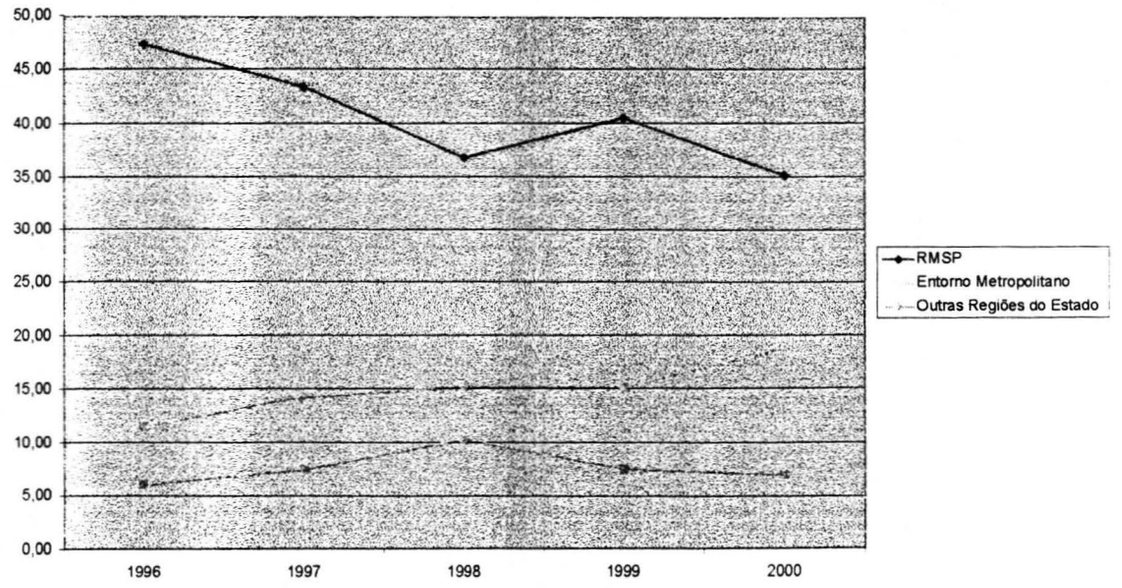
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A51 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Produtos Químicos (CNAE 24) - 1996 a 2000. Em porcentagem



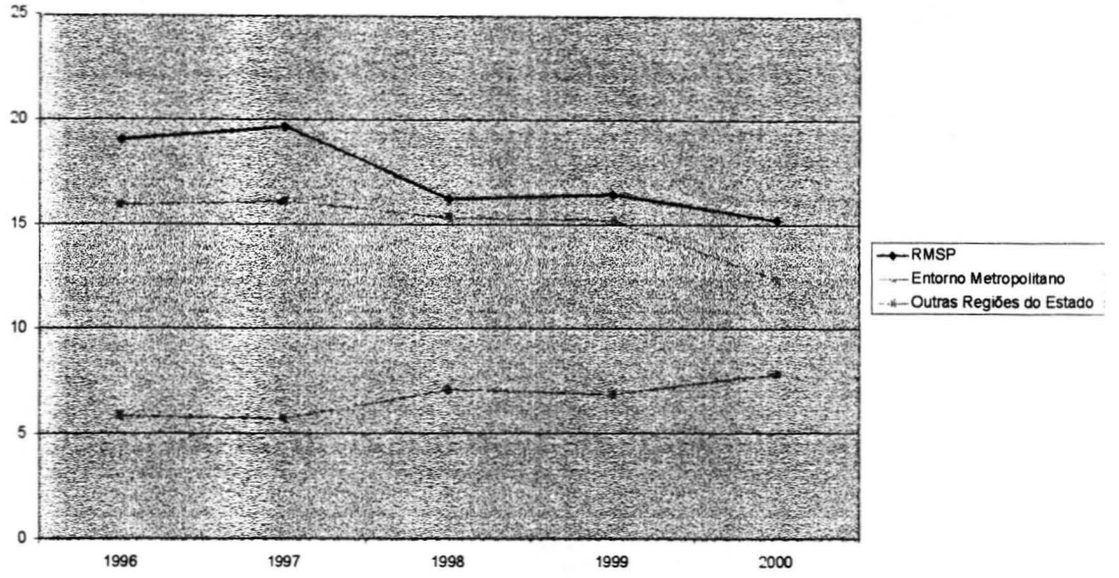
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1996*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000*. Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A52 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico (CNAE 25) - 1996 a 2000. Em porcentagem



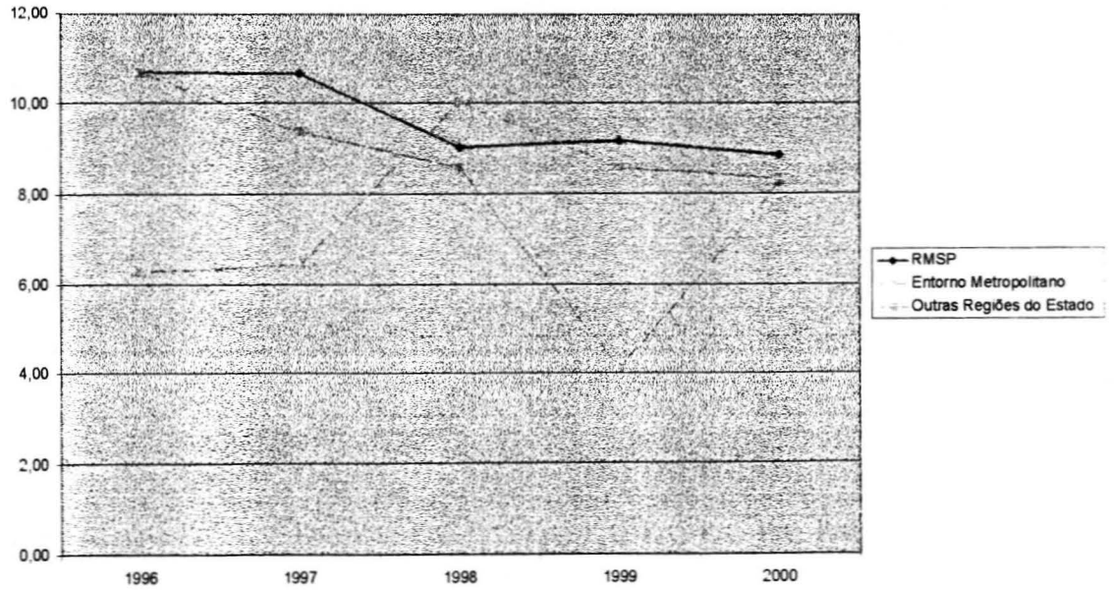
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1996*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000*. Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A53 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos (CNAE 26) -1996 a 2000. Em porcentagem



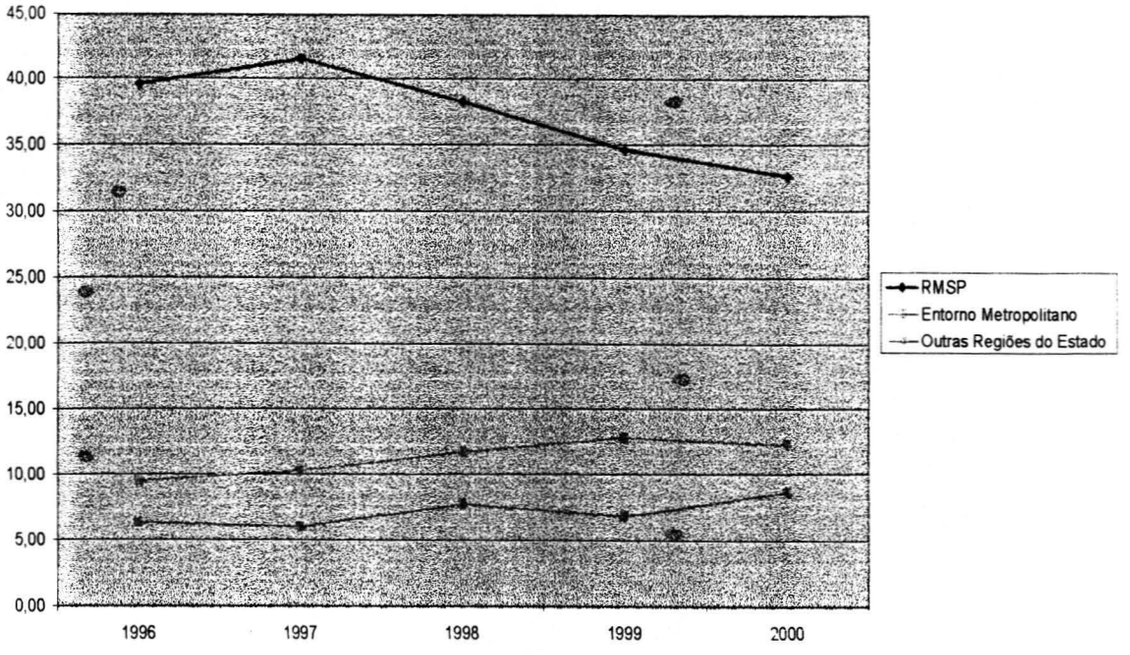
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A54 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Metalurgia Básica (CNAE 27) - 1996 a 2000. Em porcentagem



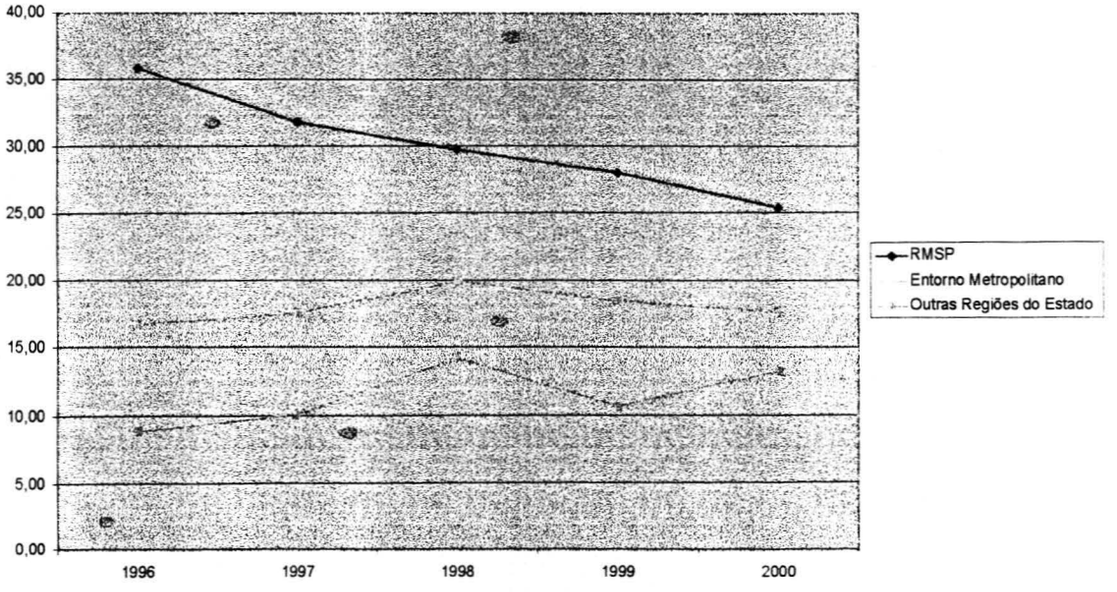
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A55 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Produtos de Metal-Exclusive Máquinas e Equipamentos (CNAE 28) - 1996 a 2000. Em porcentagem



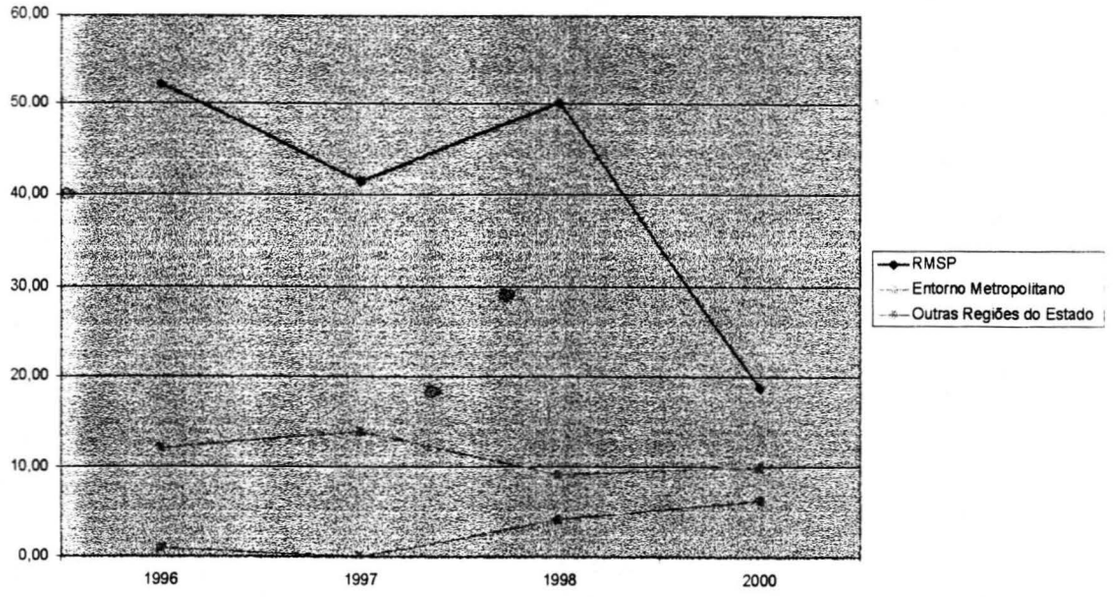
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A56 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Máquinas e Equipamentos (CNAE 29) - 1996 a 2000. Em porcentagem



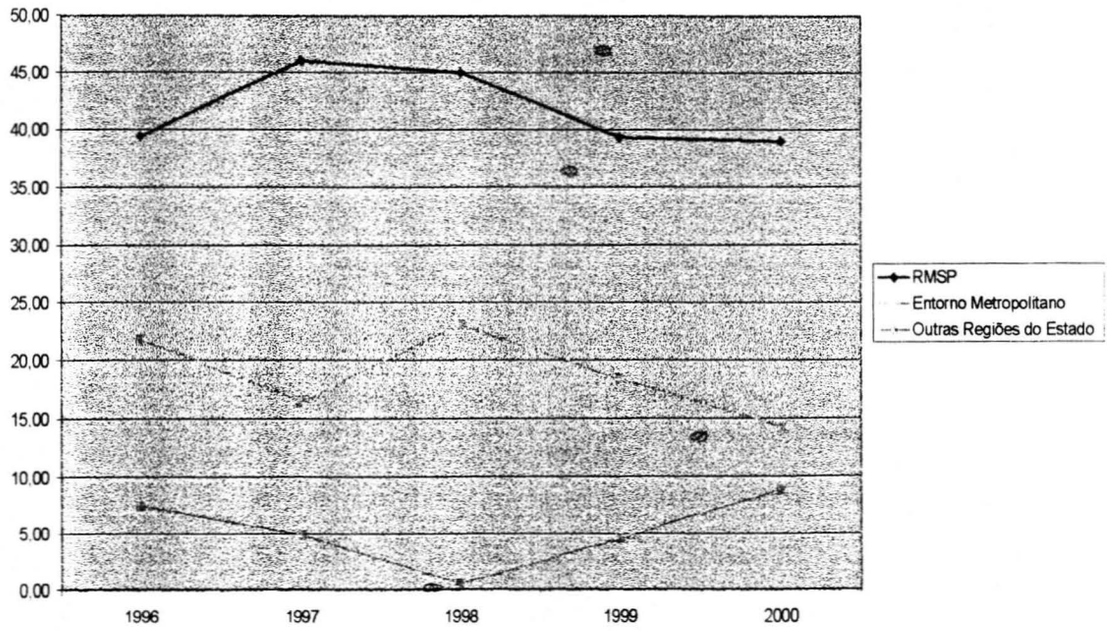
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A57 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática (CNAE 30) - 1996 a 2000. Em porcentagem



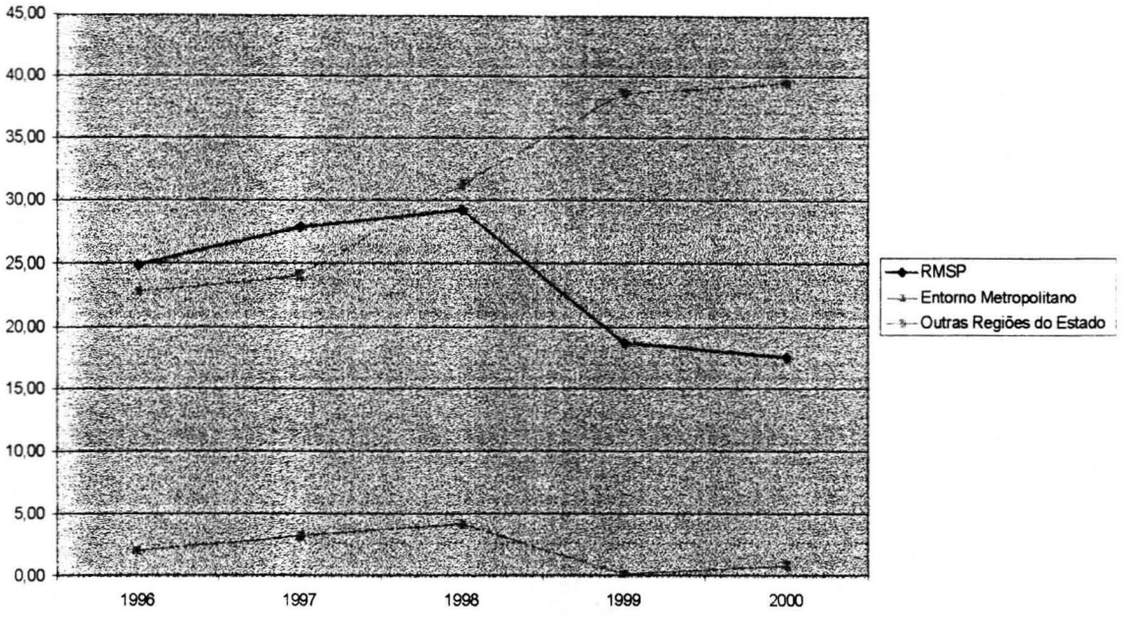
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A58 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos (CNAE 31) - 1996 a 2000. Em porcentagem



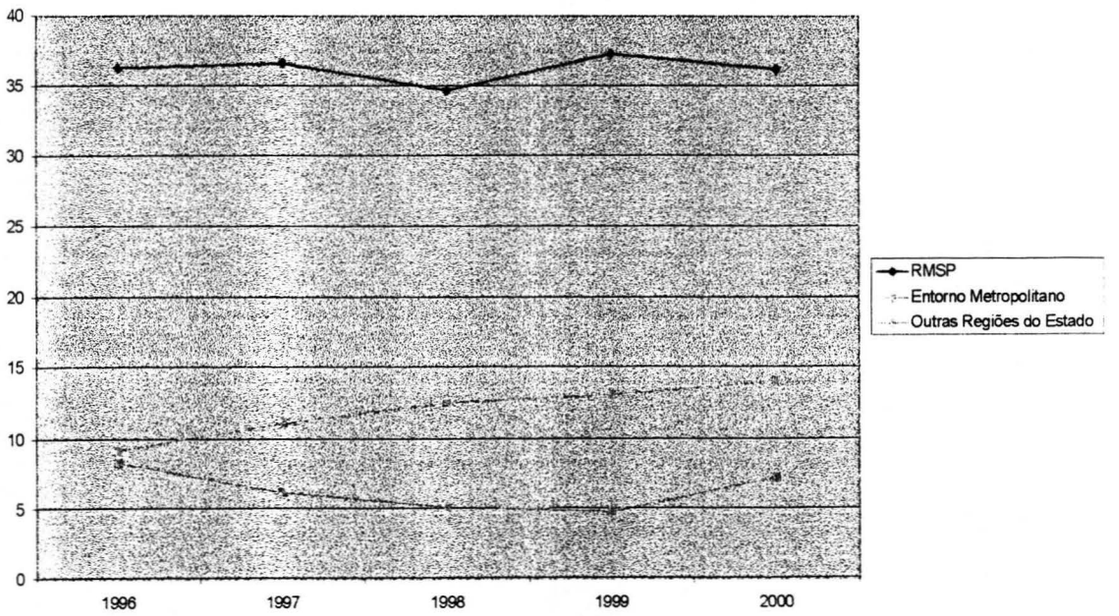
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A59 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações (CNAE 32) - 1996 a 2000. Em porcentagem



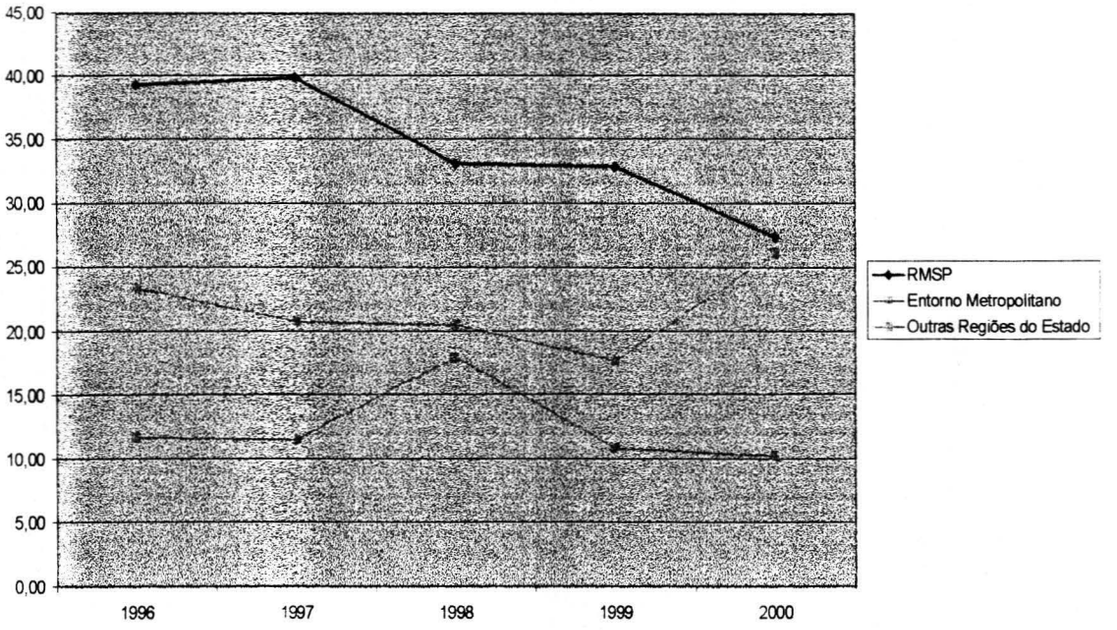
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A60-Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fab.de Equip.de Instr.Med-Hosp.,Instr.de Prec. e Ópticos,Equip.para Aut.Indl., Cron.e Relógios (CNAE 33)-1996 a 2000.Em %



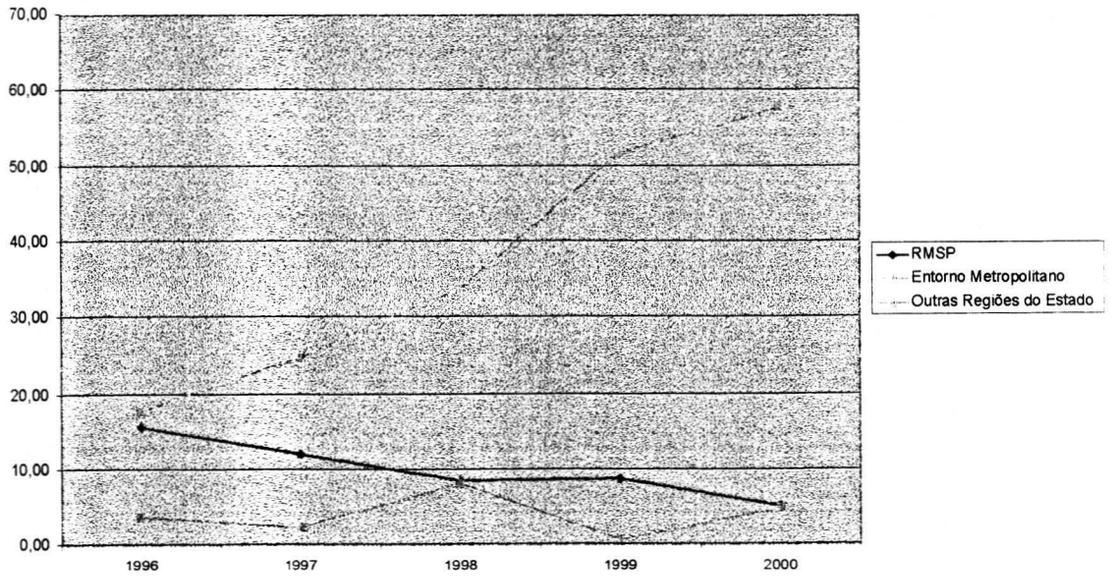
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A61 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (CNAE 34) - 1996 a 2000. Em porcentagem



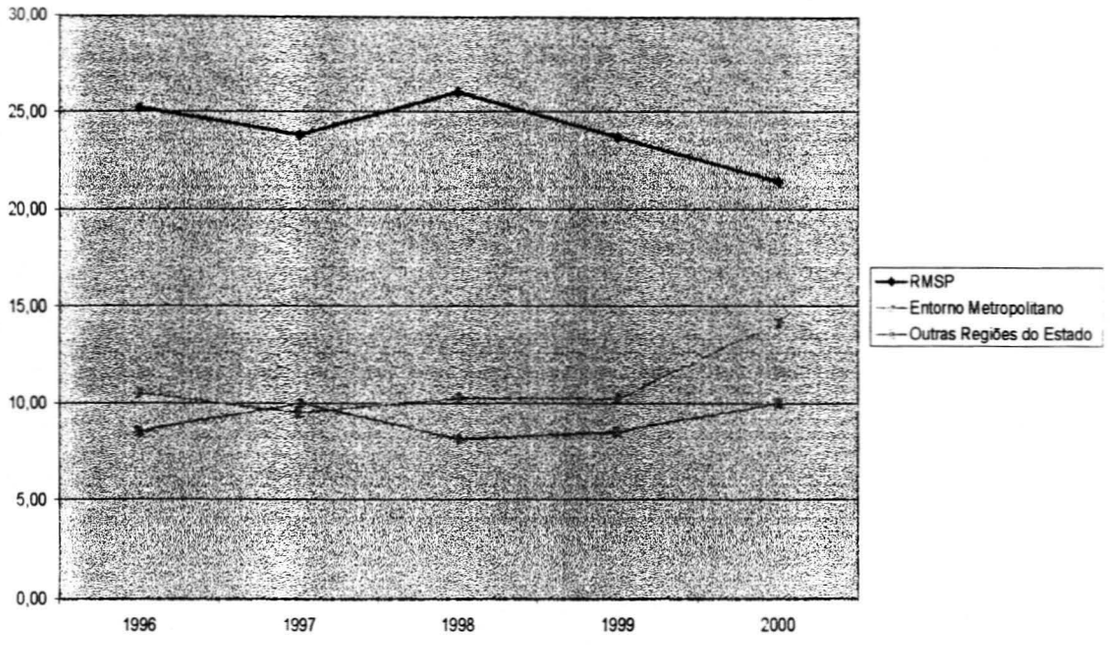
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A62 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte (CNAE 35) - 1996 a 2000. Em porcentagem



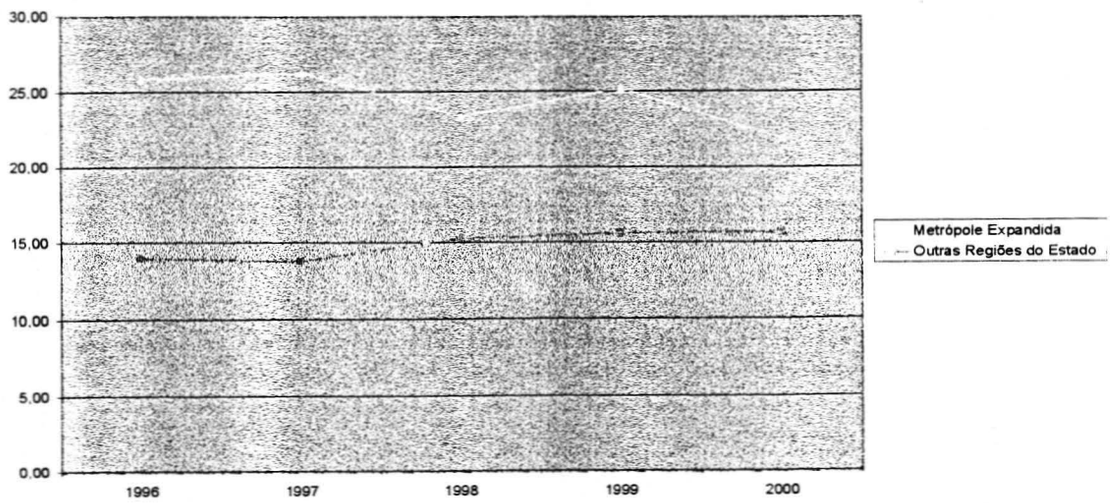
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A63 - Participações da RMSP, Entorno Metropolitano e Outras Regiões do Estado na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas (CNAE 36) - 1996 a 2000. Em porcentagem



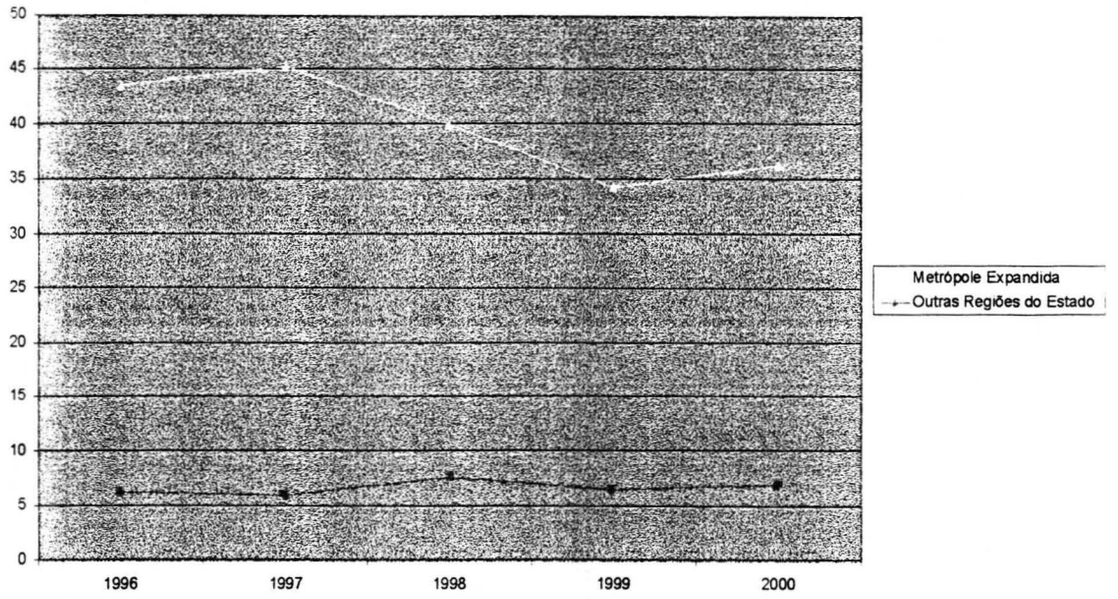
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A64 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas (CNAE 15) - 1996 a 2000. Em porcentagem



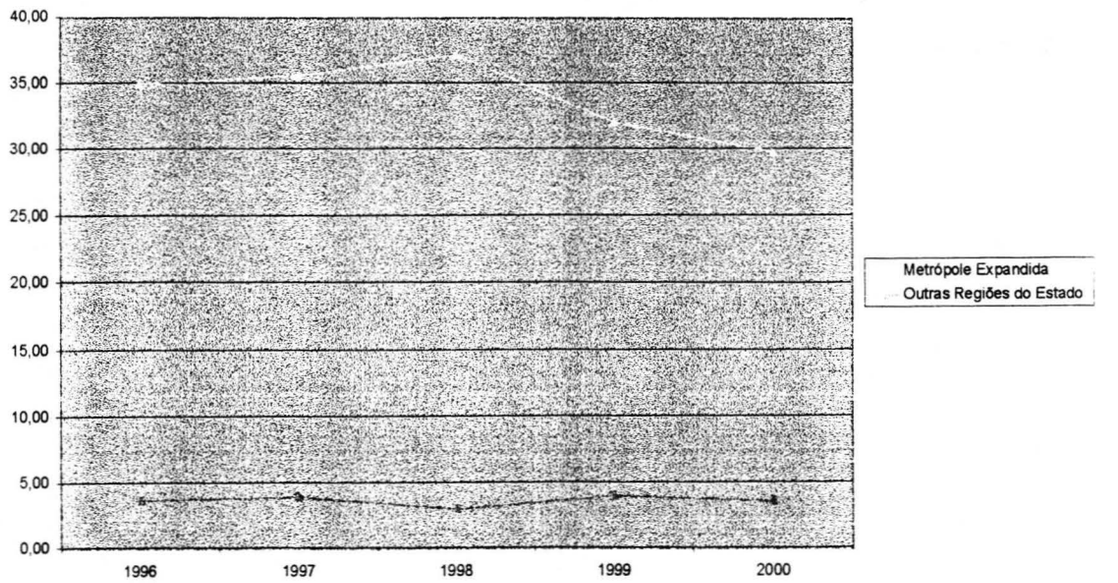
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A65 - "Metrópole Expandida x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Produtos Têxteis (CNAE 17) - 1996 a 2000. Em porcentagem



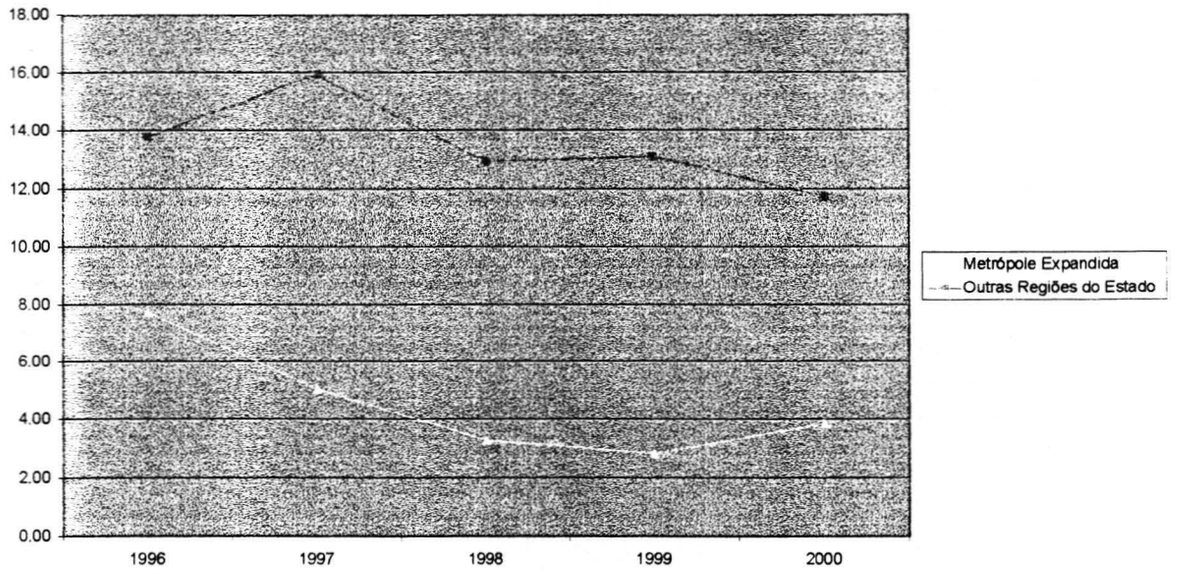
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A66 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios (CNAE 18) - 1996 a 2000. Em porcentagem



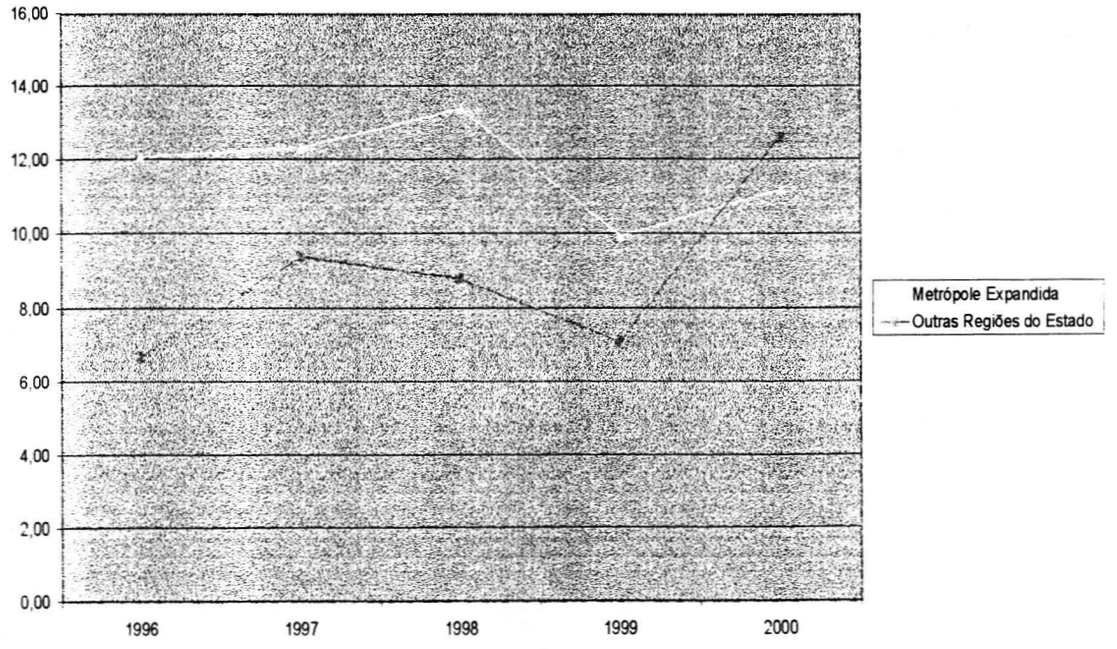
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A67 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Preparação de Couros e Fabricação de Artigos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados (CNAE 19) - 1996 a 2000. Em porcentagem



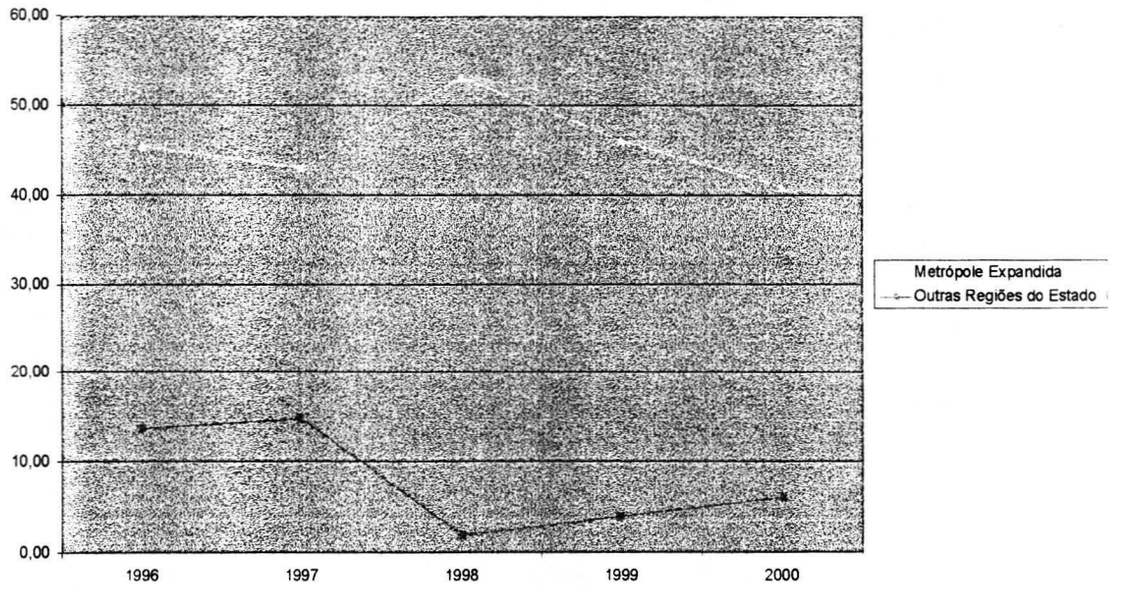
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A68 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Produtos de Madeira (CNAE 20) - 1996 a 2000. Em porcentagem



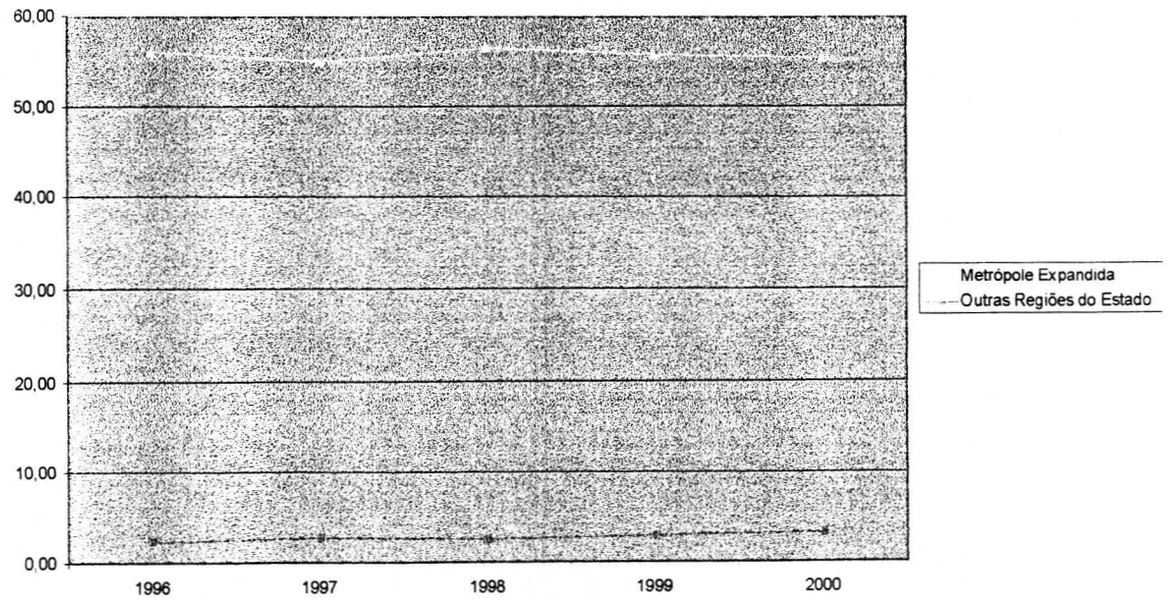
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A69 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel (CNAE 21) - 1996 a 2000. Em porcentagem



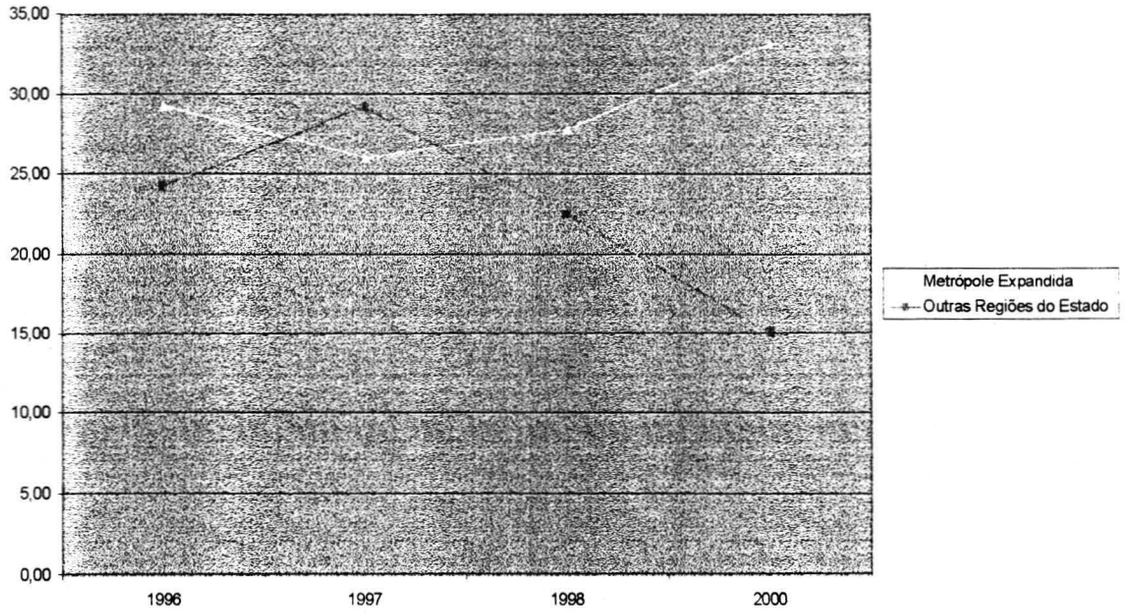
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A70 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Edição, Impressão e Reprodução de Gravações (CNAE 22) - 1996 a 2000. Em porcentagem



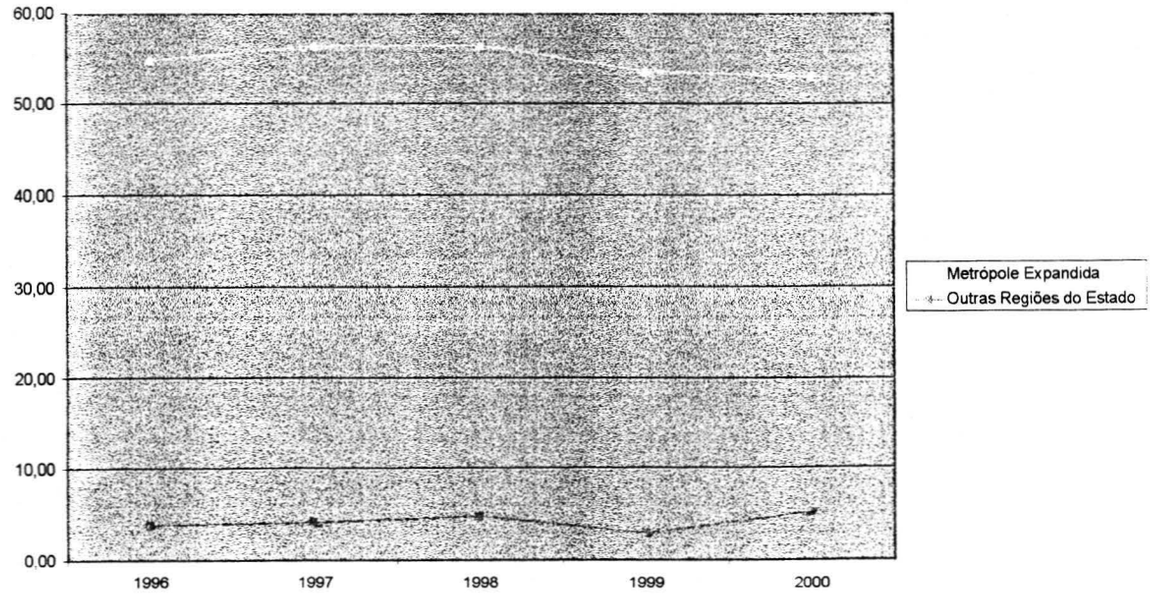
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A71-"Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool (CNAE 23)-1996 a 2000. Em porcentagem



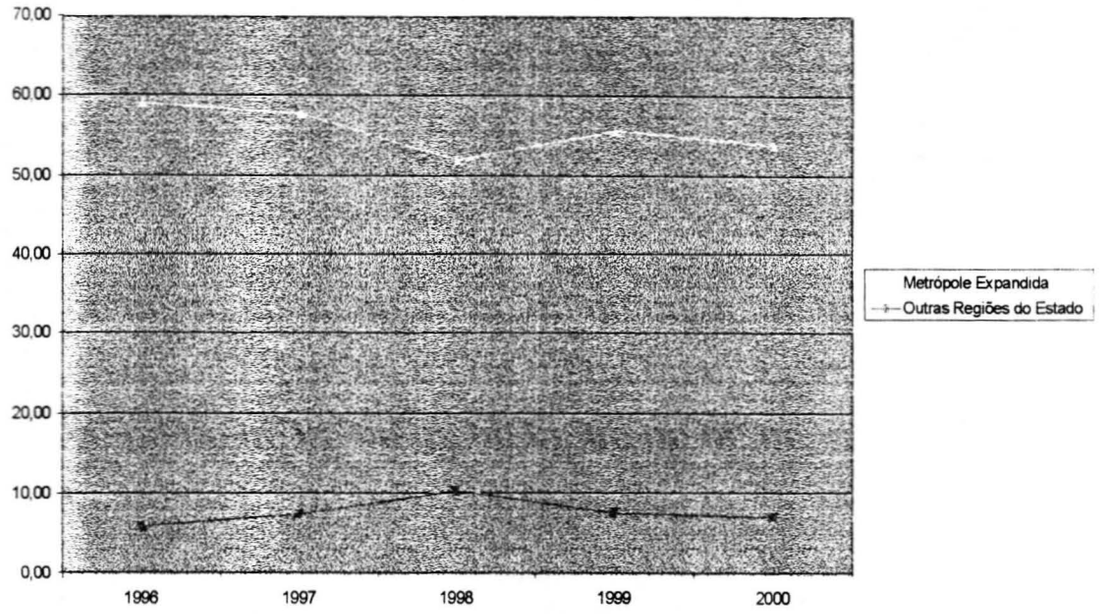
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A72 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Produtos Químicos (CNAE 24) - 1996 a 2000. Em porcentagem



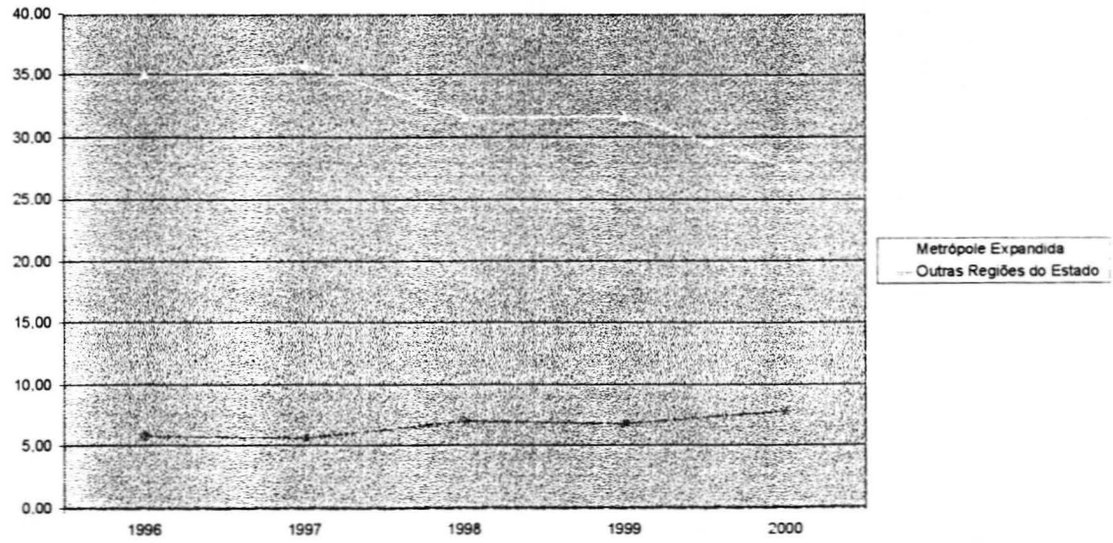
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A73 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico (CNAE 25) - 1996 a 2000. Em porcentagem



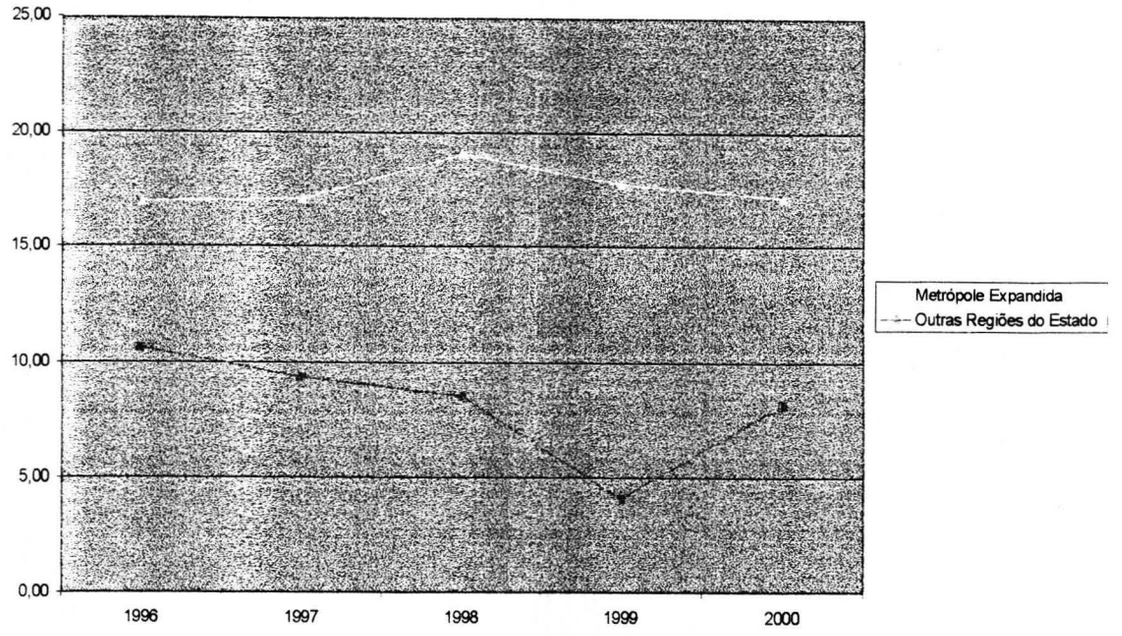
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A74 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos (CNAE 26) -1996 a 2000. Em porcentagem



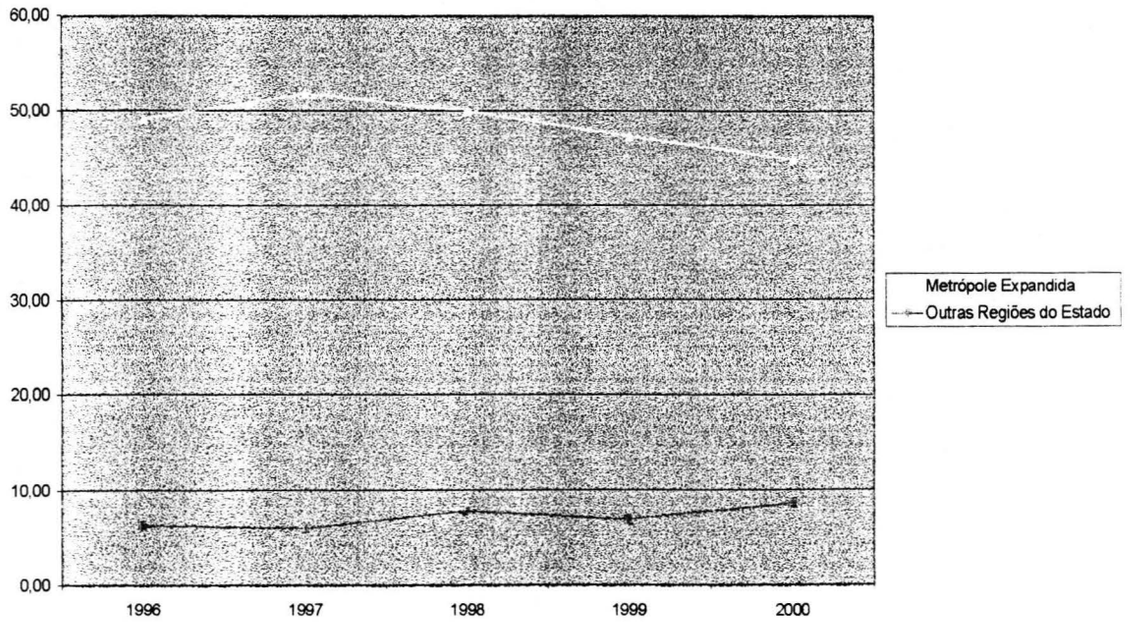
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A75 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Metalurgia Básica (CNAE 27) - 1996 a 2000. Em porcentagem



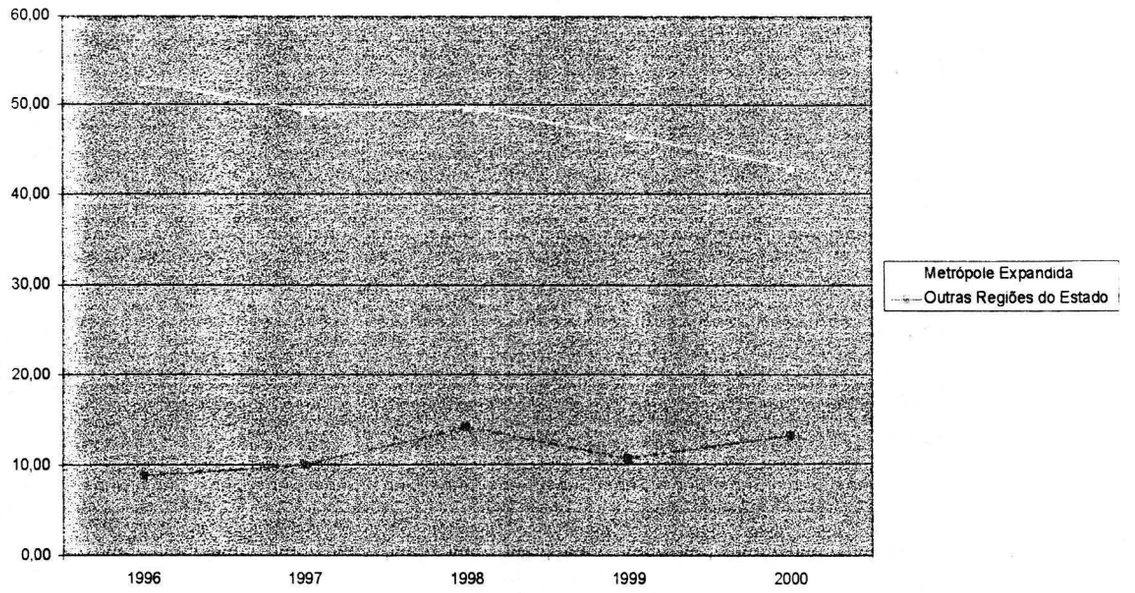
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A76 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos (CNAE 28) - 1996 a 2000. Em porcentagem



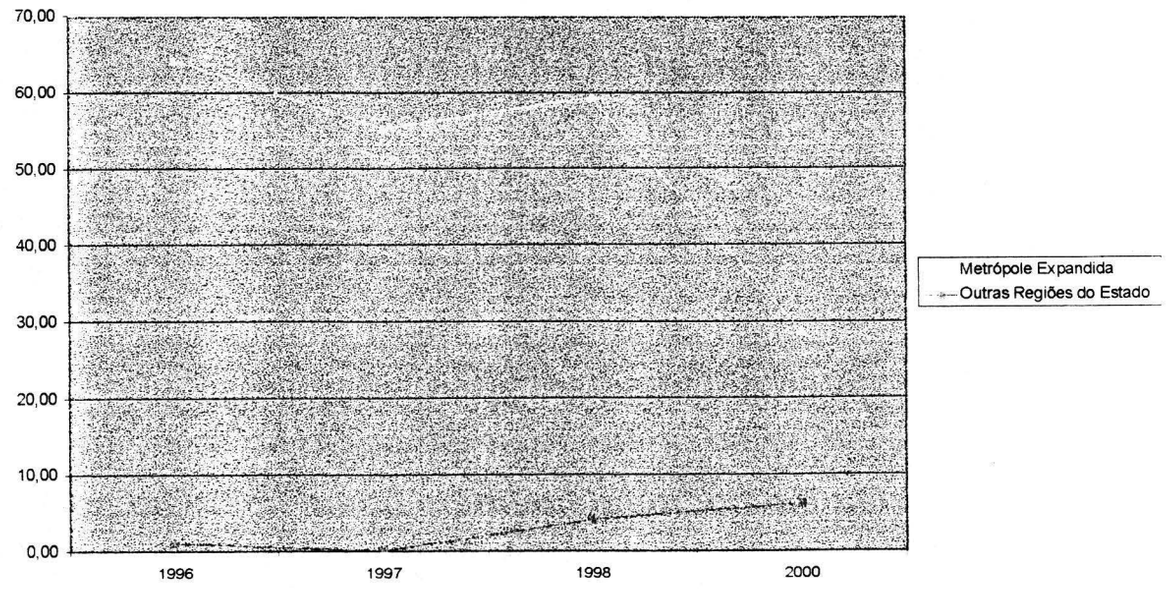
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A77 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Máquinas e Equipamentos (CNAE 29) - 1996 a 2000. Em porcentagem



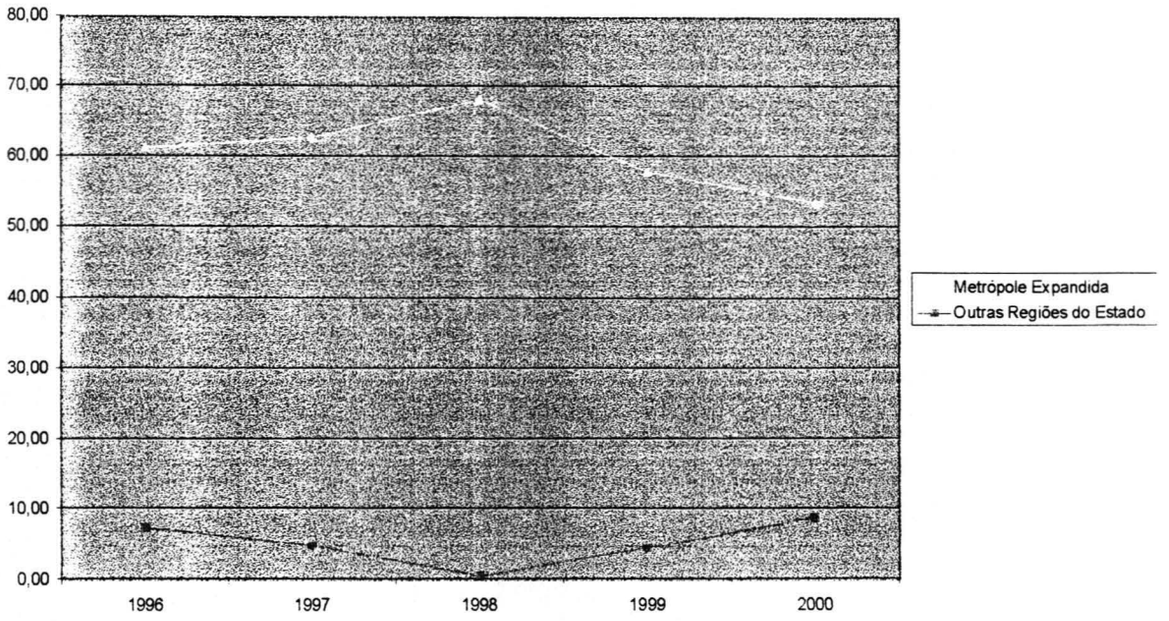
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A78 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática (CNAE 30) - 1996 a 2000. Em porcentagem



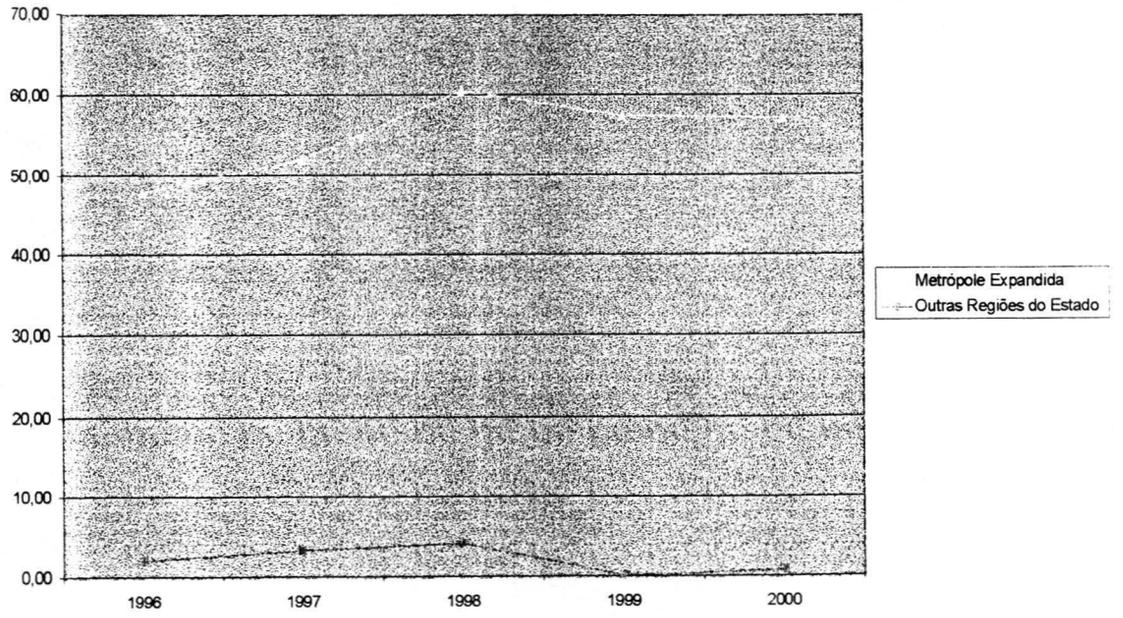
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A79 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos (CNAE 31) - 1996 a 2000. Em porcentagem



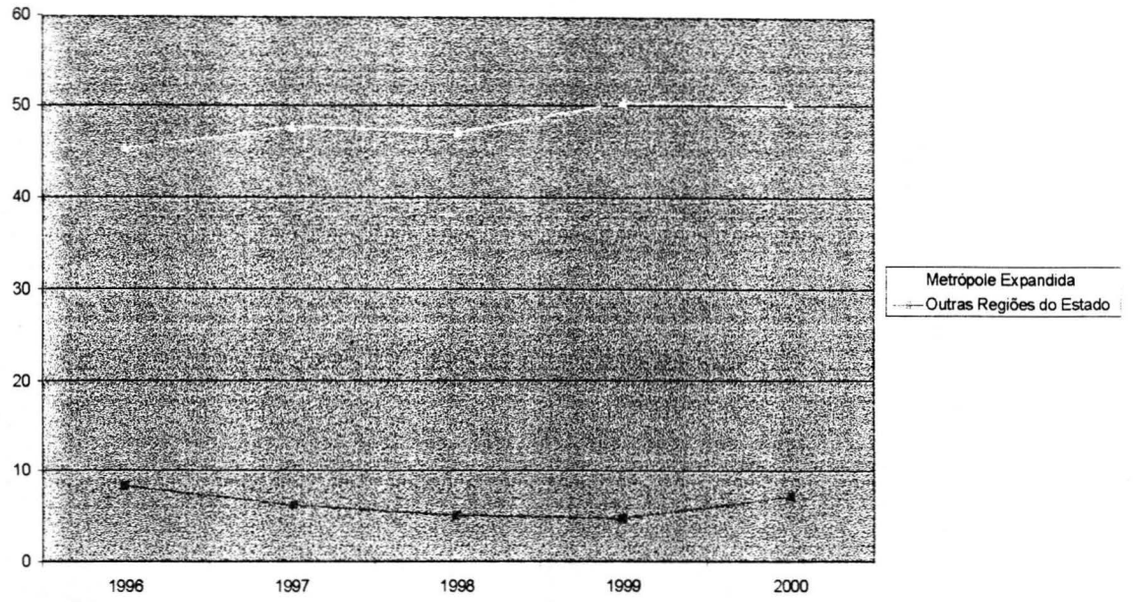
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A80 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações (CNAE 32) - 1996 a 2000. Em porcentagem



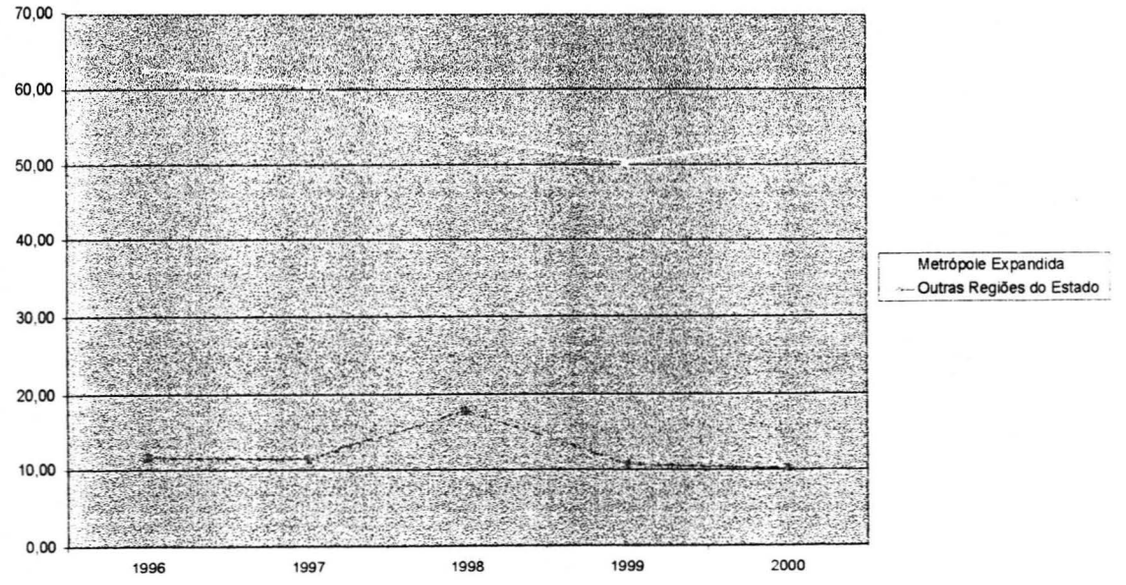
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A81 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fab.de Equip.de Instr.Méd-Hosp., Instr.de Precisão e Ópticos, Equip.para Aut.Indl., Cronômetros e Relógios (CNAE 33) - 1996 a 2000. Em %



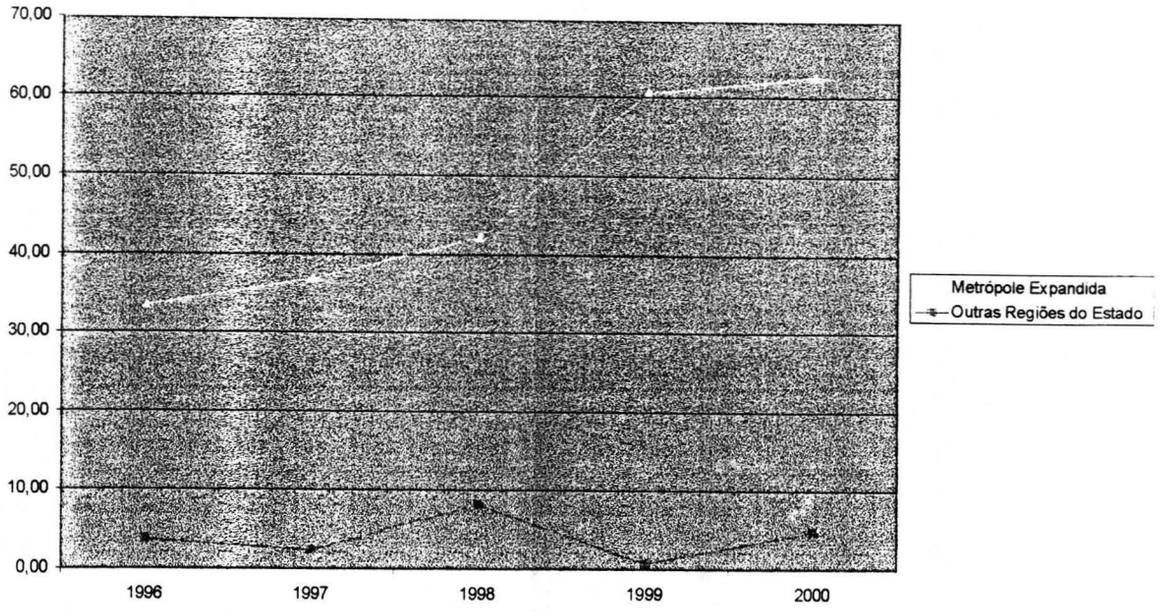
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A82 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (CNAE 34) - 1996 a 2000. Em porcentagem



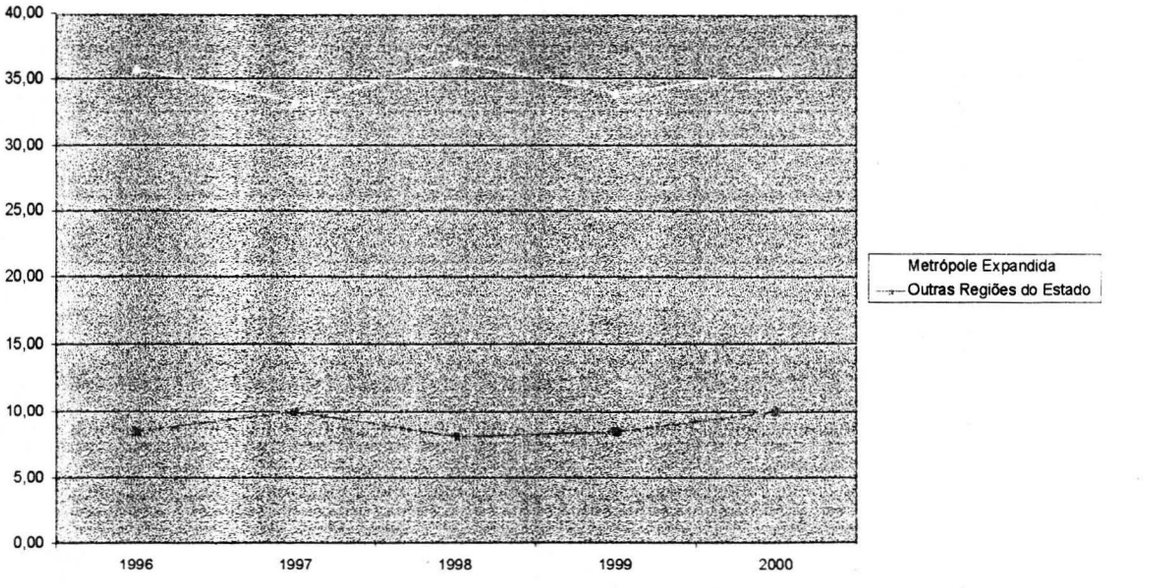
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A83 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte (CNAE 35) - 1996 a 2000. Em porcentagem



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor

Gráfico A84 - "Metrópole Expandida" x Outras Regiões do Estado: Participações Relativas na Composição do VTI Nacional. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas (CNAE 36) - 1996 a 2000. Em porcentagem



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1996.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1997.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1998.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 1999.* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Industrial Anual 2000.* Tabulações Especiais. Elaboração do autor